UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

ECO DOS SINOS TURCOS

*O lugar do Império Otomano na obra
de Leopold von Ranke*

VIVIANE VENANCIO MOREIRA

VERSÃO CORRIGIDA
SÃO PAULO
2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

ECO DOS SINOS TURCOS

*O lugar do Império Otomano na obra
de Leopold von Ranke*

Candidata: Viviane Venancio Moreira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Vasconcelos

VERSÃO CORRIGIDA
SÃO PAULO
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V835 e Venancio Moreira, Viviane
Eco dos Sinos Turcos. O lugar do Império Otomano
na obra de Leopold von Ranke / Viviane Venancio
Moreira; orientador Jose Antonio Vasconcelos - São
Paulo, 2021.
269 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. HISTORIOGRAFIA. 2. EUROPA ORIENTAL. 3.
ALEMANHA. 4. Balcãs. 5. ORIENTALISMO. I. Vasconcelos,
Jose Antonio, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do orientador****Nome da aluna: Viviane Venancio Moreira****Data da defesa: 03/11/2021****Nome do Prof. Orientador: Jose Antonio Vasconcelos**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 02 de janeiro de 2022

Jose Antonio Vasconcelos
NUSP 6580513

(Assinatura do orientador)

*"Pois, de fato, o conhecimento é um bem;
pode-se dizer um patrimônio
bem assegurado.
É uma aquisição no
reino do espírito."*

LEOPOLD VON RANKE
Frühe Schriften

AGRADECIMENTOS

A experiência desta pesquisa trouxe o verdadeiro significado de desafio. Trouxe também inúmeros aprendizados preciosos e, por isso, julgo que foi uma experiência bem-sucedida sob perspectiva pessoal. Se a proposta da educação é a transformação do ser humano em sua integralidade, posso dizer que definitivamente finalizo esta pesquisa como alguém radicalmente diferente de quem que a iniciou.

Minha gratidão ao professor José Antonio Vasconcelos por acolher a proposta de pesquisa desde seu começo e acreditar na minha capacidade de levar este projeto à cabo.

Agradeço a todos aqueles que colaboraram para que a pesquisa encontrasse sua forma – aos colegas que me questionaram em eventos, à banca de qualificação composta pela professora Raquel Glezer e o professor Angelo Segrillo, aos amigos que se mostravam interessados pelo tema mesmo quando a História não era sua área. Também a todos aqueles quem cruzei caminhos ao longo desse tempo e que compartilharam dessa eterna busca que é a transição da crisálida à borboleta.

Ao Gabriel, que apoiou todos os momentos e que viu como ninguém os altos e baixos que fizeram parte da jornada, tornando-se ele mesmo passageiro nessa empreitada. Só posso dizer um singelo “obrigada” ainda que meu coração esteja cheio de gratidão e amor indizíveis por esse elo que nos. Este aqui, definitivamente, não existiria sem você.

E ao Aquiles e Zeno, nossa família, meu carinho pela finalização do trabalho repleta do apoio sapientíssimo dos gatos.

Por fim, gratidão a Deus e à vida por me ensinar, nas palavras de Theodore Roosevelt, que “quando estiver no fim da linha, dê nela um nó e segure-se firme.”

RESUMO

Partindo-se da perspectiva da História Intelectual, buscou-se identificar qual o lugar do Império Otomano, notadamente a porção balcânica de seu território, na obra do historiador alemão Leopold von Ranke (1795–1886). De início estabeleceu-se um diálogo com a fortuna crítica de Ranke com o objetivo de mostrar como a questão da abrangência temática em sua obra é ponto de debate entre os comentadores que se dividem entre aqueles que enxergam Ranke como eurocêntrico e aqueles que o vêem como um pesquisador que trabalhou com um arcabouço geográfico de abrangência mundial e incluiu várias culturas em seu amplo trabalho historiográfico. Em seguida foi entendido que um olhar panorâmico colabora no sentido de mostrar como o Império Otomano é tema frequente no conjunto da obra de Ranke, o que trouxe um levantamento orientado pela quantificação lexical de palavras ligadas ao mundo otomano em todas as obras do historiador. Estabelecido este argumento de que há presença constante do Império Otomano nos escritos rankeanos, passou-se a entender sob quais estatutos e relações os otomanos aparecem — primeiramente no contexto político-diplomático da Questão Oriental e em segundo lugar no contexto acadêmico-intelectual da profissionalização crescente dos estudos orientistas na Alemanha. Além desses contextos, percebeu-se que o Império Otomano em Ranke tem relação próxima com um elemento psicológico que data de séculos, pois a presença otomana participa do imaginário germânico de forma ambígua — evocando medo e mistério, repulsa e encanto. Ranke toma parte nessa tradicional evocação intelectual, política e sentimental do mundo otomano e também em sua obra o Império Otomano colabora para a formação da identidade europeia ao oferecer um diálogo perene repleto de complexidade política, intelectual e emocional.

Palavras-chave: Leopold von Ranke, Império Otomano, Questão Oriental, Balcãs, Historiografia Alemã.

ABSTRACT

Starting from the Intellectual History's perspective, the objective was to identify the place of the Ottoman Empire, notably the Balkan portion of its territory, in the work of the German historian Leopold von Ranke (1795–1886). Initially, a dialogue was established with Ranke's critical fortune in order to show how the issue thematic scope in his work is a point of debate among commentators who are divided between those who see Ranke as Eurocentric and those who see him as a researcher who has worked with a worldwide geographic framework and has included several cultures in his extensive historiographical work. Then, it was understood that a panoramic perspective helps to show how the Ottoman Empire is a frequent theme in Ranke's work, which was brought through a survey guided by the lexical quantification of words linked to the Ottoman world in all of the historian's works. Having established the argument that there is a constant presence of the Ottoman Empire in Rankean writings, it came to be understood under what statutes and relations the Ottomans appear — firstly in the political-diplomatic context of the Eastern Question and secondly in the academic-intellectual context of growing professionalization of Orientalist studies in Germany. In addition to these contexts, it was noticed that the Ottoman Empire in Ranke has a close relationship with a psychological element that dates back centuries, as the Ottoman presence participates in the Germanic imagination in an ambiguous way - evoking fear and mystery, repulsion and enchantment. Ranke takes part in this traditional intellectual, political, and sentimental evocation of the Ottoman world and also in his work the Ottoman Empire contributes to the formation of European identity by offering a perennial dialogue full of political, intellectual and emotional complexity.

Keywords: Leopold von Ranke, Ottoman Empire, Eastern Question, Balkans, German Historiography

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Por quem os sinos dobram?	10
Os lugares desta pesquisa	13
1. Lugares geográficos e culturais	13
2. Lugares imaginários	18
3. O tema e suas separações	22
PARTE 1 - MAPEANDO O TERRITÓRIO: A PRESENÇA DO IMPÉRIO OTOMANO NA OBRA DE LEOPOLD VON RANKE	24
Revisão Bibliográfica: onde estão os otomanos?	24
1. A Europa como uma escolha de pesquisa	25
2. Hostilidade contra os otomanos e eurocentrismo	32
3. Ranke como um historiador global	38
Rastreamento quantitativo do Império Otomano e o Oriente na obra de Ranke	47
Balanço da problemática apresentada	60
1. Considerações sobre um tópico polarizado	60
2. Nota sobre o “eurocentrismo”	64
3. Ranke no Oriente: argumentos sobre uma recepção	76
PARTE 2 – A QUESTÃO ORIENTAL: DIÁLOGOS DE RANKE COM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	83
Equilíbrio de poder e o Concerto da Europa	83
O Sistema de Congressos e a reestruturação geopolítica e diplomática	89
Ranke, o diálogo internacional e o Império Otomano	92
Império Otomano como catalizador do Concerto da Europa	109
A Questão Oriental para Ranke	113
1. Um problema religioso	117
2. Ranke como contrapartida de Metterich	125
3. Ranke e a diplomacia cultural	131
PARTE 3 – O ORIENTE COMO PROBLEMA INTELECTUAL: DIÁLOGOS DE RANKE COM A CULTURA ORIENTALISTA	134

Nota sobre o conceito de orientalismo.....	134
A onda oriental: a presença do oriente na cultura Europeia	137
1. O Oriente como estética	137
2. Turcherie, filelenismo e balcanismo	143
Entre a razão e a emoção: a experiência germânica com o elemento otomano	155
1. O papel explicativo do medo.....	157
2. Usos de “bárbaro” em Ranke.....	166
O Oriente como empreendimento intelectual.....	172
1. A Orientalistik	172
2. Arabistik e otomanologia.....	178
A questão das fontes.....	182
1. Ranke no cenário de crescente especialização	182
2. Ranke e as Relazioni: um orientalista?	188
3. Um percurso pelas notas de rodapé	194
4. Ranke e Hammer-Purgstall.....	219
Genius Loci, antemurale christianitatis e o <i>motif</i> otomano	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
BIBLIOGRAFIA	246

INTRODUÇÃO

“Mas a transmissão do conhecimento ocorre apenas em pessoas vivas, retiradas do mundo em reflexões solitárias, que dominaram o conhecimento e preencheram suas almas com ele.”

Leopold von Ranke
Frühe Schriften

POR QUEM OS SINOS DOBRAM?

No ano de nascimento de Leopold von Ranke – 1795 –, o mundo via o senhor Thomas Seddal auferir uma batata que pesava oito quilos e trezentos gramas de seu jardim pessoal em Chester, Inglaterra; do outro lado do Atlântico, a primeira universidade dos Estados Unidos era aberta na Carolina do Norte; Ludwig von Beethoven estreava como pianista em Viena enquanto Samuel Taylor Coleridge e William Wordsworth publicavam *Lyrical Ballads*, a primeira obra do movimento romântico inglês; o Tratado da Basileia colocava fim à guerra entre França e Prússia; a França, no que lhe concerne, vivia um ano agitado em que decretava constitucionalmente a liberdade de culto, instituía *La Marseillaise* como hino nacional, formava o Concílio dos 500, anexava o sul da Holanda, conquistava a Bélgica e decretava o governo revolucionário do Diretório em outubro. Este é o mundo em que Ranke respirou pela primeira vez.

Pensar a história pessoal do historiador com seu contexto histórico é uma iniciativa que o próprio Ranke realizou, deixando uma biografia composta de relatos e coletânea de cartas para a esposa, irmão e amigos de profissão.

Em uma vida de História – noventa e um anos de vida e quase sessenta no *métier* historiográfico –, Ranke teve a oportunidade de estudar e presenciar acontecimentos fundadores de um novo mundo político-cultural e sobre este mundo também exercer sua influência como intelectual de prestígio.

Um dos eventos desta realidade era a Questão Oriental, que trazia consigo a discussão sobre o Império Otomano e suas colônias nos Bálcãs. Entretanto, ao buscar estabelecer as ideias de Ranke sobre o Império Otomano, as relações

entre ele e seu mundo se mostraram complexas por pelo menos dois aspectos: primeiramente porque o próprio Ranke enquadra os otomanos em uma lente dupla que os retrata tanto em seu caráter histórico (voltada para o passado e sua participação na história moderna) como também em seu caráter presente (voltada para sua atuação nas relações internacionais contemporâneas); em segundo porque as próprias ideias empregadas por Ranke se originaram em uma longa tradição de experiências históricas e simbólicas dos europeus com o mundo otomano.

Sobre estas experiências, começo com uma história que parece bastante distante temporalmente do tema em questão, mas que resume o encontro entre os povos que são o tema dessa pesquisa: a história da igreja Maria Gail¹.

A primeira menção escrita sobre a igreja acontece em 1136, mas sua fundação foi realizada por missionários cristãos no século IV depois de Cristo. Já em VI d.C., a área foi invadida por tribos eslavas que reavivaram o paganismo, o que durou até o século VIII d.C., quando a região caiu sob domínio bávaro, que se realizou uma segunda cristianização. No ano de 1473 foi construída nesta igreja, consagrada à Nossa Senhora, uma torre com um poderoso sino de bronze pesando uma tonelada e meia – este sino, além de marcar a passagem do dia e as horas litúrgicas, era o único aviso contra o perigo eminente de invasão turca, como no caso de 1478, quando os turcos andavam pela região da Caríntia, no sul austríaco, deixando atrás de si um rastro de destruição e mortes. Esse episódio é uma marca das *Türkenkriege* [Guerras Turcas]² durante o século XV, quando a igreja foi inclusive destruída (HOFER, 1999).

Esta história não é algo isolado. O primeiro caso de “sinos turcos” aconteceu em 1386, na cidade de Praga. Na Igreja de São Roque, em Zirndorf, perto de Nuremberg, o grande sino turco está pendurado desde 1663 com a seguinte inscrição: "Deixem a mim, o grande sino turco, livre. Assim atraio os cristãos para o meu seio"³. Em Rathenow, a leste de Berlim, é possível ver um

¹ A igreja Maria Gail é um dos pontos proeminentes de peregrinarem da Europa setentrional. Após sua destruição pelos turcos, foi reerguida, mas voltou a ruir, provavelmente por falta de manutenção desta vez, em 1508 e foi reconstruída em 1606.

² As Guerras Turcas foram uma série de conflitos militares entre o Império Otomano e vários Estados europeus que vai desde a Idade Média (início com a queda do Império Bizantino e a expansão dos otomanos para o Norte) até o século XX, tendo seu auge bélico nos séculos XV e XVI.

³ “Man haist mich ja frei die große Turckenglocken. Dieweil ich die Christen zur Buse thu locken.”

sino turco original do século XIV na igreja Sankt-Marien-Andrea, assim como na igreja da aldeia de Unteröwisheim (Kraichtal), em Baden-Württemberg, onde se encontra um sino turco fundido em 1446 (“Die Türkenglocke und das Türkenläuten”, 2012). E, além disso, algumas torres não só ostentavam os sinos, como também canhões capturados dos otomanos durante batalhas.

Em uma Bula de 29 de junho de 1456, o Papa Calixto III, da família Bórgia, ordenou que houvesse toques dos sinos para orações diárias, o que é conhecido como “toque do meio-dia” [*Mittagsläuten*], em favor da vitória sobre os otomanos, algo que foi reiterado pelos papas posteriores. Quando se ouvia o toque dos sinos, todos paravam suas atividades e ajoelhavam com a cabeça coberta para rezar ao menos três Pais-Nossos e três Ave-Marias em pedido de livramento da invasão otomana.

As orações eram especialmente direcionadas para a intervenção divina e concessão da vitória aos húngaros sobre os otomanos. Apesar da superioridade militar do sultão Mehmed II, a vitória foi obtida por uma aliança entre tropas húngaras e um exército camponês. Dessa forma, o exército do sultão foi derrotado, porém o Papa não recebeu a notícia da vitória até 6 de agosto de 1456. Devido à proximidade temporal dos acontecimentos e aos demorados canais de comunicação da época, o clero e os fiéis presumiram que a partir de agora os sinos da igreja soariam de alegria pela derrota dos turcos e como um aviso para o futuro.

Decisões como essa continuaram: em 1571, Pio V instituiu o jubileu solene e orações públicas para implorar a proteção de Deus contra a frota do Sultão, tendo ele mesmo se submetido a várias e severas penitências pessoais para este fim. Gregório XIII instituiu a festa de Nossa Senhora das Vitórias para celebrar a vitória em Lepanto, difundindo com isso o culto mariano. No ano seguinte tem-se o surgimento de vários cantos de vitória sobre os turcos compostos nas universidades jesuítas, assim como quadros que representavam a Virgem vencendo os otomanos e ostensórios que colocavam a cruz acima da lua crescente.

Já em 1683, com a libertação de Viena, o estandarte do poder otomano é enviado ao Papa Inocêncio XI e colocado no portão de São Pedro, também instituindo uma festa em honra de Nossa Senhora. Neste ano, na Alemanha,

hinos religiosos, quadros, peregrinações e santuários tinham a temática da vitória sobre o Sultão (DELUMEAU, 2009, p. 409).

Ainda hoje, mais de 560 anos depois, os sinos ainda tocam nesses horários, considerado no imaginário popular uma herança das guerras turcas⁴. Os indícios arquitetônicos dessa relação não se limitam aos sinos turcos e fortalezas contra os turcos na região central da Europa, mas também efetuam testemunho no litoral, como nos conta Montaigne em carta de 1580:

Os papas, e especialmente este [Gregório XIII], tiveram grossas torres, ou postos de guarda, construídos nesta costa do mar [Tirreno], aproximadamente de milha a milha, para enfrentar os desembarques que os turcos fizeram aqui frequentemente, mesmo na época da colheita, apreendendo rebanhos e homens. Essas torres, à distância de tiro de canhão, avisam umas às outras tão rapidamente que o alarme logo voa para Roma. (1946, p. 228)

A temática encontrada na obra de Ranke ecoa a coabitação nesta realidade beligerante de fronteira volúvel que separa o europeu do otomano. O encontro entre os europeus setentrionais, eslavos e turcos, assim como entre cristãos católicos, cristãos protestantes, cristãos ortodoxos e muçulmanos, é recorrente no presente trabalho, assim como foi a realidade histórica da igreja de Maria Gail e, posteriormente, no mundo histórico que habitou as obras de Ranke. Porém onde fica esta fronteira especificamente? No caso dessa pesquisa, nota-se que essa linha será desenhada, ao longo do século XIX, nos Bálcãs.

OS LUGARES DESTA PESQUISA

1. LUGARES GEOGRÁFICOS E CULTURAIS

Falar em fronteiras é também falar de lugares, o que coloca a pergunta que cuja resposta foi buscada durante esta pesquisa: qual o lugar do Império Otomano na obra de Ranke? A pergunta, afinal, requer compreender a polissemia de “lugar”, pois os otomanos de Ranke ocupam um lugar tanto geográfico e geopolítico como, no sentido colocado por Tuan, enquanto

⁴ Apesar de compor o imaginário popular, essa associação provavelmente é incorreta, uma vez que os sinos do meio-dia de hoje são os chamados sinos *angelus* (os sinos da manhã devem lembrar a ressurreição de Cristo na manhã de Páscoa, os sinos do meio-dia da crucificação de Cristo e à noite o nascimento de Cristo na véspera de Natal).

"qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoas" (2011, p. 8). Além disso, o lugar tem conotação ainda mais simbólica:

(...) lugar é o local que possui significados construídos por indivíduos e/ou grupos sociais, portanto, envolve amor e ódio, acordos e desavenças, ambiguidade e ambivalência, segurança e liberdade, experiência e dia a dia, superficialidade e profundidade, pessoas e objetos, espaço material e imaterial, vida e morte, luz e escuridão, sendo assim, é um local conhecido por suas referências, é particular e/ou compartilhado, é um centro reconhecido de valor e feições. (SUESS; RIBEIRO, 2017, p. 1)

Assim, coloca-se a diferença delineada pelo geógrafo francês Eric Dardel entre o espaço geométrico, objeto da Matemática e Física, e o geográfico, que compete às ciências humanas (2011, p. 2) e que é menos enfático no que tange a concretude material e mais voltado aos elementos simbólicos (HOLZER, 2013, p. 19). Logo, falar do lugar do Império Otomano não é apenas de delinear o espaço que um dos maiores Impérios da História ocupa em um mapa, mas também entender o imaginário que se tem a respeito dos governantes e habitantes dessa grande porção territorial. Também é falar de identidades e pertencimentos, compreendendo que estas são formadas em diversos níveis que englobam o local, regional, nacional e global e o imagético e memorial.

A premissa é inegavelmente verdadeira: a pergunta sobre o lugar do Império Otomano na obra de Ranke tem outro sentido encontrado nesta pesquisa: o lugar como sinônimo de significado. Buscou-se compreender como os otomanos aparecem no conjunto da obra de Ranke, ou seja, sob qual guisa interpretativa eles são apresentados pelo historiador alemão.

Entretanto, compreende-se que esse elemento é indissociável da ideia de lugar como um espaço geográfico e simbólico, pois a resposta para a pergunta que orienta esta pesquisa é encontrada na dinâmica entre isto que se pode chamar imaginário geográfico-social e o trabalho historiográfico de Ranke.

Então, este lugar é uma amálgama das imagens políticas e intelectuais advindas da cultura de formação de Ranke com sua própria contribuição pessoal, o que é dizer que o lugar dos otomanos em Ranke deve ser encontrado em uma perspectiva que coloque em diálogo o contexto cultural e político do autor com sua própria obra, evidenciando assim um panorama vivo e único que reflita a contribuição exclusiva que Ranke forneceu ao se debruçar sobre esse tema.

Outros lugares são estruturais para essa pesquisa — aqueles representados pelo Ocidente, Oriente, assim como pelas suas fronteiras

culturais, étnicas e geopolíticas. Etimologicamente, a palavra “Oriente” tem sua origem no latim “*Oriēns*” e designava a parte ao leste do globo a partir da Europa, além de indicar de onde o sol nascia e a direção leste.

Pode-se igualmente pensar o Ocidente enquanto uma civilização e, como tal, defini-lo por traços como “estado de direito, democracia, liberdades intelectuais, racionalidade crítica, ciência, uma economia de liberdade baseada na propriedade privada”. Compreende-se também que “esses valores, essas instituições são o resultado de uma longa construção histórica” (NEMO, 2004, p. 7). Ao mesmo tempo, sua definição é ainda mais profunda, porque:

O Ocidente (...) não é um povo, mas uma cultura carregada sucessivamente por vários povos. Homens de diferentes etnias estiveram envolvidos nesta história que voluntariamente assumiram valores estranhos aos de seu grupo de origem” (NEMO, 2004, p. 7).

Passa-se então de um lugar geográfico para um menos facilmente encerrado em fronteiras precisas, pois aqui trata-se então de um lugar político, cultural e, inclusive, espiritual⁵.

Disso também se depreende que Ocidente e Europa muitas vezes são sinônimos, uma vez que a cultura ocidental é o produto do desenvolvimento europeu que foi, posteriormente, expandido para outros lugares do planeta (como é o caso da América). Segundo Pierre Chaunu, a concepção de Europa como é compreendida no século XIX teria surgido em 1750 e “decorre de uma dupla tomada de consciência fruto da “solidariedade de ordem estática, solidariedade de ordem filosófica, solidariedade de ordem política” que nasce da revolução intelectual do Iluminismo (1993, p. 21–22). Ao mesmo tempo que se fala então deste espaço geográfico e cultural, toca-se no outro lado da fronteira e os antagonistas que lá habitam.

Neste sentido, não se trata apenas da linha divisória entre Oriente e Ocidente, entre a Europa e Ásia, mas também entre Europa e Islã. Este confronto pode ser colocado em outros termos como o embate entre modernidade e Islã (considerando assim modernidade e Ocidente como sinônimos) ou então:

(...) como a continuação de um clássico e antigo “confronto-duelo”, aquele entre a Europa e a Ásia, já vislumbrado por Ésquilo em *Os*

⁵ A separação entre Ocidente e Oriente tem, de um ponto de vista cristão, também raízes de ordem teológica, visto que uma das linhas divisória foi realizada depois de Cristo entre a oposição entre a Europa católica e a ortodoxa, sendo, portanto, os Bálcãs a zona de fronteira entre esses dois lugares culturais (BIDELEUX; JEFFRIES, 1998, p. 48).

Persas e, portanto, interpretado no *De Aeribus* de Hipócrates como valores climático-ambientais e também político-institucionais (as estações amenas e o governo monárquico tornariam os asiáticos covardes, as estações mais difíceis e as instituições de liberdade ativo e belicoso dos europeus) e na *Política* de Aristóteles como resultado de uma diferença "natural" de índole. (CARDINI, 2007, s.p.)

De um ponto de vista histórico, a fronteira que separa esses espaços remonta ao mito da *antemurale christianitatis* [*antemuralha da cristandade*], o qual descreve a missão de uma ou várias nações de servirem como defesa contra outras religiões, nações e ideologias. Um dos princípios desta visão nacionalista é a inclusão de grupos específicos em uma entidade maior — no caso a Europa — e se entender como superior aos grupos que a ela não pertencem (KOLSTØ *et al.*, 2005). A linha dessa muralha, entretanto, era maleável e sujeita a superposições:

A noção de um mundo dividido nas esferas da cristandade e do islamismo permaneceu um padrão constante do início da era moderna. Mas coexistia com um conjunto de visões mais complicadas de como os espaços imperiais da Europa e da Ásia eram delimitados. Os autores e artistas dos reinos cristãos sabiam, em maior ou menor grau, que o império otomano, física e culturalmente, se estendia pela Europa e que as fronteiras do império e da fé eram amplas, móveis e difíceis de controlar. As fronteiras podiam dividir um grupo étnico comunal de outro, mas também eram lugares onde estados, residentes e sujeitos "transimperiais" se encontravam, coletavam notícias e se envolviam em "relações de todos os tipos". (BRUMMETT, 2015, p. 75–76)

Logo, a difícil delimitação e a convivência intensa e prolongada com os otomanos despertaram sentimentos de diferentes ordens nos europeus: do medo ao encantamento, todos fazendo parte da tessitura dessa herança cultural e intelectual na qual Ranke está imerso e com a, qual dialoga em sua obra.

O que é perceptível na obra de Ranke é que em grande medida os Bálcãs, por sua posição geográfica, representam esse mito sobre um lugar que cumpre simultaneamente uma função geopolítica e uma função simbólica. Os mapas abaixo referentes às transformações na região entre 1789 e 1878⁶ mostram esta posição de fronteira entre Ocidente e Oriente, entre Cristandade e Islã:

⁶ O atlas referenciado mostra mapas até 1922, mas apresento aqui um recorte do material que corresponde ao recorte de interesse da pesquisa (1878).

1. ROBERTSON, J. Grant; BARTHOLOMEW, John G. *An Historical Atlas of Modern Europe from 1789 to 1922*. Oxford: Oxford University Press, 1924, pp. 23-25

Os mapas indicam um elemento fundamental: os Bálcãs passam de território otomano a um local de revoluções, disputas e independência – uma zona erma onde a velha ferida do choque de civilizações se abre e as forças do Ocidente e do Oriente voltam a encarar sua história e as decisões necessárias e possíveis do presente.

Ao elencar-se as características dessas antemuralhas, este elemento fica bastante evidente, pois implicam: 1) áreas diferenças étnicas e religiosas; 2) a necessidade de demarcação de algo diferente; 3) que este algo diferente é algo contra o qual é necessário defender-se; 4) a necessidade de proteção da própria vida ou de outro estilo de vida; 5) o comprometimento com uma identidade maior que supostamente deve ser protegida como civilização, religião e cultura (EMDEN; KEEN; MIDGLEY, 2006, p. 323).

2. LUGARES IMAGINÁRIOS

O filósofo e historiador das ideias Bronisław Baczko coloca uma das funções do imaginário social como consistindo na “organização e domínio do tempo coletivo sobre o plano simbólico”, o que ajuda a compreender o papel da

História – ou melhor ainda, dos historiadores – na formação, manutenção e até mesmo reformulação desse conjunto simbólico compartilhado.

Backzo faz frente à tradição que ele chama cientificista e que entende que “não são as ideias que realizam a História, os homens fazem a si mesmos além das representações e sua história verdadeira, real, se encontra além de suas crenças, mitos e ilusões”. Entende, com isso, que a proposta de uma história intelectual se torna nestes moldes mero adereço de erudição porque deseja “separar na trama da história as ações e comportamentos dos agentes sociais, o “verdadeiro” ou “real” do “ilusório” e “quimérico”” (BACZKO, 1999, p. 9).

Em contraste com esta categoria de visão, Baczko indica uma mudança no campo simbólico que ocorre justamente no recorte temporal desta pesquisa – o século XIX – em que:

(...) a grande mutação política dos tempos modernos, o advento do Estado-Nação, não poderia ocorrer sem certas condições simbólicas, a saber, sem representações que dissolvem a exterioridade do fundamento do poder, que fundam o Estado sobre seu próprio princípio e que, por conseguinte, supõe a autossuficiência da sociedade. (BACZKO, 1999, p. 15)

Portanto, a realidade em que Ranke se insere é marcada por condições simbólicas que envolvem nacionalismo e visões específicas de História que sustentem seu desenvolvimento.

Neste sentido, a hipótese que orienta a pesquisa é de que o Império Otomano ocupa um lugar que é consistente e relevante na obra de Ranke, o que significa que foi uma temática que se integrou a sua concepção geral de História. Assim, Ranke escaparia da tendência intelectual de “Oriente filtrado” descrito por Almond:

Esta noção de um Oriente "filtrado" é crucial, pois lança alguma luz sobre como os principais pensadores alemães conseguiram ignorar quase completamente a existência de uma sociedade muçulmana sofisticada e altamente desenvolvida em sua própria porta, ou seja, o mundo da sociedade otomana o século XVIII / XIX, com sua mistura híbrida de diferentes línguas (turco, grego, armênio) e religiões (islamismo, ortodoxo, católico, judaísmo). (2010, p. 3)

Esta cegueira que não permitia que outros autores não enxergassem a importância do mundo otomano – e mais ainda do balcânico –, os turcos para ser mais específica no caso do enfoque de pesquisa, ocorreu tanto por um fenômeno de escolhas conscientes como também por elementos psicológicos e ideológicos.

Por outro lado, muitos autores alemães – os orientalistas – tinha seus olhos voltados para o Oriente e o enxergaram com nuances diferentes. Percebe-se que eles eram guiados por certas estruturas, que viam com lentes específicas o Oriente e que elas oscilavam em modelos que constituíam tradições intelectuais e o imaginário social, como define o sociólogo inglês John Brookshire Thompson:

O imaginário social se expressa principalmente na constituição de um mundo de significações. Por meio dessas significações - esses símbolos e mitos em que uma sociedade representa seu presente e seu passado - uma sociedade é dotada de uma identidade e se distingue tanto de outras sociedades quanto de um caos indiferenciado. (1990, p. 24)

Tais modelos, segundo pode ser compreendido no decorrer da pesquisa, decorrem de duas estruturas: a primeira diz respeito a uma tradição conceitual e intelectual em relação aos otomanos, isto é, formas já solidificadas de se enxergar, aproximar e apresentar literariamente os otomanos e o Islã. A outra estrutura, que conversa diretamente com a primeira, diz respeito a dado imaginário coletivo alemão que se desenvolveu ao redor da imagem do otomano e tem como marco de nascimento as Guerras Turcas.

No final do século XIII os otomanos invadem a Anatólia e em meados do século XIV já se fazem presente na Europa com as guerras búlgaro-otomanas. No próximo século acontecem as invasões da Sérvia e da Albânia, o que marca a expansão turca nos Bálcãs, também iniciando-se as incursões na Europa Central, o que caracteriza o auge da presença otomano em território europeu. A resposta europeia só é efetivamente organizada no final do século XVIII, quando os Grandes Poderes europeus formam a Santa Liga, declarando assim as Guerras Turcas de 1683–99. A expulsão, no entanto, só aconteceria na segunda metade do século XVIII, visto que os otomanos conseguiram manter sua posição na Europa e efetivamente ameaçá-la por várias linhas de frente que se estendiam pelo mar Adriático e Mediterrâneo.

Os séculos de guerra com os otomanos geraram sentimentos e ideias que, no que lhe concerne, formaram um imaginário que se consolidou como um modelo representativo arraigado. Este muitas vezes se infiltra na urdidura da arte e da historiografia europeia ao longo dos séculos. Mais do que um “preconceito” ou uma forma de afirmar superioridade em relação ao “outro” – ainda que esses elementos também estejam presentes – o lugar dos otomanos no imaginário europeu é oriundo de uma vivência histórica intensa, pois os otomanos eram os

únicos antagonistas que realmente puderam ameaçar o espaço europeu durante todo esse período.

Os principais responsáveis pela fixação e elaboração do perigo e antagonismo otomano foram intelectuais das mais variedades – teólogos como Lutero, filósofos como Kant e até papas católicos. Sua atuação provou-se fértil ao dar uma forma discursiva a uma experiência histórica, tornando-a palpável ao mesmo tempo em que oferecia interpretações sobre ela. O resultado é a fixação profunda dessa experiência na cultura europeia:

Pois, ao usar a linguagem, estamos constantemente envolvidos em uma atividade criativa e imaginária. Estamos constantemente envolvidos na ampliação do significado das palavras, na produção de novos significados através de metáforas, jogos de palavras e interpretação; e estamos, portanto, também envolvidos, sabendo ou não, em alterar, minar ou reforçar nossas relações com os outros e com o mundo. (THOMPSON, 1990, p. 6)

Assim, aqui o imaginário social de que Ranke participa e para o qual colabora em relação ao Império Otomano está colocado aqui no sentido proposto por Castoriadis, segundo o qual o imaginário social deixa de ser entendido como um reflexo do real para ser compreendido como a própria matéria que estrutura a compreensão da realidade:

O imaginário não é da imagem no espelho ou do olhar do outro. Em vez disso, o próprio "espelho" e sua possibilidade, e o outro como espelho, são obras do imaginário, que são criação *ex nihilo*. Quem fala em "imaginário", quer dizer "especular", reflexo ou "fictício", nada mais faz do que repetir, na maioria das vezes sem saber, o enunciado que os prendia para sempre a qualquer subsolo: é preciso que [este mundo] seja a imagem de algo. O imaginário de que falo não é uma imagem. É uma criação incessante e essencialmente indeterminada (histórico-social e psíquica) de figuras / formas / imagens, a partir da qual apenas "algo" pode ser trabalhado. O que chamamos "realidade" e "racionalidade" são obras dela. (2013, p. 12)

Esta concepção é estrutural porque fornece uma virada na compreensão da problemática do orientalismo segundo a interpretação de Edward Said, de uma "invenção", perspectiva da qual este trabalho procura se afastar. As posições que derivam da chave de Said se tornaram, no meu entender, anticientíficas quando levadas às últimas consequências. Isso porque se tornaram acusações mais do que análises e, por mais que esses rastreamentos de preconceitos do passado possam ser curiosos ao leitor, seu resultado acaba sendo um esvaziamento da compreensão do objeto em sua profundidade e complexidade.

Frente a isso, escolhi falar de lugares ao invés de imagens ou invenções. Isto porque um lugar (geográfico ou simbólico) remete a uma materialidade e a uma existência com dignidade próprias, com uma história e uma lógica que podem ser compreendidas em seus próprios termos e não como meios de acusação. Desta forma, compreendo que o Império Otomano em Ranke ocupa um lugar sendo fruto de uma visão que incorpora tanto elementos pessoais do próprio historiador como aqueles que são de ordem do imaginário social. No caso de Ranke, esse tema recebe também outro filtro que é o imaginário social específico produzido pelo meio intelectual do qual ele participava ativamente, somado a ele um grande contexto político que remete à histórica política, diplomática e cultural alemã e europeia.

3. O TEMA E SUAS SEPARAÇÕES

A hipótese para este trabalho nasceu da percepção de que havia uma presença considerável e pouco explorada na obra de Ranke. Desafia-se a noção de que Ranke só se ocupou com história europeia. Da percepção dessa, alguns outros fenômenos foram explicados: 1) como se dá essa presença de um ponto de vista quantitativo? 2) como o tema está distribuído no conjunto da obra de Ranke? 3) Como Ranke acomoda o Império Otomano em sua dinâmica histórica? 4) Quais diálogos intelectuais Ranke estabelece ao trazer para sua obra o tema otomano?

Quando iniciei a pesquisa de mestrado sobre a Revolução Sérvia, percebi também que a contraparte dos processos de independência nos Bálcãs, os otomanos, constavam persistentemente nos textos de Ranke. A partir disso, iniciei a busca de pesquisas que tratassem da presença do Império Otomano na obra do Ranke, mas não foi possível encontrar pesquisas específicas que se dedicassem aprofundadamente à questão, restando apenas comentários pontuais e ilustrativos em meio a outros assuntos.

A obra mais próxima da pesquisa aqui apresentada é *Die Weltgeschichtliche Erfassung des Orients Bei Hegel und Ranke* [A história mundial do Oriente com Hegel e Ranke], do historiador alemão Ernst Schulin. Publicada em 1958, a pesquisa dá grandes contribuições ao tema, porém de uma forma geral, não focando unicamente na Questão Oriental ou no Império

Otomano. Além disso, parte de uma perspectiva comparativa entre Ranke e Hegel, o que não é o foco central da presente pesquisa.

A busca pelo espaço otomano nos textos de Ranke mostrou-se, em sua maioria, em relação com o espaço balcânico. A antítese entre esses dois polos é estrutural e mostra que as lutas de independência dos povos balcânicos com o Império Otomano transcenderam um interesse geopolítico e histórico e se transformaram em algo simbólico em diferentes níveis: como símbolo da importância da liberdade, como uma evocação heroica romântica de um mundo que não existia mais, como um estímulo à busca das identidades individuais de cada nação. Deste modo, foi fundamental para o andamento da pesquisa caminhar com o elemento otomano sempre em paridade com o balcânico, pois Ranke estrutura grande parte de suas apresentações em antíteses europeus-otomano e europeus-balcânicos, sendo a segunda prevalecente.

A pesquisa foi organizada em três partes: a primeira trata de dialogar com a fortuna crítica de Ranke e cotejá-la com um levantamento quantitativo da temática oriental na obra de Ranke, buscando mostrar que o Império Otomano é presença constante no conjunto da obra de Ranke; a segunda parte trata do ponto de vista das relações internacionais, apontando para o Império Otomano como uma questão contemporânea para Ranke e apresentando como ele se posicionou em relação à Questão Oriental e às providências que deveriam ser tomadas sobre as convulsões sociais que afetavam a parte balcânica dos domínios otomanos; a terceira parte se ocupa do objeto sob uma perspectiva intelectual e cultural, procurando inserir Ranke nos contextos de formação de conhecimento sobre o mundo otomano no contexto europeu e também no especificamente alemão.

PARTE 1

MAPEANDO O TERRITÓRIO: A PRESENÇA DO IMPÉRIO OTOMANO NA OBRA DE LEOPOLD VON RANKE

“Todo século tem a tendência de considerar-se o mais progressivo e a medir todos os outros de acordo com suas próprias ideias.”

Leopold von Ranke
Sämtliche Werke

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: ONDE ESTÃO OS OTOMANOS?

Leopold von Ranke é um historiador com fortuna crítica abundante e diversos ângulos de sua obra foram alvo de reflexões nestes quase duzentos anos desde sua primeira publicação. Se há algo recorrente entre os intérpretes de Ranke é a variedade das interpretações sobre os limites e interesses do trabalho do historiador alemão.

Ranke, por vezes, apresenta-se como um caleidoscópio de ideias, mas, na maior parte das vezes, como é comum em intelectuais que deixam um grande legado, é também um espelho de quem o lê e dos tempos em que é lido. Desta forma, esta primeira parte realizará o cotejamento da fortuna crítica de Ranke no que diz respeito ao que essa considera como sendo o alcance geográfico e temático da obra. Para isso, esses estudos foram categorizados segundo duas posições: 1) autores que afirmam que Ranke foi um historiador cujo único foco temático e geográfico era a Europa; 2) autores que apostam no seu caráter global e abrangente dos interesses historiográficos de Ranke. Na primeira categoria, há ainda um grupo de autores que adjetiva essa centralidade europeia na obra de Ranke com conceitos como “eurocentrismo” e “orientalismo”.

A segunda parte deste capítulo consiste em um levantamento lexical que visa mostrar quantitativamente a presença do Império Otomano na obra de Ranke, de modo a que algumas conclusões possam já ser indicadas sobre o tema a partir de dados da própria obra, ou seja, das fontes desta pesquisa.

A terceira parte faz a síntese entre o balanço bibliográfico, os dados recolhidos e minha própria experiência com os textos de Ranke, indicando quais foram os ângulos adotados nesta pesquisa.

1. A EUROPA COMO UMA ESCOLHA DE PESQUISA

Posições que correspondem ao primeiro grupo podem ser caracterizadas pelo historiador Franklin Ford, professor de Harvard. Em seu artigo *Ranke: Setting the Story Straight*, ele afirma que “no final das contas, Ranke escreveu apenas história europeia” (1975, p. 70).

Por outro lado, classifica positivamente este elemento ao avaliar que o escopo incluído na obra de Ranke era amplo “dentro do que ele havia se proposto”, entendendo que a obra rankeana mostra que seu autor tinha “uma qualidade de visão geral que permitiu a Ranke ver cada um de seus tratamentos como partes de algo maior, íntima e constantemente relacionado a todos os outros na épica de uma Europa triunfante.” (1975, p. 69) Desta forma, Ford analisa haver exceções na exclusividade do tema da formação dos estados da Europa moderna:

Ele manteve os turcos em vista por seu impacto nas terras ocidentais e uma vez, nós sabemos, ultrapassou os limites dos povos latinos e germânicos para considerar o estado eslavo, a nova Sérvia nascida da revolta contra o império muçulmano. Ele sabia que os estudos medievais não poderiam ser investigados seriamente sem referência ao império bizantino e o mundo islâmico. Porém geralmente seus limites eram firmes. Até mesmo a *Weltgeschichte* de seus últimos anos, identificadas em inglês como *Universal History*, não é de forma alguma universal. Ele manteve os turcos em vista por seu impacto nas terras ocidentais e uma vez, nós sabemos, ultrapassou os limites dos povos latinos e germânicos. (1975, p. 70)

No entanto, Ford acaba por criticar a história mundial de Ranke por não ser tão abrangente, descrevendo também a história escrita por Ranke como:

(...) essencialmente eurocêntrica, revelando pouco interesse na Rússia ou nos Estados Unidos, para buscar dois exemplos randômicos, mas pequenos exemplos, e muito limitado no que diz respeito daquela vasta porção do mundo a que Roger B. Merriman um dia se referiria como “os países pouco saudáveis” (1975, p. 69).

Ao mesmo tempo, Ford suaviza a crítica e considera ser preciso relativizar a limitação da obra de Ranke, dado que em “comparação com qualquer outro historiador que insistiu em escrever a partir de fontes primárias, sua extensão é tremenda” (1975, p. 71). Por esse primeiro exemplo já é possível perceber que o consenso sobre Ranke não só é difícil entre os diversos autores, mas até mesmo em um mesmo autor a posição é ambígua.

O historiador mexicano Guillermo Zermeño Padilla, avalia positivamente que “Ranke foi o primeiro que deu plena inteligibilidade à história da Europa”, sobre a qual teria “estabelecido sua unidade com base na distinção geográfica, cultural e espiritual” (2002, p. 182).

Neste mesmo sentido, Wolfgang Hardtwig, historiador alemão especialista na cultura política do século XIX, aponta em seu livro, *Ranke Unter den Weltweisen*, para a definição central, recorte temporal, objeto e abordagem de Ranke já em sua primeira obra: a primeira modernidade europeia a partir de uma perspectiva política (1996, p. 9). Dentro desta escolha pelo espaço europeu, “Ranke desenvolve um modelo cativante de Europa como a multiplicidade na unidade” (1996, p. 36) e “que se baseia na diversidade de nações e Estados, cada um com seu significado cultural distinto” (1996, p. 37).

Barbara Gomez, em sua tese de doutorado *El secreto de la Historia Universal: un misterio para Leopold von Ranke*, acredita que a concepção específica de história universal de Ranke é revelada pelos “critérios de seleção para delimitar o campo temático da história universal: a exclusão da pré-história; a exclusão da participação de povos do Oriente como China e Índia; a caracterização que faz destes tanto ao nível social, cultural e político com a omissão quase total de outras regiões do globo como América, África e Oceania, assim como muitas regiões da Ásia e Europa que não se dá ao trabalho de explicar sua ausência” (2015, p. 92). Assim, ela avalia que a inclusão de outros povos não europeus se dava sempre em referência à Europa e à concepção de unidade latino-germânica explorada por Ranke em sua primeira obra, “como foi o caso dos otomanos e das colônias europeias na América, regiões abordadas porque estavam em relação com a Espanha” (2015, p. 92).

O historiador Cássio da Silva Fernandes afirma que o foco de Ranke era a Europa e que sua relação com o tema se inicia como universalizante para tomar contornos mais nacionais a partir dos livros sobre a história da Alemanha, visão

que “era sustentada pela ideia das individualidades nacionais e estatais e tinha a esfera política no centro da compreensão histórica” (2006, p. 4). Fernandes relaciona a noção universalizante de Europa apresentada em sua obra à influência de Barthold Niebuhr⁷:

A ideia da unidade dos povos europeus, unidade caracterizada pela diversidade dos povos situados no amplo espaço geográfico entre Madri e Moscou e entre Londres e Constantinopla, era agora representada pela imagem do velho Império romano-germânico. Império que, na visão de Ranke, emoldurava a colorida interrelação dos povos formadores da Europa. (2006, p. 3)

Na tese *German Imperialism in the Ottoman Empire*, Niles Stefan Illich é ainda mais restritivo na consideração do escopo de pesquisa de Ranke e vê seu empreendimento historiográfico como limitado, visto que “a história rankeana tradicionalmente se restringiu a historiografia alemã” (ILLICH, 2007, p. 14).

J. D. Braw também percebe em *Vision as Revision: Ranke and the Beginning of Modern History* que o interesse pela história moderna da Europa é desperto ainda cedo em Ranke, “em uma carta de 1820 ele menciona sua intenção de estudar “a vida das nações” durante o século XVI e em uma carta de 1822 ele de fato descreve a história das nações germânicas como “o estudo da minha vida”” (2007, p. 51).

Neste mesmo sentido, O historiador chinês Edward Wang, em *Inventing China Through History*, afirma que Ranke:

(...) mostrou grande interesse em escrever histórias nacionais, especialmente o surgimento das nações-estado na Europa. Ele cunhou histórias para quase todas as grandes nações europeias como Inglaterra, França, Itália e (claro) Alemanha. Só foi apenas no final de sua vida que ele começou a escrever uma história mundial, deixada inacabada”. (2001, p. 15)

Phillip Müller concorda com este ponto e reafirma que “Ranke estava principalmente ocupado com os desenvolvimentos dos estados europeus do século XV ao XVIII” (2010, p. 113), mas cita brevemente que Ranke estava em compasso com os temas fundamentais requeridos por seu recorte temporal de pesquisa – os séculos XVI e XVII –, “nos quais o Império Otomano, a monarquia espanhola e a educação italiana ditavam o curso dos eventos na Europa” e que, portanto, estes “deveriam estar no centro da primeira publicação de Ranke após

⁷ Barthold Georg Niebuhr (1776 – 1831) foi um estadista, banqueiro e historiador teuto-dinamarquês. Foi o principal nome nos estudos sobre Roma Antiga.

ingressar na Universidade de Berlim em 1825” (2010, p. 2). Este interesse em histórias nacionais teria sido mantido até recentemente, quando seu paradigma começou a ser disputado pelos *Annales* e seu característico interesse pela história regional e história total.

O historiador David Potter afirma em *Literary Texts and the Roman Historian* que a chave interpretativa do desenvolvimento europeu para Ranke em seu primeiro livro era a emergência do Estado-nação e seus elementos basilares como povo, igreja e governo nacional. Entretanto, mantinha a noção de que tais unidades individuais mantinham-se conectadas ao conjunto maior europeu, “cada qual contribuindo em algo para a cultura europeia”, sendo que as nações seriam subdivisões dos estados, sendo algo maior do que elas. Entretanto, o conflito modelador da identidade europeia teria sido o embate entre os povos teutônicos e românicos, compreendendo a dinâmica entre esses dois elementos como geradora dos vários Estados-nações que incorporam em cada um ideal particular (1999, p. 126).

A visão de que a historiografia rankeana é marcada por esta dinâmica já havia sido descrita por Felix Gilbert, historiador alemão e pesquisador da Europa moderna. Felix afirma que os trabalhos de Ranke sempre buscavam uma matriz comparativa entre os países europeus, evitando analisar uma nação em isolamento, indicando que suas obras “sempre consideraram uma nação individual em relação a outras nações da Europa”. Reafirma, com isso, que a historiografia rankeana é mais que centrada no tema da política europeia, sendo esta agrupada ao redor de alguns temas importantes como a reforma luterana, as guerras de religião francesas, a guerra civil inglesa, ou seja, são pesquisas que se preocupam com a relação entre religião e política, entre o Estado e a Igreja. Desta forma, havia a preocupação perene e subjacente de compreender a Europa enquanto uma civilização:

[Todas suas obras] lidam com o mesmo assunto fundamental: como depois da queda da *res publica christiana* no conflito entre papas e imperadores, um novo balanço nas relações entre estado e igreja foi estabelecido, o que possibilitou para ambos progredir na realização de suas ideias e manter a existência dos valores que mantiveram a Europa unida em uma civilização comum. (1986, p. 365)

Esse ponto é igualmente reforçado por Ferdinand Schevill, quando este argumenta que o traço distintivo da historiografia rankeana é a preocupação central com a reforma, contrarreforma e uma história compreensiva da Europa,

sendo ele “o primeiro autor secular a consistentemente salientar a unidade essencial da Europa ocidental, apesar dos Estados soberanos separados e contenciosos que a compunham”, formando o que correspondem na obra do Ranke ao que é chamado “sistema dos Estados europeus.” (1952, p. 127) Segundo Schevill, este sistema corresponde ao termo “civilização ocidental” e Ranke acreditava que:

(...) enquanto as histórias separadas e distintas das nações componentes da Europa poderiam continuar a ser escritas, elas eram deficientes de uma perspectiva adequada e uma maturidade desejável de pensamento a menos que estejam firmemente alicerçadas em um contexto total europeu. Em suma, a tese subjacente às histórias de Ranke ganhou reconhecimento universal: a Europa politicamente dividida era culturalmente uma. (1952, p. 128)

Ainda neste mesmo sentido, o historiador sul-africano P. H. Zietsman aponta o viés europeu da pesquisa de Ranke, mas ressalta seu desejo de abrangência dentro deste mesmo recorde, já que “não era intenção de Ranke escrever a história de uma nação em particular, mas colocar as várias histórias nacionais no grande curso dos eventos europeus” e que mesmo assim, “onde, nesse contexto, ele estudou a história de um país, nação ou movimento em particular, ele ainda considerou as influências sofridas por outros e, no que lhe concerne, exercida no mundo exterior (1993, p. 42). No que diz respeito a sua história mundial, Ranke “realmente se concentrou nas origens da Europa”, e a partir da “virada da Idade Média, o centro de gravidade do movimento histórico mundial para Ranke mudou cada vez mais para o oeste”, conduzindo Ranke acreditar que “nas nações ocidentais, o espírito criativo ou a centelha divina era mais ativo nos tempos modernos” (1993, p. 48).

Andreas Boldt – pesquisador responsável pelo aprofundamento de grande fôlego mais recente sobre a vida do historiador⁸ – afirma em seu artigo *Perception, Depiction and Description of European History: Leopold von Ranke and his Development and Understanding of Modern Historical Writing* que Ranke “escreveu não só sobre história da Alemanha, mas sobre a história de vários países da Europa do século XIX” (2008, p. 10). Apesar disso, não há indicação de que suas obras tenham abordado consideravelmente outras regiões.

⁸ Boldt é autor da biografia mais atual de Ranke (2019), publicada como *Leopold von Ranke: A Biography*.

Entretanto, ressalta a preferência do historiador por “escrever histórias nacionais no contexto europeu” nas quais podia expor “a visão de uma Europa unificada”. Segundo Boldt, independente de qual país Ranke se debruçasse, “as histórias nacionais estavam sempre embutidas no contexto europeu. Com esta abordagem, Ranke conseguiu analisar o complexo sistema político e religioso da Europa” (2008, p. 13). Em *Leopold von Ranke on Irish history and the Irish nation*, Boldt reafirma o compromisso de Ranke com a história europeia para qual ele escreveu “uma história nacional para cada um dos grandes estados da Europa” (2017, p. 5).

O historiador norte-americano Leonard Krieger, em seu artigo *Elements of Early Historicism: Experience, Theory, and History in Ranke*, afirma que o foco inicial de Ranke já continha a compreensão integrativa de que “na prática, o estudo de nenhum Estado particular poderia produzir uma verdade geral ou, de fato, ser apresentado em separado de outro com qualquer sucesso”, mas foi a partir da década de 1830 que ele começa a dedicar-se à percepção de “um processo europeu que era algo mais integralmente geral do que as relações internacionais de estados individuais e mais concretamente identificável do que a fé na Providência inescrutável” (1975, p. 9). Apesar de Krieger descrever apenas a Europa como foco de Ranke, principalmente a relação de continuidade histórica entre a formação dos estados europeus e o cristianismo, afirma também se poder “de fato, traçar sua capacidade sempre crescente de historicizar o nível universal da realidade em suas atitudes mutáveis me relação à história no contexto do seu trabalho.” (1975, p. 10)⁹.

No caso de Sérgio Buarque de Holanda, a consideração resumida é de Ranke foi um historiador focado em uma história europeia bastante específica. No entanto, como bom conhecedor da obra de Ranke, Holanda não pode ignorar a presença de outros povos e regiões no enorme conjunto de seus escritos, no entanto, percebe essa presença como algo marginal:

O mundo das histórias nacionais de Ranke é, assim, um mundo europeu, que se dilata, sem perder o conteúdo essencial, sobre províncias e continentes do ultramar colonizados por europeus. Mas não é a Europa inteira o que o ocupa, é a Europa que “vai da

⁹ Posteriormente, como é possível reconhecer abaixo, a postura de Krieger mudaria para uma rejeição da ideia de historicização universalizante de Ranke.

extremidade do Golfo da Bósnia aos promontórios mais meridionais da Sicília, e do Oder ao Adriático, às Hébridas e a Lisboa". As fronteiras geográficas dessa Europa latina e germânica, protestante ou católica, são as fronteiras também do espaço histórico a que devotou o melhor de sua atividade intelectual. (1974, p. 448)

Holanda afirma que o Império Otomano aparece em "raras ocasiões", quando o real objeto de pesquisa de Ranke não havia ainda se definido. Este seria o caso do livro sobre a revolução sérvia, uma "obra de circunstância e fica à margem do resto de sua produção." Em relação ao livro de Ranke sobre o sul europeu e a presença otomana, Holanda interpreta que:

Há, contudo, uma explicação melhor: o lugar importante que ocupam os otomanos nas *Relazioni* venezianas, que abundantemente explorou, e onde logo encontrou boa safra. Depois, o conhecimento aprofundado da história turca, uma fase singularmente fecunda da vida das nações europeias, irá permitir-lhe encarar de novo prisma essa fase. Concluídas, porém, tais experiências, poderá então retomar com mais segurança os assuntos sugeridos pela sua ideia de que a comunidade romano-germânica deve erigir-se num princípio verdadeiramente axial de toda a história moderna. (1974, p. 448)

As dificuldades na empreitada de escrever uma história tão abrangente como foi o plano de Ranke também é considerada por Holanda. Um aspecto disso o teria levado então a "exclusões arbitrárias como a da Polônia, da Hungria, até da Boêmia e Morávia, que desde o começo de sua vida histórica se prendem estreitamente a todo o complexo ocidental, ligando-se ainda a ele pela cultura e pela religião." Essa atitude aparece na forma de uma atitude ambivalente em relação aos povos que orbitavam no entorno do foco de Ranke:

Às vezes, quando se refere à parte que puderam ter eslavos ou húngaros nos movimentos de defesa do mundo ocidental em face do perigo que representavam-lhe as hordas turcas, parece, por um instante, consentir em admiti-los nesse grêmio fechado. Outras vezes, quando é impossível negar terminantemente que eles assimilaram os valores romano-germânicos, sugere que desempenharam um papel receptivo nesse caso, mais do que ativo e verdadeiramente criador. O que é explicável pelo fato de se situarem, e não só pela geografia, nos limites indecisos e flutuantes dos povos privilegiados. Do ponto de vista da geografia, a explicação poderia ter algum valor para a Polônia ou a Hungria, mas não parece certa para a Boêmia que, além de enlaçar-se intimamente, pela sua história, ao Santo Império Romano da Nação Germânica, se estende para oeste da linha que traça o Oder (com o Adriático). Referindo-se aos que ficam a leste dessa raia, mas silenciando a respeito dos que estão a oeste, há uma passagem em seu livro sobre os Estados do sul da Europa, onde alude à funda diferença existente ainda nos séculos XVI e XVII, na arte da guerra tal como a praticavam poloneses e magiares, de um lado, e de outro os povos germânicos e latinos. (1974, p. 448)

As escolhas feitas por Ranke seriam, segundo a leitura de Holanda, motivadas mais pelo desejo de mostrar-se coerente ao seu sistema de povos

românicos e germânicos e não tanto as considerações históricas que implicassem um desprezo por esses povos que ficaram ao largo de seus escritos.

Com um argumento próximo daquele apresentado por Sérgio Buarque de Holanda, Ernst Schulin afirma que “a empreitada de descrever a história moderna como interações recíprocas e confluentes das nações dominantes europeias” reservava “seus próprios problemas descritivos”:

Tal polifonia não poderia ser descrita como um sistema estático nem um desenvolvimento homogêneo. Foi uma mistura precária dos dois. Ranke, como sabemos, não rejeitou nada mais veementemente do que a doutrina histórico-filosófica de que “o objetivo da história universal era encontrar a resposta genérica para a situação do mundo atual.” Ele havia escutado isso em todas as aulas que havia frequentado quando estudante. (1990, p. 75)

Logo, a dificuldade em orquestrar inúmeras nações em um sistema dinâmico e heterogêneo pode ter sido mais um dos elementos que manteve algumas nações em menor destaque no conjunto de sua obra.

2. HOSTILIDADE CONTRA OS OTOMANOS E EUROCENTRISMO

Em seu livro *Ranke: The Meaning of History*, Leonard Krieger se posiciona de forma diferente do que havia realizado dois anos antes em seu artigo supracitado, pois apesar de Krieger ter afirmado que Ranke “desprezava os turcos”, ele também indica que isto não implicava em desumanização quando Ranke tratava do tema. Nesta outra obra, Krieger analisa que o problema com os otomanos não seriam uma questão particular de Ranke com esse povo, mas com o tipo de ação em que o governo otomano se engajava, fundamentando sua oposição a eles no argumento da natureza humana e suas corrupções inerentes.

Os principais pontos que Ranke consideraria dignos de reconhecimento nos otomanos, segundo Krieger, seriam sua religiosidade, com suas ações diárias de piedade, e a busca da preservação da nacionalidade pelos sacerdotes ortodoxos gregos. (1977a, p. 119). Com estas informações, Krieger amplia o escopo comparativo de Ranke para além da Europa, considerando que, no caso da inclusão da presença otomana na Espanha, “estes subtemas prescreveram o tratamento separado de cada nação representativa” (1977, p. 131), ou seja, os orientais entram como um elemento que não poderia ser (e não foi) desconsiderado.

O historiador norte-americano Matthew Anthony Fitzsimons afirma a importância da identidade europeia na obra de Ranke em seu artigo *Ranke: History as Worship*. Ele analisa que “como a maioria dos europeus, americanos e alguns asiáticos articulados do século XIX, ele [Ranke] acreditava que o modo de vida ocidental era superior a todos os outros, que era uma civilização”¹⁰. Assim, entende que a visão rankeana sobre a história mundial era limitada, visto que as civilizações orientais teriam como marca a inatividade e não podiam contribuir para a compreensão das dinâmicas históricas mundiais como os grandes impérios – e principalmente o romano – conseguiria.

O autor também categoriza a presença da revolução sérvia na obra Ranke como “um item incomum dentre os trabalhos de Ranke no que diz respeito aos eslavos e os eventos contemporâneos assim como seu contexto” (1980, p. 542), creditando tal exclusão a sua “visão de Europa, um romantismo constricto, que excluiu celtas, húngaros e eslavos, enraizada no nacionalismo alemão e na piedade dos grandes poderes.” (1980, p. 538) Conclui com a reafirmação de que “a visão de história mundial de Ranke é, apesar de suas vastas pesquisas históricas, limitada” (1980, p. 552), pois “escrever sobre história mundial e querer dizer Europa ocidental era algo significativo na era do nacionalismo” (1980, p. 553).

Sabry Hafez, professor de literatura árabe comparada, diz que o orientalismo (no sentido empregado por Edward Said) não estaria presente apenas nas formas literárias, mas também em outras disciplinas como a História, pois “o que torna o Oriente constante é que ele é visto como imutável, estático, sem mudanças”, sendo que essa “latência do orientalismo é assimilada por escritores como Leopold von Ranke, Jacob Burckhardt e Oswald Spengler.” (2014, p. 12)

Georg Iggers, reconhecido estudioso da história intelectual da Europa moderna e contemporânea, afirma em *The German Conception of History* que o

¹⁰ Considero ainda que, comparado a outros críticos desse viés, a postura aqui é moderada e historicamente situada por compreender que o debate sobre o lugar da história oriental é deficiente na primeira historiografia contemporânea e que inclusive a percepção desta lacuna seria um dos desafios tomados tanto por Lord Acton e os contribuidores da *Cambridge Modern History*, assim como também posteriormente por Oswald Spengler, (levando-o a conceber a história mundial como ininteligibilidade entre culturas) e por Toynbee (que via princípios morais no curso das civilizações que revelavam a transcendência dos mesmos).

interesse central de Ranke recaía na unidade europeia e que “as fundações da comunidade europeia são e permanecem, mesmo que essa comunidade requeira “energia moral” para conseguir “significado universal”” (1983, p. 82) Baseado nessas ideias, “Ranke estudou todos os grandes estados, que ele descreveu como o mundo greco-romano, em sua interação dentro deste contexto europeu maior.” (1983, p. 88). Neste tocante, Iggers comenta duramente que mesmo este sendo seu objeto central de pesquisa, Ranke detinha “pouca compreensão das novas forças que operavam na sociedade europeia desde a Revolução Francesa.” (1983, p. 85). Em outro texto, Iggers afirma que a atitude de desinteresse frente à história oriental:

(...) reflete em parte uma arrogância bastante disseminada no século XIX, quando Hegel, Marx e Macaulay todos concordaram que apenas o Ocidente pensava historicamente; em parte isso exemplifica um paroquialismo que mostrou pouco interesse na vida intelectual além dos limites do mundo ocidental ou mesmo da própria nação. (2002, p. 101)

Em *Ranke: considerações sobre seu modelo historiográfico*, o historiador brasileiro José D'Assunção Barros afirma enfaticamente que Ranke era um nacionalista eurocêntrico e que este fato teria sido inclusive percebido por contemporâneos de Ranke como Karl Lamprecht: “Naturalmente que, ao lado do nacionalismo, e enquadrando-o, existe um explícito eurocentrismo na historiografia de Ranke, bem ressaltado pela História dos Povos Romanos e Teutônicos (1824)”, em que o autor pareceria manter, no entanto, uma atitude dúbia entre o olhar universal e particular:

(...) segue como uma das mais insistentes temáticas de fundo, quando Ranke trata da história europeia na totalidade, ainda que seu olhar historicista, em outros momentos, dirija-se à percepção das histórias nacionais, nas diversas obras que escreveu sobre a história específica de cada país: da Espanha (1827), da Prússia (1847–1848), da França (1852–1861), da Inglaterra (1859–1869), ou mesmo da Sérvia e Turquia no século XIX (1879). (2013, p. 989)

A historiadora Suzanne Marchand afirma categoricamente em *German Orientalism in the Age of Empire* que Ranke era eurocêntrico e que suas escolhas bibliográficas refletiam esse posicionamento, o que ficaria ainda mais evidente com os ataques de Eduard Meyer¹¹ à sua história universal:

¹¹ Eduard Meyer (1855 – 1930) foi um historiador alemão autor de *História da Antiguidade (Geschichte des Altertums)*. Sua pesquisa se focou na história oriental notadamente o Egito, sendo o primeiro a perceber,

Meyer conseguiu dar a cada um desses estados [orientais] sua parte graças ao seu notável talento linguístico, sua capacidade prodigiosa para o trabalho duro e sua posição geracional peculiar – a qual lhe deu acesso e ideia sobre todas as novas pesquisas no exato momento que se tornariam impossíveis de dominar. O primeiro e o último desses fatores deram vantagem a Meyer em relação a Ranke, que havia publicado o volume I de sua própria história mundial em 1881. Ranke, Meyer atacou, ao falhar em incluir o Oriente antigo em sua suposta história global, ignorou cinquenta anos de pesquisa acadêmica; ainda que ele conhecesse o trabalho de Wellhausen sobre o Antigo Testamento e história do Império Otomano de Hammer-Purgstall, ele deixou de utilizar ambas. Ranke excluiu a última porque Hammer se aprofundou em fontes otomanas e não europeias, e o eurocêntrico Ranke acreditou que as relações venezianas eram muito mais confiáveis. (MARCHAND, 2009, p. 208)

Referindo-se então a orientalistas consagrados como Meyer, Becker¹² e Francke¹³, cuja visão seria de que Ranke conferia aos estados pós-clássicos da Europa um estatuto especial (apud MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 208), Marchand compreende que a visão historiográfica desses orientalistas tinha muito em comum com aquela a tradição rankeana¹⁴ que “pensava que o objetivo mais alto da ação humana era o desenvolvimento e garantia do poder e grandeza dos Estados” (2009, p. 208). Isso, na interpretação de Marchand, tornaria suas pesquisas tendenciosas. Ela também enfatiza o eurocentrismo de Ranke, indicando no historiador um movimento maior de mudança historiográfica de um modelo universal para o científico, incluindo nisso o tratamento de história oriental por Creuzer¹⁵ e Hegel¹⁶.

Frank Kämpfer, historiador alemão especialista na história do leste europeu, diz que a iniciação de Ranke nos assuntos orientais não se deu pelo apreço ao período helenístico característico de sua época, mas sim acidentalmente, visto que não foi Ranke que procurou as fontes sobre o Império

em 1904, o ciclo sotíaco que forma a base da cronologia tradicional egípcia. A referência de Marchand se dá pelo interesse de Meyer também na história otomana, o que incluiu a residência de um ano em Istambul após a conclusão de seus estudos nas universidades de Bonn e Leipzig.

¹² Carl Heinrich Becker (1876 – 1933) foi um orientalista e político, fundador dos estudos contemporâneos do Oriente Médio na Alemanha.

¹³ August Hermann Francke (1870 – 1930) foi um especialista em história e cultura do Tibete, publicando as *Crônicas de Ladakh* e trabalhando como o primeiro professor do tema na Universidade de Berlim.

¹⁴ Essas semelhanças seriam a concepção de história como um processo de desenvolvimento do Estado, foco nas instituições e a abordagem a partir de uma história científica.

¹⁵ Georg Friedrich Creuzer (1771 – 1858) foi um filólogo e arqueólogo alemão. Sua obra mais conhecida é *Simbologia e Mitologia dos Povos Antigos*, especialmente os Gregos (*Symbolik und Mythologie der alten Völker, besonders der Griechen*).

¹⁶ O tema oriental na obra de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831) aparece mais proeminentemente nos escritos dos anos de professor em Jena (1801-1806), Heidelberg (1816-17) e Berlim (1818-30), pontuando todos os seus principais escritos deste período.

Otomano, mas sim o material que o encontrou quando este vasculhava as relações venezianas. A partir dessa descoberta, Ranke “descobriu haver toda uma “história desconhecida” a ser aprendida ali” (1991, s.p.).

Segundo Kämpfer, a inclusão dos eslavos, turcos e outros povos marginalizados na História da Europa passou ao largo de sua concepção dualista de história (românico-germânica) elaborada em História dos Povos Latinos e Germânicos e permaneceu assim em todos os escritos de Ranke. Conclui que Ranke “permanece mantendo o estranho onde deve estar, como subordinado e de passagem, diferente dos povos tribais de descendência puramente teutônica ou teutônica-romana, cuja história está no centro de toda a história recente.” (1991, s.p.)

O historiador das ideias J.J. Clarke aponta para a referência à Ásia na obra de Ranke com a qualificação de que estas eram “nações de eterna imobilização”, visão compartilhada por Hegel e seguida posteriormente por outros intelectuais como Karl Marx e John Stuart Mill (2003, p. 73), qualificando essa postura historiográfica como eurocêntrica.

A mesma crítica é feita por Klaus Müller, para quem os “europeus experienciam sua história como imbuída de um dinamismo particular” devido a seu próprio aceleração material desde o final do século XVIII. Essa percepção quando “sintetizada com os ideologemas do eurocentrismo, dá origem à crença que “progressividade” é uma propriedade especificamente europeia, o que legitima a presunção e possibilita a obrigação de engajar-se em uma missão de esclarecimento.” A historiografia de Ranke, para Müller, se enquadra nesta categoria dinâmica:

De acordo com Leopold von Ranke, aqueles vivendo nestas regiões eram “povos de eterno impasse” (*die Völker einer ewigen Stillstandes*). Seria absurdo, ele argumentou, tomá-los como o ponto de partida “para captar o movimento interno da história mundial!” Tais povos, como analogamente formulado por Kurt Breysig, são “povos um eterno tempo primitivo.” O historiador poderia conseqüentemente desconsiderá-los. Como uma expressão de uma ideologia e identidade eurocêntrica, Ranke e Breysig certamente não foram os primeiros a sustentarem essa concepção. (2002, p. 40)

O sociólogo Colin Campbell aposta em uma crítica mais ácida e aponta para a inclinação reacionária de Ranke como a causa do estreitamento geográfico de sua obra, já que Ranke estaria reagindo em oposição aos

historiadores do Iluminismo como Voltaire e Gibbon, com seus interesses progressistas em relação ao Oriente.

No momento da publicação de sua curiosa nota no jornal *New York Times*, Campbell observava o renascimento rankeano denunciado por Mommsen como uma renovação do interesse em “política externa, balanço de poder e a importância do estado.” (1986, p. 52), mas ressaltando que as obras rankeanas não só são ultrapassadas (e, portanto, dispensáveis na formação intelectual) como são defeituosas no que diz respeito à história oriental, referindo-se à crítica do historiador chinês Zhang Zhilian, professor da Universidade de Pequim.

De fato, em *Renewed Encounter*, Zhang Zhilian vê um retrocesso no interesse e na qualidade das pesquisas historiográficas europeias sobre seu país quando compara o século XVIII com o XIX (2000, p. 308) e resume sua posição que é consideravelmente condescendente: “Não devemos, no entanto, com um bom senso historicista, pedir muito de Ranke. Afinal, ele não foi o único europeu preconceituoso”(2000, p. 309).

Uma das críticas mais contumazes ao suposto eurocentrismo rankeano é fornecido pela historiadora Kathrin Maurer, que resume o alvo da historiografia rankeana como sendo o de “sugerir a unidade da civilização europeia; uma unidade fundada em três elementos, como migração, as Cruzadas e a colonização” (2013, p. 39).

Recorrendo à noção de “olhar panorâmico”, Maurer afirma que este “(...) abarca uma dimensão expansionista e a ótica da viagem pitoresca se traduz na ideologia de possuir, controlar e expandir.” Ranke faria parte desta ótica porque para ele “o Oriente sempre permaneceu uma forma de contra força e oposto da história europeia ocidental”, sendo o maior indício disso que “a Santa Aliança das nações europeias permanece um contraponto universal ao Oriente.” Desta forma, Maurer rejeita a ideia de que Ranke foi um pensador cosmopolita – ao que ela concede como verídico apenas no que diz respeito à história europeia, mas “que não se aplica à história do Oriente.” (2013, p. 58)

Essas características são, para Maurer, provas de uma política imperialista que pressupõe a superioridade da cultura e da organização política do observador europeu.

A “confederação única” europeia de Ranke representa uma forma de Santa Aliança que permite apenas nações com elementos romanos e germânicos. De acordo com Ranke, a aliança inclui exclusivamente os

franceses, espanhóis, italianos, alemães, ingleses e escandinavos. Os turcos, os russos e todos os povos eslavos estão excluídos visto que eles não compartilham da história comum da migração, cruzadas e colonização. (2013, p. 61)

Os apontamentos do historiador alemão Jürgen Osterhammel vão na mesma direção, considerando que o problema em Ranke está não apenas na exclusão do Oriente, mas, além disso, em uma inclusão defeituosa e limitada:

De nenhuma forma Ranke ignora inteiramente os hunos e os mongóis em sua história mundial, mas consegue, não mais que um século antes de Edward Gibbon, não compreender os impulsos internos daquelas sociedades fora da religiosamente e civilizada “civilização”, sendo sempre “bárbaras.” (2013, p. 214)

Também Raymond Aron entende que Ranke via as rivalidades no contexto internacional como “consonantes com a missão e favorável à grandeza da Europa” e que estes elementos são “agora considerados como tendo sido fatais” (2002, p. 9), atribuindo, portanto, uma avaliação negativa à centralidade da Europa no trabalho de Ranke.

A historiadora Susanne Zantop vai ainda mais longe e sugere certa xenofobia por parte de Ranke. Segundo ela, para Ranke o período da Restauração foi a possibilidade de expulsão dos forasteiros dos territórios europeus e que “sua narrativa estava fazendo justamente isso: restaurando a autoridade através da exclusão de tudo que é estrangeiro.” (1987, p. 577)

3. RANKE COMO UM HISTORIADOR GLOBAL

O terceiro grupo de intérpretes da obra de Ranke caracteriza-se pelo posicionamento oposto aos dois primeiros grupos ao afirmar que a obra de Ranke é abrangente e global, incluindo o Oriente em seu escopo.

Um primeiro autor que representa essa vertente é o conhecido historiador inglês Edward Gaylord Bourne. Em seu artigo *Leopold von Ranke*, Bourne considera primeiramente que Ranke seria um historiador voltado para as questões não somente alemãs, mas europeias. Afirma que “em cada caso o historiador mantém o resto da Europa sob amplo olhar e em cada passo ilustra com conhecimento sem paralelo à corrente de eventos da história das nações vizinhas”, pois “é a história do mundo que ele está escrevendo, do mundo europeu cuja essência de vida vem de Roma” (1896, p. 397). Assim, mesmo que

haja uma concentração na história da Europa, ela se coloca em relação a uma história universal.

Assim, Bourne afirma que Ranke teria escrito a “História da França não como um alemão, mas como um europeu” (BOURNE, 1896, p. 398), confirmando que, segundo sua visão, Ranke foi um historiador preocupado com assuntos europeus e que “retratou a entrada no palco dos grandes bastiões da cultura europeia moderna.” (1896, p. 401). Entretanto, Bourne vai ainda mais longe, afirmando que “Ranke é universal”, característica que atribui à influência de Heródoto, “cuja pesquisa sem restrições do mundo inteiro fascinou Ranke”, algo que apenas foi possível graças à devoção de Ranke pela “verdade histórica” (1896, p. 398).

Em *Leopold von Ranke als Akademischer Lehrer*, Günter Berg faz uma periodização dos recortes geográficos e das consequentes temáticas na obra de Ranke, aprofundando assim a compreensão da presença do tema oriental.

Ele aponta que, em 1837, há a introdução dos temas do Império Otomano, das descobertas e da colonização como uma forma de mostrar a extensão do sistema de poder mundial europeu. Para Berg, a partir desse período a “ênfase no declínio do poder otomano aparece como um tema central, mesmo antes dos eventos individuais que demonstrariam tal interpretação” (1968, p. 117).

A partir de 1851, Ranke então estaria voltado para a formação interna dos Estados europeus, ainda assim “mostrando as repercussões das descobertas” (BERG, 1968, p. 117). Assim, Berg aponta para um entrelaçamento constante entre a história europeia e o império otomano na obra de Ranke, algo ainda mais perceptível nas publicações de 1833/34, 1837, 1844 e 1849–50.

Ao analisar o livro de Ranke sobre o Papado, mostra como Ranke inclui os “efeitos dos otomanos como reação às cruzadas e no enfraquecimento dos estados italianos, assim como a conexão de Portugal com as Índias Orientais, sendo agora uma extensão do sistema de estado europeu” (BERG, 1968, p. 122). Além disto, Ranke também considera a formação de um “sistema asiático de povos” (*Völkersystem*) “consistindo da Turquia (que baseava neste momento sua unidade na escravidão com grande ênfase), com suas linhas de batalha contra a Pérsia e Mongólia, através da qual o poder dos turcos estava se tornando muito forte” (BERG, 1968, p. 122).

Para Ranke, tal sistema ocorreu pela influência das descobertas europeias (França na Turquia assim como Portugal e Espanha no Oriente Médio), mas “Ranke não distingue se este sistema foi possível graças à combinação das mesmas parcerias ou pela extensão do sistema europeu” (BERG, 1968, p. 122).

O interesse de Ranke foi além da história moderna e contemporânea, o tratamento do medievo por Ranke inclui também o Oriente e não o interpreta como “uma contraparte do Ocidente cristão, mas como um poder histórico independente” (BERG, 1968, p. 72). Ao mesmo tempo, Ranke apresentaria uma tese da unidade entre Oriente e Ocidente, pois “em adição à expansão geográfica, é sobretudo a organização hierárquica da vida dos reinos e indivíduos, e a cultura similar que confere à Idade Média um caráter unificado que engloba Oriente e Ocidente.” A partir de 1864/65, Ranke começa então a focar no ocidente e a marginalizar as partes orientais” (BERG, 1968, p. 73).

Apesar de ter anteriormente afirmado a centralidade da Europa na obra de Ranke, o historiador alemão Ernst Schulin¹⁷ explora no artigo *Ranke's erstes Buch* a experiência dos anos de estudante de Ranke enquanto um período de grande envolvimento com o “espírito germânico”, indicando que nos poucos relatos sobreviventes deste período, Ranke endossaria a ideia da unidade europeia sob liderança alemã e já apresentaria os esboços da tese que a peculiaridade das tribos austríacas foi resultado da união dos povos germânicos, românicos e eslavos.

Posteriormente Ranke teria reafirmado a visão supranacional que valorizada a coexistência dos povos europeus sem hegemonias tão difundidas no período da Sagrada Aliança (SCHULIN, 1966, p. 595). O autor igualmente indica que já na primeira obra de Ranke a utilização dos termos “românico” e “germânico” aparece como conceito irmanado de “europeu” e que aqui os europeus incluíam os russos e os turcos e que estes, no que lhe concerne, só poderiam ser compreendidos com a inclusão da história asiática.

Entretanto, para entender a história contemporânea, seria necessário acompanhar o desenvolvimento dos povos germânicos e românicos,

¹⁷ Ernst Schulin (1929-2017) merece destaque especial enquanto comentador de Ranke por ser o único autor a ter se dedicado ao tema do Oriente na obra do historiador alemão em seu livro de história intelectual comprada *Die weltgeschichtliche Erfassung des Orients bei Hegel und Ranke*.

entendendo que a migração nas Cruzadas e a colonização da América são pilares da construção do mundo moderno e consequentemente contemporâneo. Apesar desta tese, Schulin percebe que Ranke tem dificuldade em concretizá-la como uma explicação historiográfica eficiente e duradoura. (1966, p. 591).

No entanto, a posição de Schulin varia segundo o que o autor deseja ressaltar na obra de Ranke: no capítulo *Universal History and National History, Mainly in the Lectures of Leopold von Ranke*, afirma que o enfoque de Ranke eram os Estados europeus. No artigo *Ranke's Universal History and National History*, Schulin retorna a apontar diretamente para o elemento global de Ranke, afirmando que apesar de em sua juventude como pesquisador o historiador ter se “mantido geograficamente ao sul da Europa (também com seu estudo especial sobre a revolução na Sérvia)”, isto “não significou que Ranke escreveu histórias nacionais focadas apenas nos sistemas políticos da Europa; suas histórias nacionais tinham orientações cristãs-universais” (1988, p. 8).

Schulin reafirma sua tese do artigo dos anos 1960 nos escritos posteriores e, ao examinar as primeiras palestras de Ranke nos anos de 1834–35 como professor na Universidade de Berlim, afirma que Ranke começa a superar sua concepção de história universal como um apanhado de histórias nacionais, levando-o inclusive à confirmação de um sistema de povos do antigo Oriente. Logo, em suas palestras sobre a Idade Média, Oriente e Ocidente não aparecem como opostos, mas como culturas que estiveram sob o mesmo impulso uniformizador medieval. Para ele, então, o Oriente é visto como um conjunto de potências independentes que gradualmente se fundiu na barbárie e na impotência durante o medievo.

Schulin aponta para outra informação importante: haveria uma diferença entre os temas escritos e o lecionados por Ranke, sendo que ele “se contentava em ensinar sobre sua abordagem universal enquanto escrevia histórias dos Estados individuais europeus em épocas específicas das épocas modernas (principalmente os séculos XVI e XVII)”, mas estes “segmentos nunca foram conectados a um retrato total e plenamente desenhado, nem mesmo em suas aulas”. O retorno ao tema da história mundial teria então apenas acontecido na velhice, sendo que Ranke conseguiu abranger até o século XII antes de sua morte (1990, p. 60).

Outro ponto importante trazido por Schulin é que “Ranke escreveu histórias nacionais que eram animadas por pontos de vista europeus e, portanto, universais.” Equacionar história europeia com a universal pode parecer um tanto reducionista, mas Schulin explica sobre o estilo de Ranke: “Se, na aparência, não era ostensivamente uma história geral do mundo moderno, indiretamente, e por componentes universais, parecia ser algo do tipo.” (1990, p. 70)

Ernst Simon traz em *Hegel und Ranke* um elemento de contraponto dentre as acusações de eurocentrismo¹⁸, indicando que para Ranke o acesso às fontes originais era condição indispensável do fazer historiográfico e que por isso o historiador havia demonstrado inclusive o desejo de expandir sua pesquisa, além de ter consciência de suas próprias limitações:

(...) mesmo se quisermos nos abster de considerar sua escolha de materiais em seu “*Otomanos e a Monarquia Espanhola*”, subsiste ainda prova suficiente de sua vastidão universal. Ele não teria medo de incluir o mundo oriental em sua história universal – mas ele não dominava a língua árabe. (1928, p. 172)

Apesar disso, vale ressaltar que Simon alega uma conexão entre a visão histórica rankeana e a concepção lógica hegeliana, segundo a qual “o mundo oriental é a infância, abrigado em uma unidade patriarcal entre espírito e natureza, em que apenas um precisa ser livre” em contraste com a “última época mundial: a velhice, que estava relacionada ao mundo cristão-germânico” (1928, p. 185).

Em seu livro sobre a carreira acadêmica de Ranke, Günter Berg abordou de forma profunda e compreensiva a questão por outro ângulo e colocou-se diretamente a pergunta do lugar da Europa da obra do historiador (1968a, p. 92), relatando que houve um esforço considerável de compreender a história europeia nas publicações após a viagem à Itália de 1833/34 (BERG, 1968a, p. 92).

Berg acrescenta outras informações, indicando que Ranke não teria se restringido apenas à história europeia e aos temas reconhecidamente de seu interesse, abordando não só o Oriente como a história dos Estados Unidos em suas aulas (1968a, p. 117). Passou também a explorar, em seus artigos na *Historisch-Politische Zeitschrift* [Revista Político-Histórica], o “contraste entre

¹⁸ Os argumentos de Simon se apoiam em *Aus Rankes Frühzeit*, de Hermann Oncken (1922) .

Oriente e Ocidente, Renascimento, descobertas e conquistas (...)” (1968a, p. 117). Posteriormente, ainda na revista, Ranke havia se interessado pela filosofia política e o conflito entre os princípios conservador-monárquico e liberal-revolucionários, sobre os quais mostra um escopo geográfico bastante amplo, rastreando “seus efeitos via Espanha até a América do Sul, na Grécia e, principalmente, na Europa.” (1968a, p. 100).

Já no final desta década, Ranke segue na descrição da consolidação dos Estados europeus, acrescentando “a influência dos otomanos e, em resposta, a história de descobertas e colonizações, mostrando assim a extensão do sistema europeu ao estado mundial”, havendo já “um afastamento da ênfase no declínio do poder otomano como tema central, mesmo antes de o enfraquecimento ser comprovado no evento histórico individual” (BERG, 1968a, p. 117).

Entretanto, é preciso notar que, segundo Berg, para Ranke, a “formação de nacionalidades modernas só pode ser representada no estado individual” (BERG, 1968a, p. 119) e que em seu conjunto de obra não há histórias particulares de nações não-europeias. Além disso, há passagens onde a história oriental é quase um esboço, como na aula *Geschichte des Mittelalters* (1843–44), onde “a seção sobre o Oriente cobre o segundo capítulo inteiro, está registrada em três páginas.” (BERG, 1968a, p. 75)

Além disso, há uma concepção mais profunda sobre Ocidente e Oriente, entendidos como modelos separados que se desenvolvem, em relação proporcionalmente inversa:

Desde o início, Ranke mostra dois momentos essenciais: a expansão geográfica da história mundial e, por outro lado, uma concentração progressiva da cultura em um espaço geograficamente estreito. Assim (...) o Oriente não aparece como uma contrapartida em sua influência no Ocidente Cristão, mas como um poder histórico independente que gradualmente se afunda em barbárie e impotência durante a Idade Média. Tanto na palestra de 1834/35, como no *Universal historisches Kolleg* de 1826/27, as duas vertentes do desenvolvimento são mostradas separadamente. (BERG, 1968a, p. 44)

Esta postura é aplicada também na questão religiosa, em que “o tratamento do mundo ocidental predominou em 1864–65 e as partes orientais foram marginalizadas” (BERG, 1968a, p. 73). Estas lacunas seriam muito mais uma escolha do que falta de material, pois segundo Berg, “é sabido que Ranke a estudou muito bem e possuía uma coleção de folhetos da época, um dos maiores de propriedade privada” (BERG, 1968a, p. 97).

O historiador alemão Justus Hashagen defende em *Versuch einer neuen Kritik Rankes* que a historiografia rankeana representava uma visão global baseada na crença de que “toda época é imediata a Deus e sua existência não se justifica em sua utilidade, mas em si mesma. O mesmo vale para todas as atividades humanas, de todos os ramos da cultura, religião, arte, ciência, direito, economia, política, educação, estilo de vida humanos. Todos eles crescem da grande árvore da ciência histórica” (1942, p. 80) Assim, Ranke seria bastante inclusivo e sua obra “também nos deu o mundo eslavo, os Bálcãs e o Oriente. Sua visão de águia se estendia do antigo Oriente até seu presente imediato” (1942, p. 79).

O autor entende que o escopo rankeano é abrangente não só de um ponto de vista temático como temporal:

Mas seu universalismo não está esgotado na vastidão do horizonte local e na escolha de uma quantidade generosa de tempo. Ele é compreendido de forma original e completamente objetiva: a humanidade como ela é, explicável ou inexplicável: a vida do indivíduo, os sexos, das nações, às vezes com a mão de Deus sobre eles. (HASHAGEN, 1942, p. 79)

Assim, Hashagen argumenta no sentido contrário da exclusividade da preocupação rankeana com a Europa, afirmando que Ranke “também queria decifrar o mundo eslavo, os Bálcãs e o Oriente.” (1942, p. 79).

Alguns historiadores germanistas brasileiros enxergam Ranke como um historiador de escopo mais amplo em vários sentidos temáticos. Pedro Caldas qualifica a obra de Ranke como um mosaico, já que “ora Ranke dedica várias páginas à política de Carlos V, já em outras vezes se atém aos movimentos camponeses, aqui fala dos cavaleiros, acolá do próprio Lutero, mais além da corrupção da Igreja Romana e da defesa de Viena contra os Otomanos” (2010, s.p.).

André de Melo Araújo aponta para a amplitude da obra de Ranke, em que há a busca da conexão entre “as ondas migratórias — ou invasões bárbaras — ocorridas ao longo do primeiro milênio da Era Cristã na Europa Central, as Cruzadas e a empresa de colonização do Novo Mundo” (2013, p. 77). Também indica o interesse de Ranke em conceber uma história universal em que nenhuma história particular é menos importante, correspondendo a “uma tônica dominante não apenas da pesquisa de Ranke, mas também dos cursos de

história que foram os mais procurados em Berlim” (2013, p. 80). Araújo também argumenta que:

(...) uma das preocupações mais centrais e recorrentes da obra de Ranke já se encontra aqui [em sua primeira obra] claramente delineada: a história procura compreender a dinâmica que se estabelece entre os agentes históricos supranacionais e os contextos políticos particulares. (2013, p. 81)

Com isso, indica que para Ranke todas as histórias particulares desempenhavam um papel importante na história universal.

Em um sentido muito parecido de perceber a interconexão entre partes e o todo, o historiador alemão Helmut Berding explorou a relação de Ranke com a abordagem histórico-teológica, segundo a qual o todo da história está interconectado de forma harmônica, permitindo que sua historiografia “se elevasse sobre as contradições do seu tempo e trouxesse o todo da história a ser vista “objetivamente””, o que culminaria na escrita de sua História Universal inclusiva. (2005, p. 80).

Gerhard Masur afirma em *Ranques Begriff der Weltgeschichte* que “Ranke fundiu o desenvolvimento das culturas do Oriente Próximo, Antigas e Ocidentais em um processo cultural unificado que, como uma coisa viva”, mas que, paradoxalmente, os povos do Oriente eram considerados por ele povos da “eterna paralisação” (1926, p. 103). No entanto, ele não vê isso necessariamente como uma falha na obra de Ranke, afirmando que:

Ranke explicou que uma coleção de histórias nacionais em um contexto mais estreito e amplo não comporia a história mundial; que o progresso geral, que abrange todas as nações, era uma quimera historicamente indetectável e que as nações da história mundial somente até agora entram em consideração quando participam do movimento histórico-universal e, atuando, constituem um todo vivo. (MASUR, 1926, p. 104)

Masur entende que a visão rankeana da história universal o afastou das tentações do “curioso exotismo” e da “sedução do orientalismo que ameaça o mundo cultural ocidental desde os dias do romantismo e Schopenhauer”, mostrando assim que a história mundial é em sua essência antológica “porque através dessa separação rigorosa de tudo o que não participa da história de um mundo, ou digamos abertamente, nosso mundo, Ranke mostrou que a história universal só pode ser alcançada através de uma seleção, que no que lhe concerne, é inconcebível sem um significado para o todo.” (1926, p. 119)

Neste mesmo tom, o filósofo Ernst Cassirer percebe Ranke como um historiador universal e descreve a concepção rankeana do trabalho historiográfico com positividade. Ele considera este ponto um de seus maiores méritos porque “abre a sua obra a seu grande e livre horizonte”. Desta forma, valoriza o trabalho de Ranke como altamente abrangente:

Sua simpatia universal podia abarcar todas as épocas e nações. Podia descrever a história dos papas e a história da Reforma, a história da França e da Inglaterra, a do Império Otomano e da monarquia espanhola com o mesmo espírito imparcial e sem nenhuma deformação nacional. Para ele, as nações latinas e teutônicas, os gregos e os romanos, a Idade Média e os estados nacionais modernos representam um organismo coerente. Cada nova obra o permitia ampliar seu horizonte histórico e oferecer uma perspectiva mais livre e mais ampla. (1971, p. 163)

Em *O Problema do Conhecimento*, Cassirer amplia ainda mais sua visão de Ranke como um historiador universal ao indicar haver nele o encontro da atitude contemplativa com a objetiva, do individual e do universal - pois “cada desenvolvimento particular contém um universal dentro de si” – sendo mérito de Ranke ter a disposição de encontrar unidade na multiplicidade de percepções (1978, p. 235).

Eugen Guglia, em *Leopold von Rankes Leben und Werk*, vê que “Ranke dá aos árabes um espaço muito amplo em seu processo histórico universal” e que em sua obra o historiador “encontra o elemento político em que o governo dos muçulmanos se baseia ainda em ação atualmente” (1893, p. 299).

Como foi visto, as percepções sobre o lugar do Império Otomano e o Oriente na obra de Ranke são bastantes díspares. Resolver o impasse com uma resposta definitiva é uma tarefa impossível porque muitos desses crivos são subjetivos e o que é um espaço grande dado ao mundo oriental para alguns não é um espaço suficiente para outros.

A problemática do Império Otomano em Ranke é composta, como foi possível perceber, de temas que envolvem certas polêmicas. Os lugares dos otomanos e dos europeus e o que isto representa são encarados pelos autores de formas diferentes dependendo de suas expectativas, enquadramentos teóricos e demandas.

Penso que entre um Ranke eurocentrista e um Ranke universalista existe algo mais matizado e complexo, o que significa dizer haver um historiador em diálogo com sua época e com o desenvolvimento de sua identidade profissional. A especificidade da conversa que Ranke estabeleceu com a Questão Oriental é analisada nos capítulos seguintes e a pesquisa se propôs a compreender como Ranke percebeu a questão a partir de dois eixos que se mostraram estruturais no aprofundamento da investigação: a questão político-diplomática e a questão acadêmico-intelectual.

Mediante isso, um primeiro passo possível é apresentar os dados de uma forma mais objetiva para procurar traçar com base mais segura qual é o lugar da temática no conjunto das obras rankeanas.

RASTREAMENTO QUANTITATIVO DO IMPÉRIO OTOMANO E O ORIENTE NA OBRA DE RANKE

Dando continuidade à trajetória pelo Império Otomano na obra de Ranke, optei por mostrar um levantamento quantitativo que ajuda a visualizar a distribuição do assunto no conjunto total dos trabalhos do historiador, pois penso que apenas um olhar direto para a obra de Ranke pode apontar a indícios representativos sobre os limites e temas que nela constam. Por isso, este levantamento inicial quantitativo visa fornecer um panorama de forma bastante visual e focada, sendo depois possível adentrar os planos mais qualitativos da questão nos próximos capítulos.

Como procedimento metodológico para realizar o levantamento desses dados, foram selecionadas algumas palavras-chave recorrentes dos textos de Ranke sobre o Império Otomano e Oriente em geral. A partir desse vocabulário básico, efetuou-se uma busca por todos os volumes de sua obra, o que resultou em um índice de incidências e um mapeamento tangível da questão.

As palavras selecionadas (com suas respectivas variáveis) foram as seguintes: *Osman* (otomano), *Türk* (turco), *Arab* (árabe), *Mohamed* (Maomé), *Islam* (Islã), *Saracen* (sarraceno), *Orient* (Oriente), *Morgenland* (Oriente),

Constantinople (Constantinopla), *Maure* (mouro), *Byzan* (Bizâncio), *Sultan* (sultão) e *Pforte*¹⁹.

Ao elencar as recorrências total de referências a essas palavras que remetem ao Oriente/Império Otomano, os resultados por obra de Ranke são os seguintes²⁰:

2 Gráfico geral das referências ao oriente e Império Otomano no total de obras de Ranke

O total de menções computa 6505 palavras, o que já aponta para uma correção em autores que falam que o tema oriental fora totalmente ignorado por Ranke. Mediante esses números, é possível separar as obras de Ranke entre aquelas que abordam mais e menos o Oriente.

Pode-se perceber que as obras com mais menções (acima de 190 ocorrências) ao Oriente são, em ordem crescente: *Weltgeschichte* ((1881–1885),

¹⁹ Em alemão *Pforte*, designa a Sublime Porta, sinônimo da corte ou do governo do Império Otomano.

²⁰ Quando uma obra tem vários volumes, neste gráfico as ocorrências vocabulares foram somadas e colocadas sob o título da obra.

Serbien und die Türkei im 19. Jahrhundert (1879), *Historisch-politische Zeitschrift* (1832–1833), *Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation* (1839–1847), *Fürsten und Völker von Süd-Europa im 16. und 17. Jahrhundert* (1827), *Zur Geschichte von Österreich und Preußen zwischen den Friedensschlüssen zu Aachen und Hubertusburg* (1875), *Die serbische Revolution* (1829) e *Hardenberg und die Geschichte des preußischen Staates von 1793 bis 1813* (1877).

Ao selecionar-se apenas estas obras, a comparação fica mais clara:

3 Gráfico das obras com maior número de citações ao oriente e Império Otomano no conjunto da obra de Ranke.

A presença marcante de alguns destes títulos neste índice já era esperada, dado que seu tema central inclui explicitamente a história otomana de alguma forma: *Fürsten und Völker von Süd-Europa im 16. und 17. Jahrhundert* trata dos povos e principados do sul da Europa e, portanto, passa obrigatoriamente pela conquista da Península Ibérica; *Die serbische Revolution* discorre sobre a independência da Sérvia e as revoluções nacionalistas dos Bálcãs (território otomano); *Serbien und die Türkei im 19. Jahrhundert* é uma atualização do processo de formação nacional e independência da Sérvia.

Outros títulos já são surpreendentemente carregados de referências ao mundo oriental: *Historisch-politische Zeitschrift* aponta para a atenção de Ranke aos acontecimentos do Império Otomano, notadamente a fragmentação dos seus territórios na região balcânica durante o século XIX.

Hardenberg und die Geschichte des preussischen Staates von 1793 bis 1813 é uma obra em que Ranke escolhe realçar as relações internacionais na Prússia com os otomanos, apesar de o objeto da obra ser o que se chamaria de uma “história doméstica” por centrar-se na atuação política do estadista e primeiro-ministro prussiano Karl August von Hardenberg.

Weltgeschichte (notadamente o primeiro volume), por outro lado, alude predominante ao Oriente Médio e às antigas civilizações, algo que já poderia ser previsto em uma obra que visa compor uma história mundial e começar sua apresentação do texto de forma clássica.

A presença de temas orientais em *Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation* assim como em *Zur Geschichte von Österreich und Preußen* também aponta para a conexão global que Ranke buscava fazer entre os territórios do que ele denomina “povos teutônicos” com os povos orientais. Em *Deutsche Geschichte im Zeitalter der Reformation*, o tema predomina no terceiro volume, onde, em meio ao tema central da história da reforma luterana, Ranke inclui alguns momentos em que a história dos povos germânicos entra em contato com a história do Império Otomano. São exemplos disso o quinto capítulo (que relata a tentativa de invasão de Viena pelos otomanos, em 1529) e o sétimo capítulo (que trata de uma nova ofensiva otomana contra a Alemanha capitaneada pelo sultão Solimão I, em 1532).

Mesmo nas obras com menor quantidade de menções, é possível mapear em quais períodos Ranke vê a História da Europa – seu objeto principal de pesquisa – tocar na História do Império Otomano. Isso é observável no gráfico abaixo:

4 Gráfico das obras com menor número de citações ao oriente e Império Otomano no conjunto da obra de Ranke.

Em *Die römischen Päpste in den letzten vier Jahrhunderten*, as menções se concentram no segundo volume, cujo tema central vai da contrarreforma até o período napoleônico. No primeiro momento de reiteração do poder papal, Ranke ressalta a luta com forças opositoras que nasciam tanto no seio da Igreja (Reforma Protestante) como aquelas externas a ela, dentre as quais Ranke inclui a expansão do islamismo. (1834b, p. 14) Ranke também lembra neste volume de “que no século XV se reunia com todos os apelos à resistência comum contra os turcos” (1834b, p. 37)²¹.

Da mesma forma, o primeiro volume de *Neun Bücher preussischer Geschichte*, Ranke novamente indica as relações próximas – e frequentemente belicosas – entre alemães e turcos. Aqui é possível testemunhar o estado de guerra contínuo entre os dois poderes durante quatro séculos, e o cabo de guerra é testemunhado em passagens como: “Era mais fácil do que nunca conquistar a Turquia com forças unidas; A Áustria poderia recuperar o que perdeu em outro lugar” (1849b, p. 419)²².

²¹ “(...) mit der in dem fünfzehnten Jahrhundert jede Aufforderung zu einem gemeinschaftlichen Widerstand gegen die Türken aufgenommen wurde.”

²² “Es sei leichter als je, mit vereinten Kräften die Türkei zu bezwingen; da könne Österreich wieder erobern, was es an andern Stellen verliere.”

Em *Französische Geschichte*, dois volumes apresentam um alto índice de referências aos otomanos; no primeiro volume vê-se a predominância do uso da palavra “sarracenos” e o destaque para a relação do rei francês Francisco I (reinado de 1515–1547) com o Império Otomano em relação às Cruzadas, como por exemplo:

O plano cultivado em épocas anteriores de conquistar a Terra Santa outra vez, e mesmo agora quando havia se tornado impraticável, ainda encontramos alguns ecos desde o estabelecimento do Império Otomano no leste da Europa e nas costas do Mediterrâneo, mudado para um projeto de oferecer a este poder universalmente agressivo uma oposição firme e permanente em suas tentativas de estreitar a região da cristandade ocidental. (RANKE, 1852, p. 119)²³

No terceiro capítulo da mesma obra, as relações entre Ocidente e Império Otomano voltam a ganhar destaque no contexto da disputa na defesa da cristandade, desta vez no expoente absolutista reinado de Luís XIV (1643–1715):

Depois que a paz dos Pirineus foi conduzida, o Papa Alexandre VII tentou criar uma liga dos príncipes cristãos, unidos entre si contra os turcos. Mas quem deveria ter encarado isto com mais expectativa do que o rei da França, de longe o mais poderoso de todos. Luís XIV também não negou a solicitação, embora, como ele disse, estivesse comprometendo a vantagem comercial de sua nação no Oriente e talvez também a segurança dos cristãos católicos no país; mesmo assim, ele se ofereceu para unir forças com sua aliança renana, que estava muito disposta a montar um exército respeitável e enviá-lo à Hungria contra os turcos. (RANKE, 1855, p. 283)²⁴

Embora as referências aos otomanos sejam mais escassas em *Englische Geschichte*, o primeiro volume inclui o tema ao mencionar primeiramente uma relação de antagonismo no reinado de Henrique VIII – “pensou em dominar os franceses: após concluir este trabalho, ele já se via carregando armas para o Oriente, de modo a pôr um fim ao império turco”²⁵ – e depois, no segundo volume, de aproximação entre otomanos e a Inglaterra de Elizabeth I (1558–

²³ “Die Absicht der früheren Jahrhunderte, das heilige Land wieder zu erobern, von der sich, auch als sie nicht mehr zu erreichen war, noch einige Nachklänge finden, halte sich, seit dem Emporkommen des osmanischen Reiches in dem östlichen Europa und an den Küsten des Mittelmeeres, in den Gedanken verwandelt, vor Allem dieser, noch immer um sich greifenden, das Gebiet der abendländischen Christenheit beschränkenden Macht einen nachhaltigen Widerstand entgegenzusehen.”

²⁴ “Auch-wies Ludwig XIV. den Antrag mit Nichten von sich obgleich er, wie er sagte, dabei den commerciellen Vorteil seiner Nation im Orient und vielleicht auch die Sicherheit der dortigen katholischen Christen gefährde; vielmehr erbot er sich, im Verein mit seiner rheinischen Allianz, die dazu sehr willig war, ein ansehnliches Heer ins Feld zu ziehen und nach Ungarn den Türken entgegenzuschicken.”

²⁵ “Er versicherte, dass er das Papsttum nur zum Vorteil des Königs und des Kaisers erwalten werde: er dachte alsdann die Franzosen zu überwältigen: nach Vollbringung dieses Werkes sah er sich schon im Geiste die Waffen nach dem Orient tragen, um dem türkischen Reiche ein Ende zu machen.”

1603): “mesmo sob Elizabeth, a oposição à monarquia espanhola aproximara os otomanos.”²⁶ (RANKE, 1877, p. 70).

No caso de *Die deutschen Mächte und der Fürstenbund*, o segundo volume tem um capítulo inteiro reservado à Guerra Austro-Turca (também chamada Guerra Habsburgo-Otomana ou Guerra Austro-Otomana) (1788–1791), momento em que a monarquia dos Habsburgo enfrenta o Império Otomano (que no que lhe concerne enfrentava concomitantemente a Guerra Russo-Turca de 1787–1792). Além disso, o volume é pontilhado de referência ao papel dos otomanos nos desdobramentos das relações internacionais durante o século XVIII que afetavam os poderes teutônicos. A ampliação do título para mais três livros, encontrada em *Zwölf Bücher preußischer Geschichte*, traz apenas duas referências aos otomanos e uma delas demonstra a erudição de Ranke em história política mundial ao conectar os suecos aos otomanos:

Na primavera de 1743, um enviado sueco apareceu em Constantinopla para pedir ao Grande Senhor que apoiasse essa combinação [de eleger o príncipe Frederico da Dinamarca como herdeiro do trono da Suécia], que tinha que ser de grande benefício para o Império Otomano. (1879b, p. 76)²⁷

O que é bastante revelador da atenção precoce de Ranke no Oriente é que já em sua primeira obra, *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*, cujo tema não parece minimamente abranger os otomanos, encontram-se nada menos do que setenta e duas menções.

Ranke realiza uma ressalva já no prefácio de que sua abordagem não deveria se alongar por povos que não compunham da unidade românico-germânica, procedendo para “tocar o estrangeiro, apenas onde ele deve estar”²⁸, mostrando assim que sua obra de estreia:

Evita três conceitos análogos: o conceito de um cristianismo geral (isso também incluiria os armênios), o conceito de unidade da Europa; pois como os turcos são asiáticos e como o Império Russo entende todo o norte da Ásia, sua situação não poderia ser completamente compreendida sem penetrar e atrair toda a situação asiática; finalmente, também do análogo, o conceito de cristianismo latino: tribos

²⁶ “Schon unter Elizabeth hatte der Gegensatz gegen die spanische Monarchie zu einer Annäherung an die Osmanen geführt. ”

²⁷ “Im Frühjahr 1743 ist ein schwedischer Gesandter in Constantinopel erschienen, um den Großherren aufzufordern, diese Combination, die dem osmanischen Reiche zum größten Vorteil gereichen müsse, zu unterstützen.“

²⁸ “Sie bleibt, indem sie das Fremde, nur wo es sein muss, als ein Untergeordnetes und im Vorübergehen berührt (...).“

eslavas, letãs e magiares pertencentes às mesmas têm uma natureza peculiar e especial, que não consideram. (1824, p. iii) ²⁹

Apesar disso, Ranke já pontua momentos que serão depois um *Leitmotiv* no conjunto de sua obra no que tange a relação Ocidente e Oriente: a disputa constante e duradoura entre o Ocidente cristão e o Oriente islâmico. Este ponto pode ser observado em uma passagem sobre o rei Carlos I da França que exemplifica o colorido heroico da narrativa rankeana:

Os italianos atribuíram aquela profecia ao rei da França; em Jerusalém ele deitaria sua coroa e na morte ascenderia ao Paraíso. Carlos era por natureza suscetível a tais ideias. Em seus primeiros anos, quando foi recebido em Troyes como mistério de Davi e Golias, ele viu ali tipificada sua guerra contra os turcos; ele adotou os títulos de Nápoles e Jerusalém – “especialmente o último pareceu-lhe o mais agradável prognóstico” e imediatamente, como se ele pretendesse estabelecer o reino latino no Oriente, teve todos os direitos dos paleólogos de Constantinopla e Trapezunt cedidos a ele.³⁰ (1824, p. 11)

Em *Über die Verschwörung gegen Venedig im Jahre 1618*, Ranke apresenta a história moderna de Veneza, cuja história sempre foi próxima à do Império Otomano, havendo entre eles durante toda a Idade Moderna a tensão entre colaboração e guerra. Nesta obra, Ranke descreve com inspiração a vida veneziana registrada em seus vestígios materiais que atestam sua história ao mesmo tempo em que faz uma declaração à vocação do ofício de historiador:

O Palácio da República ainda está de pé: é como um livro aberto; Passo a passo, com suas colunas e sua entrada, suas escadas e corredores, decorações e esculturas, leva-nos involuntariamente aos antigos eventos; Seu mosteiro e igreja ainda permanecem, testemunhas de sua piedade, sua riqueza e sua conexão com o mundo; a maior parte dos palácios privados ainda está na posse das antigas famílias históricas, a cujos nomes se atribui tanta fama; o barulho do Rialto é imediatamente evocado; e os veículos que ainda estão atracados na margem dos eslavos, em face do leão de São Marco, devido a seu pequeno número, não podem deixar de lembrar o antigo tráfego do Oriente e do Ocidente que aqui aconteceu feliz e por tanto tempo – mas se alguém quer passar dessas noções vagas para uma visão da existência passada, se quer conhecer a azáfama interna

²⁹ "Sie entschlägt sich drei analoger Begriffe: des Begriffes einer allgemeinen Christenheit (dieser würde selbst die Armenier umfassen), des Begriffes von der Einheit Europa's; denn da die Türken Asien sind, und da das russische Reich den ganzen Norden von Asien begreift, könnte ihre Lage nicht ohne ein Durchdringen und Hereinziehen der gesamten asiatischen Verhältnisse gründlich verstanden werden; endlich auch des analogsten, des Begriffes einer lateinischen Christenheit: slavische, lettische, magyarische Stämme, welche zu derselben gehören, haben eine eigentümliche und besondere Natur, welche sie nicht betrachtet."

³⁰ "Die Italiener bezogen es auf Karl: in Jerusalem werde er die Krone niederlegen, und mit dem Tod gen Himmel fahren. Er nun, an den man immerfort diese Dinge brachte, der schon in frühen Jahren, als er einmal in Troyes mit dem Mysterium von Goliath und David empfangen ward, darin seinen Kampf wider die Türken erblicktet, nahm beide Titel von Neapel und Jerusalem an, besonders der letzte sey ihm die schönste Vorbedeutung; er sand an Höfe und Städte von Italien und vertrug mit Ludwig dem Mohren; er ließ sich alle Rechte der Paläologen auf Constantinopel und Trapezunt abtreten; und rüstete."

que todos esses seres suportaram, é preciso usar essas salas e consultar os tesouros do pergaminho. Somente a parte da vida mantida nos escritos é claramente reconhecível.³¹ (1831, p. 54)

Na biografia do comandante e estadista boêmio Albrecht von Wallenstein, a referência ao Império Otomano é obrigatória, visto que o militar lutou nas chamadas Guerras dos Treze Anos (1593–1606) – também chamadas Longas Guerras Turcas – que pretendia decidir a soberania sobre os principados do leste europeu da Valáquia, Transilvânia e Moldávia³². Assim, em *Geschichte Wallensteins*, Ranke traça no capítulo sobre a campanha de 1627 um paralelo notável entre a política otomana e a alemã, reforçando a existência da disputa perene entre islâmicos e cristãos:

Então houve uma mudança decisiva na situação política no Oriente. (...) Os partidos religiosos internos mais uma vez dominaram o Oriente e o Ocidente. Como o grande senhor xiita, o imperador alemão queria esmagar os protestantes. Acima disso, as brigas pendentes entre eles ficaram em segundo plano. Porque eles não se preocupavam mais com a relação geral do mundo entre o cristianismo e o islamismo, como no passado: apenas as áreas de fronteira tinham que ser corrigidas.³³ (1872b, p. 57)

Em sua outra obra biográfica, *Friedrich der Große. Friedrich Wilhelm IV. Zwei Biographien*, é oferecido um apanhado que traça os paralelos nas vidas políticas de dois monarcas prussianos: Frederico, o Grande (reinado de 1740 a 1786) e Frederico Guilherme IV (reinado de 1840–1861). Aqui, uma questão importante trabalhada em profundidade adiante é a do impacto político na

³¹ “Noch steht der Palast der Republik: er ist wie ein aufgeschlagenes Buch; Schritt für Schritt, mit seinen Säulen und seinem Eingang, seinen Treppen und Sälen, Verzierungen und Bildwerken, bringt er uns die alten Begebenheiten unwillkürlich in Erinnerung; es erheben sich noch ihre Münster und Kirchen, Zeugen ihrer Frömmigkeit, ihres Reichtums und ihrer Weltverbindung; noch ist der größte Theil der Privatpaläste in dem Besitz der alten historischen Geschlechter, an deren Namen so viel Ruhm geknüpft ist; der geschwätzige Lärm des Rialto hat sich sofort vererbt; und die Fahrzeuge, die noch immer an der Riva der Slawonier anlegen, im Angesicht des Löwen von St. Marco, können eben darum weil ihrer nur wenig sind, nicht anders als an den alten Verkehr des Orients und Occidents erinnern, der hier so lange und glücklich Statt fand; — will man aber von diesen unbestimmten Ahnungen zu einer Anschauung der vergangenen Existenz fortgehen, will man das innere Treiben kennen lernen, das alle diesem Wesen Bestand gab, so muss man sich nach jenen Räumen verfügen, und die pergamentenen Schätze zu Rate ziehen. Deutlich wieder zu erkennen ist doch allein derjenige Theil des Habens, der in Schriften aufbehalten worden.”

³² Também são chamadas de Guerras dos Quinze Anos quando incluem a campanha otomana para capturar a cidade de Bihać, atual Bósnia e Herzegovina.

³³ “Da trat aber im Orient eine entscheidende Veränderung der politischen Lage ein. (...) Die innern religiösen Parteiungen herrschten Orient und Occident wieder einmal am meisten. Wie der Großherr die Schiiten, so wollte der deutsche Kaiser die Protestanten niederwerfen. Darüber traten zunächst die zwischen ihnen selbst schwebenden Stetigkeiten in den Hintergrund. Denn diese betrafen nicht mehr als allgemeine Weltverhältnis zwischen Christentum und Islam, wie vor Zeiten: es bedürfte nur einer Berichtigung der Grenzgebiete.”

atualidade das relações internacionais com o Império Otomano, algo que pode ser, como apontado por Ranke, traçado historicamente:

A grande questão, que já ocupava e deveria ocupar mais da Europa oriental até agora, sobre o relacionamento entre a Rússia e a Turquia, surgiu repentinamente em todo o seu escopo, que inclui o Oriente e tem um efeito retroativo sobre o Ocidente. Enquanto os otomanos eram poderosos e perigosos, a Rússia e a Áustria permaneciam contra eles; mas desde que a Porta deixou de ser temível, surgiu um desentendimento definitivo entre as duas potências sobre a determinação das áreas fronteiriças da Turquia. (RANKE, 1878, p. 47)³⁴

Qualquer história da Áustria na Modernidade prescinde da inclusão dos otomanos e não diferiria em *Zur Geschichte von Oesterreich und Preußen*. Nessa obra, Ranke se dedica ao tema da Guerra dos Sete Anos utilizando como balizas temporais o Tratado de Aachen (ou Tratado de Aix-la-Chapelle) em 1748 e o Tratado de Hubertusburg em 1763³⁵. Os otomanos aparecem profusamente aqui em sua rivalidade com a Rússia:

Se o Grande Vizir não organizou imediatamente uma parte do exército no estilo antigo, foi apenas porque alguém estava no escuro sobre a política do imperador. Por mais que isso tenha acontecido, os otomanos tentaram irrevogavelmente a sorte na guerra contra o poder progressivo da Rússia, que na Crimeia ameaçava a independência do império, a Geórgia e a autoridade do Islã. Os otomanos acreditavam que chegara a hora de restaurar a antiga situação mundial no Oriente.³⁶ (RANKE, 1875, p. 299)

Para Ranke, esta oposição entre as duas potências ganha um significado mais amplo no sentido de compreender um embate civilizacional: “A questão era de importância universal; continha o núcleo das relações entre a Rússia e a

³⁴ “Die große Frage, welche das östliche Europa schon bisher beschäftigt hatte und noch mehr beschäftigen sollte, über das Verhältnis von Russland und der Türkei, erhob sich plötzlich in ihrer ganzen, den Orient umfassenden, auf den Occident zurückwirkenden Tragweite. So lange die Osmanen mächtig und gefährlich waren, standen Russland und Österreich gegen sie zusammen; seitdem aber die Pforte aufhörte furchtbar zu sein, zeigte sich über die Bestimmung der türkischen Grenzgebiete ein schneiendes Missverständnis zwischen den beiden Mächten.”

³⁵ O primeiro colocou fim à Guerra de Sucessão Austríaca e o segundo encerrou a Terceira Guerra da Silésia, marcando também o fim da Guerra dos Sete Anos. Os otomanos aparecem profusamente aqui em sua rivalidade com a Rússia.

³⁶ “Wenn der Großwesir nun nicht sogleich einen Auszug des Heeres in altem Styl anordnete, so lag das nur daran, weil man über die Politik des Kaisers im Unklaren war. Wie sich diese aber auch entwickeln mochte, unwiderruflich hatte die Osmanen die Absicht gefasst, gegen die fortschreitende Macht von Russland, welche von der Krim her die Selbständigkeit des Reichs, Georgien die Autorität des Islam bedrohe, das Kriegsglück noch einmal zu versuchen. Die Osmanen glaubten, der Augenblick sei gekommen, das frühere Weltverhältnis im Orient wiederherzustellen.”

Turquia, em certa medida entre o Oriente e o Ocidente; não parecia ter sido decidido sem guerra.”(RANKE, 1875, p. 107)³⁷

Se o título acima mencionado explica a resolução da Guerra dos Sete Anos, o tema é retomado em sua gênese em *Der Ursprung des siebenjährigen Krieges*. Neste livro, o tema oriental não ganha destaque considerável, mas uma passagem em especial oferece uma reflexão curiosa de Ranke sobre a proverbial sabedoria oriental:

Antes do início de uma batalha, um conquistador oriental disse uma vez a seu oponente que se preparasse para lutar para ele conseguir descobrir o que estava escondido no colo do destino. As grandes guerras estão destinadas a isso para determinar ainda mais os destinos do mundo conforme a extensão do desenvolvimento da força e a orientação intelectual de cada parte. (RANKE, 1871, p. 233)³⁸

O resultado geral dessa seleção de palavras pode ser visto neste gráfico abaixo que soma todas as ocorrências dos termos:

³⁷ “Die Frage war von universaler Bedeutung; sie enthielt den Kern der Verhältnisse zwischen Russland und der Türkei, gewissermaßen zwischen Orient und Occident; sie schien nicht ohne Krieg entschieden werden zu können.”

³⁸ “Einst hat ein orientalischer Eroberer vor dem Beginn einer Schlacht seinem Widersacher sagen lassen, er möge sich zum Kampfe einstellen, damit an den Tag komme, was in Schoße der Schicksals verborgen sei. Dazu find die Großen Kriege bestimmt, nach dem Masse der Kraftentwicklung und intellektuellen Führung jedes Theils die Schicksale der Welt weiter zu bestimmen.”

5 Gráfico com o levantamento vocabular referente ao Oriente e otomanos no total das obras de Ranke.

A separação das palavras-chave por categorias indica as ênfases de Ranke em relação ao tema oriental. Para isso, as palavras foram classificadas da seguinte forma: 1) palavras que indicam naturalidade, nacionalidade ou pertencimento étnico: Osman (otomano), Türk (turco), Arab (árabe); 2) palavras que indicam religiosidade: Mohamed (Maomé), Islam (Islã), Saracen (sarraceno); 3) palavras que indicam referências geográficas: Orient (Oriente), Morgenland (Oriente), Constantinople (Constantinopla), Byzan (Bizâncio); 4) palavra que indica o mundo político: Sultan (sultão) e Pforte.

Algumas dessas palavras se enquadram em duas categorias – como o caso de Oriente –, mas o mais importante aqui é um balanço geral e não acredito que a problematização específica dessa categorização prejudique o ponto geral que se mostra aqui.

6 Gráfico com o levantamento vocabular dividido em categorias referente ao Oriente e otomanos no total das obras de Ranke.

O levantamento lexical oferece um índice das inclinações das análises historiográficas de Ranke e pode-se notar que as referências religiosas são consideravelmente menores do que as de etnicidade/nacionalidade, o que indica uma tendência em concentrar-se em temas políticos e institucionais. Essa informação está posteriormente analisada mais detalhadamente quanto ao seu conteúdo e implicações nas próximas partes da pesquisa.

Em conclusão ao total dessa busca quantitativa, é possível afirmar que o Oriente, e notadamente os otomanos, ocupam um lugar importante e recorrente na obra de Ranke. Essa constatação indica que argumentos que afirmam que Ranke tinha uma curiosidade deslocada e sazonal pelo tema são frágeis, pois a quantificação mostra como a visão global de Ranke está presente em todas as etapas da sua composição histórica desde sua primeira obra. Mais do que um autor focado na Europa, Ranke foi um historiador atraído pelos grandes movimentos históricos, ao quais ele revestia de significado não só político como também cultural e até espiritual. Com esses dados em mãos, é possível prosseguir pelo mundo histórico de Ranke, buscando o aprofundamento da compreensão do sentido de oriental e otomano em seus escritos.

BALANÇO DA PROBLEMÁTICA APRESENTADA

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE UM TÓPICO POLARIZADO

Como foi possível atestar a partir do levantamento bibliográfico, a questão do alcance geográfico e da abordagem de Ranke do Oriente é tema de amplo debate e está longe de consenso em qualquer um de seus aspectos. Apesar disso, poucos autores se dedicaram exclusiva e profundamente a compreender esta faceta da obra de Ranke em profundidade e exclusividade³⁹.

Mediante esta grande lacuna e multiplicidade de pontos de vistas, que entram muitas vezes em franca contestação mútua, a afirmação de que cada leitor enxerga Ranke de acordo com seus princípios e sua compreensão do que significa a tarefa historiográfica é patente. Ranke é constantemente moldado para caber em cada interesse, opinião e crivo e isto é natural para qualquer autor que tenha uma obra tão extensa e importante quanto a dele. O movimento é salutar enquanto aponta para a riqueza da historiografia rankeana, algo que garante sua longevidade enquanto monumento da cultura.

Entretanto, o que entendo como improdutivo é cobrar um autor pelo que ele não fez se essa falta não era seu foco de trabalho. Diante do infinito mundo do conhecimento, sempre haverá lacunas e recortes nas pesquisas são imprescindíveis. Esses recortes naturalmente seguirão os interesses de pesquisa de cada autor, que terá a tendência a navegar cada vez mais por territórios sobre os quais tem erudição ou simples curiosidade intelectual.

Disso decorre também que o recorte de pesquisa é uma escolha que, ao final, irá sempre corresponder a um interesse pessoal específico. Este processo de seleção e recortes pode ser inclusive, como aponta Koselleck, historicizado e pertence a um movimento na história historiografia iniciado pelo próprio Ranke:

³⁹ No levantamento bibliográfico é possível restringir este esforço a um único autor: Ernst Schulin, em *Die weltgeschichtliche Erfassung des Orients bei Hegel und Ranke*.

Exposições abrangentes da história mundial perderam força após a grande concepção global de Ranke; em parte, porque o método histórico-crítico aumentava as pretensões e, portanto, exigia especialização, em parte porque a impossibilidade de concluir qualquer história levantava objeções aos esboços universais. Em todo caso, na maioria das vezes continuaram a ser, sem pensar a respeito, o que Hans Freyer conceituou em 1948 como "história mundial da Europa, e que somente no século XX ela começa a se tornar uma história do próprio mundo". (2004, p. 105)

Isto não quer dizer que o pesquisador não se interesse por outros temas, apenas que o foco requerido para produzir resultados impõe necessariamente um processo de seleção. Aqui é necessário discordar de Koselleck, pois até mesmo a "história do próprio mundo" está repleta de escolhas e recortes, sendo seus recortes sempre impostos pela própria magnitude do objeto em questão. Essa obrigatoriedade metodológica é tão verdadeira para um historiador do século XXI como para Ranke no século XIX ou Herótodo no século a.C.

Como ressalta Schulin e Krieger (1977a, p. 304), o interesse e a perspectiva de Ranke eram assumidamente de um alemão e em seguida de um europeu:

Geograficamente, [sua abordagem] o trouxe do sul da Europa via a Alemanha para a Europa ocidental. Era "história mundial sob perspectiva nacional", como escreve Krieger. A isso, Ranke acrescenta "história mundial em uma perspectiva alemã", significando os fragmentos do movimento de unificação alemã e ele segue finalmente com "história mundial em perspectivas universais. (...) Há, sem dúvida, historiadores que trabalham mais homogeneamente e outros que trabalham mais heterogeneamente, mas apenas de todas as rupturas e reorientações visíveis em seus escritos, não há trabalho compilado de tal fôlego e unidade. Nesse sentido, o trabalho de Ranke reflete fielmente seu tema, a Europa moderna. (SCHULIN, 1990, p. 81)

Com isso, percebe-se que falar sobre os lugares e limites em Ranke é inescapavelmente tocar no tema da história universal (ou mundial). Essa categoria de história abrangente jamais será universal em sentido estrito pela a empreitada ser simplesmente impossível nas capacidades humanas: para isso ser realizado seria necessário abarcar todas as culturas que já estiveram ou que ainda estão sobre a face da Terra em todas as suas dimensões existentes.

Assim, dadas as limitações humanas e por sua característica de ser um projeto sempre ambicioso, a história e a universal ainda mais exigem recortes e pontos de partida, ênfases e escolhas. Dentro disso, a metodologia e as guias com as quais essas ações são executadas são condicionadas tanto pelo contexto histórico como pelo estilo e interesse pessoais. Com Ranke não é diferente.

Por[em, previsivelmente, críticas fundadas e infundadas, justas e injustas, sempre foram e serão uma realidade para autores de relevância e até isso é parte da história da recepção das obras de um autor, como relata Andreas Boldt:

Ranke foi criticado por muitos historiadores alemães que preferiam historiografia nacional ao invés de sua abordagem de escrever história transnacional. Usualmente Ranke é criticado por escrever a assim chamada “história dos vencedores”, mas o exemplo da Irlanda mostra que apesar de a Irlanda ter perdido as principais batalhas do século XVII, um tratamento positivo do irlandês torna aqueles eventos relativos. É sugerido que seu tratamento de “como as coisas realmente foram” também inclui espaço para o pensamento que cada perdedor pode se tornar um vencedor em seu tempo e apenas o tempo será o vencedor permanente. Essa opinião é também expressa em sua História da Alemanha Durante a Reforma quando ele escreveu sobre a constante batalha entre confissões: “vitórias são rapidamente conquistadas: estabelecer seu sucesso, no entanto, é uma tarefa difícil.” (2008, p. 9)

Sobre os críticos, é interessante notar qual era a impressão dos historiadores contemporâneos de Ranke em relação ao seu escopo temático. Apesar de existirem críticos, o exemplo de um célebre aluno de Ranke, o historiador suíço Jacob Burckhardt, revela algo surpreendente, pois, como mostra Felix Gilbert, Burckhardt:

(...) explicou que quando autores tomam para si escrever a história de uma nação que não a sua própria, eles não tentam compor uma história nacional, mas lidar apenas com aquelas épocas quando a história dessa nação teve uma forte influência sobre o curso dos eventos em outras partes da Europa. (1986, p. 87)

É possível pensar que Burckhardt está aqui se colocando contra Ranke, que poderia ser considerado um expoente desse “clima intelectual da segunda metade do século XIX, com sua ênfase crescente na história nacional – uma ênfase que Burckhardt não gostava”, mas é justamente o oposto. Ranke foi considerado por Burckhardt a contracorrente dessa tendência historiográfica e tomou como modelo para a escrita de seu clássico seminal na história da arte, *Civilização do Renascimento na Itália*, a estrutura rankeana que buscava compreender o papel de cada povo e nação em uma história mais ampla, escrevendo “não uma civilização do Renascimento italiano, mas uma civilização do Renascimento na Itália porque entre os povos da Europa, o italiano foi o primeiro homem moderno.” (GILBERT, 1986, p. 87)

Esse impulso por seguir os acontecimentos do momento que remontavam a um sentido histórico maior é visível já nos primeiros trabalhos de Ranke, indicando que este foi, de fato, o grande tema organizador de sua visão histórica.

Ranke farejava os grandes temas determinantes da história em suas diversas formas e fontes, como aponta Phillip Müller,

No centro da primeira publicação de Ranke após ingressar na Universidade de Berlim em 1825 estava o século XVI e o início do século XVII, quando o Império Otomano, a monarquia espanhola e a educação italiana determinaram o curso das coisas na Europa. No prefácio do primeiro volume de 'Príncipes e povos do sul da Europa', a literatura da Itália é colocada como um fator igual ao das potências políticas Espanha e Turquia, mas aqui Ranke apenas elaborou as partes sobre as relações otomanas e espanholas. A parte italiana seria tratada no segundo volume, para cuja composição Ranke fez uma viagem de estudos de vários anos, primeiro a Viena e depois à Itália. O tema de suas investigações não eram apenas os relatórios da legação veneziana, mas também a poesia italiana. (MÜLLER, 2006, p. 2)

Levando isso em conta, pode-se culpar Ranke por ter se interessado pela Europa? Pode-se dizer que isto é uma demonstração de eurocentrismo? Minha resposta é: não necessariamente.

Primeiramente, o papel da Europa na forma historiográfica rankeana difere de um simples modelo de histórias nacionais, interessando-se por um movimento universal mais amplo. Em segundo lugar, como já foi exposto, recortes temáticos e cronológicos são inescapáveis e tendem a corresponder a interesses e curiosidades pessoais dos pesquisadores, principalmente em um campo como o da História.

Depois, tornar vilões certos enfoques que colocam a Europa como tema de pesquisa é algo extremamente recente na história da historiografia, portanto cobrar isto de Ranke é, no mínimo, anacronismo. E, além disso, ignora que a História no formato que a conhecemos é um produto do mundo europeu e por esse fato tenderá a falar a partir e falar sobre este mesmo mundo. Outro ponto é que Ranke está interessado em compreender historicamente sua própria realidade – ele é um europeu, afinal de contas – o que é um impulso completamente natural. Que isso implique em que ele aborde outras realidades históricas usando como referencial a realidade que conhece também é esperado (e alguns diriam até inevitável).

No que diz respeito às opiniões de Ranke sobre a suposta falta de historicidade dos povos orientais, penso que etiquetas como “eurocêntrico” ou “racistas” não são apropriadas no fornecimento de modelos explicativos, pois são mais categorias de julgamento do que de explicação científica. Acredito que

a tarefa do historiador não é aderir a categorias fáceis e pré-montadas, mas entender “o como” e “o porquê” de seus objetos de estudo.

Compreender a realidade de Ranke, as ideias em circulação em seu mundo, o que ele entendia como sendo as questões do momento e como buscava conciliar seu presente e o passado são curiosidades muito mais estimulantes e intelectualmente frutíferas. Neste sentido, se Ranke era ou não um “eurocêntrico” deixa de ser uma questão relevante nesta pesquisa, ainda que seja preciso lidar com a historiografia que traz e, por vezes, voltar a esse tema. Logo, o interesse aqui é entender a partir de qual realidade Ranke escreveu sobre o Império Otomano da forma como o fez.

Afirmações já mencionadas de que Ranke “desprezava os turcos” (KRIEGER, 1977a, p. 119) ou “sua visão de história e cultura é moldada por um olhar que legitima a política do imperialismo, colonialismo e eurocentrismo” (MAURER, 2013, p. 66) devem ser encaradas com cuidado por apresentarem acusações bastante sérias e cuja veracidade esta pesquisa busca, mesmo que colateralmente, debater.

Ao encarar a presença constante do Império Otomano na obra de Ranke – como apontado pelo levantamento vocabular deste capítulo –, vê-se que Ranke não desprezava os turcos (pelo menos até aqui pode-se afirmar isso no sentido quantitativo), visto que eles estão representados em seus escritos em diferentes momentos da história, inclusive no presente. De um ponto de vista qualitativo, a questão merece atenção e uma compreensão mais minuciosa e menos taxativa, o que é proposto nos próximos capítulos.

2. NOTA SOBRE O “EUROCENTRISMO”

Observados os argumentos acima, a questão dos lugares de Ranke passa necessariamente por uma reflexão no diz respeito ao “eurocentrismo” rankeano, visto que alguns críticos associam a presença ou a ausência do Oriente e do Império Otomano em sua obra a supostos preconceitos aos povos orientais.

Vale então lembrar que o adjetivo “eurocêntrico”, uma ideia posterior à produção intelectual de Ranke, entrou em circulação na década de 1920 sendo popularizado no contexto da descolonização e do internacionalismo, ganhando posteriormente conotação ideológica ligada à política de identidades na década

de 1980, sendo que mais recentemente, na década de 1990, vê-se o surgimento do termo análogo *ocidente-centrismo* (*Western-centrism*).

O termo “eurocentrismo” foi cunhado pelo economista egípcio Samir Amin para descrever a relação entre centro e periferia no modelo capitalista segundo a interpretação marxista de dependência e subordinação.

A partir do impulso dado ao termo por Amin, sua penetração no meio acadêmico das humanidades tornou-se uma realidade tangível. Uma busca por publicações, a partir da década de 1980 até o momento, que levam “eurocentrismo” no título mostra 1,090 resultados, indicando que, desde a publicação de *Eurocentrismo*, o termo cresceu ininterruptamente. Ao expandir a busca para trabalhos que usam o conceito mesmo sem levá-lo em seu título, o número salta para 36,135 resultados, mostrando que emprego do termo cresceu exponencialmente e ganhou ênfase entre os acadêmicos a partir dos anos 2000⁴⁰.

O texto mais citado sobre o tema é artigo *Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America*, do sociólogo Anibal Quijano. Nele, é possível observar a mesma linha argumentativa do livro fundador do conceito⁴¹. Isso indica que, apesar do sucesso desta chave interpretativa do contato entre a Europa e outras regiões do mundo, é importante uma breve reflexão sobre os argumentos presentes na primeira fundamentação do eurocentrismo, pois existem fraquezas teóricas já neste primeiro momento e que se solidificaram em interpretações que penso serem pouco produtivas de um ponto de vista acadêmico.

Partindo de Amin, o conceito de eurocentrismo encontrou um nicho em expansão nas universidades e, posteriormente, viria a se tornar um modelo explicativo diluído na cultura de massa e na linguagem comum. Desde os anos 1980, o eurocentrismo é marcado por um pensamento dualista que costuma opor noções com avanço/retrocesso, desenvolvido/subdesenvolvido, centro/periferia,

⁴⁰ Consulta realizado no site *Dimensions* (<https://app.dimensions.ai/>) em 15/04/2020.

⁴¹ Um desses argumentos é a crítica e consequente invalidação do conhecimento histórico acadêmico por este ser fruto de uma visão europeia que estaria em oposição à experiência histórica do resto do mundo: “Contra toda a experiência histórica por todo o mundo, no passado ou no presente, a versão da Europa ocidental do conhecimento racional foi elaborada e desenvolvida a partir de uma perspectiva estritamente eurocêntrica.” (QUIJANO, 2000, p. 215)

civilização/barbárie. Faz parte deste período o livro *A Study of History*, em que Toynbee defende que apesar de sua hegemonia econômica, os países ocidentais não podem ocidentalizar outros países, concluindo que o eurocentrismo é construído sobre três pilares de engano: a autorreferência do Ocidente, a ideia de um desenvolvimento fixo dos países orientais e uma visão linear de progresso (TOYNBEE, 1987).

Nos anos 1990 cresce a tendência à crítica de termos geográficos utilizados inclusive nesta pesquisa: a divisão entre a Europa e a Ásia começa a ser questionada assim como a nomenclatura Oriente Médio (HANAFI, 1998). Na década seguinte, seguindo a linha que já havia sido traçada por Amin, outros autores mais recentes desenvolvem argumentações similares. Eric Sheppard, por exemplo, aponta para os traços eurocêntricos no próprio marxismo ao implicar que países subdesenvolvidos devam necessariamente passar por uma etapa de capitalismo antes que “formações sociais progressivas possam ser avistadas” (2005, p. 957). Este mesmo tópico também é considerado por Juanita Sundberg, para quem os dualismos trazidos pela nova linguagem crítica do eurocentrismo implicam novamente “esquemas evolucionários através dos quais cada sociedade inevitavelmente evolui”, o que decorre de uma “pressuposição subjacente de um eu ocidental branco superior como referente da análise” (2009, p. 640). Também Andre Gunder Frank criticou a postura eurocentrista em sua manifestação acadêmica ao apontar que alguns acadêmicos ocidentais não consideram as contribuições dos povos não-ocidentais nas áreas de história, economia, cultura e política (FRANK, 1998).

Assim, em seu livro *Eurocentrismo* (1988), Amin inaugura abordagem nos estudos sobre culturas não-europeias. O objetivo de Amin é substituir o paradigma que ele denomina eurocêntrico, apontando para dificuldade de uma tarefa que envolve a criação de uma nova teoria política, da cultura, da economia e também uma teoria da interação desses campos. (AMIN, 1989, p. 205).

Em primeiro lugar, nota-se neste livro que a crítica ao eurocentrismo é também uma quebra – ou uma transformação – no próprio marxismo, visto que Amin aponta para a forte “tendência ao eurocentrismo” no marxismo ocidental, sendo que “essa tendência leva a recusar conceder ao imperialismo toda a importância decisiva que tem no capitalismo existente real”.

Isso se daria, segundo o autor, porque o próprio marxismo da Segunda Internacional foi pró-imperialista, e “por consequência encorajava a interpretação de Marx que é linear, evolucionista e semi-positivista.” (AMIN, 1989, p. 88). Essa ruptura baseia-se na compreensão do aspecto teleológico da visão marxista de história, pois essa “herda uma certa perspectiva evolucionista que o previne de rasgar o véu eurocêntrico do evolucionismo burguês contra o qual se revolta.” (AMIN, 2009, p. 156). Sobre este elemento, o economista explica mais detalhadamente que:

(...) apesar das precauções de Marx, o marxismo acenou para as influências da cultura dominante e permaneceu no seio do eurocentrismo. Pois uma interpretação eurocêntrica do marxismo, destruindo seu escopo universalista, não é apenas uma possibilidade: existe e talvez seja até a interpretação dominante. Esta versão eurocêntrica do marxismo é notadamente expressa na famosa tese do modo de produção asiático e as duas estradas: a estrada europeia, aberta e levando ao capitalismo, e a estrada asiática, que está bloqueada. Também tem uma expressão invertida relacionada. Ao argumentar a universalidade da sucessão primitiva comunismo-escravidão-feudalismo-capitalismo-socialismo (a teoria dos cinco estágios de Stalin), o modelo europeu é aplicado ao planeta inteiro, forçando todos em um espartilho de ferro, condenados, e rigidamente, por seus adversários. (AMIN, 2009, p. 191)

Pode-se pensar que esta noção é mais um momento de internacionalização do marxismo em seu sentido intelectual, onde acadêmicos marxistas da chamada “periferia” analisam seus papéis a partir de suas realidades locais, o que pode levar a revisionismos do marxismo enquanto teoria e prática política e gerar uma metacrítica poderosa que impele à ampliação dessa mesma crítica e à inclusão de outras bandeiras ao movimento revolucionário. Tendo isso em consideração, se há um mérito no trabalho de Amin é a sinceridade com a qual analisa os limites e problemas da própria matriz teórico-ideológica em que se insere.

Outro ponto central do eurocentrismo como pensado por Amin é o que ele chama “cristianofilia do eurocentrismo”, ou seja, a consideração de que “o cristianismo, considerado como uma religião europeia, era muito mais favorável que outras religiões ao florescimento do indivíduo e o exercício de dominação da natureza”.

Desta forma, para Amin, o cristianismo não é dotado da “plasticidade” inerente que “carrega as sementes do avanço capitalista dentro de si” como seria alegado pelos europeus; isto seria apenas um elemento ideológico que nega a própria plasticidade do islamismo, hinduísmo ou confucionismo (AMIN, 2009, p.

162). Nesta negação, explicações importantes são ignoradas, dentre elas o porquê de o capitalismo se desenvolver primariamente em nações cristãs – e não islâmicas ou hindus – não é para Amin fruto do encontro de características únicas da cultura europeia que produziram um produto histórico que é a sociedade moderna em suas formas política, cultural, econômica e espiritual específicas.

Obedecendo ao secularismo antirreligioso característico do marxismo, Amin estende também sua interpretação ao Islã, cujo sucesso se deve ao fato de ser uma ferramenta adequada para a unificação das tribos da Península Arábica, “cercada por adversário poderosos e conquistadores em potencial (Bizâncio, Irã e Abissínia)”. Porém verdadeiro inimigo em seu texto é, sem dúvida, a crença cristã (a qual ele qualifica como “fundamentalismo religioso”) que seria perpetuadora da manipulação que serve “para justificar a superioridade do Ocidente e sua conquista de outros povos” (AMIN, 2009, p. 173).

Amin expõe sua teoria da dependência fundamentando-a principalmente no elemento religioso, da qual o eurocentrismo seria parte fundamental:

As sociedades nas periferias estão presas na impossibilidade de alcançar e se tornar como as sociedades dos centros (...). Em contrapartida, esta distorção afeta a modernidade, como é no mundo capitalista, e assume uma forma truncada na periferia. A cultura do capitalismo é formada e desenvolvida pela internalização dos requisitos desta realidade assimétrica. Alegações universalistas combinadas com argumentos culturalistas, neste caso eurocêtricos, invalidam a significância possível do primeiro. O culturalismo eurocêntrico sustenta que foram as revisões religiosas, e particularmente a Reforma Protestante que foram a causa primária da transformação social que levou à modernidade. Minha posição é precisamente oposta a essas teorias, particularmente àquela proposta por Max Weber. Reinterpretações religiosas eram, pelo contrário, mais o produto das necessidades da transformação social do que sua causa. (1989, p. 8)

Nesta citação explicitam-se alguns elementos centrais da proposta interpretativa do eurocentrismo: a perspectiva de crítica ao capitalismo e a consequente dominação ocasionada por este, a rejeição da escolha de uma explicação causal cultural (notadamente no caso do cristianismo), a ideia de que há uma “assimilação assimétrica”, ou seja, uma cultura economicamente dominante que fagocita outras menos poderosas – todos esses elementos apontam para a recusa aos pontos de troca, colaboração, negociação.

Apesar do foco econômico, Amin observa o eurocentrismo como parte da ideologia dominante, cujo ápice seria a (falsa) crença de que o cristianismo foi

responsável pelo nascimento da modernidade e que é, por isso, inerentemente superior.

O sucesso do cristianismo, que participou na ascensão da modernidade na Europa, fomentou o florescimento de “teorias” que não me convencem. A mais comum, que tem se tornado quase que um campo comum geralmente aceito, que não levanta nem o mínimo de questionamento crítico, é que o cristianismo levava dentro de si essa evolução excepcional. O “gênio do cristianismo” é, portanto, reconstruído como um dos mitos, com outros, como a ancestralidade grega e o racismo indo-europeu, da qual o “milagre europeu” é explicado (por exemplo, que a modernidade foi inventada aqui e não em outro lugar). A ideologia mais extremista desse eurocentrismo é o produto desse desenvolvimento da interpretação religiosa. (1989, p. 26)

O desejo de desmascaramento dos mitos fundadores, que passam pela história e a religião, impelem Amin a oferecer uma reavaliação historiográfica que está “em acordo com a lógica do materialismo histórico”:

Interpreto o longo período da história de 500 a.C. (a era de Zoroastro e Confúcio) através do helenismo (começo do 300 d.C.) e o nascimento de Cristo até 600 d.C. (o nascimento do Islã) como sendo uma longa revolução no curso da qual velhas formas de organização social baseada no parentesco em comunidades pequenas foi permanentemente substituída por um grupo de organizações sociais baseadas no domínio do poder político do estado, ao qual eu chamei formações “tributárias”. Esta leitura da história relativiza a ruptura entre Antiguidade e a Idade Média produzida pela posterior ideologia eurocêntrica, para sua reprodução. A legitimidade de submeter a esses novos poderes do estado requereu, para sua reprodução, que as sociedades afetadas aceitassem uma forma ideológica adequada. As “grandes religiões” responderam perfeitamente a este requisito. (1989, p. 62)

Amin também parece ignorar a interação milenar entre europeus e árabes no Mediterrâneo e o faz porque suas premissas teórico-ideológicas abrem espaço apenas para concepções de domínio, subjugação, ganância por lucro e ideologia (que lhe equivale à mentira e manipulação).

No entanto esta chave interpretativa que foca na interação entre agentes mutuamente hábeis está vetada para Amin, pois sua visão de cultura como superestrutura e de ideologia como sinônimo de mentira é mais forte. Na visão de Amin, não é apenas a história do Oriente que é uma falácia, mas toda a história europeia pode ser caracterizada como “mítica”, “artificial” e “arbitrária”, algo que transbordaria para sua descrição do “outro” oriental:

A cultura dominante inventou um Ocidente eterno, único desde o momento de sua origem. A construção mítica e arbitrária teve como sua contraparte uma concepção igualmente artificial do outro (o Oriente), também construído em fundações míticas. O produto dessa visão eurocêntrica é a bem conhecida versão da história ocidental – uma progressão da Grécia antiga para Roma para a Europa cristã

feudal para a Europa capitalista – uma das ideias mais popularmente recebidas. Livros de escola elementar e opinião popular são muito mais importantes na criação e difusão dessa construção como a tese mais erudita desenvolvida para justificar a ancestralidade da cultura e civilização europeias. (2009, p. 166)

Há muitos problemas nessa categoria de afirmação. A nítida inversão aqui é de um “orientalismo às avessas” e pode-se argumentar que essa imagem de um “Ocidente eterno” pode ser afirmada talvez apenas em relação a certos elementos perenes da cultura europeia, mas basta recorrer ao próprio tema dessa tese – Leopold von Ranke – para perceber que um dos historiadores mais influentes mundialmente acredita em uma Europa em constante esforço de tornar-se e definir-se durante séculos em meio às diferenças que existem entre seus diversos povos.

Aqui parece haver uma tendência do próprio Amin, sendo que ele é quem não consegue ver a Europa pelo que é e sustenta uma versão caricaturalmente amarga e estática, uma visão de fora que não se esforça para compreender com boa vontade a multiplicidade do “outro” europeu. Outro trecho em que Amin aponta para a “pobreza filosófica europeia” atesta esta visão desatinada: “Em contraste com esse modelo [de contribuição do islã à metafísica], será possível julgar a pobreza da versão cristã ocidental de metafísica, apenas um reflexo pálido e grosseiro dessa ideologia tributária” (2009, p. 136). Ele continua atacando a arbitrariedade da história europeia, cujo crime do “falseamento” é o seguinte:

1) remove a Grécia Antiga do próprio *milieu* em que se originou e desenvolveu – o Oriente – para anexar o helenismo à Europa arbitrariamente; 2) retém a marca do racismo, a base fundamental sobre a qual a unidade cultural Europeia foi construída; 3) interpreta o cristianismo, também anexado arbitrariamente à Europa, como o principal fator na manutenção da unidade europeia, conformando-se a uma visão não-científica do fenômeno social 4) concorrentemente constrói uma visão de Oriente Próximo e de Orientes mais distantes na mesma base racista, novamente empregando uma visão imutável de religião. (2009, p. 166)

Neste trecho, muitas outras dificuldades emergem da leitura de Amin: o uso excessivo e historicamente inapropriado do advérbio “arbitrariamente” aponta para uma visão estreita dos processos de formação histórica das culturas e das religiões. Se o racismo existiu na Europa, o que é fato, considerá-lo como a “base fundamental” da construção da cultura europeia é irresponsavelmente exagerado. É fundamental separar processos de formação identitária por alteridade (da qual decorrem afirmações do tipo “nós diferimos das pessoas que

moram na outra margem do rio, nossa música é melhor e nossas moças são mais belas”) – algo inerente a qualquer formação comunitária – de um racismo que a tudo abarca em todos os tempos e circunstâncias.

Além disso, apesar de criticar a periodização europeia da história, ele a desposa e faz uso insistente dela quando critica a formação do capitalismo moderno. Mesmo após ter proposto sua própria periodização histórica, cujos marcos seriam eventos importantes para o mundo oriental e não ocidental (AMIN, 2009, p. 139), ele ainda utiliza categorias europeias como “época da antiguidade” ou “era medieval”, apenas movendo os acontecimentos que considera na linha temporal. Ao final, Amin apenas afirma um truísmo: que um evento marcante para um povo pode não ser assim tão significativo para outro.

Em sua revisão historiográfica, Amin formula outras afirmações que podem ser questionadas. Uma delas é de que havia um projeto de dominação global europeia tão cedo como em 1492, quando “os europeus se tornaram conscientes da ideia de que a conquista do mundo pela sua civilização é, portanto, um objetivo possível” e que, com isso, “desenvolveram um senso de superioridade absoluta, mesmo que a real submissão de outros povos ainda não tivesse acontecido” (2009, p. 152). Aqui, em certa medida, o autor está cometendo o erro de julgar por crimes futuros e está atribuindo intenções aos europeus do Renascimento sem apresentar elementos documentais que comprovem suas conclusões.

Outro ponto importante da explicação historiográfica de Amin para esta pesquisa se refere a sua crítica à visão conservadora europeia da qual, como é aprofundado nos próximos capítulo, Ranke faz parte. Segundo Amin:

Hoje, sem dúvida ajudado pelo que está na moda nos círculos intelectuais, este conceito de ruptura feito pelo Esclarecimento é chamado à dúvida. *A Europa cristã, tão querida aos reacionários lúcidos da União Europeia (e a alguns não tão lúcidos), é Europa pré-moderna, antes e não depois do Esclarecimento.* Aqueles que invocam essa imagem claramente mostram que o capitalismo entrou no período de seu declínio. (1989, p. 66, *italico meu*)

Ranke faz parte deste grupo de “reacionários” a quem Amin se refere. Daí porque é compreensível que autores que compartilham do mesmo entendimento

conceitual e ideológico de Amin também considerem Ranke mais um “eurocêntrico”, como é descrito no levantamento da fortuna crítica do autor⁴².

Há ainda uma questão fundamental apresentada no livro que caracteriza a noção de eurocentrismo que é a indeterminação. Amin argumenta que o “eurocentrismo não é, propriamente falando, uma teoria social que integra vários elementos em uma visão de sociedade e história global e coerente”, mas que é “um preconceito que distorce as teorias sociais” (1989, p. 166). Ele elabora mais esta “definição indefinida”, afirmando que o eurocentrismo “também não é simplesmente a soma de preconceitos, erros e enganos dos ocidentais a respeito de outros povos” (1989, p. 166).

Outras afirmações de Amin mostram uma relutância – ou dificuldade – persistente em definir seu objeto:

O eurocentrismo é como todos os fenômenos sociais, fácil de perceber na multiplicidade de suas manifestações diárias, mas difícil de definir precisamente. Suas manifestações, como outros fenômenos sociais prevaletentes, são expressas em uma variedade de áreas: relações cotidianas entre indivíduos, opinião e informação políticas, visões gerais sobre a sociedade e a cultura, ciência social. Estas expressões são às vezes violentas, levando totalmente ao racismo, e às vezes sutis. (AMIN, 1989, p. 181)

Estas definições parecem-me insuficientes, quase oriundas de um desejo de defender que uma atitude cultural é pior que outra pelo simples fato de ser, supostamente, uma expressão da chamada burguesia capitalista. Que grande parte das sociedades acredita ser especial e ser baluarte da verdade sobre é um truismo facilmente observável – e não diferiria dos europeus.

Em outro momento, o autor combate seus críticos refletindo que a “resistência à crítica do eurocentrismo é sempre extrema, pois estamos aqui entrando no reino do tabu. (...) Pois a crítica do eurocentrismo coloca diretamente em questão a posição das classes confortáveis do mundo” (2009, p. 187). Quem seria essa classe? A burguesia? Os europeus pura e simplesmente? Amin passa de um grupo ao outro sem distinção.

⁴² Outro problema da afirmação de Amin que escapa ao escopo desse trabalho, mas que ainda vale ser apontado mesmo que superficialmente, é sua afirmação de que a União Europeia é um projeto reacionário, quando, na realidade, está muito mais alinhada com a visão de mundo defendida por Amin. A própria saída proposta por países de governos conservadores dessa união aponta para a incompatibilidade.

De fato, essa impressão de um ataque direcionado é reforçada enquanto Amin avança em seu argumento e vai lentamente deixando a fachada de quem diz não pretender “realizar nenhum julgamento coletivo” (2009, p. 186) e mostrando seu verdadeiro problema com o que ele chama eurocentrismo – em um momento, lembrando o *j'accuse* de Émile Zola, ele escreve ressentidamente em exaltação: “Eu, portanto, *acuso* o eurocentrismo da inabilidade de ver qualquer outra coisa além daquelas vidas que estão confortavelmente instaladas no mundo moderno. (...) O Eurocentrismo trouxe a destruição de povos e civilizações que resistiram ao seu avanço” (1989, p. 187, *italico meu*).

A personificação do eurocentrismo como se fosse um agente histórico e não uma categoria explicativa teórica já aponta para o tamanho do problema aqui em mãos: a iniciativa do livro de Samir Amin é marcada pela falácia da projeção mental, aquela em que alguém pensa que a maneira como ele vê o mundo reflete a maneira como o mundo realmente é, indo ao ponto de atribuir existência e personalidade aos modelos teóricos de explicação.

Com isso, não desejo em absoluto dizer que não existiram durante a construção da modernidade – e notadamente no século XIX – racismo, preconceito, distorções, mitificações, abusos, roubos e massacres. Porém também houve o inverso disso em inúmeros casos, além dos erros honestos cometidos por todas as partes envolvidas nas relações internacionais cada vez mais globalizadas. Em uma crítica que procura vítimas absolutas e algozes totais, a análise fica sem dúvida prejudicada e, além disso, gera uma assimetria que, além de falseada, causa o reverso do que busca, pois priva da dignidade da agência e mergulha populações inteiras em uma passividade degradante.

É interessante ainda (elaborar) um pequeno desvio para complementar esta pequena nota sobre o eurocentrismo de Amin e diz respeito sobre as consequências da apoteose das vítimas que invadiu o mundo intelectual. Em *A Crítica da Vítima*, o jornalista italiano Daniele Giglioli aponta para a necessidade de repensar o estatuto generalizado da vítima, separando vítimas reais das imaginárias e, com isso, garantido a possibilidade real de justiça. Com isso, diz que o ideal vitimário repousa sobre três pilares: passividade, estímulo de um infundável processo revolucionário e, por fim, a perversão da verdade.

O primeiro elemento significa a já referida perda de agência sobre os próprios destinos pessoais e sociais, já que “concentrada na repetição do passado, a posição vitimária impede qualquer visão do futuro” (GIGLIOLI, 2016, p. 14).

Além disso, atua na perda da autonomia ética ativa que ensina os sujeitos sobre responsabilidade e a possibilidade de uma atuação que fomente transformação sobre suas próprias trajetórias em diversas escalas – ao contrário, o que vemos é que “o protesto político se degenera em uma choradeira de autocomiseração”. Na universidade, principalmente na História, instiga o culto ao mórbido, ao pessimismo e ao escatológico:

Não circula há algum tempo também entre os acadêmicos a tentação de se resignar a uma historiografia de coveiro, obsessivamente propensa aos cadáveres, aos corpos mutilados, às múmias, às relíquias, como se já não existissem vidas a ser contadas? (GIGLIOLI, 2016, p. 24)

A natureza passiva da vitimização, o enfraquecimento moral coletivo e a instrumentalização da memória e do humanitarismo fecham o espaço da crítica em prol da proteção e do bem-estar dos frágeis e negligenciados, já que “a crítica pressupõe sempre, é inevitável, certo coeficiente de crueldade” (GIGLIOLI, 2016, p. 15). Crueldade esta que é, em sua realidade, o distanciamento necessário para a compreensão e ponderação dos fenômenos em sua realidade múltipla.

Longe da referida crítica, vê-se, por uma mobilização ampla de instituições, elementos da indústria cultural, acadêmicos e comunicação de massa, formar-se uma máquina mitológica da vítima cujo combustível é o “entrelaçamento entre falso e verdadeiro” onde “as figuras imaginárias se constroem sempre selecionando e combinando materiais verdadeiros.” (GIGLIOLI, 2016, p. 15).

Outra instrumentalização no ideário da vítima que provoca passividade é a do medo, sentimento que mobiliza nossos instintos mais primitivos de sobrevivência e autodefesa. Descobertos os mecanismos de sua indução, torna possível manter cativas populações inteiras em enredamentos de fatos falsos, interpretações tendenciosas e deturpações científicas. Imersos em um ambiente discursivo que constrói e repõe constantemente fontes de ameaça e terror onde somos todos as vítimas uns dos outros, das circunstâncias e da natureza em um mundo que parece imerso em um caos irremediável e ancestral. (GIGLIOLI, 2016, p. 27)

A revolução é o segundo elemento da eleição das vítimas como foco. Em uma realidade onde tudo é construção artificial e os homens se dividem entre vítimas ou algozes, a única saída para o reestabelecimento da harmonia social baseada na justiça é a revolução. Aqui está um problema intrínseco, pois apesar de alegarem o desejo de mudança radical via revolucionária, as vítimas estão submetidas ao engessamento de suas identidades, para quem a mudança significaria perder-se e alienar-se de si mesmas:

Mas construir um ambiente de vida de um mundo ilimitado é possível somente a um animal plástico, versátil, que para adaptar-se tem que transformar continuamente a si mesmo em conjunto com a realidade externa que plasma, incluindo no próprio espaço de ação exatamente a abertura à contingência ilimitada que se propõe exorcizar: não somente a conservação da ordem, mas também sua contínua aversão são traços distintivos de nossa natureza. Naturalmente artificial, o homem é naturalmente revolucionário. A mudança é sua ipseidade. A identidade é o contrário da revolução. (GIGLIOLI, 2016, p. 104)

Por último, umas das consequências mais estruturais da mitologia vitimária é a perversão da verdade, pois onde a crítica e o debate não são instaurados, a vítima garante verdade: “A vítima por definição está na verdade. Não precisa desconfiar de si. Não precisa considerar e interpretar nada” (GIGLIOLI, 2016, p. 102). É precisamente neste elemento que Amin recorre frequentemente em *Eurocentrismo*.

Portanto, uma análise acadêmica que se proponha primariamente o ofício da denúncia arrisca se tornar um buraco negro de incompreensão sobre os processos que explica – sabendo disso que o próprio Ranke celebradamente escreveu que a história não deve ser uma corte de julgamento.

No caso da historiografia rankeana, acusá-la de eurocêntrica é ignorar que a historiografia como é concebida hoje é uma criação europeia do oitocentos e, portanto, só poderia refletir a consciência do povo que a criou.

Não poderia diferir, pois a autorreferência cultural, assim como a autorreferência individual, é inescapável. Isso não significa que não é possível compreender os outros em seus próprios termos, mas que isso se dará sempre por um processo de tradução, de ponte, entre a própria realidade e a dos demais. Isto significa que só é possível falar a partir de um ponto de partida – a própria cultura, língua, crenças. A busca pelo conhecimento da realidade do outro está inexoravelmente balizada por esta autorreferência.

Então, o que é possível analisar são os níveis de integridade acadêmica em que esse conhecimento é construído, compreendendo também que conhecimento é processo gradual de acúmulo e descarte de ideias. Fazer História é compreender processos complexos, portanto observo a crítica acusatória, amante dos adjetivos fortes e das etiquetas fáceis, um caminho que explica pouco apesar do aparente conforto moral e emocional que oferece.

3. RANKE NO ORIENTE: ARGUMENTOS SOBRE UMA RECEPÇÃO

Um elemento que se sobressai na fortuna crítica de Ranke é a recepção da historiografia rankeana nos países orientais. Afinal, o que os próprios orientais pensam da contribuição de Ranke? Achem-na válida ou eurocêntrica? Enxergam pontes em relação às suas próprias histórias ou há apenas o estranhamento do que fica perdido na tradução entre uma cultura e outra?

Sabe-se que a influência de Ranke rompeu as barreiras da Alemanha já durante o século XIX, garantido sua fama ainda em vida. Em seu reconhecimento na *American Academy of Arts and Sciences*, de 1886, aponta-se que a influência de Ranke estende-se também à Inglaterra e França (“Leopold Von Ranke”, 1886, p. 551) – mas o que o artigo ainda não poderia prever seria a influência de Ranke até mesmo em países orientais.

Wang aponta para a influência rankeana na historiografia chinesa, notadamente em Yao Congwu, historiador chinês que nutria especial admiração por Ranke. Segundo Wang, Yao era o porta-voz da historiografia alemã na acadêmica chinesa e considerado um especialista na historiografia rankeana (WANG, 2001, p. 95).

O que inspirou Yao não foi exatamente o que Ranke disse sobre a China, mas sua teoria e metodologia da história, aspectos que se mostraram como parte de uma linguagem universal, havendo uma inspiração intelectual entre culturas que aparentemente são muito distintas, mas que entendiam a importância do método filológico na pesquisa historiográfica, a “*Quellenkritik* em alemão e *Xungu* em chinês” (WANG, 2001, p. 95).

Outro historiador chinês que se declarou inspirado pela concepção rankeana de História foi Luo Jialun, historiador, diplomata, ativista social e

ministro da educação da China na década de 1940. Luo conseguiu unir a crítica da *Nova Escola Histórica*, vertente norte-americana marcada por um forte revisionismo do legado rankeano, com a afirmação da importância dos fundamentos rankeanos e “ao fazê-lo, ele reviveu o interesse tradicional na coleção de fontes através do patrocínio governamental”. O resultado foi a fusão “da tradição e da modernidade no trabalho sobre fontes históricas.” (WANG, 2001, p. 147)

Também no Japão pode-se observar o impacto metodológico de Ranke, como aponta Benjamin A. Elman no capítulo *The Historicization of Classical Learning in Ming-Ch'ing China*. Aqui aponta-se que no “Japão, a historiografia *k'aocheng* (*kôshô* em japonês) também desenvolveu-se em uma rigorosa metodologia” e “os historiadores japoneses no século XIX aprenderam os métodos da história alemã rankeana ao confiar nas suas experiências antecedentes com pesquisa empírica” (ELMAN, 2006, p. 134).

Da mesma forma, Christopher L. Hill, no texto *National Histories and World Systems: Writing Japan, France, and the United States*, confirma que a partir da década de 1890 há uma entrada substancial da historiografia acadêmica rankeana no Japão (HILL, 2006, p. 167). Masayuki Sato também contribui neste aspecto com informações mais precisas, indicando que “foi depois da Restauração Meiji em 1868, quando o estudo histórico japonês mudou da abordagem tradicional chinesa para o tipo ocidental e a historiografia modelada a partir de Ranke, que a consciência do historiador como “juiz do passado” emergiu pela primeira vez” (SATO, 2002, p. 134). Haveria também um paralelo entre a historiografia japonesa e a ocidental, ainda que o caso japonês tenha sido precoce em sua quebra com a tradição de historiografia acadêmica fundada por Ranke:

Os historiadores japoneses batizados nesta forma moderna de estudo histórico eram profundamente influenciados por historiadores como Ranke, Burckhardt e Tocqueville, e de fato moderam sua própria pesquisa segundo esses europeus. No entanto, na realidade, a historiografia japonesa procedeu na direção oposta. Isto é. Quando o campo histórico japonês começou na segunda metade do século XIX a dividir-se em dois campos de “historiografia acadêmica” e “historiografia não-acadêmica” (ou, alternativamente, entre “historiografia pública” e historiografia privada”), o lado da “historiografia não-acadêmica” modelou-se segundo a historiografia de homens como Guizot e Buckle. Mas como muitos deles não eram funcionários assalariados de uma universidade, seu trabalho foi

depreciativamente chamado história “não-acadêmica”. (SATO, 2002, p. 138)

Ying-shih Yii trabalha com o mesmo tópico, respondendo à pergunta sobre a relação dos historiadores chineses com o que é chamado objetividade, concluindo que “a seu próprio modo, a historiografia chinesa também era muito preocupada com a noção rankeana de “o que realmente aconteceu”” e que a precisão historiográfica tocava, desta forma, em algo caro aos chineses, um dos princípios que remonta à antiguidade mesmo antes de Confúcio. A diferença entre a concepção ocidental e chinesa de veracidade, segundo Yii seria então que para os primeiros, o julgamento de valor e verdade são considerados dois lados da mesma moeda enquanto para os segundos são dois princípios conflitantes (2002, p. 162). Aqui parece-me que, apesar de o ponto ser de interesse, a questão da verdade na historiografia ocidental é mais complexa do que isso, entretanto essa afirmação dá indícios da percepção do autor sobre uma cultura diferente da sua e mostra que comparações e simplificações sobre as filosofias de outras realidades culturais são uma vida de mão-dupla e não algo realizado exclusivamente por europeus.

No caso do impacto de Ranke na historiografia otomana foi possível estabelecer algumas comparações contextuais a partir de informações providas por Cemal Kafadar e Hakan T. Karateke para o caso otomano (2011, p. 559-561). Desta forma, a situação da profissão tem alguns paralelos com a situação alemã, dos quais pode-se enumerar que 1) ambos grupos de historiadores (alemães e otomanos) contavam com comissionamento ou indicação que dependia da corte; 2) o estabelecimento financeiro destes profissionais dependia desta boa relação com os centros de poder; 3) a ideologia da corte proveu uma moldura para a produção da maior parte dos trabalhos historiográficos; 4) apesar dessa dependência e do encorajamento de pesquisas que tratassem favoravelmente as políticas de estado, comentários críticos conseguiram ser inseridos em trabalhos. Os pontos de diferença entre a historiografia alemã e otomana são que: 1) os historiadores otomanos começam a ver sinais declínio e desordem do Império, o que corresponde à visão de ascensão na contraparte alemã; 2) os historiadores otomanos escreviam majoritariamente a partir de uma visão centrada na realidade de Istambul enquanto a experiência alemã é mais descentralizada e, apesar do destaque de Berlim, inclui perspectivas de outros

Estados da confederação (*Bundesstaat*); 3) a poesia desfrutava de mais respeitabilidade e gosto na sociedade turca do que a prosa, o que na Alemanha parece ser um gosto igualmente dividido entre as duas formas. No entanto, a partir do século XVI e especialmente no XIX há no Império Otomano o declínio do gosto pela poesia e uma crescente apreciação pela narrativa de cunho mais “racional”.

Apesar de ser um ponto importante para a pesquisa, informações sobre as influências entre historiadores alemães e otomanos ainda é incipiente, o que limita a análise do impacto de Ranke nesta região. Como explica o site do projeto *Historiography In Ottoman Europe*, da Ruhr-Universität Bochum:

Apesar de muitos resultados notáveis, embora individuais, as historiografias nacionais (albanesa, bósnia, búlgara, croata, grega, macedônia, romena, sérvia e turca) ainda têm dificuldade de superar dificuldades inerentes, linguísticas e financeiras para oferecer respostas concisas adequadas a várias questões decisivas: "Como foi escrita a história na Europa otomana?", "Como o passado foi registrado?", "Como foi contado e recontado?", "Como essas pessoas construíram seus mundos imaginários e que tipo de fronteiras eles aumentaram entre eles?"

No projeto *Historians of the Ottoman Empire*⁴³, realizado pela Universidade de Chicago, um levantamento biográfico dos historiadores otomanos não revela nenhum tipo de contato com a historiografia rankeana (ou até mesmo europeia). Os poucos projetos disponíveis também têm uma limitação temporal que não alcança o escopo desta pesquisa, limitando-se a levantamentos que se encerram no século XVIII. Com isso, infelizmente é preciso apresentar informações mais genéricas sobre a influência do Ocidente sobre os turcos, sobre o que é sabido que:

Os graduados das novas escolas modeladas ao longo do sistema ocidental (escola militar, escola de administração e medicina militar) estavam convencidos de que as raízes do desenvolvimento ocidental estavam nas ciências positivas e admiravam o poder do Ocidente. Mesmo após a decepção com a guerra dos Bálcãs, um importante intelectual turco disse que "Não há outra civilização. Civilização é a civilização europeia". Não apenas questões técnicas, mas também questões relacionadas às artes, literatura, filosofia e estilo de vida chamaram a atenção da intelectualidade otomana. Embora anteriormente a influência europeia fosse sentida principalmente nos campos da tecnologia militar, medicina e engenharia, o aumento dos contatos com a Europa e a aprendizagem das línguas europeias

⁴³ O resultado do projeto está disponível para consulta em <https://ottomanhistorians.uchicago.edu/>.

suscitou o desenvolvimento de um interesse pela cultura europeia e pela sociedade na totalidade. (NAS, 2001, p. 178-179)

No mundo da cultura, os “intelectuais do período adotaram filósofos, escritores e poetas europeus como seus”, o que resultou em “uma idealização do Ocidente que tornou a Europa sinônimo de tais valores reverenciados como honra pessoal, liberdade, mente, honestidade, conforto, beleza e as artes” (NAS, 2001, p. 179).

Retomando a discussão geral sobre essas trocas, Peter Burke aponta para esta questão de trocas intelectuais de uma forma ampla entre Oriente e Ocidente ao seguir as ideias de Hayden White. Para ele, não só a historiografia, mas também a novela, sendo uma invenção ocidental, “foi adaptada com considerável sucesso às condições locais no Egito, Índia, Japão e outros lugares”, restando a pergunta se, no caso da historiografia, esses moldes ocidentais desempenham o mesmo papel que nos trabalhos de Ranke, Burckhardt e Tocqueville (BURKE, 2002, p. 24).

Georg Iggers ainda completa o tópico ao questionar se as ideias “essencialmente ocidentais também não ocorrem no Extremo Oriente e tradições historiográficas islâmicas”, indicando que todas as historiografias tomam sua própria cultura como epicentro narrativo e explicativo: “Muito cedo, historiadores chineses começaram a escrever histórias universais que era, de fato, histórias do mundo chinês, como histórias universais ocidentais, como a *Weltgeschichte* de Ranke, eram histórias do mundo ocidental” (IGGERS, 2002, p. 104).

Há um termo usado recentemente que diz respeito às trocas culturais chamado “efeito pizza”, cunhado por Agehananda Bharati (1970, p. 273). Ele se refere às mudanças sofridas na receita original da pizza na imigração italiana para os Estados Unidos e que, após a Segunda Guerra Mundial, foi repassada para a Europa, inclusive a Itália. Portanto, descreve as trocas culturais que resultam em uma absorção da imagem que o estrangeiro tem sobre a própria cultura local.

Este termo é análogo à “invenção das tradições” (HOBBSAWM; RANGER, 2010), explicando a justaposição e incorporação de novas tradições às antigas e a ilusão coletiva de elas ainda são originais e endógenas. Em geral, essa categoria de argumento parte do pressuposto da artificialidade das tradições e da manipulação dessas por parte das elites para fins de obtenção de poder.

Um dos problemas mais evidentes de explicações como o “efeito pizza” é que nelas está implícito nesta categoria de conceito certo purismo e visão estática de cultura, entendendo as transformações como máculas e não como simplesmente como a história dinâmica e viva de um determinado costume ou visão de mundo. Desta forma, sob uma ótica das colaborações, trocas e influências, a questão da presença do Oriente (e mais especificamente do Império Otomano) na obra de Ranke pode se tornar também um convite a entender a presença e recepção da obra de Ranke no Oriente⁴⁴.

Quanto à presença do Oriente na obra de Ranke, o balanço de Schulin é bastante ponderado, mostrando que antes de quaisquer julgamentos sobre possíveis faltas, é preciso compreender a forma e a dinâmica da historiografia rankeana:

Temos que enfatizar que, por sua própria natureza, [a história rankeana] não poderia ser uma história geral, ao menos não de uma forma equilibrada. Desequilíbrio e vieses eram inevitáveis. Tendências gerais em paralelo, mas desenvolvimentos nacionais autônomos foram para o plano de fundo e, ainda mais, a influência europeia mundial. No primeiro plano encontramos a política externa das guerras, admitidamente não simplesmente como em histórias gerais europeias, mas mesmo assim na forma de avaliações internas e externas das Constelações de poder. No caso do conceito de Ranke do desenvolvimento da Europa por virtude de forças nacionais conflitantes, não podemos falar de uma “primazia das políticas externas”, mas podemos falar de um inevitável mecanismo interativo de constituintes interno e externos. (SCHULIN, 1990, p. 70)

Isso justifica porque há diferentes ênfases e enfoques durante a carreira de Ranke, ou seja, é um vestígio de seu acompanhamento dessa interação entre elementos internos e externos que formam o mundo das nações modernas. Até mesmo em seu interesse pelas nações europeias, cuja “vitalidade histórica e efetividade” exerciam sobre Ranke “uma fascinação vitalícia”, pode-se notar que “inegavelmente ele as retratou com destaques mutáveis” (SCHULIN, 1990, p. 80).

Frente aos dados até aqui expostos, é possível pensar que o Império Otomano na obra de Ranke entra em cena quando a presença otomano-balcânica no cenário internacional se faz presente de forma especialmente

⁴⁴ Apesar de não ser esse o objeto desta pesquisa, um trabalho que se dedicasse exclusivamente neste sentido viria a suprir uma lacuna fundamental na história intelectual de Ranke.

marcante com a Questão Oriental. Isso indica que o foco de Ranke não era necessariamente as histórias nacionais (europeias ou quaisquer outras), mas sim a busca incessante por compreender a partitura tocada pelas orquestras das nações em um grande processo que se estendeu do século XVI ao XIX. Como é delineado por Gilbert Felix:

“Então Ranke escreveu sobre o desenvolvimento que tinha uma origem europeia comum e padronizavam todo o desenvolvimento da história europeia. Quando Ranke enfocou na Alemanha, era porque a Alemanha era o lugar onde o novo movimento da Reforma primeiramente emergiu. A história europeia era vista como um grande rio em que muitas correntes desaguavam, e a entrada de uma nova corrente no fluxo do rio era um assunto histórico de suprema importância.” (1990, p. 87)

Nota-se aqui que o debate aqui apresentado ainda não está encerrado: será possível revê-lo sobre outro ângulo, sob forma da noção de orientalismo, no quarto capítulo. Até lá, o leitor está convidado ao próximo capítulo, onde poderá conhecer a questão do Império Otomano na obra de Ranke a partir desse mecanismo acima descrito por Schulin, ou seja, em suas manifestações diplomáticas.

PARTE 2

A QUESTÃO ORIENTAL: DIÁLOGOS DE RANKE COM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Apenas a conflagração do conflito revela
quais forças históricas são as mais fortes.”

*Leopold von Ranke
Französische Geschichte*

EQUILÍBRIO DE PODER E O CONCERTO DA EUROPA

Em suas *Lettres persanes* [*Cartas Persas*] (1721), Montesquieu escreve que o “Império Otomano, cujo corpo doente não fora tratado por uma dieta moderada e regular, mas por tratamento poderoso que o levou continuamente à exaustão” (MONTESQUIEU, 2008, p. 26), descrevendo assim o desgaste contínuo sofrido por um dos maiores impérios da História e prevendo também sua lenta, mas irreparável queda no século seguinte. Em uma frase, o barão capta um dos problemas mais importantes referentes às relações internacionais, situação que se agravaria entre o século XVIII e XIX, sendo por fim o cenário de eclosão da Primeira Guerra Mundial e continuando viva até a Guerra do Kosovo na década de 1990.

Compreendendo isto, busca-se nessa parte apresentar como a relação de Ranke com as ideias e práticas diplomáticas de sua época, inserindo-o no contexto dos esforços de lastrear as mudanças resultantes da Revolução Francesa com vistas à preservação da paz através de alianças políticas, notadamente na Questão Oriental. O enfoque a partir deste momento passa então a ser a inserção de Leopold von Ranke neste enclave entre teoria das

relações internacionais e ação geopolítica que marcam um dos aspectos da presença do Império Otomano na obra desse historiador.

O problema da fragmentação em “câmera lenta” do Império Otomano passou pela pena de praticamente todo teórico, filósofo e líder que se ocupava de política europeia durante os primeiros séculos de agravamento da situação. O tópico ajudou a moldar a diplomacia europeia do século XIX ao reunir e catalisar a agência dos Grandes Poderes no continente europeu.

A Questão Oriental representou um momento fundamental na história das relações internacionais, em que a ameaça iminente de dissolução causava instabilidade diplomática no que tange as futuras configurações político-geográficas da Europa e de seus arredores. Desta forma, pode-se definir a Questão Oriental como o esforço realizado pelos Grandes Poderes europeus para lidar com as consequências da esperada fragmentação, representando desta forma uma preocupação duradoura das chancelarias europeias (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 21). Isto é igualmente verdade para o caso alemão:

O que preocupou particularmente muitos pensadores alemães foi o surgimento da "Questão Oriental", um termo diplomático do século XIX para uma crise em curso: o estado dos cristãos (ortodoxos gregos e armênios) que viviam sob o domínio otomano, e o que parecia a muitos ser o colapso iminente do Império Otomano - um evento que, pelo menos do ponto de vista da Europa Ocidental, provocou temores de uma ocupação russa do Oriente Médio, transformando Istambul em um 'czargrado' e trazendo a influência de Moscou e São Petersburgo para as costas do Mediterrâneo. (ALMOND, 2010, p. 13)

Ao mesmo tempo, a Questão Oriental descreve também a tentativa de retomada do controle de territórios por parte do Sultão em um esforço de manutenção da integridade territorial e da autonomia política e financeira do Império Otomano. A ação foi feita em parte por alianças e reformas que buscavam ocidentalizar as instituições otomanas conhecidas como *Tanzimat*. A dificuldade se colocava para os otomanos principalmente pela escala de seus territórios e a complexidade de sua situação política interna, visto que:

(...) o paradigma [da Questão Oriental] refere-se ao preenchimento do vácuo político que surgiu após o declínio e desintegração do Império Otomano e à solução da questão da sucessão otomana. Em termos espaciais, a Questão Oriental referia-se a eventos ocorridos em uma ampla região geográfica, que se estendia da Bósnia ao Mar Negro e do Golfo Pérsico à Argélia. No dinamismo interno da Questão Oriental, uma parte importante do século XIX e a primeira década do século XX pertencem aos Bálcãs. (KARCIC, 2002, p. 639)

O acirramento deste problema se deu no que é descrito como a segunda fase do período clássico da questão oriental, momento que basicamente designa todo o século XIX. Ele é caracterizado pela entrada e influência da França sobre o Império Otomano, assim como das ideias revolucionárias francesas que impactaram não só a constituição da própria Europa como também a otomana.

Como já foi mencionado acima por Karcic, os processos de perda de territórios e lutas por autonomias nacionais durante o século XIX estavam concentrados principalmente na região dos Bálcãs, justamente a localidade sobre a qual Ranke se debruça com mais enfoque em seus textos sobre a Questão Oriental.

Ao olhar-se para o mapa do começo do século XIX, a região balcânica está totalmente sobre domínio otomano, o que garantia a presença do Sultão às portas orientais da Europa através da tensa fronteira com o Império Habsburgo. Já no final do século XIX vê-se a região balcânica constituída em várias nações independentes e a consequente perda considerável de territórios do Império Otomano. O que aconteceu em apenas um século para transformar tão radicalmente a configuração geopolítica da Europa oriental? É justamente a nova configuração dos poderes nacionais que explica essa transformação. É na dinâmica delicada entre esses chamados Grandes Poderes, marcada por interesses imperiais, zonas de influências, exercícios diplomáticos, acordos, tratados e guerras que tal mudança pode ser mais bem compreendida.

Ranke sabia muito bem que a “política externa não opera em um vácuo”⁴⁵ (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 8) É claramente notável como sua historiografia é praticamente toda orientada pela busca das relações entre Estados. Entendo que dois conceitos sustentam a interpretação de Ranke sobre a Questão Oriental no que diz respeito às relações internacionais: o primeiro é a de Grandes Poderes, definida como um Estado soberano que tem a capacidade reconhecida de exercer sua influência em escala global e tendo como características a dimensão do território, força militar e econômica (*hard power*) assim como influência diplomática (*soft power*). Tais elementos fazem com que os Poderes

⁴⁵ Albrecht-Carrié completa: “O exercício no uso do poder, que é o que a política externa é, é sempre circunscrito e condicionado pela multitude de componentes do qual esse poder é o resultado último.” (1968, p. 8)

menores levem a posição do referido Grande Poder em consideração quando da tomada de decisões (NEUMANN, 2008). Isto é especialmente visível no caso dos Bálcãs, cujas independências estão intimamente ligadas às influências de nações como França, Áustria, Inglaterra, Rússia e Prússia.

O segundo conceito é o de balança ou equilíbrio de poderes, sobre o qual Kaplan estabeleceu seis regras necessárias para o funcionamento: 1) cada agente deve se comportar para incrementar suas capacidades, mas deve preferir negociação ao combate; 2) os agentes devem lutar ao invés de perder a oportunidade de aumentar suas referidas capacidades; 3) em caso de possibilidade de eliminação de um dos agentes nacionais principais, os outros devem cessar a luta; 4) cada agente deve prevenir que coalizões ou um agente individual assumam liderança em relação aos demais do sistema; 5) todos devem agir para evitar que os agentes concordem com um princípio de organização supranacional; 6) todos devem aceitar que agentes nacionais vencidos ou restritos voltem a participar do sistema ou devem elevar um agente anteriormente não essencial ao estatuto de essencial (1957, p. 23).

Em Ranke, além desses elementos basilares, a balança de poder é alicerçada na necessidade irrevogável de liberdade e autonomia dos povos, o que torna a posição de Ranke em grande medida contra a tirania, supremacia e hegemonia.

Contra este crescimento da dominação política, os poderes menores puderam se unir. Eles formaram alianças e associações. Portanto, formaram o conceito da balança de poder, em que a união de vários outros Estados deve servir para usarem sua própria expressão, para resistirem às expressões de uma corte exorbitante. (RANKE, 1833, p. 11)

Conceitualmente, a balança de poder recebeu algumas definições que foram reunidas por Michael Sheehan e cuja leitura demonstra um mesmo princípio unificador: a garantia de que nenhum Estado europeu se tornasse tão poderoso que pudesse dominar e se impor aos demais (2005, p. 2–4). Esta definição revela como a concepção rankeana dialoga com a tradição realista (ou *power politics*) e que define suas principais características em quatro elementos básicos: 1) As nações-Estado são os atores principais em um sistema internacional de estados independentes; 2) A política doméstica e internacional são áreas claramente separadas da política nacional; 3) A política internacional é a luta pelo poder em um ambiente internacional anárquico; 4) Os Estados têm

capacidades diferentes de atingir objetivos e defender interesses (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 1990, p. 81). A aproximação entre realismo e historicismo, que parece encontrar síntese em Ranke, é notável. Hans Morgenthau delinea claramente tal proximidade quando afirma que:

(...) os princípios morais nunca podem se realizar totalmente, mas no máximo serem aproximados através de um sempre temporário balanço de interesses e um sempre precário apaziguamento de conflitos. Essa escola [realista], então, vê em um princípio universal para todas as sociedades pluralistas em um sistema de pesos e contrapesos. Ela apela a precedentes históricos ao invés de princípios abstratos e objetiva a realização do mal menor ao invés do bem absoluto (1978, p. 1-2).

Percebe-se, logo, que o equilíbrio entre particularismo e universalismos é um elemento frequente e une os três tópicos aqui apresentados: o sistema de congressos (com os conceitos de grandes poderes e equilíbrio de poder), o historicismo de tipo rankeano e a Questão Oriental. Entretanto, como é apresentado ao final desta parte, Ranke tem uma percepção bastante particular desta dinâmica que o afasta do referido “ambiente internacional anárquico.”

O Concerto da Europa – que engloba a balança de poder e os grandes poderes – é a realização da sociedade internacional europeia, algo que começaria somente a tomar forma no século XVIII e é caracterizada pelo princípio da sociedade de Estados soberanos e independentes⁴⁶.

Pode-se atribuir a inspiração desse princípio, no que tange sua versão ocidental, às cidades-estados da Grécia no período helenístico. É perceptível que durante a longa história de formação dos Estados europeus estabeleceu-se a competição entre vários impérios em uma relação constantemente não-hegemônica, algo que aconteceu lentamente, e não sem suas dificuldades, a partir de 1500. No entanto, apenas três séculos depois “a ideia foi firmemente plantada entre Estados europeus que uma tentativa por um deles de estabelecer hegemonia sobre os outros era uma violação das regras de sua sociedade internacional” (BULL; WATSON, 1984, p. 6).

⁴⁶ O Sistema de Estados Europeus, também chamado de Concerto da Europa, nasce ainda no século XVIII, mais especificamente em uma carta do conde Kaunitz, datada de julho de 1791, na qual ele falava em nome do Imperador da Áustria sobre a necessidade dos Poderes preservarem “a paz pública, a tranquilidade dos Estados, a inviolabilidade das posses e a fé dos tratados” Assim, lê-se na Conferência de 1818 entre os Grandes Poderes que estes se engajariam “para promover a manutenção e consolidação de um Sistema que tem dado Paz a Europa e que somente ele pode garantir sua duração” (BURY, 1960, p. 3).

Raymond Aron explica que a balança de poder compõe um dos “dois regimes que foram a partir da repentina ou gradual decomposição das monarquias tradicionais” nos séculos XVIII e XIX, sendo o outro regime os governos democráticos (2003:1). Assim, as grandes potências orientadas no sentido da manutenção do equilíbrio de poder resultam no desejo em parte da sociedade de regulação após os rearranjos ocasionados pelo período revolucionário:

O tumulto de um quarto de século ao qual a Europa foi submetida criou um forte e autêntico desejo de paz e ordem. Em Viena, o relógio foi ostensivamente retrocedido e a Europa de 1815 pode ter parecido para os restauradores pouco diferente daquela antes de 1789. Mas também se sentiu mais do que nunca desejável que a competição de interesses devesse proceder de maneira ordeira: ordem poderia ser mais bem mantida pela asserção clara do direito e responsabilidade daqueles que possuíam o poder, os Grandes Poderes. A concepção era pouco nova ou original e não foi formalmente institucionalizada para além da provisão frouxa para a manutenção dos futuros encontros dos Poderes. Aqui reside a essência do Concerto da Europa (...). (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 5)

É importante salientar, entretanto, que o Concerto da Europa não foi apenas uma adequação ao período revolucionário, mas a uma significativa série de desafios que incluem grandes transformações como população, tecnologia, economia, estruturas sociais, constituições e capacidades militares. Atesta, desta forma, sobre a “impressionante habilidade de administrar mudança em escalar locais e mundiais” (BLACK, 2010, p. 169).

De um ponto de vista historiográfico, a ideia de um concerto, uma unidade dinâmica e interdependente, se encaixa perfeitamente na visão dos historiadores alemães da tradição rankeana, o que também aponta para o interesse duradouro de Ranke na diplomacia europeia em todos os seus aspectos e manifestações históricas. A relação é explicada por Fritz Ringer:

Os historiadores alemães tendiam a tratar os estados como individualidades e sinfonicamente concebeu “todos”, personificações de espíritos nacionais únicos. A ênfase era geralmente na contenção dessas individualidades no plano internacional. Durante a maior parte do século XIX, a história rankeana foi principalmente militar e diplomática. (1990, p. 117)

É notável como Ranke se insere nesse processo como um historiador disposto a evidenciar essas identidades não em um sentido estático, mas sim com a habilidade de retratá-las em suas inteirações enquanto um conjunto historicamente dinâmico.

O SISTEMA DE CONGRESSOS E A REESTRUTURAÇÃO GEOPOLÍTICA E DIPLOMÁTICA

A política internacional é definida por Hans J. Morgenthau como sendo a luta pelo poder. Entretanto, no século XIX, aprimora-se uma nova forma de resolução dos conflitos denominado *Sistema Europeu*, cujo nascimento é marcado pela Paz de Vestefália (1648)⁴⁷ e que encontra seu formato mais bem-acabado em Viena (1814-15). Portanto, é lícito definir o Congresso de Viena (1814) como a primeira tentativa robusta de recolocar a ordem em território europeu a partir de dois pontos passivos: a condenação do ímpeto revolucionário e a necessidade de controlar o poder francês. (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 4) E esta tentativa foi de fato bem-sucedida em muitos aspectos, notadamente quando se considera que a forma de política internacional iniciada em Viena gerou praticamente cem anos de paz (1814-1914).

Mais do que nunca, a Europa se mostrava como um tabuleiro de xadrez. O sistema estabeleceu uma dinâmica diplomática complexa em que cálculos e probabilidades estavam em constante reavaliação. Neste movimento constante algumas ideias, acordos e *modus operandi* tomaram forma e se estabeleceram como consenso no tratamento das questões internacionais.

O congresso reviveu e desenvolveu a ideia do século XVIII de corpos intermediários, estados menores e independentes e áreas designadas para amortecer, separar e ligar grandes poderes em disputa. Estabeleceu regras e acordos para cooperação e concerto entre poderes, especialmente os grandes. Encontrou formas de garantir os direitos e estatuto enquanto discriminando entre suas diferentes funções e responsabilidades, necessariamente condicionados por capacidades e interesses divergentes. Protegeu a Europa de conflitos externos. Escapou da busca pelo *ignis fatuus* de um “equilíbrio de poder” autoajustável e reforçador da paz e conseguiu algo melhor, um equilíbrio político baseado na aceitação tácita dos poderes menores de

⁴⁷ Também conhecida como os Tratados de Munique e Osnabruque, designa uma série de tratados que encerraram a Guerra dos Trinta Anos. O Tratado Hispano-Neerlandês, que pôs fim à Guerra dos Oitenta Anos, foi assinado no dia 30 de janeiro de 1648 (em Münster). Já o tratado de Vestfália, assinado em 24 de outubro de 1648 em Osnabruque, entre Fernando III, Imperador Romano-Germânico, os demais príncipes alemães, França e Suécia, puseram fim ao conflito entre estas duas últimas potências e o Sacro Império. O Tratado dos Pirenéus (1659), que encerrou a guerra entre França e Espanha, também costuma ser considerado parte da Paz de Vestfália. Este conjunto de acordos inaugurou o sistema internacional moderno ao acatar consensualmente noções e princípios comuns como o de soberania estatal e o de Estado-nação.

uma hegemonia geral dos grandes poderes enquanto sua independência e direitos estivessem garantidos, e o reconhecimento pelos grandes poderes continentais da hegemonia russa e inglesa em suas respectivas esferas enquanto fosse exercida de forma tolerável. (SCHROEDER, 1994, p. 578)

Os congressos e seus tratados são, portanto, “a coisa mais próxima de uma lei das nações” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 192), sendo que o surgimento de uma situação diplomática como a que se estabeleceu no século XIX dependeu de um senso de governo coletivo. Para isto ser possível, colocou-se como “problema central para o sistema de Estados europeus a criação de alguma outra ordem na competição inegável de interesses”, podendo-se assim caracterizar esse momento diplomático como “uma maneira educada de competição dos interesses” caracterizada principalmente por um “elevado nível de consenso entre os membros das comunidades de soberanias” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 2).

Como ressalva, há uma associação frequente quando se fala da disputa entre Estados europeus no século XIX é ao imperialismo. Entretanto, a política internacional do Sistema europeu tem três períodos distintos:

7 Resumo das fases de política internacional do Sistema Europeu de acordo com René Albrecht-Carrié. The Concert of Europe. London: Palgrave Macmillan, 1968, p. 10–13.

A obra de Ranke é testemunha das três etapas visto que Ranke escreveu da década de 1820 até 1880. Entretanto sua concepção de política internacional é refletida pela segunda etapa, ainda que Ranke sustentasse tais posições

mesmo antes de se tornarem consenso. Isto quer dizer que o imperialismo não é um elemento presente em Ranke, pelo menos no que diz respeito ao desejo de expansão mundial. Na concepção rankeana, a livre-expressão das identidades nacionais era um foco mais valioso do que a conquista dos demais.

Em toda a instituição do Concerto há o toque do conservadorismo apaziguador que era:

(...) baseado na aceitação de diferentes interesses dentro de um contexto em que a lei deveria ser a base da vida internacional e a balança de poder deveria descansar sobre uma confiança mútua nascida de um respeito mútuo pelo direito de todos. (BLACK, 2010, p. 148)

Desta forma, a unidade do Sistema de Congresso é expressa no sentido de que, e essa talvez sua maior vitória, “os governantes da Europa falavam uma linguagem política comum” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 31).

No entanto, de um ponto de vista mais amplo, o ponto aglutinador era o combate à supremacia francesa, cuja influência se fazia sentir não apenas na Europa como também sobre o Império Otomano. Isso se reflete no envolvimento crescente do Império Otomano nas Guerras Napoleônicas após a invasão do Egito. Tendo isso em consideração, a criação do Sistema de Estados europeus com seu respectivo sistema diplomático pode ser creditada em enorme medida à Revolução Francesa, o que é dizer que isso se deu não tanto pelos avanços institucionais revolucionários e mais pela necessidade urgente da contenção de seus danos. É sabido que o primeiro objetivo administrativo das lideranças revolucionárias francesas era a modernização do Estado francês, mas que o conteúdo explosivo do movimento logo levou a desdobramentos imprevisíveis que desestabilizaram a estrutura europeia na totalidade (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 3). Frente a isso, os Grandes Poderes exerceram o direito de tomar “medidas de segurança contra aqueles Estados nos quais a deposição de um governo causado pela revolução” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 53), considerando-os exemplos nefastos de atitudes hostis contra governos legítimos.

O posicionamento de Ranke contra o Império Otomano e a França pós-revolucionária lastreia-se grandemente na compreensão de que esses poderes – ainda que um em ascensão e o outro em decadência – representavam a ameaça. A possibilidade de dominação crescente pelos anseios irrestritos dos impérios com desejos universais não tinha a simpatia de Ranke. Este expressa

inúmeras vezes em seus textos o gosto pelo diálogo e seu repúdio ao monólogo, compreendendo que a amizade entre indivíduos e nações só é possível quando todos os envolvidos encontram um espaço para a livre-expressão de seu caráter, de seus anseios e de suas histórias (Ranke 1833:50; Ranke 1924). A ideia de respeito pelas diferenças⁴⁸ é entendida por Ranke como sendo da maior importância, algo que pode ser percebido em sua frase cautelar: “Se você quer destruir as diferenças, tome cuidado para não matar vidas” (RANKE, 1832, p. 362).

RANKE, O DIÁLOGO INTERNACIONAL E O IMPÉRIO OTOMANO

No artigo *Die großen Mächte* [Os Grandes Poderes], Ranke define um Grande Poder como aquela nação que “consegue se manter contra todas as outras, mesmo quando elas são aliadas” (Ranke 1833:30) e com isso coloca-se em consonância com a percepção do ambiente político e diplomático oitocentista que origina o Sistema de Estados.

Também apresenta uma base histórica e conceitual importante para a compreensão da sua visão da Questão Oriental através de sua compreensão do conceito de equilíbrio de poder. Se a relativa igualdade dos Grandes Poderes nacionais impediria que uma potência ganhasse supremacia sobre as demais, Ranke compreende igualmente que uma nação se torna uma grande potência enquanto consegue manter sua autonomia e autodeterminação frente aos outros povos, utilizando-se para isso tanto da diplomacia como, em casos extremos, da guerra.

O tão sonhado Concerto Europeu convivia, entretanto, com um elemento desconcertante. Ranke percebe em sua leitura dos documentos venezianos que desde o século XV “uma política diplomática neutra era perseguida de forma quase uniforme, com exceção das alianças formadas durante as lutas contra a

⁴⁸ Nesta formulação também estão igualmente contidos traços historicistas e conservadores.

Turquia” (BENZONI, 1990, p. 54), o que indica que o Império Otomano tinha um significado histórico desestabilizador que atuava não só na Idade Moderna, mas que continuava atuante no século XIX, como era provado na Questão Oriental.

O contexto interno das terras germânicas (estados alemães e Áustria) também não era aglutinador. É comum afirmar-se que a Prússia não desempenhou papel de protagonista no Concerto da Europa e na Questão Oriental, pelo menos em suas duas primeiras fases. A Áustria, por outro lado, tinha seus olhos voltados para a rivalidade com a Prússia e, no que diz respeito à Questão Oriental, havia convergência de interesses com a Rússia. Além disso, Metternich abominava o princípio nacionalista que crescia entre seus súditos eslavos e dos povos balcânicos em geral (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 100).

O que a Prússia parecia falhar em perceber é que a Questão Oriental, principalmente sua expressão nos Bálcãs, apresentava uma oportunidade importante de posicionamento no tabuleiro internacional:

Aqui havia uma situação desenhada idealmente para uma intervenção externa; as nacionalidades balcânicas em dificuldade iriam agradecer assistência externa e esta assistência poderia, no que lhe concerne, ser usada para aumentar a posição de quem prestava assistência. Portanto, uma relação tendia a ser tornar estabelecida entre certos Poderes maiores e certos povos balcânicos, uma relação em que o último era protegido, dependentes, clientes ou satélites, entrepostos da influência dos Poderes maiores. (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 101).

O quanto do interesse de Ranke era movido por esse cálculo estratégico e o quanto representava um interesse empático pelas lutas desses povos é difícil saber. Dado que, como foi dito, Ranke não demonstrava apreciação por princípios imperiais, sua motivação tende mais a ser de outra natureza. A comoção de Ranke em relação à independência sérvia era considerável e foi atestada não só pelo tom de seu livro de 1828 como também pela amizade com Vuk Karadžić. Então pode-se considerar que a posição de Ranke em relação ao tema era do tipo onde a preocupação altruísta encontrava a oportunidade ideal.

No entanto, a Prússia não estava de olhos totalmente fechados ou de mãos completamente atadas nessa tensão. Outros elementos mostram que a participação da diplomacia alemã não pode ser ignorada, como é o caso do trono da recém-criada nação grega ter sido oferecido para um monarca da Bavária. De um ponto de vista geopolítico, a pátria de Ranke tinha interesses econômicos e estratégicos nos territórios do Império Otomano.

Historicamente, parte dos líderes alemães manteve planos de expansão para a Ásia ocidental com a política do *Drang nach Osten* [impulso para o leste], termo cunhado no século XIX para indicar as intenções alemãs em direção ao território eslavo. Fazendo parte de certa cultura política alemão, o tema teve inclusive sobrevida e ganhou apoio no movimento nacionalista alemão no final do século, revivido no Terceiro Reich sob a forma de *Lebensraum* [espaço vital] para justificar a anexação da Polônia.

O “*Drang nach Osten*” é um elemento importante para a compreender uma das facetas da relação entre a Alemanha e os Bálcãs, ajudando a iluminar também o interesse de Ranke pela região. A expressão se refere a ideia de expansão alemã rumo ao território eslavo com base no princípio histórico do *Ostsiedlung*, um movimento migratório natural causado pelo enorme aumento populacional durante a Alta Idade Média e havia estimulado um grande número de camponeses, artesãos e nobres sem direito à herança de terras a saírem de territórios superpopulosos do Sacro Império Romano (como Rinelândia, Flandres e Saxônia) em direção ao leste pouco populoso.

O movimento foi apoiado pelos nobres eslavos e pela Igreja, assim como as expedições militares dos cavaleiros teutônicos nas Cruzadas, que também deixaram seu legado nesse mesmo território⁴⁹. O resultado seria a presença histórica de alemães étnicos nas terras eslavas, havendo influência germânica em elementos legais, culturais, linguísticos, religiosos e econômicos que ajudaram a moldar as formas de vida entre o Mar Báltico e os Cárpatos⁵⁰. Posteriormente, no século XVIII, a repartição da Polônia entre Prússia, Áustria e Rússia resultou na germanização de grande parte da Polônia ocidental, pertencente então ao reino prussiano⁵¹. (DAWSON, 2017, p. 84; HALECKI, 1980, p. 15)

Apesar desses laços históricos e do interesse de forças expansionistas dentro da Prússia em direção ao leste, a chancelaria alemã do século XIX não

⁴⁹ O impacto da referida ideia foi o programa seminal de germanização da Polônia que tomaria feições bélicas com o Segundo Reich.

⁵⁰ A migração germânica para os Bálcãs foi motivada pelo grande aumento populacional na Alta Idade Média.

⁵¹ Um exemplo da proximidade político-cultural entre Prússia e Sérvia é o fato de a primeira constituição da Bulgária autônoma (1879), assim como da Sérvia (1889), foram baseadas no modelo constitucional prussiano. (KECHRIOTIS, 2007, p. 112)

se mostrava interessada na intervenção direta nos Bálcãs. A explicação para essa postura está na interpretação do Concerto da Europa e do equilíbrio de poder por parte de Bismarck e dos intelectuais influentes naquele momento. Como diplomata da escola clássica, Bismarck compartilhava do foco no fortalecimento interno da confederação e temia um crescimento excessivo do poder do *Reich*. Deste modo, pensava que seria propício limitar ambições e prescindir da ascensão a tal posição hegemônica na Europa, sendo que a Alemanha deveria estar “à serviço da justiça e da ordem europeia” para a própria segurança alemã, pois evitaria “uma coalização de rivais a quem as vitórias prussianas não deveriam humilhar nem perturbar” (ARON, 2003, p. 70)⁵².

Ranke, no que lhe concerne, mantinha relações próximas com essas figuras influentes da política externa alemã, especialmente o diplomata Wilhelm von Gentz⁵³ e o rei prussiano Frederico Guilherme IV⁵⁴. Estas conexões intelectuais e políticas mostram que Ranke contribuiu para a divulgação da compreensão político-filosófica que fundamentou a solidificação da forma diplomática específica que via sentido no Concerto da Europa, nos princípios de soberania nacional e da contrarrevolução. Todos esses elementos pairavam no ar da Europa e Ranke estava ciente de seu possível impacto na recém-encontrada paz.

A revolução, sobre a qual com tanta frequência afirma-se já estar acabada, parece não querer acabar”: esta nova experiência era formulada por Ranke depois da queda dos Bourbon, quando publicada sua *Historisch-Politische Zeitschrift* para fornecer argumentos às forças moderadas. Até 1830, todos os gabinetes europeus haviam se esforçado para manter o *status quo* de 1815 em questões de política interior e exterior. Em 1830, a Revolução explodiu onde havia começado, na França; e por tratar-se de uma grande potência, as

⁵² Dessa forma, segundo Raymond Aron, a Alemanha de Bismarck “não merece ser chamada de hegemônica, uma vez que sua hegemonia era limitada ao continente e posteriormente não constituiu um sistema fechado”, da mesma forma que a exclui desse status o tamanho da influência britânica e a colocam mais adequadamente como um Estado “preponderante” (2003:152)

⁵³ Friedrich von Gentz (1764 – 1832) foi um diplomata e escritor alemão. Nasceu no meio político e nele se desenvolveu de forma prolífica através da influência que Immanuel Kant teve em sua formação na Universidade de Königsberg. Com a tradução de Burke para o alemão, inclina-se ainda mais ao conservadorismo e funda o *Historisches Journal* em 1799. Nesta publicação, as instituições inglesas são consideradas modelares e defendia as políticas inglesas contra as agressões da República francesa.

⁵⁴ Friedrich Wilhelm IV (1795 – 1861), assumiu o trono da Prússia em 1840. Foi chamado de “o romancista no trono” por sua ampla empreitada literária, também conhecido por seu legado arquitetônico em Berlim e Postdam, além de ter terminado a catedral gótica de Colônia. Além disso, foi por sua ordem a instituição do típico capacete prussiano (*Pickelhaube*) como uniforme militar. Foi um conservador consensualista que buscou acomodar os interesses dos súditos católicos e das demandas de 1848. A partir de 1849, converteu a Prússia em uma monarquia constitucional.

restantes grandes potências se negaram a intervir, apesar das convenções de Aquisgrán. Com ele, como Metternich constatava, derrubava-se o dique penosamente levantado na Europa. Se abria um futuro desconhecido diante do qual nenhuma das experiências até então pareciam ter valor. Em 1830 apareceu na política de toda Europa um novo ponto de tensão porque vários países conseguiram superar com uma solução nacional e liberal-democrática o princípio de legitimidade monárquica. As forças da burguesia obtiveram um êxito total, o que lhes havia sido negado nos acontecimentos de 1814-15, quando haviam sido excluídas dos projetos e resoluções. (BERGERON *et al.*, 2004, p. 251)

Este ponto reflete a compreensão de Ranke de que “parecia característico para ele que a Europa dominou o mundo não como um império unificado (como Roma ou China), mas como um sistema de estados múltiplo e mutualmente condicionante, cada um marcado pelo nascimento da identidade nacional.” (SCHULIN, 1988, p. 12). Mais uma vez aparece sua aversão aos impérios universais que podem tomar tanto a forma da França napoleônica quanto do Império Otomano. No mesmo sentido, aponta para o papel político das histórias nacionais, pois Ranke “empregou a história para defender as histórias particulares contra as ambições universalistas” do “Iluminismo que parece ter encontrado expressão nas guerras revolucionárias francesas e na conquista napoleônica da Europa” (BERGER, 2015a, p. 22).

Seus escritos tinham uma busca ampla pela Europa e influenciaram as historiografias nacionais por todo o continente, ainda que de formas diferentes. Em resposta ao universalismo do Iluminismo, que parecia encontrar expressão nas guerras revolucionárias e nas conquistas napoleônicas da Europa, os historiadores nacionais empregavam a história para defender suas nações particulares contra ambições universalistas. Em resumo dos elementos básicos usados na construção das histórias nacionais modernas na Europa, destacamos suas muitas afinidades, mas também suas diferenças significantes. (BERGER, 2015, p. 22)

Ranke se mostrava em consonância com a visão política de seu tempo, o que o torna um sintetizador – e em certa medida propagandista – do plano de Albrecht von Roon e Bismarck. Isso indica outro viés de seu interesse em assuntos diplomáticos, havendo a conjunção de objetivos políticos práticos e interesses intelectuais de ordem teórica.

O próprio Ranke havia enfatizado a história política e institucional. Ele concentrou suas investigações no Estado e, especialmente, na política externa. Sob a influência da realização de Bismarck, alguns dos alunos de Ranke levaram essa ênfase ainda mais longe, até que a chamada “primazia da política externa” se tornou um verdadeiro dogma. Foi apenas por volta de 1880 que uma mudança começou a ocorrer a esse respeito. A teoria da política externa nunca foi realmente contestada; mas vários estudiosos proeminentes começaram a mudar da história

política e institucional para a história intelectual, cultural e social.
(RINGER, 1990, p. 302)

No cerne desse processo está uma característica que une Ranke ao grande movimento de seu tempo. Como foi percebido nesta pesquisa, o conservadorismo expresso no Concerto da Europa tem um impacto considerável em sua abordagem do Império Otomano, isto é, a inserção de Ranke não só está no grande movimento diplomático até aqui detalhado, mas no princípio conservador subjacente a ele.

A faceta conservadora do pragmatismo político alemão ultrapassa a esfera diplomática e aparece como um dado organizador da realidade, notadamente no campo historiográfico do século XIX. O primeiro autor a empregar a palavra “conservador” com o sentido em que é compreendida hoje foi François-René de Chateaubriand em seu periódico *Le Conservateur* (1818), onde eram difundidas ideias sobre a restauração clerical e política na França. Apesar de a palavra apenas ter sido oficialmente adotada na Inglaterra em 1835, a formação das ideias conservadoras data de quase meio século antes.

Considera-se o irlandês Edmund Burke como o primeiro filósofo e teórico político a expressar o *ethos* político conservador de forma mais bem acabada em sua obra *Reflections on the Revolution in France* [*Reflexões sobre a Revolução na França*] (1790), definindo ali os fundamentos do conservadorismo clássico enquanto posição política⁵⁵. Nota-se que o próprio conservadorismo é um elemento formado no que Schwarzmantel nomeia de “era das ideologias”, ou seja, os dois séculos que seguiram as revoluções nos Estados Unidos (1776) e França (1789). É justamente este período que inaugura um capítulo na história chamado “modernidade”: “A forma particular de sociedade, “modernidade”, que surgiu no final do século XVIII, deu origem a um conjunto comum de problemas e questões, ao qual cada ideologia diferente proveu respostas distintas” (1998, p. 4).

⁵⁵ Como é comum na identificação dos agentes no espectro político, a inserção de Burke à direita é foco de debate, uma vez que o mesmo era membro do partido liberal (whig). Para lidar com as contribuições que Burke faz tanto aos liberais quanto aos conservadores ingleses, costuma-se, em uma das vertentes críticas, separar, desde o século XX, sua obra em dois períodos – um primeiro correspondente a sua primeira atuação intelectual junto aos liberais, cuja obra mais expressiva é *Pensamentos sobre a Causa dos Descontentamentos Presentes* (*Thoughts on the cause of the present discontents*, 1770) e a segunda fase mais ligada às ideias dos conservadores (tory), na qual pode ser inserida a *Reflexões sobre a Revolução na França*. (JONES, 2015, p. 3).

Um dos traços distintivos de Burke é que sua contribuição diferiu das teorias prescritivas de Montesquieu ou Adam Smith, as quais Burke aceitava, mas sua preocupação central não era “com a substância das instituições, mas com sua preservação” (HUNTINGTON, 1957, p. 463). De qualquer forma, valores que são majoritariamente identificados como conservadores são encontrados em sua obra no período posterior à Revolução Francesa.

O conservadorismo, segundo a tradição burkeana, reage contra esta nascente onda de modernidade. A concepção ocidental mais poderosa da modernidade, e aquela que obteve efeitos mais profundos, afirmou que a racionalização requeria a destruição do chamado vínculo social tradicional, o que implica a substituição de sentimentos, costumes e crenças. Também implica que o agente da modernização não era uma categoria particular ou classe social, mas a razão em si mesma e encarnava uma necessidade histórica cuja lógica pavimentava o caminho para triunfo desta mesma modernidade (TOURAINÉ, 1995, p. 10).

Sob a influência intelectual de Aristóteles e David Hume, Burke exprime uma das mais fortes características conservadoras: a disposição antirrevolucionária que traduz o apeço pela ordem existente. Isso é expresso pela preferência a reformas pontuais que não desestrutem as instituições vigentes e terem suas raízes nos hábitos e costumes já estabelecidos. Com isso, Burke adota mais uma atitude de reformador do que propriamente de inovador.

Burke fornece um quadro dos princípios conservadores que podem ser sumarizados nas seguintes ideias: 1) a religião é algo natural do ser humano e o próprio fundamento da sociedade, visto que ela legitima, através da sanção divina, a ordem existente; 2) a sociedade e o direito são fruto do crescimento histórico orgânico e as instituições são o resultado da sabedoria das gerações anteriores; 3) o homem é composto de instintos, emoções e razão, sendo que o hábito é melhor guia do que a razão, abstrações ou metafísica⁵⁶; a comunidade é superior ao indivíduo; 4) os direitos derivam dos deveres; 5) os homens não são iguais, exceto no senso moral, sendo a hierarquia e a liderança elementos fundamentais da sociedade; 5) a organização social é complexa e envolve uma

⁵⁶ O mal também é fruto da natureza humana e está nos indivíduos, não em instituições específicas.

multitude de classes, ordens e grupos; 6) os governos experimentados são preferíveis aos projetos ainda não tentados. (HUNTINGTON, 1957, p. 456).

A partir do final do século XIX, o conservadorismo burkeano representou estes conceitos de forma cada vez mais esquematizada, lapidado e reinterpretado filosoficamente até a forma que o encontramos em atualmente. Com isso, passa-se a conceber o conservadorismo não meramente como uma posição política, mas sim uma “disposição”, uma “propensão” ou mesmo um sentimento de “familiaridade” a valores e instituições. Mannheim afirma este caráter psicológico e comportamental do conservadorismo, afirmando que o termo:

(...) não deve ser tomado como puramente político apesar de que no total, como veremos, seu aspecto político possa ser o mais importante. O conservadorismo também implica num complexo geral emocional e filosófico que pode mesmo constituir um estilo de pensamento definido. Em segundo lugar, o conservadorismo enquanto configuração estrutural pode incluir elementos tradicionais em seu bojo. Veremos, de fato, que o conservadorismo toma uma forma particular e histórica de tradicionalismo e a desenvolve até suas últimas conclusões lógicas. (1986, p. 106)

Pensando no caso de Burke, há uma questão que se relaciona com os territórios não europeus, notadamente sua atenção nos casos americano e indiano. Sua visão, sob olhar mais superficial, pode parecer incoerente quando se compreende que Burke desejava apenas a preservação da ordem feudal europeia. No entanto, Burke “era o arquétipo conservador porque seu impulso era defender todas as instituições existentes independentemente de onde estavam localizadas e da forma como eram desafiadas.” (HUNTINGTON, 1957, p. 463).

Assim como na Inglaterra, a palavra “conservador” (*Konservative*) entrou em uso na Alemanha na primeira metade do século XIX. O desenvolvimento do pensamento conservador, entretanto, remonta ao período antes da formalização vernacular. Mannheim afirma que desenvolvimento do pensamento conservador alemão no século XIX foi impulsionado tanto na Inglaterra como na Alemanha pela rejeição do processo revolucionário francês:

Qualquer estudo de estilos de pensamento característicos da primeira metade do século XIX deve começar do fato de que a Revolução Francesa operou como um agente catalisador tanto em relação a diferentes categorias de ação política como em relação a diferentes estilos de pensamento. (MANNHEIM, 1986, p. 81)

A partir das mudanças desencadeadas pela Revolução Francesa, há um efeito em cascata de reações. O resultado foi uma polarização nos estilos de

pensamento que “envolvem extremos claramente opostos” e cuja linha divisória separa o pensamento conservador do liberal, adicionando-se posteriormente o pensamento socialista. Para Mannheim, a polarização é especialmente perceptível no caso alemão devido ao próprio *habitus*⁵⁷ deste povo. Este seria caracterizado pela existência constante de “uma tendência a se ir aos extremos, levando os argumentos lógicos às suas últimas conclusões, tendência esta que não existiu de forma tão marcada nos outros países europeus” (MANNHEIM, 1986, p. 85). Logo, um dos fatores do sucesso do pensamento conservador em terras alemãs pode ser atribuído à maior rigidez da vida política que não era tão permeável como França ou Inglaterra à entrada de novos partidos e nem o cruzamento com outras ideias, o que explicaria a tradição alemã de “meio século de desenvolvimento intelectual ininterrupto que estava por trás do conservadorismo”:

(...) ainda de maior importância era a habilidade do conservadorismo alemão de se manter intacto, em períodos incertos, e que enquanto o conservadorismo se desenvolveu independentemente do liberalismo, por muito tempo, o liberalismo se deixou penetrar por elementos conservadores. (MANNHEIM, 1986, p. 86)

Desta forma, o nacionalismo percebido em Ranke está relacionado a um segundo período da formação das nações que corresponde à ideia clássica de estado nação. Segundo ela, o foco do nacionalismo se expressa na máxima de “uma nação, um estado”, mantendo-se, entretanto, a autonomia de cada nação para “determinar seus próprios assuntos – econômico, cultural e político” (SCHWARZMANTEL, 1998, p. 7), havendo uma ação estatal de nivelamento ideológico e das transformações sociais.

Assim, enquanto alguns celebravam a nova sociedade criada pelas revoluções, conservadores e nacionalistas alertavam para o custo desta realidade “animada pelos princípios iluministas de progresso material e moral e a conquista da felicidade no aqui-e-agora”. Estes críticos tentaram enfatizar os limites e fragilidade da razão humana, o condicionamento da razão histórica pelo peso do passado. (SCHWARZMANTEL, 1998, p. 17). Portanto, se na França a

⁵⁷ No prefácio, Eric Dunning e Stephen Mennell esclarecem o conceito: “Por “habitus” — uma palavra que usou muito antes de sua popularização por Pierre Bourdieu — Elias significa basicamente “segunda natureza” ou “saber social incorporado”. O conceito não é, de forma alguma, essencialista; de fato, é usado em grande parte para superar os problemas da antiga noção de “caráter nacional” como algo fixo e estático” (ELIAS, 1997, p. 9).

Revolução impulsionou as pessoas do período a um pensamento político e filosófico que levou prematuramente à ação, “o que leva inevitavelmente ao compromisso e à inconsistência lógica” (MANNHEIM, 1986, p. 87).

O conservadorismo alemão era proveniente de uma tradição intelectual cujos alicerces lógicos e sociais estavam mais firmes e aceitos na consciência alemã. Ao observar-se as características desta concepção política, nota-se que intelectualmente o conservadorismo alemão enquanto uma posição político-filosófica não ser um fenômeno endógeno, mas uma herança filosófica recebida da Inglaterra pela linha de pensamento de Edmund Burke e então aprofundada e intensificada aos moldes de elementos autenticamente alemães. Isso ocorre principalmente através das traduções que os trabalhos de Burke receberam do diplomata prussiano Friedrich von Gentz e de seu amigo Adam Müller⁵⁸, ambos tendo uma presença diversificada e inovadora nos campos político e cultural prussianos (MANNHEIM, 1986, p. 87).

Entre alemães, um dos primeiros pensadores a quem se atribui uma posição conservadora é Hegel. Ele foi também o primeiro filósofo a apresentar uma definição da modernidade cujo recorte temporal iria desde o aparecimento do Iluminismo e da Revolução Francesa até o século XIX, caracterizando-a por dois traços principais: primeiro pela ideia de subjetividade e liberdade individual, implicando o uso da faculdade crítica e da responsabilidade pessoal, indicando assim que a ideia de que a ordem política e social é resultado da ação humana; em segundo lugar, a separação entre estado e economia, o que significa que o maior desafio para a sociedade moderna é superar sua divisão, algo que lhe seria característico (SCHWARZMANTEL, 1998, p. 18). Entretanto, Cristi aponta que a descrição mais correta da política em Hegel seria a de uma dialética entre conservadorismo e liberalismo:

A autoridade de seu Estado conservador, que mantém o monopólio da política apoiado por um monarca hereditário, preserva a liberdade dos indivíduos na sociedade civil liberal. Ao mesmo tempo, os direitos desses indivíduos, exercidos no contexto de uma economia de mercado pura, exigem um Estado forte e autônomo. Essa

⁵⁸ Adam Heinrich Müller (1779 – 1829) foi um publicista crítico literário e teórico político e econômico. Em 1813, passa a integrar o serviço austríaco como comissário imperial e major do exército. Posteriormente passa a ser cônsul geral em Leipzig e começa a editar o periódico *Deutscher Staatsanzeiger* entre 1816–1818. Em 1826 recebe o título de nobreza e é apontado como conselheiro imperial, empregado assim na chancelaria austríaca.

reaproximação de liberdade e autoridade não deve ser entendida como uma mistura eclética de correntes de pensamento liberais e conservadoras. Um argumento dialético permite a Hegel sistematicamente derivar um Estado conservador dos princípios liberais incorporados na sociedade civil. Este é precisamente o mote hegeliano: “deduzir da razão e da liberdade uma nova articulação”. (1989, p. 718)

A posição de Hegel parece assim refletir demandas internas na confederação alemã. Na resistência contra as revoluções de 1848⁵⁹, a política alemã se dividiu em diversos partidos e ideologias que disputavam o poder, mas já em 1841 percebia-se a necessidade de um *konservative Partei* [partido conservador]. A partir dos anos 1860, esse chamado foi respondido pela Prússia (BOURKE, 2018, p. 17).

Apesar de, naquele momento, haver a disputa entre liberais e conservadores, é adequado interpretar que a posição de Ranke, assim como parte dos seus compatriotas conservadores, corresponde à posição de que:

(...) o verdadeiro inimigo do conservador não é o liberal, mas o radical extremo, não importando de qual teoria ideacional ele desposa. Diferentes radicais propõem diferentes panaceias, mas todos eles têm a mesma psicologia a qual os pensadores conservadores não demoraram em identificar. (HUNTINGTON, 1957, p. 460)

De um ponto de vista intelectual, o que se vê é uma geração com “uma juventude romântica a rejeitar” (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 89), sendo aqui o romantismo relacionado mais ao ímpeto juvenil revolucionário e idealizador. O contato de Ranke com a realidade das Guerras Napoleônicas veio cedo e é um episódio interessante. Em seu *Dictat vom November 1885* [Ditado de 1885]⁶⁰, Ranke se recorda de sua juventude e conta sobre seu contato com as tropas francesas:

Experimentei o ano de 1806 com total consciência. Lembro-me muito bem do primeiro regimento cavalgou pela nossa pequena cidade; eles evitaram cruzar diretamente através do local. Os hussardos fizeram acampamento ali e também se armaram para ir ao campo de batalha. Tudo era expectativa de uma grande decisão. Em 14 de outubro tivemos uma intimação para ir ao campo de batalha de Auerstadt. Nós garotos corremos até o Hoheroth, uma colina vizinha, e alguns cavaram na terra e afirmaram o som do fogo dos canhões; devo

⁵⁹ As Revoluções de 1848, também chamadas de Revolução de Março, foram parte de um processo revolucionário mais amplo vivido em vários países europeus. Foram uma série de protestos na confederação alemã, incluindo a Áustria. Uma das bandeiras foi o pan-eslavismo, além do expresso descontentamento com a estrutura política autocrática da confederação. Os grupos sociais traziam pautas diferentes para os protestos – a classe média mais comprometida com o liberalismo e a classe trabalhadora desejando mudanças radicais nas condições de trabalho.

⁶⁰ Ranke usava de ditados neste período porque sua visão já se encontrava consideravelmente prejudicada por conta da idade e dos anos de leitura em condições de iluminação precária.

confessar que não ouvi nada. Muito em prevê soubemos do resultado. O primeiro sinal foi uma longa coluna de carruagens, preenchidas primariamente de senhoras, que lideravam a retirada. Então vieram os refugiados, a quem meu pai abrigou em nossa casa e alimentou em nossa mesa redonda. Pouco tempo depois, os primeiros franceses apareceram. *Assim como nós, garotos, havíamos antes admirado o capacete da cavalaria prussiana, agora estávamos impressionados pelos chasseurs franceses.* Começava-se a distinguir entre a Prússia e a Saxônia e a falar da derrota como algo puramente prussiano. Ninguém tinha nenhuma ideia real do que havia acontecido conosco: uma decisão entre as duas grandes forças elementares do mundo havia ocorrido, mas a Saxônia foi à primeira vista a única afetada por ela. (1890, p. 56–57, *italico meu*)⁶¹

Em seu testemunho da batalha de Auerstedt⁶², Ranke demonstra a fascinação juvenil pelos elementos da guerra e a fascinação causada pelo exército francês visto pela primeira vez. Também se percebe aqui a narração a partir de duas escalas distintas: sob a perspectiva individual do menino e a sob avaliação histórica do homem idoso. Se o primeiro está cheio de encantamento e excitação, inclusive pelos franceses, o segundo enxerga o momento com ares de um conservadorismo nacionalista que vê naquele momento mais um movimento de individuação nacional. Além disso, foi provavelmente o primeiro contado de Ranke com um elemento balcânico: os hussardos (KIRÁLY; ROTHENBERG, 1979, p. 74)⁶³.

⁶¹ “Das Jahr 1806 erlebte ich in voller Besinnung des Geistes. Ich erinnere mich sehr wohl, wie zuerst ein preußisches Reiterregiment vor dem Städtchen vorüberzog, denn der eigentliche Durchzug wurde vermieden. Auch die Husaren, die am Orte lagen, rüsteten sich, ins Feld zu rücken; alles erwartete eine allgemeine Entscheidung. Am 14. Oktober hatte man eine Ahnung von der Schlacht von Auerstädt. Wir Knaben liefen auf das Hohenroth, eine benachbarte Anhöhe; einige von uns gruben sich in die Erde und meinten da wirklich Kanonendonner zu vernehmen. Ich bekenne: ich habe nichts gehört. Aber nur zu bald bekamen wir die Entscheidung zu erfahren. Das erste Zeichen davon gab eine lange Reihe von Wagen, besonders mit Damen besetzt, die den Rückzug angetreten hatten; dann trafen Flüchtlinge ein, die mein Vater in das Wohnhaus aufnahm und an unserer runden Tafel bewirtete. Gleich darauf aber erschienen die ersten Franzosen. Wie man an den preußischen Reitern die Totenköpfe bewundert hatte, so erregten nun die französischen Chasseurs die Aufmerksamkeit der Jugend. Mann sing an, Preußen und Sachsen zu unterscheiden und die Riederlage als eine eigentlich preußische auszusetzen. Wovon man keine Ahnung haben konnte, das was nun doch geschehen: die Entscheidung zwischen den beiden Großen Elementen der Welt erfolgt. Sachsen wurde im ersten Augenblick doch nur mäßig davon betroffen.”

⁶² A batalha acontece em dois momentos: em Jena e em Auerstedt e representa o embate entre as forças francesas de Napoleão e prussianas de Guilherme III. O evento é considerado uma das maiores vitórias napoleônicas e a derrota do exército da Prússia subjugou os alemães ao Império francês até 1812, quando a Sexta Coalisão foi formada. Vale lembrar que o grande teórico da Guerra Carl von Clausewitz lutou nesse episódio.

⁶³ Apesar de várias unidades de cavalaria dos exércitos modernos levarem o nome de *hussardos*, como aqui foi atestado por Ranke em relação aos franceses, historicamente o termo deriva da cavalaria do período medieval tardio da Hungria e que era composta primariamente por guerreiros sérvios.

Para uma visualização didática do posicionamento de Ranke no cenário político, a tabela comparativa apresentada por Ketler, Meja e Stehr é bastante instrutiva:

Teoria política	Associação a grupo social	Compreensão de história	Figuras intelectuais representativas
Conservadorismo burocrático	Elites militares	Apenas ação formal/ racional	-
Conservadorismo histórico	Aristocrática/ elites feudais	Apenas ação não-racional	Burke, Ranke
Liberalismo	Burguesia	Apenas ação idealizada	Rickert
Socialismo	Proletariado vanguardista	Dialético	Marx
Fascismo	Massas socialmente em levante	Apenas mítico	Sorel

8. Adaptado de KETTLER, David; MEJA, Volker; STEHR, Nico. *The Anthem companion to Karl Mannheim*. London; New York: E. Horwood; Tavistock, 1984, p. 77, tradução e destaque meus.

Desta forma, percebe-se que outro elemento do conservadorismo que se une harmonicamente com a perspectiva e contribuição de Ranke é a centralidade da história. Como expressa Mannheim: “Os conservadores substituíram a Razão por conceitos tais como História, Vida e Nação” (1986, p. 129). É justamente no “século da História” que a obra de Burke ganha ascensão e destaque através do historicismo, visto que “o método histórico salientava a complexidade e interdependência das instituições, crenças e hábitos. Isto foi, mas frequentemente que o contrário, ligado à metáfora orgânica que as sociedades não são construídas, mas crescem.” (JONES, 2015, p. 12). Não apenas em Burke ocorre esta relação com o que está historicamente estabelecido, mas parece ser uma característica estrutural visão de mundo conservadora, já que “a essência do conservadorismo é a racionalização das instituições existentes como história, Deus, natureza e homem.” (HUNTINGTON, 1957, p. 453).

Mannheim vê também o historicismo como gestado a partir do pensamento de Burke e que foi, entretanto, desenvolvido enquanto método e filosofia pelo pensamento conservador alemão. O historicismo inglês seria assim produto da concepção burkeana de história adensada pelos alemães e então devolvida para o país de origem de forma mais complexa e bem-acabada. Mostra disso estaria no direito, uma das áreas mais impactadas pelo pensamento historicista, como é observado no exemplo do jurista e historiador Henry James Sumner Maine,

autor de *Ancient Law* (1861), ter sido discípulo do também jurista e historiador alemão Friedrich Carl von Savigny. (MANNHEIM, 1986, p. 88)

Algo importante de se ressaltar é que conservadorismo e historicismo mostram uma relação muito específica com o passado. Apesar de num primeiro momento o historicismo parecer ter um olhar obsessivo e meticuloso para o passado, seu verdadeiro foco está no presente. Não há o interesse na glorificação do passado, ainda que isto possa acontecer em certos momentos, mas sim a busca pelo nascimento das instituições e das formas de vida que moldam o mundo do agora, assim como no conservadorismo:

A reflexão pode suscitar certa gratidão pelo que está disponível, e, portanto, o reconhecimento de um presente ou uma herança do passado; ainda que não haja idolatria alguma ao que meramente jaz no passado. O que importa mesmo é o presente: e importa não devido a suas conexões com uma antiguidade remota, nem porque fosse tido como mais admirável do que qualquer outra alternativa, mas sim devido a sua familiaridade: não o *verweile doch, du bist so schön*, mas sim o 'fica comigo porque sou apegado a ti'. (OAKESHOTT, 2016, n.p)

Em Ranke, vê-se este processo especialmente em seu tratamento das fontes. Em um primeiro momento, a abordagem rankeana corresponde a busca de interações do passado como descrita por Rüsen:

Na prática da pesquisa, essa heurística domina a história política factual, que procura acontecimentos políticos passados naquelas fontes, onde as intenções que orientam os agentes estão mais bem documentadas. O exemplo histórico mais conhecido é o tratamento das relações internacionais de Veneza por Ranke, que apresenta a rede de interações políticas (exteriores), considerando análises diplomáticas, de forma tal que o processo dos acontecimentos políticos se torna compreensível na perspectiva do jogo de trocas entre intenções e estimativas dos agentes principais. (2007, p. 140)

No caso do Império Otomano, essa visão se mostra em comentários como "A vida do Império Otomano por um século reside inteiramente em seus movimentos internos" (RANKE, 1879a, p. 285)⁶⁴ ou, como Ranke postulou de forma célebre e mais poética, "cada época se relaciona imediatamente com Deus, e seu valor não depende de forma alguma do que vem dela, mas de sua existência como tal, em si mesma" (RANKE, 1942, p. 59)⁶⁵.

Isso indica que compreender a realidade otomana é conhecer sua história a partir de dentro, pois a explicação estava justamente no peso de sua existência

⁶⁴ "Leben des osmanischen Reiches seit einem Jahrhundert liegt durchaus in seinen inneren Bewegungen."

⁶⁵ "Jede Epoche ist unmittelbar zu Gott, und ihr Wert beruht gar nicht auf dem, was aus ihr hervorgeht, sondern in ihrer Existenz selbst."

e dignidade como poder constituído e não apenas como um subproduto dos desejos dos Grandes Poderes europeus.

No entanto, uma das fragilidades que Ranke observa no Império Otomano é justamente a recusa à modernização, a acompanhar as mudanças históricas (europeias), especialmente as de âmbito político-institucionais” sem ter um modelo melhor para oferecer: “O sultanato compartilhou os perigos representados pela monarquia na mesma época na maioria dos estados da Europa. Mas o Serai⁶⁶ tinha certa resistência em sua organização oriental bárbara” (RANKE, 1857, p. 108)⁶⁷.

O que poderia ser considerado uma traição à própria proposta de imparcialidade, entretanto, deve ser pensado de forma mais dinâmica e, em certa medida, orientada por questões do presente:

Quando Ranke realizou sua famosa observação sobre apenas descobrir "como realmente era", ele certamente não pretendia exigir uma suspensão completa do julgamento interpretativo até que todas as evidências estivessem disponíveis e toda a história pudesse ser contada corretamente de uma vez por todas. Nenhum historiador alemão jamais assumiu tal posição. Ranke estava simplesmente tentando evitar um tratamento do passado excessivamente voltado para o presente e sem imaginação. Ele queria ser "histórico", para descrever épocas, instituições e indivíduos passados tanto quanto possível "em seus próprios termos", em vez de julgar o papado da Renascença pelos padrões de Lutero e a Idade Média pelos nossos. Esse era o ideal da mentalidade do passado, o tema central da tradição histórica alemã. (RINGER, 1990, p. 98)

Se a busca por esses mecanismos internos e historicamente determinados levou à sinalização de relativismo cultural, em Ranke há outros pontos a serem considerados. Como pode ser visto na próxima parte e na conclusão da pesquisa, a igualdade entre nações e povos tem suas reservas em Ranke, pois há uma clara hierarquia de atenções em sua obra que é fruto tanto de predileções pessoais como também de uma concepção das contribuições de cada civilização ao processo histórico (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 73).

De qualquer forma, é possível atribuir a imparcialidade rankeana também ao seu conservadorismo, pois o pensamento conservador garantiria uma suspensão de preconceções e vetaria verbos conjugados no futuro do pretérito.

⁶⁶ Nos contextos turcos ou da Ásia muçulmana, significa palácio ou corte otomanos.

⁶⁷ “Das Sultanat teilte die Gefahren, welche die Monarchie in derselben Epoche in den meisten Staaten Europa's bestanden hat. Aber das Serai hatte in seiner orientalisch barbarischen Organisation eine gewisse Widerstandskraft.”

Sem modelos ideais, há uma abertura para observar placidamente o mundo – passado e presente – como ele se apresenta.

Nada nesses princípios conservadores os limitam exclusivamente à reação feudal-aristocrática. Para enfatizar, a ideologia salienta a inevitabilidade de classes e liderança na sociedade, mas não particulariza nenhuma forma de organização social ou fonte de liderança. Nem há nada na ideologia que presuma um partidarismo a favor da sociedade agrária, do sistema feudal do manejo da terra ou uma aristocracia de títulos. (HUNTINGTON, 1957, p. 453)

Assim, Ranke estaria munido de uma mentalidade que o impulsionava a buscar pelos elementos sociais, políticos e culturais estruturais sob qualquer forma no curso da história. Isto é bastante útil quando o historiador se vê confrontado com sociedades diametralmente diferentes daquela em que vive. Da mesma forma, a ponderação característica do pensamento conservador auxilia Ranke em sua abordagem centrada, pois o “conservadorismo não pergunta questões definitivas e, portanto, não fornece respostas finais” (HUNTINGTON, 1957, p. 470).

Outro elemento do conservadorismo que pode explicar elementos da historiografia rankeana é a intransmissibilidade do pensamento conservador e a dificuldade dos pupilos de Ranke em reproduzirem o tênue equilíbrio e dinamismo desenhados pelo mestre. Ao considerar que a resposta historiográfica de Ranke correspondeu ao típico impulso conservador de salvaguardar as instituições – ainda que aceitando que, para isso, elas precisassem de considerável adaptação aos novos tempos –, a aplicabilidade das ferramentas historiográficas rankeanas ficaria obsoleta uma vez superados os elementos situacionais que as geraram.

É desta forma que os “pensadores conservadores de uma época, conseqüentemente, têm pouca influência sobre aqueles da próxima. Há poucos conservadores de segunda geração.” (HUNTINGTON, 1957, p. 470). Justamente por sua visão única para cada momento, visto que ela é uma resposta a situações específicas, sua reprodução enquanto uma fórmula se torna inviável e, em última análise, desprovida de alma e sentido. O que fica, entretanto, é o método, a forma de olhar o objeto, a inspiração.

Retomando ao ponto do nacionalismo previamente delineado, no século XIX, os princípios do equilíbrio de poder e da autonomia dos Estados nacionais já era um axioma político na Alemanha: os escritos de Friedrich II afirmavam sua

subscrição a estes princípios, assim como na obra de Friedrich von Gentz, cuja amizade pessoal fora decisiva na carreira de Ranke, inclusive por colocá-lo em contato com o mundo eslavo-balcânico.

O próprio Gentz expressa o problema que enxergavam na conduta administrativa do Império Otomano os princípios despótico e unívoco que desagradavam também Ranke:

Do centro desse reino, em que é obtida uma uniformidade universal através de um gabinete onipotente, um ministro que parece tremer ao seu desacordo, uma máquina fiscal acelerada a tal ponto que faz suas cordas romperem, uma polícia onipresente, um exército inteiramente devotado a ele e uma multitude de prefeitos e subprefeitos, ele governa uma nação de trinta milhões de pessoas tão fácil, segura e absolutamente como o Grande Senhor nos bons tempos do Império Otomano governou o *seraglio*, através de seu *pasha* e *aga*, sua Europa e Ásia. As constituições do Império, como são chamadas, nem mesmo tentam pela mínima regulação impor limites a esse monstruoso despotismo: elas se tornaram, além disso, para cada propósito prático, um nome meramente vazio. (GENTZ, 1806, p. 125)

É curioso como a carreira de Ranke termina ao mesmo tempo em que a positividade política em relação ao Concerto da Europa também entra em declínio. Em 1882, seis anos antes da morte de Ranke, o primeiro-ministro britânico, Lord Salisbury, afirmava que: “Temos uma boa quantidade de conflito acerca das palavras “Concerto Europeu”. No que diz respeito ao povo muçulmano, se o Governo de Sua Majestade gosta das palavras, é um luxo que eu certamente não gostaria de privá-lo. Acredito, no entanto, sendo um fantasma.” Isso indica que o sucesso do arranjo diplomático foi um esforço que fazia sentido para a geração que viveu a transição do século XVIII para o XIX e viu os efeitos revolucionários sobre a Europa.

Ranke tinha sua visão historiográfica interessada e alinhada com o movimento histórico de integração e internacionalização dos Estados europeus. Seu interesse estava no grande movimento histórico que gerou em sua obra a apresentação da consolidação dos Estados europeus e da formação de seu sistema. A esta apresentação “Ranke acrescenta a influência dos otomanos e, como reação a isso, a história das descobertas e colonizações, mostrando assim a expansão do sistema de Estados europeu para o mundial” (BERG, 1968a, p. 117).

Isso quer dizer haver um eco notável das questões do dia na pesquisa de Ranke sobre a Idade Moderna, mais um fator que contribuiu para sua relevância e reconhecimento durante o século XIX, visto que essa duplicidade temporal, por

um lado, explicava duas realidades simultaneamente e trazia a identificação do leitor quando se deparava com os desafios dos homens e instituições dos séculos XVI e XVIII. Por outro lado, mostrava a formação dos Estados como um grande processo e com isso apontava para a formação da Europa, de seus Estados e de seu sistema como uma grande obra da atividade humana – e, inclusive, também da obra divina.

Se, de fato, o Sistema havia se transformado em fumaça no final do século XIX não é ponto pacífico, visto que até Bismarck – que preferia um nível menos coletivo na administração das questões diplomáticas – via o concerto como uma ferramenta útil (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 21). De qualquer forma, considerando os elementos até aqui apresentados, é possível enxergar Ranke como inserido e contribuinte da tradição conservadora alemã. Percebe-se que ele escreve unindo a pragmática com as concepções teóricas, o que tem impacto direto sobre sua percepção do Império Otomano. Da mesma forma, a visão de Ranke sobre a política internacional reflete não só sua atenção aos contextos diplomáticos e políticos históricos e de seu próprio período como também sua interconexão com as ideias do momento, contribuindo de forma bastante individual para o debate que dominava a época.

IMPÉRIO OTOMANO COMO CATALIZADOR DO CONCERTO DA EUROPA

Quando das negociações entre os Grandes Poderes e o Império Otomano em relação à Questão Oriental, Monsieur Desgrandes, o dragomano francês⁶⁸, profere uma frase que considero icônica e representativa da postura europeia em relação às atitudes diplomáticas frente ao sultão: “Não há nada que proíba europeus de aparecerem na presença de muçulmanos”⁶⁹. De fato, a partir da

⁶⁸ Os dragomanos eram intérpretes, tradutores e mediadores que faziam a mediação entre consulados, embaixadas e entrepostos comerciais europeus e as instituições de língua turca, árabe e persa.

⁶⁹ Declaração que consta no documento “Relatório conjunto dos dragomanos da França, Grã-Bretanha e Rússia, datado de 2 de Novembro de 1827”(Papers Relative to the Affaires of Greece, 1830, p. 184).

década de 1820 não houve nada que desencorajasse os europeus de estarem cada vez mais frente-a-frente com o rei dos reis muçulmano – o sultão otomano.

A Questão Oriental pode ser considerada o melhor exemplo do Concerto da Europa em ação sendo foco de atenção intensa durante todo o século XIX: “mais do que qualquer outro assunto, a Questão Oriental era a preocupação constante das chancelarias da Europa e forneceu um desafio perpétuo à preservação do concerto da Europa” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 102). Assim, a “existência do Império Otomano foi um fator essencial para o desenvolvimento da integração política dos Grandes Poderes” (SCHULIN, 1958, p. 246).

A impressão europeia sobre a Questão Oriental ficou celeberramente resumida na expressão “o homem doente”, referindo-se ao enfraquecimento do Império Otomano, e foi cunhada pelo imperador russo Nicolau I⁷⁰ (SCHUMACHER, 2014, p. 69). O problema, que fora herdado do século passado e ocupava os gabinetes diplomáticos do século XIX como um consenso, sendo “a maior diferença na opinião do diagnóstico do “Homem Doente da Europa” se ele estava simplesmente crítico ou terminal” (DALY, 1991, p. xii). Como descreve Marriott sobre o impacto da Questão Oriental:

Desde os primeiros anos do século XVIII, a Europa tem sido assombrada pela apreensão do problema das consequências que provavelmente adviriam da morte do doente e da subsequente disposição de sua herança. Por quase duzentos anos, presumiu-se que a herança seria devolvida a uma ou mais das Grandes Potências. Que as nacionalidades submersas da península balcânica voltariam a poder exercer qualquer influência decisiva sobre os destinos das terras que ainda povoavam era uma ideia muito remota em relação às realidades para atrair até mesmo a atenção passageira da diplomacia. (1917, p. 5)

Já nas primeiras décadas do século XIX a problemática cumpriu um papel fortalecedor da diplomacia e permaneceu pertinente neste quesito até as décadas finais orientadas pela política bismarckiana⁷¹.

⁷⁰ Nikolay I Pavlovich (1796 – 1855) reinou como imperador da Rússia, rei da Polônia e grão-duque da Finlândia de 1825 a 1855. Teve um reinado controverso marcado pelo conservadorismo, expansão geográfica, crescimento econômico, grande industrialização, centralização das políticas administrativas e repressão da dissidência. Desempenhou papel central na criação do Estado grego independente e deu continuidade à conquista russa do Cáucaso com a tomada da Armênia e do Azerbaijão. Deu fim à Guerra Russo-Turca (1828–29), mas posteriormente levou a Rússia à Guerra da Crimeia (1853–1856).

⁷¹ “A Questão Oriental continuou ser o solo mais fértil para a ação comum neste período”. (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 19)

Um dos registros mais expressivos deste processo foram os mapas políticos satíricos produzidos durante todo o século XIX e traduziam a Questão Oriental de forma ácida e expressiva. Um caso exemplar e bastante conhecido é o do chargista Fred W. Rose e o mapa que produziu em 1877 como parte do seu *Serio-Comic War Map* (BARRON, 2008, p. 13). Nele, cada nação europeia foi personificada em um personagem e vê-se Otto von Bismarck separando o grande polvo simbolizando a Rússia de Louis-Jules Trochu, primeiro-ministro francês. O Império Otomano, que aqui engloba os Bálcãs, aparece em dois momentos diferentes, representado pelo mesmo personagem de um homem com vestimentas turcas típicas – sendo expulso (ou disputado) por uma mulher que simboliza a Áustria e sendo agarrado pelos tentáculos do polvo russo em sua extensão entre Europa e Ásia.

A cena fornece uma impressão dinâmica e vívida das disputas que ocorriam em torno da Questão Oriental já na segunda metade do século XIX:

9. Fred W. Rose. *Serio-Comic War Map for the Year 1877*, London, England, 1877.

Na Questão Oriental, uma das consequências do enfraquecimento otomano foi o aparecimento de movimentos pela independência dentro de seu território. Foi, então, com a emergência do movimento de independência da

Grécia que houve a ativação efetiva do Concerto da Europa, apontando para a Questão Oriental como seu principal e mais frutífero empreendimento diplomático.

A Grécia foi o primeiro território balcânico a conquistar sua independência do Império Otomano, em 1822, e sua soberania foi impulsionada, assim como os demais movimentos de independência no Império Otomano, pelas repercussões da Revolução Francesa e do governo de Napoleão. A Grécia havia sido incorporada ao Império Otomano em meados do século XV, após a vitória dos otomanos sobre os sérvios. Desde então, “a glória que foi a Grécia sobreviveu melhor no resto da Europa do que em sua terra natal, que quatro séculos de domínio turco reduziram a um estado rebaixado” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 102).

Depois de algumas tentativas por parte dos Grande Poderes de acomodar a permanência de certa autoridade do Sultão sobre os gregos, ficaram decididos elementos fundamentais da constituição estatal nascente grega, marcando a vitória do modelo político dos Grandes Poderes. Fica decidido que Grécia seria um estado independente – desfrutando de todos os direitos políticos, administrativos e comerciais – e teria liberdade de fé com plena igualdade de direitos para os católicos. Seu governo seria de uma monarquia hereditária conforme o princípio da primogenitura e seria oferecida a um príncipe cristão que não fosse membro de qualquer casa monárquica dos signatários do Tratado de Londres. No final das negociações, existiram mudanças radicais que resultaram na eliminação da relação de suserania com o Império Otomano, o que inclui a determinação das novas fronteiras gregas pelos Grandes Poderes.

De um ponto de vista diplomático, o que é presenciado na Questão Oriental é uma amostra da internacionalização do Concerto da Europa, pois nela é finalmente estabelecida a constatação de que “as relações entre Estados europeus foram o que importava no mundo” e que “o sistema chamado Concerto da Europa teve, portanto, uma significância em todo o mundo e que o coração do sistema, a tentativa de obter alguma regulação ordenada da competição de interesses, tornou-se de importância mundial” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 10; 21).

Ao observar a ação coletiva na Questão Oriental, nota-se que a sociedade internacional europeia “não desenvolveu primeiramente suas regras e

instituições e depois as exportou para o resto do mundo”, mas que sua evolução interna e expansão global foi um “processo simultâneo em que um influenciou e afetou ao outro” (BULL; WATSON, 1984, p. 6–7). O processo desta internacionalização e padronização é fruto de uma longa construção que leva cinco séculos até alcançar sua forma oitocentista.

O príncipe Gortchakoff, primeiro-ministro russo entre 1856 e 1852, adota a imagem do “homem doente” para expressar a internacionalização da Questão, observando que “a Questão Oriental não era alemã ou russa, mas europeia”.

Se o “Homem Doente” deve morrer, seu legado ainda substancial deveria inevitavelmente ser um objeto de cobiça dos Poderes. Eles concordaram em seu desejo de evitar um choque entre si mesmos sobre o legado otomano e desse fato nasce a natureza fundamental da Questão Oriental. Acordos anteriores sobre algum esquema de partição evitaria tal choque e poderia até evitar a queda do Império. Era inevitável que a ideia recorresse, em um momento ou outro, como de fato o fez. Mas, alternativamente, na falha do acordo sobre algum esquema de partição, o evitamento do assunto era melhor, por isso o prolongamento da existência do Homem Doente. (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 101)

O que o congresso possibilitou, portanto, foi uma estrutura prévia e um *modus operandi* diplomático que viria ser testado, refinado e efetivado na Questão Oriental.

A QUESTÃO ORIENTAL PARA RANKE

Ranke sabia muito bem que a “política externa não opera em um vácuo”⁷² (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 8), é claramente perceptível como sua historiografia é praticamente toda orientada pela busca pelas relações entre Estados. Tendo isso em mente, considero que os seguintes textos são fundamentais para esboçar a visão de Ranke sobre a Questão Oriental no que se refere ao seu aspecto diplomático e geopolítico.

Primeiramente tem-se o livro *Fürsten und Völker von Süd-Europa* [*Principados e Povos da Europa Austral*] (1827a), em que Ranke aproveita o

⁷² Albrecht-Carrié completa: “O exercício no uso do poder, que é o que a política externa é, é sempre circunscrito e condicionado pela multitudine de componentes do qual esse poder é o resultado último.”

material diplomático que havia consultado em Veneza, as relações venezianas, para explorar a história do sul da Europa, notadamente a relação entre a Espanha e o Império Otomano nos séculos XVI e XVII. Pode-se perceber algumas interpretações sobre o poder otomano que se estenderiam até o presente, quando Ranke trata da Questão Oriental no século XIX.

Em segundo lugar, o livro *Die serbische Revolution* [A Revolução Sérvia] (1829), sendo depois republicado, com alterações, como *Serbien und die Türkei im 19. Jahrhundert* [Sérvia e a Turquia no Século XIX] (1844). Esta obra marca a entrada formal de Ranke na Questão Oriental, ainda no começo de sua carreira. São incluídas não só informações históricas como também culturais sobre os sérvios, havendo um claro posicionamento a favor da independência desse povo contra o domínio otomano.

Depois tem-se o artigo *Die letzten Unruhen in Bosnien. 1820—1832* [As Últimas Agitações na Bósnia entre 1820—1832] (1834a). Publicado na revista *Politisch-historische Zeitschrift* – editada por Ranke – o artigo se ocupa do processo de independência de outro povo balcânico, os bósnios. Aqui, Ranke argumenta em uma perspectiva mais política e diplomática, defendendo a necessidade de proteção por parte das Grandes Potências das populações cristãs que residiam no Império Otomano.

Por fim, há o relatório publicado como artigo na *Historische Zeitschrift* intitulado *Zur orientalischen Frage. Gutachten im Juli 1854 Sr. Majestät König Friedrich Wilhelm IV vorgetragen* [Sobre a Questão Oriental. Opinião de especialista apresentada em julho de 1854 à Majestade o Rei Friedrich Wilhelm IV] (1865). Este texto tem o posicionamento político e diplomático mais claro de Ranke. Aqui o historiador coloca-se como um historiador com a função de aconselhamento do rei Frederico Guilherme IV da Prússia e coloca-se em oposição ao modelo prussiano de procurar neutralidade em assuntos que não sejam domésticos⁷³. Com isso, Ranke continua defendendo a responsabilidade moral e a centralidade estratégica de defender as populações cristãs – portanto,

⁷³ A virada acontece em 1866, quando, até 1870, A Prússia começa a perseguir uma política germano-europeia e, em seguida, uma política mundial. (BARKER, 1919, p. 30)

ocidentais, de um ponto de vista do pertencimento cultural, expondo as desigualdades jurídicas presentes no interior Império Otomano.

Todos esses textos de Ranke têm em comum o fato de falarem sobre a história do tempo presente, tendo um caráter bastante específico que é a mistura da História com um certo jornalismo de análise política e conceitualização diplomática.

Ranke tentava dar sua contribuição para um assunto que se desenrolava ali, enquanto o autor escrevia. Ele escrevia não só para o público geral interessado em manter-se atualizado sobre a pauta política do dia, mas também atuava aqui como conselheiro e interlocutor da diplomacia alemã⁷⁴. Na introdução da republicação de 1879 da *História da Revolução Sérvia*, Ranke explicita seu interesse pelo assunto e sua conexão com os Poderes europeus:

Mais uma relação histórica então veio às vistas: a relação das potências europeias com as oscilações internas do Império Otomano. Em um segundo centro do domínio otomano, no Egito, reformas como as realizadas pelo sultão, com colaboração de seu grande vassalo, o vice-rei Mehemet Ali, foram bem-sucedidas. Foi de grande significado, como através dessas duas reformas, como o Sultão e o vice-rei se opuseram. (...) Como resultado, porém, a questão, que até então poderia parecer otomana, tornou-se geral. Era assim que essa luta seria constatada na Europa. Mas agora as duas potências mundiais se opunham. A França ficou do lado do Egito e da Inglaterra com Constantinopla. (RANKE, 1879a, p. IV)

Como acima explicitado, Ranke deixa claro como enxerga a conexão entre realidades interna e externa de cada nação, apontando para a internacionalização da questão.

A atuação de Ranke mostra outro elemento do Concerto da Europa que foi a ação conjunta entre governantes e intelectuais, principalmente os de matriz conservadora que confluíam com a visão do governo em seus traços mais decisivos. A função social do intelectual alemão pode ser descrita da seguinte forma:

Os formados academicamente constituem uma espécie de aristocracia intelectual e espiritual na Alemanha... Eles formam algo como uma nobreza oficial, pois na verdade todos participam do governo e da administração do Estado... Juntos, eles formam um segmento homogêneo da sociedade; eles simplesmente se reconhecem como iguais sociais com base em seu cultivo acadêmico... Por outro lado,

⁷⁴ Esse tipo de atribuição de analista aos professores universitários era reservado àqueles que mostravam não só erudição nas questões contemporâneas como um alinhamento com os princípios que inspiravam o governo prussiano naquele momento.

qualquer pessoa na Alemanha que não tenha educação acadêmica carece de algo que a riqueza e o nascimento elevado não podem substituir totalmente. O comerciante, o banqueiro, o rico fabricante ou mesmo o grande proprietário de terras, por melhor que ele se posicione em outros aspectos, será ocasionalmente prejudicado por sua falta de formação acadêmica. Como consequência, a aquisição de uma formação universitária se tornou uma espécie de necessidade social para nós, ou pelo menos a aquisição da *Abitur*, o direito potencial de cidadania acadêmica. (PAULSEN, 2010, p. 149–150)

Assim, essa forma de atribuição de analista aos professores universitários era reservado àqueles que mostravam não só erudição nas questões contemporâneas como um alinhamento com os princípios que inspiravam o governo prussiano naquele momento.

Apesar do poder inquestionável e aparentemente onipresente dos governantes que representaram os Grandes Poderes, “eles tiveram que depender de um corpo de conselheiros e administradores” que significam “o ponto de convergência, pois havia muito em comum na visão da classe governante patrícia em todos os lugares” que se expressa em “sua crença compartilhada na legitimidade e adequação da classe dirigente.” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 6).

Neste aspecto, entretanto, é necessário também apontar para a coragem de Ranke, principalmente nos pontos em que mostra discordância com a política em voga, pois “devemos notar que os acadêmicos escolares frequentemente têm sido cautelosos em comentar assuntos contemporâneos de política e religião; elevar-se acima das polêmicas e eventos correntes é sempre mais seguro para a reputação do que tomar partidos, ao menos a longo termo” (MARCHAND, 2009, p. 87).

Aqui novamente o drama vivido pelos envolvidos parece ter falado mais alto. As novas nações balcânicas, em luta por seu direito de nascer, causaram comoção na intelectualidade europeia. A primeira delas, a independência da Grécia, “suscitou muita simpatia entre os Europeus cultos, ainda que não entre governos conservadores da época.” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 103).

Com o interesse generalizado, as atenções internacionais de uma forma múltipla se voltaram durante todo o século XIX para o leste e para o crescente suspense sobre o destino oscilante do Império Otomano. Evocavam também

séculos de uma imagem específica do Islã e do Império Otomano, como salienta Hourani sobre a linha divisória entre Cristandade e o mundo islâmico⁷⁵:

Tais linhas de pensamento, delineadas na Alta Idade Média, permaneceram abertas ao tráfico das mentes humanas até o século XIX. Mas da época da Reforma em diante sofreu uma mudança gradual de ênfase. A ascensão ao poder do Império Otomano e a renovada ameaça à segurança da Europa cristã trouxeram mais uma vez à superfície o medo do Islã que havia sido trazido pela primeira Conquista. De certa forma, o medo era maior agora porque o nível de consciência política na Europa era mais alto, as linhas divisórias entre as duas fés eram mais agudamente desenhadas e o súbito crescimento do inimigo bárbaro na fronteira era uma ameaça mais vívida para uma sociedade mais consciente de sua crescente força. Aquela força e violência que pareciam para a Europa medieval inseparável do Islã voltou às mentes dos homens. (HOURANI, 1980, p. 25)

Ranke percebeu a importância do problema balcânico não só por sua particularidade histórica de impacto local, mas também por sua representação de um movimento mais amplo e geral, demonstrando assim visão aguçada e de longo prazo.

1. UM PROBLEMA RELIGIOSO

O foco da preocupação de Ranke no caso da Bósnia recai sobre a questão religiosa, mas em um sentido também imanente. Ranke sugere que deveria haver uma defesa do direito dos cristãos nessa região e acredita que as populações cristãs nos Bálcãs precisavam ser protegidas pelo direito internacional e retiradas de sua posição desvantajosa. Esta posição significava a de dominação e restrição de suas expressões de singularidade histórico-cultural através da diferenciação de *estatuto* encontrado no Império Otomano pela restrição do acesso a uma justiça eficiente e à consequente dificuldade no exercício do direito de autodefesa.

A sugestão de Ranke está em consonância com a política internacional dos Grandes Poderes em relação aos Bálcãs, o que é indicado claramente no terceiro protocolo da conferência entre Inglaterra, França e Rússia de 3 de fevereiro de 1830. Nela se lê que “todos os súditos do novo Estado [da Grécia], seja qual for sua religião, devem ser admitidos em cargos públicos, funções e

⁷⁵ O tema é trabalhado no tópico a seguir e em mais detalhes nas considerações finais da pesquisa.

honras, e ser tratados em pé de perfeita igualdade, sem distinção de credo, em todas suas relações religiosas, civis ou políticas.” Fica então decidido no caso grego – e abrindo precedente de demanda para os casos que se seguiram – que a religião católica (ortodoxa) seria de exercício livre, “que sua propriedade deveria ser garantida, que seus bispos se mantivessem na integridade de suas funções, direitos e privilégios” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 121).

A antítese entre cristianismo e islamismo foi um ponto de aglutinação e fomentou a superação de diferenças na própria Europa, visto que “nesse processo gradual, as diferenças entre as nações europeias eram muito menos importante, em relação ao Islã, do que suas similaridades, pois durante as negociações em Constantinopla as várias representações das nações europeias “tinham mais em comum entre si, apesar de suas rivalidades e inimizades declaradas, do que com o labirinto intrincado de oficiais do Porte” (CRAWLEY, 1975, p. 525).

Para Ranke, a mudança da situação otomana deveria ser feita a partir dos dispositivos legais internacionais, cabendo aos Grandes Poderes garantirem que os tratados fossem negociados e efetivamente colocados em prática.

Ranke chega a concluir que “através de sua religião, os governantes otomanos estão excluídos de qualquer participação real na vida histórica da raça humana”, sendo essa clivagem baseada em sua “separação imutável da população de súditos cristãos” (RANKE, 1827b, p. 288–289). A isso, Krieger adiciona que em tal sentença Ranke se referia não só ao passado da Inquisição como ao presente da Questão Oriental, caracterizando assim um traço descritivo duradouro da forma de governo otomana (1977, p. 122).

Desta forma, para Ranke, apesar de a formação das nações ter mostrado tendências essencialmente laicas, ele mostra que o processo teria tido sua origem em tempos medievais e, portanto, cristãos. Assim, o foco de Ranke nas populações cristãs está baseada na própria concepção de poder ocidental do período para o qual a manutenção da paz guardava um aspecto religioso e do também a concepção de direitos derivava, o que é notável nos textos dos tratados do período. A religião como um dado cultural organizador faz parte da própria formação ocidental, onde já no Império Romano, “o cristianismo mantinha a promessa de uma possível unidade da humanidade”. (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 1).

Além disso, Scruton aponta para a centralidade da religião em um duplo aspecto: enquanto o Ocidente é definido pelo cristianismo, a liberdade de religião é uma característica que também o caracteriza e o distinguiria de outras culturas. Na história ocidental, esta tolerância se dá por uma transferência dos conflitos religiosos para o campo político, como pode ser claramente percebido já na Revolução Inglesa (1641-1651) e cuja tendência será generalizada nos próximos trezentos anos (SCRUTON, 2015).

No entanto, há um discurso discordante à crítica de Ranke em relação à intolerância otomana desde o século XVII. Esta visão, ao contrário, exalta a tolerância otomana em relação às minorias religiosas que viviam em seu território, exemplo que deveria ser seguido pela cristandade europeia:

Foi uma tolerância que atraiu muitas vezes a atenção de observadores europeus críticos da política sectária em seus próprios países; a ideia de que os cristãos deveriam se sentir envergonhados da tolerância religiosa superior de seus vizinhos turcos tornou-se um refrão padrão e familiar - como disse um panfletário inglês de 1676, o turco era "o inimigo comum" dos cristãos, mas "para nossa vergonha infinita, ele permite que os cristãos vivam com ele com mais facilidade e liberdade do que os cristãos." (ALMOND, 2010, p. 3)

Para Ranke, no entanto, a diferença entre a população muçulmana e a cristã nos quesitos social e legal no Império Otomano no século XIX era uma situação vexatória.

Ranke tem também em mente a liberação da ação dos cleros ortodoxos, desposando da visão que equaciona este corpo eclesiástico nacional com o impulso para a cultura superior e com a própria garantia de independência, pois o corpo de bispos tem uma função política importante como garantidor da autonomia nacional.

Desde então, o Porte⁷⁶ decidiu não permitir que mais nenhum patriarca sérvio fosse eleito; ele combinou sua dignidade com o patriarcado de Constantinopla, sobre a qual ela exerceu indubitável poder; o último então enviou bispos gregos para administrar as igrejas sérvias. Com a independência eclesiástica, perdeu-se a última participação na vida pública que, ao mesmo tempo, incluía um impulso para a cultura superior. Só agora estava completamente sujeito a Constantinopla, que se tornara turca. (RANKE, 1879a, p. 23)⁷⁷

⁷⁶ O Porte, ou Sublime Porte (às vezes também chamado de Porta em português), é uma expressão que indica o governo central do Império Otomano, pois havia uma antiga tradição de o Sultão anunciar suas decisões às portas do seu palácio.

⁷⁷ "Seitdem beschloß die Pforte keinen serbischen Patriarhen mehr wählen zu lassen; sie verband seine Würde mit dem Patriarchat von Constantinopel, über den sie eine unbezweifelte Gewalt ausübte; dieser

Em outra passagem expressiva, Ranke relata a agressão dos otomanos ao cônsul inglês, ressaltando que esse é o tratamento recebido não só pela autoridade estrangeira, mas por toda comunidade cristã no Império Otomano:

Um dia, o cônsul inglês Fonblanque estava sentado no muro baixo, que incluía o pátio, e apreciou a perspectiva. De repente, ele ouviu a sentinela turco gritando que não era permitido sentar-se ali, embora ninguém soubesse de nenhuma ordem do comandante que o proibisse. O cônsul geralmente hesitava; quando finalmente se levantou voluntariamente, foi atacado por um *nisam* da fortaleza, que pensou ter visto uma idiossincrasia punível em seu comportamento e fez um longo desvio para chegar até ele, e com o grito de outros turcos para atacar o descrente. Ele só foi salvo com a ajuda de estudantes sérvios que estavam se divertindo no pátio com um jogo de bola. Tanto quanto sabemos, foram os Arnauten, os ferozes inimigos anticristãos, que praticaram este ato de barbárie. Um grande número deles apareceu pouco depois em frente à casa do cônsul e tentou derrubar a árvore da bandeira ou, pelo menos, derrubar a própria bandeira. Imediatamente, no entanto, eles também começaram a sentir as consequências disso. (RANKE, 1879a, p. 418)⁷⁸

O enfoque do argumento no elemento da “cristandade oriental” não deve ser menosprezado, pois, apesar dos problemas vividos pelas populações cristãs, sua religião serviu como elemento importante na manutenção de uma identidade separada.

Havia um elemento adicional de complicação; ele afetou particularmente a parte europeu do domínio turco, os Bálcãs. Pois, acima de tudo, o fato de os povos balcânicos não terem sido convertidos em sua maioria ao islã evitava sua absorção pelos conquistadores. Sua contínua aderência à Igreja cristã Oriental mais do que tudo serviu para preservar sua identidade separada. Além disso, os povos balcânicos não constituíam uma unidade étnica, mas ao contrário eram constituídos de um número distinto de entidades, algumas das quais com histórias antigas. Na Europa do século XIX, o raio do nacionalismo, a influência dessa força incrementalmente se impôs sobre os povos balcânicos. (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 101)

sendete dann griechische Bischöfe, um die serbischen Kirchen zu verwalten. Mit der kirchlichen Selbständigkeit büßte sie noch den letzten Antheil an dem öffentlichen Leben ein, der zugleich einen Antrieb zu höherer Cultur in sich geschlossen hatte. Nun erst war sie dem türkisch gewordenen Constantinopel völlig unterworfen."

⁷⁸ "Eines Tages saß nun der englische Consul Fonblanque auf dem niedrigen Gemäuer, das den Platz einschloß, und erfreute sich an dieser Aussicht. Plötzlich hörte er den Zuruf der türkischen Schildwache, daß es nicht erlaubt sei, dort zu sitzen, wiewohl man von keiner Anordnung des Befehlshabers, welche dieses verboten hätte, wußte. Der Consul zögerte einen Augenblick; als er endlich sich freiwillig erhob, wurde er von einem Nisam der Festung, der in seinen Geberden eine strafwürdige Idersezlichkeit zu sehen meinte und einen weiten Umweg gemacht hatte, um zu ihm zu gelangen, angefallen und unter dem Zuruf anderer Türken, auf den Ungläubigen zuzuschlagen, verwunde. Nur durch den Beistand serbischer Studenten, die auf dem Plate mit einem Kugelspiele sich vergnügten, wurde er gerettet. Soviel man weiß, sind es Arnauten gewesen, die wildesten Christenfeinde, die diese Handlung der Barbarei vollzogen. Eine größere Anzahl derselben erschien kurz darauf vor dem Hause des Consuls und suchte, den Flaggenbaum umzustürzen oder wenigstens die Flagge selbst herunterzureißen. Unverzüglich aber bekamen sie auch die Folgen davon zu fühlen."

Por mais que o pragmatismo político fosse uma prática de governo crescente no século XIX, o Sistema de Estados Europeus representa sem dúvida os aspectos imanentes de concepções transcender. O mundo cristão, ou seja, as nações cristãs, eram representadas pela Santa Aliança – a escolha deste nome reflete muito a autoimagem de seus participantes os valores que estes trazem para o cenário político de forma unificada e geralmente coerente. A primeira organização da Aliança (Rússia, Áustria e Prússia) mostra a visão de si mesmos como representantes de uma ordem maior, o que é declarado no Tratado de 1815:

“ (...) três príncipes aliados vendo a si mesmos como meros delegados da Providência para governar as três ramificações da família Uma, nomeadamente, Áustria, Prússia e Rússia, portanto confessando que o mundo cristão, do qual eles e seus povos formam uma parte, tem na realidade nenhum outro Soberano que Ele a quem unicamente todo poder pertence, porque Nele apenas são encontrados os tesouros do amor, ciência e sabedoria infinita, isto é, Deus, nosso Divino Salvador, a Palavra do Mais Alto, a Palavra da Vida.” (HERTSLET, 1891, p. 320)

Desta forma, a visão política cristã dos Grandes Poderes não se restringe aos seus próprios povos que habitam a Europa ocidental, mas é concebida em termos universalizantes, como é descrito no mesmo documento supracitado:

Eles [os signatários] declaram solenemente que o presente Ato não tem outro objeto que não tornar público, em face do mundo inteiro, sua resolução total, tanto na administração de seus Estados respectivos e na sua relação com outros Governos, tomar como seu único guia os preceitos da Sagrada Religião, nomeadamente, os preceitos da Justiça, caridade cristã e Paz, as quais, longe de serem aplicáveis apenas em assuntos privados, deve ter uma influência imediata sobre os concílios dos Príncipes e guiar todos os seus passos como sendo o único meio de consolidar as instituições humanas e remediar suas imperfeições. (HERTSLET, 1891, p. 320)

Comparando essa inclinação politicamente fértil do cristianismo com o islamismo, Ranke conclui que o Islã havia sido destrutivo e negativamente igualitário (SCHULIN, 1988, p. 12). Otto Diether oferece uma interpretação mais ponderada deste tópico e indica inclusive como isso reverbera na concepção política de Ranke no que diz respeito ao papel da constituição:

Como simpatizante dos gregos, ele [Ranke] sabe como controlar as antipatias contra seus opressores bárbaros. Esses déspotas otomanos também são filhos de Deus para ele e dependem das condições do mundo; mas ele não deixa dúvidas de que detesta tal despotismo. (...) Mas, novamente, o historiador que pensa causalmente deve admitir que mesmo esse despotismo central dos sultões pode, sob certas circunstâncias, exercer um efeito benéfico sobre a arbitrariedade subordinada dos vizires. (...) Isso é indicativo da concepção de Ranke das questões constitucionais: de acordo com isso, o significado e objetivo de um movimento constitucional ordeiro deve ser apenas a defesa defensiva e legalmente justificada contra abusos; nisso, ele

reconhece um contrapeso corretivo contra os excessos dos mais altos poderes, que podem ser necessários ao interesse geral. Pode-se ver até que ponto ele poderia, na melhor das hipóteses, permitir que os arranjos constitucionais e os esforços do presente fossem justificados: isso, é claro, está muito distante da reivindicação democrática apaixonada de poder que se cristaliza na doutrina da soberania popular. (1911, p. 88)

Uma consequência política significativa dessa situação era o fato de maior parte dos povos balcânicos pertencer à Igreja Ortodoxa Oriental, enquanto uma boa quantidade deles era eslava. Isso tinha impacto nas ambições russas na região. No Tratado de Kutchuk Kainardji, em 1774, o Czar havia procurado garantir certos privilégios como protetor dos cristãos orientais no Império Otomano. Essa possibilidade era plausível pela natureza teocrática do Estado turco, onde o Alcorão era a base da lei e pelo fato de que o rei francês há muito desfrutava de posição similar em relação aos cristãos (católicos) ocidentais que habitam o Império Otomano.

Logo, a Rússia tinha, nesse contexto, alguns elementos importantes a seu favor como ser um poder eslavo que a “conectava aos estados balcânicos por laços de sangue e seu pertencimento comum à fé ortodoxa provia um elo emocional” – isto fez com que a Rússia e os cristãos balcânicos superassem o papel uma vez desempenhado pela Áustria e personificassem o “antagonismo entre o Crescente e a Cruz” tendo do outro lado os otomanos (GOOCH, 1938, p. 367).

Desta forma, ao apoiar a defesa da autonomia dos povos balcânicos partindo da categoria guarda-chuva “fé cristã”, Ranke deslegitimava as pretensões russas de anexação da região baseadas no argumento da unidade da ortodoxia cristã.

Frente a isso, ao mostrar como esses povos tinham suas próprias tradições, folclore, cultura e heróis, Ranke defendeu que sua autonomia deveria ser encorajada pelos Grandes Poderes, notadamente pela Prússia.

Neste sentido, sua consideração sobre “os grandes personagens históricos” também é aplicada aos Balcãs. Ao analisar a postura de Miloš

Obrenović⁷⁹ no processo de independência da Sérvia, Ranke mostra como as ideias românticas de nação (evidenciada por “cultura genuína tornasse sua nação superior aos otomanos”) e cristandade (presente em “emancipação dos cristãos do mundo!”) caminham juntas em seu entendimento. A passagem completa é a seguinte:

Para Milosch, isso deveria ter formado uma consideração ainda mais urgente, visto que - quaisquer que tenham sido as palavras do grão-lorde - o apego da nação, sua eleição repetida, tinha que ser visto não como o único, mas a razão mais importante de seu poder. Se a nação se afastasse dele, não se poderia esperar que o sultão não o mantivesse devido a conselhos. Para ele, era ainda mais imperativo do que para outros governantes manter uma boa relação com o povo. Se ele tivesse absorvido os elementos da sua cultura genuína, teria tornado sua nação superior aos otomanos, que participação ele teria para si mesmo no princípio de emancipação dos cristãos no mundo! (RANKE, 1879a, p. 232)⁸⁰

Do ponto de vista da história balcânica, a influência dos Grandes Poderes e do Ocidente europeu se faz presente contumazmente, importada pelas elites conscientemente e inconscientemente em forma de ideias revolucionários francesas, romantismo, pan-eslavismo e, posteriormente, socialismo e comunismo. Também a ação direta dos Grandes Poderes ajudou a modelar, mesmo com períodos de reserva por parte das nações europeias, a história deste território:

Em outras ocasiões, as grandes potências intervieram propositadamente para entronizar os reis dos Bálcãs, para determinar as fronteiras dos Bálcãs e para persuadir ou forçar os governos dos Bálcãs a entrarem em sistemas de alianças, ou mesmo na guerra. Deliberada ou não, a influência de potências estrangeiras corre como um fio vermelho pela história dos Bálcãs, desde os dias das Cruzadas até os dias do Cominform e da Doutrina Truman. (STAVRIANOS, 1958, p. 14)

Assim, os países balcânicos emprestam modelos europeus na construção de seu debate nacionalista, “particularmente aquele do movimento nacionalista romântico alemão do final do século XVIII e começo do XIX” (POULTON; TAJI-

⁷⁹ Também chamado de Miloš Teodorović, em inglês de Milosch (1780 — 1860) foi um camponês revolucionário sérvio que se tornou príncipe entre 1815 e 1839 e depois entre 1858 e 1860, tendo fundado a casa real de Obrenović. Ele liderou os sérvios contra os otomanos na guerra de 1804-1813.

⁸⁰ "Für Milosch hätte dies eine um so dringendere Rücksicht bilden sollen, da — wie auch die Worte des Großherrn lauten mochten — die Anhänglichkeit der Nation, ihre wiederholte Wahl zwar nicht als der einzige, aber doch als der vornehmste Grund seiner Macht angesehen werden mußte. Fiel jemals die Nation von ihm ab, so ließ sich wahrhaftig nicht erwarten, daß ihn der Sultan keines Berats halber aufrechterhalten würde. Keinen Augenblick konnte es der Pforte an einem Vortvande fehlen, diesen zurückzunehmen. Für ihn also war es eine noch unbedingtere Nothwendigkeit, als für andere Machthaber, mit dem Volke in gutem Vernehmen zu bleiben. Hätte er dann die Elemente echter Cultur aufgenommen seine Nation den Osmanen innerlich überlegen gemacht, welche Theilnahme würde er sich und dem Principe der Emancipation der Christen in der Welt verschafft haben!"

FAROUKI, 1997, p. 34)⁸¹. Este processo é referido também como sendo a ocidentalização dos Bálcãs e que corresponderia, dependendo da interpretação, na perda da identidade balcânica. Para Maria Todorova, “que a diferença deles [Bálcãs] com a Europa é óbvia”. No entanto, ela argumenta que:

Muito mais interessante é que o processo de "europeização", "ocidentalização" ou "modernização" dos Bálcãs nos séculos XIX e XX incluiu a disseminação do racionalismo e da secularização, a intensificação das atividades comerciais e industrialização, a formação de uma burguesia e outros novos grupos sociais na esfera econômica e social e, primeiro, o triunfo do Estado-nação burocrático. Desse ponto de vista, os Bálcãs estavam se tornando europeus ao se livrar do último resíduo de um legado imperial, amplamente considerado uma anomalia na época, e ao assumir e emular o homogêneo Estado-nação europeu como forma normativa de organização social. (2009, p. 13)

Entretanto, diferentemente do que Ranke sugere em sua visão positiva das independências balcânicas, Todorova afirma que “se os Bálcãs são, como penso que são, equivalentes ao seu legado otomano, este é um estágio avançado do fim dos Bálcãs” (2009, p. 13). Para Ranke, no entanto, a ocidentalização não representava o fim, mas sim um começo... talvez ainda mais que isso, uma retomada de sua história irmanada aos demais Estados cristãos.

Percebe-se também que Ranke observa na formação da nação moderna – inclusive nos Bálcãs – uma oportunidade histórica importante de reconhecimento e participação de populações que antes não encontravam seu espaço mediante os grandes impérios militares que definiam a geopolítica mundial até o século XIX. Em certo aspecto, Raymond Aron faz a mesma observação:

Não estou tentando negar os estragos do nacionalismo e o sentimento impuro e instável, constituído de orgulho e ambição, e não meramente de apego legítimo a um povo e uma cultura. Mas os críticos do nacionalismo, também os críticos das nações, esquecem-se muito rapidamente das conquistas dessa categoria de unidade política. A nação tem como seu princípio e objetivo a participação de todos os povos governados no Estado. É para participar no Estado que as minorias insistem que suas línguas sejam reconhecidas. O historiador que admira o tempo em que cada uma das funções sociais era realizada por homens de uma certa nacionalidade (no Império Otomano, por exemplo), esquece-se de que essa heterogeneidade era o resultado da conquista militar que excluiu da política a maior parte das populações. Negar a nação moderna é rejeitar a transferência para a política da eterna reivindicação por igualdade. (2003, p. 297)

⁸¹ Como é possível perceber na próxima parte da pesquisa, as trocas e inspirações entre Alemanha e Bálcãs era amplas e tinham raízes não só políticas como também culturais e intelectuais.

Colaboram para essa interpretação o observável crescimento do sistema diplomático ocidental durante o século XIX e início do XX, o que acarretou um “desenvolvimento na rede diplomática de outros países” (BLACK, 2010, p. 157), trazendo mais interlocutores ao Sistema de Estados. Alguns exemplos são, além das independências na América Latina, as várias novas nações da região dos Balcãs, com a independência da Grécia (1830), Romênia (1878), Sérvia (1878), Bulgária (1908) e Albânia (1913), também na própria Europa ocidental com a criação dos estados da Bélgica (1830) e Noruega (1905).

2. RANKE COMO CONTRAPARTIDA DE METTERNICH

O primeiro momento do estabelecimento do sistema de Estados Europeus se coloca sobre a direção de três figuras proeminentes: O czar russo, Castlereagh⁸² e Metternich. Entre eles, Metternich era o que mais representava a visão conservadora, o que significava defender “o princípio sacrossanto da monarquia” perante o qual qualquer demanda de tendência liberal era recebida com recusa contumaz. Se a Santa Aliança entre os Grandes Poderes pode ser igualmente chamada “aliança da reação”, Metternich representa este conservadorismo triunfante encapsulado no congresso de Viena. (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 35)

Ranke, no entanto, é um conservador diferente de Metternich, pois não apresenta tendência reacionária – que coincide inclusive com linhas do romantismo – e abraça mais as mudanças históricas de escala global introduzidas pela mentalidade revolucionária e suas práticas.

Os românticos alemães em especial apresentavam a Idade Média ou período feudal em termos de uma idade de ouro na qual todas as pessoas estavam unidas em uma comunidade orgânica e unida – ainda que desigual. A chegada da sociedade moderna mudou tudo isso, ou esses teóricos sustentavam. A mudança revolucionária não era apenas individualista e igualitária, mas destrutiva da autoridade e da coesão social, e ao deixar as pessoas livres” em um sentido totalmente assustador: livres das tradições e dos costumes que lhes dava identidade e moralidade. (...) A modernidade em curso era vista por pensadores conservadores como tirando do povo a guia dada por esses costumes e práticas e eles era deixados desprovidos em um

⁸² Robert Stewart (1769 – 1822), conhecido como Lorde Castlereagh, atuou como Secretário de Assuntos Estrangeiros da coroa britânica a partir de 1812, tendo papel importante na coalisão que derrotou napoleão. Foi também o principal diplomata britânico no Congresso de Viena.

— mundo onde a tradição não podia mais oferecer a eles guia para ação. (SCHWARZMANTEL, 1998, p. 115)

Apesar de Huntington salientar a característica de permanência do conservadorismo, afirmando que o “conservadorismo não é apenas a ausência da mudança. É a resistência articulada, sistemática, teórica contra a mudança” (HUNTINGTON, 1957, p. 461), a posição de Ranke corresponde àquela dos conservadores históricos, ou seja, os que aceitam a nova ordem como o trabalho inevitável do destino. Neste grupo ao qual Ranke pertence estão o próprio Burke, assim como o filósofo e contrarrevolucionário francês Joseph de Maistre. Estes conservadores acreditaram seria inadequado opor-se ao triunfo da Revolução Francesa, visto que ela só teria sido possível por permissão da Providência.

Esta visão mais resignada combina bem com o historicismo. Em Ranke, a visão de movimento histórico orgânico fica evidente quando ele realiza uma consideração filosófica sobre Bósnia e sua formação cultural (que para ele é indissociável de nação):

Como mostrar novamente em sua peculiaridade original, como eles desenvolvem instintos rudes, mas juvenis, novos, se abrem ou se fecham à cultura, apoiam as medidas do mais alto poder ou se opõem, todos em movimento voluntário, a partir de impulsos internos da vida, em uma luta que instantaneamente desmorona e imediatamente decide quem não deve desejar ver isso vívida! Quantas formações de um estado emergindo como se de novo, mas a partir dos elementos dados, uma poesia ingênua e um costume que brota diretamente do solo, misturando-se e penetração mútua as religiões, as línguas estão aqui para observação! (RANKE, 1879a, p. 285)⁸³

O distanciamento de Ranke do conservadorismo mais pessimista, rígido e saudosista é expresso do ponto de vista da pragmática diplomática, onde Ranke distanciava-se da política de Metternich, cujos cálculos diplomáticos parecem ter subestimado o impacto das novas condições estabelecidas pela Revolução francesa. Ranke, ao contrário, percebeu que as possibilidades que a onda revolucionária havia trazido à realização do velho sonho do Concerto da Europa.

Leopold von Ranke se dissociava das políticas metternicheanas e, como ele disse, encontrou um meio-termo entre reação e revolução.

⁸³ "Wie wieder in ihrer ursprünglichen Eigenthümlichkeit hervorthun , wie sie zwar rohe, aber jugendlich frische Triebe entwickeln , sich der Cultur eröffnen oder verschließen, den Maßregeln der höchsten Gewalt beistehen oder sich entgegensetzen, Alles in freiwilliger Bewegung, aus inneren Antrieben des Lebens, in einem Kampfe, der unverweilt ausbricht und sich sofort entscheidet , wer sollte nicht wünschen, dies anschaulich und eingehend vergegenwärtigt zu sehen! Wie viele Bildungen eines wie von Neuem, aber aus den gegebenen Elementen hervorgehenden Staates, eine naive, unmittelbar aus dem Boden aufwachsende Poesie und Sitte, Vermischung und wechselseitige Durchdringung der Religionen, der Sprachen stellen sich hier der Beobachtung dar!"

Isso permitiu que ele se colocasse acima do debate ideológico do período da Restauração e se dirigir aos grandes assuntos das relações dos Estados que haviam dominado a história europeia antes da Revolução francesa. O que ele viu foi um sistema com duas características constitutivas, nomeadamente a individualidade dos Estados e a unidade da Europa. Ainda que cada Nação-Estado fosse única e independente, juntas elas formavam uma sociedade com uma história distinta, uma religião comum e valores compartilhados. (HOLBRAAD, 2003, p. 21)

Como explica Hayden White, a visão positiva é algo estrutural na visão histórica de Ranke e transparece inclusive em seu estilo narrativo categorizado por White como correspondente à estrutura da comédia, “uma forma de trama que tem como seu tema central a noção de reconciliação” (WHITE, 1973, p. 28).

Esse aspecto da narrativa rankeana se une à crença de que há uma Providência que garante o final pacífico dos processos históricos e que se revela para o historiador, nas palavras do próprio Ranke, como um *heilige Hieroglyphe* [hieroglifo sagrado] (RANKE, 1849a, p. 18). Nos termos designador por White, essa perspectiva está em consonância com a abordagem organicista que caracterizaria a historiografia rankeana e seria responsável por uma visão integrativa.

O Organicista retrata os particulares discernidos no campo histórico como componentes de processos sintéticos. No cerne da estratégia Organicista está um compromisso metafísico com o paradigma da relação microcósmica-macroscópica; e o historiador organicista tenderá a ser governado pelo desejo de observar as entidades individuais como componentes de processos que se agregam em todos que são maiores ou qualitativamente diferentes da soma de suas partes. (1973, p. 15)

Neste aspecto, a imanência do pensamento consoante com a *Realpolitik* em Ranke acaba sendo superado pela transcendência de seu romantismo historiográfico. Isso não é exclusivo de Ranke, pois como o próprio White aponta, outros pensadores alemães do período conseguiram equilibrar a rigidez teórico-metodológica com uma espécie de sensibilidade metafísica:

Se o interesse do historiador se voltar principalmente para o interesse pelas individualidades que ocupam o campo, ele tenderá a escrever história no modo romântico, cuja natureza mítica foi imediatamente manifestada para "realistas" obstinados da próxima geração como Wilhelm von Humboldt, Ranke e Hegel. (1973, p. 73–74)

O Império Otomano é, da mesma forma, parte dessa constelação de individualidades e sua presença opera, da mesma forma, como os demais agentes abordados por Ranke – sendo retratado como:

(...) a consolidação ou cristalização, a partir de um conjunto de eventos aparentemente dispersos, de alguma entidade integrada cuja

importância é maior que qualquer uma das entidades individuais analisadas ou descritas no curso da narrativa. (WHITE, 1973, p. 15)

O contexto mais amplo operante em Ranke tem algumas facetas das quais podem ser ressaltadas a de Concerto da Europa e progressiva instauração da liberdade entre os povos através do fortalecimento e expansão da formação nacional. O resultado seria o progressivo afastamento histórico da tirania e da opressão.

Rüsen também percebe a relação entre a forma de escrita da História e o conservadorismo. Ele aponta para isso em Ranke ao descrever dois *topoi* que nela atuam: o político e o histórico, “ambos bem conhecidos como caracterizando a peculiaridade do modo de escrever história de Ranke” e nos quais:

(...) ele apresenta a história predominantemente no sentido constitutivo da narração genética, e sua atitude política é historiograficamente perceptível como um conservadorismo moderado. O *topos* genético está presente na categoria frequentemente usada de “desenvolvimento” (*Entwicklung*) e em uma infinidade de metáforas de movimento, expressando o sentido histórico completo da ocorrência apresentada do passado. (1990, p. 197)

Como historiador, Ranke percebeu algo que era, de fato, o ponto fraco do Concerto da Europa enquanto uma atitude responsável por reter a mudança. Ao observar civilizações e nações surgindo, amadurecendo e desaparecendo, Ranke entendeu que esse movimento implica que “o mundo se move e novas forças surgem, a supressão dessas pode apenas estocar o material para explosões subsequentes e mais perigosas”. Essa constatação então leva ao encorajamento da política contrária àquela de Metternich, “que considera como a principal função do conjunto dos Poderes tornar uma transição suave possível ao invés de impedir a mudança.” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 10)

Da mesma forma, para Ranke o processo de independência nacional na totalidade, incluindo os Bálcãs, era o resultado positivo e inescapável da Revolução Francesa. Este grande movimento de mudança não se concentrava apenas na Europa ocidental, mas também se mostrava princípio ativo e crescente nos países sob domínio otomano e ganharia terreno inclusive no próprio sultanato. Esta postura foi ao encontro do consenso posto pelo Concerto da Europa que “expressava repetidamente sua devoção à preservação da integridade do Império Otomano”, mas cuja política “não era fácil de implementar, pois, especialmente nos Bálcãs, os nacionalismos locais eram impossíveis de ignorar” (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 12). Assim, a contrapelo da visão

predominante no momento, Ranke “apresenta essa “marcha dos eventos” como um processo histórico, levando à constelação política dos Estados modernos da Europa, os quais Ranke pensou ser predominantes em seu tempo” (RÜSEN, 1990, p. 198).

Ranke se relaciona com o nacionalismo na integridade da sua obra. É possível perceber o tema costurando toda sua produção, seja no esforço de definir identidades através da história de cada nação europeia ou no tratamento consistente de temas políticos de sua contemporaneidade. Estes dois pontos encaixam-se na relação entre a criação das novas nações no século XIX, movimento ao qual pertencem não só sua própria terra natal como também as antigas possessões otomanas da Europa oriental. Seu interesse no processo de desenvolvimento das novas nações fica claro em suas obras sobre a revolução na Sérvia e sua posição sobre a situação otomana contemporânea.

Ao considerar a análise de Schwarzmantel de que “ambos liberais e (e menor medida) socialistas apoiaram a luta de nações oprimidas contra o domínio estrangeiro dos impérios russo, otomano e austro-húngaro”, a posição de Ranke mostra que também os conservadores viam valor nas lutas de independência do século XIX.

Se “os aderentes de ambas estas ideologias (liberal e socialista) pensavam que o Estado-nação era um estágio no caminho de uma organização social mais internacional”, conservadores como Ranke observavam a formação da nação como uma manifestação da ordem divina que comporia relações equilibradas entre os diferentes Estados. Logo, se para elas “o nacionalismo, uma filosofia que propunha o primado da unidade nacional, eventualmente se tornaria algo do passado” (SCHWARZMANTEL, 1998, p. 6), o estado-nação segundo a compreensão conservadora de Ranke era um fim em si mesmo, a própria realização da filosofia política conservadora.

Dentro desse panorama, mais uma vez se mostra indicativo que a Questão Oriental aparece em Ranke não como um elemento marginal, mas como um ponto de desequilíbrio e possível complicador do sistema diplomático que o historiador acreditava ser o melhor para administração das relações internacionais. Tendo sido bem-aventurado na resolução dos conflitos europeus, restava ao Concerto ainda um ponto problemático representado pelo Império Otomano:

O Sistema de congressos foi designado para aniquilar qualquer recrudescência do espírito de 1789 e resolver as diferenças entre os Grandes Poderes através da diplomacia. Que esses congressos ficaram aquém de um “sistema permanente” para impor ordem foi em grande parte devido às suspeitas britânicas de obrigações ilimitadas em relação às monarquias reacionárias continentais buscando reprimir reformas liberais ou nacionalistas e revoluções que capturaram a imaginação de românticos políticos pela Europa. No entanto, com ou sem a Inglaterra, os outros grandes poderes esmagaram com sucesso revoluções tanto no fim da península itálica e em Portugal e Espanha em 1820-1821, com apenas a revolta grega ortodoxa de 1821-31 contra os turco-otomanos islâmicos complicando a questão de suas simpatias. (BURLEIGH, 2009, p. 128)

Tendo em vista as injunções acima mencionadas, Ranke se mostra um autor bastante perspicaz em suas análises situacionais, fazendo contribuições expressivas para a compreensão de um dos grandes desafios geopolíticos de sua época.

Como já foi dito, foi possível perceber também que Ranke, enquanto historiador, estava não só preocupado com a formação dos Estados modernos (séculos XVI-XVII) como com a história do tempo presente, atuando como um analista político de seu próprio contexto. Em seus textos, são reveladas estruturas teóricas importantes não só do ponto de vista historiográfico como também do que diz respeito às relações internacionais. Entre essas contribuições, pode ser incluída a ideia de um destino manifesto da Europa, compreendida enquanto uma constelação de nações independentes e cujas relações se equalizam através do equilíbrio entre Grandes Poderes.

Este livro [*A Revolução Sérvia*] precisa ser observado no contexto das guerras de independência na Europa oriental, particularmente Grécia e Sérvia, com o Império Otomano, como resultado de salientar os problemas crescentes das tendências revolucionárias na Europa ocidental. No entanto, ele reconheceu o direito das populações menores e suprimidas de obter sua independência: “Até mesmo povos suprimidos tem sua própria história.” Também pode-se argumentar que Ranke desejava retratar um contraexemplo oposto ao sistema da Restauração criado por Metternich, onde Ranke descreve as possibilidades do que poderia acontecer se esse novo sistema falhasse devido às revoluções. (BOLDT, ANDREAS, 2015:s.p.)

Ranke manteve como guia de sua historiografia uma postura positiva com crença inabalável no equilíbrio em todos os seus aspectos, acreditando que até mesmos os conflitos integram opostos e unem “os mundos românico e germânico, Islã e Cristianismo, papado e poder imperial, protestantes e católicos, tendências revolucionárias e conservadoras” (SCHULIN, 1988, p. 14). Esses elementos opostos tendem organicamente ao equilíbrio por um jogo de

resistências. Mas essa homeostase política não é fruto de um mecanicismo, mas depende de um fator metafísico: o “gênio” do sistema europeu⁸⁴.

No grande perigo, pode-se sempre confiar no elevado Gênio que sempre protege a Europa da dominação unilateral e tendência de dominação forçosa. Cada pressão de um lado é resistida por uma do outro lado, e sua conexão com um todo, que cresce de século em século, tem preservado a liberdade e desenvolvimento particular de todos. (RANKE, 1833, p. 12)

Sob proteção de uma ordem cósmica a quem apraz os princípios da constância e estabilidade, o que restaria a temer? Nem mesmo os otomanos, historicamente ligados a imagens de terror no Ocidente⁸⁵, poderiam abalar tamanha fé de que, como diria Leibniz, este é *die beste aller möglichen Welten* [o melhor de todos os mundos possíveis].

3. RANKE E A DIPLOMACIA CULTURAL

Por fim, vejo que Ranke não atuou na Questão Oriental apenas como historiador, conselheiro ou teórico das relações internacionais. Sua contribuição, ao descrever contextos históricos e culturais locais de povos dos Bálcãs, povos esses que eram em grande parte desconhecidos pelo público da Europa ocidental, revela sua atuação como uma espécie de diplomata cultural que divulgou e justificou historicamente a cultura e a independência desses países ao público tanto alemão como europeu em geral. Isso é aplicável ao se compreender a diplomacia cultural como o ato de fomentar a fruição da comunicação entre nações:

A diplomacia cultural é sobre criar pontes nas diferenças e facilitar o entendimento mútuo. Conta outra história sobre um país (ou província, ou Estado ou grupo regional). (...) Ao fazê-lo, pode desarmar impressões estereotipadas negativas ou simplistas que nascem de escolhas políticas e retratos hostis. Também pode preencher um vazio onde nenhuma categoria de história existe. Pode explicar aspectos de uma cultura que poderiam ser, de outra forma, de difícil percepção para populações estrangeiras. (COOPER; HEINE; THAKUR, 2015, p. s.p.)

Com isso, Ranke aproximou realidades e introduziu povos que por muitas vezes apareciam no imaginário europeu como exóticos.

Para um povo sujeito à hegemonia otomana por um período de mais de 500 anos, pode ser dito que a poesia épica proveu um veículo de

⁸⁴ Para mais sobre a função e origem do “gênio”, ver a conclusão.

⁸⁵ Detalhes sobre essa imagem na parte 3.

inspiração para aqueles que precisavam de reafirmação de que a nação eventualmente se levantaria contra seus opressores. Nas palavras de Dobrica Ćosić: “O povo sérvio [é] humilhado, visto como maligno e tolo, cercado de uma falta de entendimento e ódio”. Por essa exclusão da cultura popular europeia, eles criaram sua própria identidade. Eles foram transfigurados, nas palavras do próprio Ćosić, nos “vampiros da história”. (ANDREW; CROOK; WALLER, 2000, p. 175)⁸⁶

No caso da Sérvia, conseguiu captar a luta desta comunidade com sensibilidade que foi muito além de qualquer cálculo realista, falando também da alma desses povos. Percebeu a importância da sua expressão cultural, principalmente a poética, incluindo-a em sua narrativa histórica. Caracterizou-a como um elemento de resistência psicológica coletiva contra a exclusão, a dominação e a incompreensão que apenas mais tarde viria a se tornar clara para o público europeu.

Ao invés de se render à inclusão dos povos balcânicos na cultura otomana, Ranke oferece outro pertencimento ao ressaltar sua cristandade: uma aproximação com os europeus.

Neste aspecto, se o termo “outro” descreve alguém que pertence a uma categoria subalterna, excluindo-o e deslocando-o do grupo social rumo às margens da sociedade (BULLOCK; TROMBLEY; LAWRIE, 1999, p. 620), Ranke realiza o movimento contrário em relação aos cristãos ortodoxos dos Bálcãs.

Ranke elaborou isso recorrendo a temas que evocam sentimentos universais ao invés da razão universalista revolucionária. Fê-lo mostrando os grupos étnicos dos Bálcãs como irmãos de fé, como insurgentes contra a tirania e como tendo uma história presente muito parecida com a do povo alemão, que também passava por seu processo de construção nacional. Com isso, Ranke pertenceu a um movimento maior que escolheu os Bálcãs como um símbolo que tinha apelo diplomático internacional e gozava da simpatia das classes intelectuais:

Mais uma vez, a Sérvia foi escolhida como o estado líder, em grande parte graças ao fato de ter sido o primeiro estado balcânico de eslavos do sul que empreendeu uma campanha pela independência e emancipação do Império Otomano, conquistando cada vez mais

⁸⁶ Dobrica Ćosić foi um escritor e político sérvio-iugoslavo. Figura central no processo mais recente de formação da identidade balcânica, é considerado um dos pais modernos das nações iugoslava e sérvia, tendo sido o primeiro presidente da República Federal da Iugoslávia entre 1992 e 1993.

autonomia administrativa e política, bem como prestígio na Europa. Não se tratava apenas da Realpolitik, mas também da promoção cultural da Sérvia no exterior, que fortalecia seu apoio diplomático internacional. A atividade inesgotável de Vuk Stefanović Karadžić e suas relações lucrativas com os principais intelectuais internacionais de seu tempo, como Johann Wolfgang Goethe e Leopold von Ranke, que também escreveu extensivamente sobre tópicos relacionados à história e literatura sérvia, certamente desempenharam um papel importante nesta promoção atividade. (BERBER, 2010, p. 118)

Geralmente, no que diz respeito ao encontro da História com as Relações Internacionais, Ranke é uma influência considerável que aponta para uma “nova história da política internacional” caracterizada por mostrar e defender o papel vital do sistema internacional (MÜLLER, KLAUS-JÜRGEN, 1985, p. 145). E é, portanto, na complexa interação de ideias da escola histórica rankeana, do conservadorismo alemão e da *Realpolitik* que encontramos os principais temas no que se refere ao posicionamento e a contribuição de Ranke sobre a Questão Oriental no que tange a diplomacia.

PARTE 3

O ORIENTE COMO PROBLEMA INTELECTUAL: DIÁLOGOS DE RANKE COM A CULTURA ORIENTALISTA

“Criações poéticas bem-sucedidas são imortais; trabalhos históricos de grande reputação e utilidade se tornam obsoletos.”

Leopold von Ranke
Französische Geschichte

NOTA SOBRE O CONCEITO DE ORIENTALISMO

Antes de iniciar o enfoque cultural e intelectual do tema em questão, é preciso estabelecer brevemente os sentidos do termo “orientalismo”. Originalmente o vocábulo é compreendido tanto como o campo de estudos dedicado aos idiomas, cultura e história dos diversos povos do Oriente como também de um estilo artístico que busca sua inspiração nesses mesmos povos. Sendo assim, orientalista é o intelectual ou artista que produz sua obra baseada no estudo desses elementos orientais.

Outra acepção, mais recente e específica, é a cunhada por Edward Said em seu livro “Orientalismo”, de 1979. Aqui “orientalismo” ganha uma crítica enquanto ideologia, sendo compreendido como uma visão estereotipada e frequentemente preconceituosa utilizada pelos europeus para mostrar sua suposta superioridade e justificar sua dominação sobre esses povos orientais.

Entretanto, a definição de ideologia adotada neste trabalho passa pela consideração de sua função no fornecimento dos modelos de ação no mundo.

Além disso, como propõe Connolly, se a “ideologia é um conjunto integrado de crenças sobre o ambiente social e político”:

(...) ela pretende nos dizer como o sistema é organizado, quais objetivos desejados podem ser promovidos, quais agências e canais são mais efetivos de serem empregados para avançar estes objetivos em um cenário específico e qual o custo do objetivo requerido para os vários grupos a curto e longo prazo como status, poder, felicidade, riqueza e assim por diante. (CONNOLLY, 2017, p. 6)

Mediante esta compreensão, o termo ideologia recebe um “exorcismo” em relação à compreensão que o coloca como sinônimo da mentira ou manipulação.

No caso das ideologias políticas, estes elementos são especialmente proeminentes. Schwarzmantel coloca que as ideologias políticas oferecem molduras para a ação política, organizando o debate público. Ele indica que toda ideologia contém três elementos – crítica, debate e ação. Desta forma, “as ideologias políticas oferecem uma crítica da sociedade existente, condenada como imperfeita e contrastada com alguma visão de “boa sociedade” que deve ser obtida”; também oferece um plano de ação do “movimento de uma sociedade imperfeita para uma melhor, senão totalmente perfeita, a ser obtida”; e por fim “opera dentro de uma certa visão de natureza humana, delineado as potencialidades e limitações do indivíduo humano” (1998, p. 2).

Assim, as ideologias políticas refletem concepções de como a sociedade deve organizar suas ações políticas racionais, tendo como pilar a crença na possibilidade de transformação. Os efeitos sociais da mudança podem ser então positivos ou negativos frente a uma gama de variantes que vão desde pressupostos utilizados às intenções que subjazem a proposta.

Ao promover esta visão de boa sociedade, as ideologias se mostram, “impregnadas de sistemas de valor” e essas crenças sociais e políticas são testadas tanto por procedimentos empíricos como também, para aquelas cujo teste é impossível, pela medição do seu “nível de congruência com crenças e valores em relação àquelas com as quais os aderentes já estão profundamente comprometidos” (CONNOLLY, 2017, p. 6). No segundo caso, que implica um teste empírico limitado, torna-se difícil distinguir se a ideologia está apresentando efetivamente uma realidade política ou está impossibilitada de fazê-lo por “sua tendência a obscurecer aspectos relevantes mais potencialmente desconcertantes do ambiente da consciência de seus apoiadores” (CONNOLLY, 2017, p. 7).

Said, entretanto, aponta para um lugar fora da ideologia a partir do qual realiza sua crítica. Entretanto, neste ponto, Fred Halliday aponta.

Não creio que seja possível abordar qualquer sociedade (...) a partir dessa sociedade apenas - sua história, valores ou peculiaridades - muito menos de algum suposto particularismo derivado da religião, virtude política, nação ou qualquer outra coisa. Não existem nações especiais, missões eternas, humanos misteriosos e desconhecidos, nem demônios em particular, a menos que isso seja provado e com base em critérios universais. A análise comparativa pode ter seus perigos, mas parece ser essencial, não apenas para observar o que é compartilhado entre as sociedades, mas também para colocar questões teóricas que o estudo do particular eu possa ignorar, bem como poder, com maior justiça para identificar o que é específico ou original. (HALLIDAY, 1993, p. 146)

Como Ranke define os Bálcãs a partir de uma perspectiva europeia e se utiliza de tópicos que hoje são considerados exemplos de uma visão “imposta de fora”, recai-se novamente na chave interpretativa do eurocentrismo, cuja crítica já foi apresentada na primeira parte do trabalho. Entretanto, percebeu-se ao longo desta pesquisa que um fator de maior potência explicativa é abordar a questão por meio das trocas. A mesma compreensão pode ser vista, por exemplo, no trabalho de Gabriella Schubert, em que ela busca

(...) mostrar aqueles aspectos dessas relações que, por um lado, com base nos modelos alemães, ganharam importância para a construção e constituição de modelos de identidade culturais e nacionais no sul eslavo e, por outro lado, enriqueceram esteticamente o classicismo alemão e romantismo através da recepção do sul eslavo, especialmente da poesia popular sérvia. (SCHUBERT, 2008, p. 69)

Assim, um problema da equação de orientalismo com ideologia, principalmente da forma generalizada com que Said o faz, é que quando tudo é ideológico, então o poder explicativo do conceito se perde. Além disso, em uma competição de pureza ideológica o foco pode facilmente se perder.

Dito isso, a orientação dessa parte está alinhada com a primeira concepção (orientalismo como uma área de estudos e uma estética), buscando traçar a posição de Ranke através da história intelectual e seus contextos.

A ONDA ORIENTAL: A PRESENÇA DO ORIENTE NA CULTURA EUROPEIA

1. O ORIENTE COMO ESTÉTICA

As imagens do Oriente foram construídas a partir de fontes muito diversificadas que se inspiravam em matrizes culturais multiformes. Essas imagens formaram ideias sobre o Oriente que constituíram *motifs* cujos sentimentos evocados são tão variados como suas fontes de inspiração e que vão do extremo do medo ao encanto pelo charme e sofisticação de culturas que eram, ao mesmo tempo, exóticas e longínquas, mas que, por sua inserção cotidiana através de vários meios artísticos, se tornaram também estranhamente – e talvez superficialmente – familiar aos europeus.

A ficção desempenhou um papel importante na construção e manutenção do imaginário social europeu sobre o Oriente, atuando no sentido da excelente frase do autor de literatura juvenil Lloyd Alexander de que “a fantasia é dificilmente um escape da realidade: é uma forma de compreendê-la”⁸⁷. Os temas recorrentes conectados ao orientalismo podem ser encontrados já na Antiguidade, entretanto as referências ao mundo islâmico são, por razões históricas, encontradas a partir da Idade Média e se acirram a partir do século XV, quando ocorre a expansão do Império Otomano e a convivência europeia com a cultura islâmica é acentuada.

Logo, o mundo otomano já estava no referencial artístico europeu do medievo e um exemplo são os *Contos da Cantuária* [*Canterbury Tales*] (1375), quando Geoffrey Chaucer fixa imagens poderosas e perenes do Oriente – imagens de poder, mistério, guerra, História, antiguidade, disputa. Estas histórias eram, com outras, transmitidas e fixadas no imaginário social dos europeus⁸⁸.

Mil reinos pelos dois são rotos, conquistados,
No Oriente, e o vasto império agora se estendia

⁸⁷ A frase é dita na entrevista de 1994 intitulada *A Visit With Lloyd Alexander*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wt9ZHQy2wAk>

⁸⁸ Chaucer também designa um Oriente que compreende os países ao leste do Mar Mediterrâneo e do sul da Europa, designando assim tanto o Império Otomano como oriental.

A velhas regiões e a prósperas províncias
 Que um dia a Roma altiva haviam pertencido.
 Ante rival algum, após luta bravia,
 Debandaram enquanto o príncipe foi vivo.
 Se mais querem saber dos bárbaros combates,
 E os detalhes brutais das sangrentas batalhas,
 O império conquistado, e as lutas mui selvagens
 Contra Chapor da Pérsia e as cidadelas várias,
 Nomes de reino e burgo e aldeias e comarcas,
 E como enfim cativa a dama feneceu
 Então consultem logo o meu mestre Petrarca
 Que tudo isso e bem mais, com verve, descreveu.
 (CHAUCER, 2013, p. 116)

Como nos relata Nevill Coghill em sua introdução à obra,

Os contos desses peregrinos vêm de todos os lados da Europa (...). Outros contos vêm de mais longe — dos antigos, do Oriente. Eles ilustram todo o escopo da imaginação europeia na época de Chaucer — uma imaginação aficionada de histórias, especialmente histórias com algum ponto engenhoso, das quais pudesse se deduzir uma máxima, uma moral ou uma ideia. (CHAUCER, 2013, p. 16)

Chaucer é um exemplo excelente da presença do Oriente na arte europeia, algo que se configurou em uma verdadeira temática que estabeleceria diálogos tanto com o imaginário social como com a intelectualidade acadêmica. No século XIX, foco da pesquisa, o Oriente ganhou ainda outros sobretons para os europeus e se consolidou, em seus aspectos positivos, como a morada das possibilidades infinitas, da suspeição temporal, do jardim das maravilhas.

O Oriente, em geral, foi construído para o Ocidente como um reino exótico e imaginário, a morada de lendas, contos de fadas e maravilhas; ela resumia a saudade e oferecia uma opção, em oposição ao mundo prosaico e profano do Ocidente. O Oriente tornou-se uma utopia, “representava o passado, o futuro e a Idade Média”. (...) O Oriente alimentou a imaginação dos românticos, mas tornou-se também uma fuga para liberais e nacionalistas que se sentiam sufocados pelo aumento do conservadorismo e da reação após as guerras napoleônicas, quando o Oriente “se tornou um símbolo de liberdade e riqueza. Este último componente, a riqueza e, inseparável dela, o excesso, fez com que do Oriente o sonho escapista dos conservadores românticos ricos também. (TODOROVA, 2009, p. 13)

Na arte, o termo “orientalista” designa os trabalhos artísticos e acadêmicos de ocidentais especializados nos temas orientais. As pinturas deste estilo desfrutavam de tamanho sucesso que na Inglaterra do século XIX o termo estava tão identificado com o fazer artístico que passou, inclusive, a ser sinônimo de artista (TROMANS, 2008, p. 19).

Os orientalistas podem ser separados entre os que tinham experiência *in loco* e os que utilizavam fontes secundárias e suas imaginações. Dentre os que estiveram no Oriente, alguns retiraram seu vocabulário estético de apenas uma viagem ou de fontes literárias – casos de Delacroix, Decamps e Chasseriau,

Ingres, John Martin e Francesco Hayez, por exemplo. Dentre as fontes preferidas, estão os poemas orientais de Byron, o *Les Orientales* de Victor Hugo, o *Itineraire de Paris a Jerusalem*, de Chateaubriand e os trabalhos de Heinrich Heine, Dumas Pere, Alphonse de Lamartine e Theophile Gautier.

Outros se dedicaram exaustivamente à compreensão dos diferentes aspectos das culturas locais que posteriormente reproduziriam em suas pinturas, como no caso de John Frederick Lewis, que registrou meticulosamente sua estadia de dez anos no Egito e as transformou em testemunhos etnográficos.

Há também os artistas que registravam suas viagens em diários e pranchas, como o escocês David Roberts e o francês Eugene Flandin. Outros pintores tinham interesses específicos, como Emile-Jean-Horace Vernet, que foi um pintor militar famoso por suas cenas de batalhas e que registrou suas experiências na Argélia, Marrocos, Egito, Síria, Palestina e Crimeia. Também o espanhol Mariano Fortuny y Carbo era famoso pelas cenas de batalha e pintou a partir de suas viagens ao Marrocos.

O termo orientalismo também ganhou seu uso corrente graças ao crítico de arte Jules-Antoine Castagnary, que popularizou o termo, insinuando ares de desdém pelo rumo que o estilo havia tomado na segunda metade do século XIX (TROMANS, 2008, p. 20), alegando que “o Orientalismo está morto” na revista de crítica de arte *Le Siècle* de 1873.

Apesar dessa declaração um tanto soturna, a *Sociedade Francesa de Pintores Orientalistas* foi fundada, em 1893, com Jean-Léon Gérôme como presidente (HARDING, 1979, p. 74). A Sociedade desempenhou um papel importante de validação deste estilo, pois seus participantes agora se entendiam como constituintes de um movimento específico (BENJAMIN, 2003). Entre os franceses, Eugène Delacroix (1798–1863) e o próprio Jean-Léon Gérôme (1824–1904) são considerados os líderes do movimento, tendo melhor formalizado temáticas e estilos que forneceram imagens verdadeiramente icônicas de representação do imaginário europeu sobre o Oriente no período.

O surgimento desses estilos está diretamente ligado aos processos geopolíticos e econômicos dos respectivos períodos e países. Os inúmeros acontecimentos impactantes no Oriente durante o século XIX contribuíram para o aumento do interesse pelo tópico no Ocidente. Eram assuntos recorrentes a independência egípcia do Império Otomano em 1805, a guerra de independência

grega contra os otomanos entre 1821-30 e a conquista da Argélia pelos franceses em 1830. Todas essas localidades eram consideradas orientais, ainda que muitas delas escapem ao escopo oriental propriamente geográfico.

No caso do orientalismo francês, a invasão do Egito e Síria por Napoleão em 1798–1801, registrada por pintores da corte como Antoine-Jean Gros e Anne-Louis G. de Roussy-Trioson, trouxe consigo o interesse pela egiptologia. Três quadros de Gros – *Bonaparte Visitando as Vítimas da Praga em Jassa* (1804), *A Batalha de Abukir* (1806) e *A Batalha das Pirâmides* (1810) tornaram-se ícones do período e captam a empreitada com uma grandiosidade histórica que facilmente fascinou o público da época.

Outro item que colaborou para a imaginação sobre o Egito foi a publicação da *Descrição do Egito* [*Description de l'Égypte*], publicada pela Imprensa Oficial em vinte volumes entre os anos de 1809 e 1828. Uma das ilustrações tem como tema a Esfinge, sobre a qual arqueólogos se encontram em pé, retrata com especial impacto a escala descomunal da arquitetura antiga egípcia (HARDING, 1979, p. 69–70)⁸⁹.

No caso britânico, a inspiração artística era menos motivada pelo aspecto militar e mais orientada no sentido religioso. O pintor mais expressivo do gênero é Sir David Wilkie, cujos quadros são o resultado de sua viagem a Istambul e Jerusalém em 1840. Sua missão era uma reforma teológica da pintura, buscando encontrar os contextos autênticos para temas bíblicos. Artistas pré-raphaelitas como William Holman Hunt⁹⁰ e David Roberts também exploraram os temas orientais com a mesma inspiração de reconstituição bíblica de Wilkie, ainda que sob acusação de cometerem sérios anacronismos⁹¹.

No caso de John Frederick Lewis, a pesquisa cuidadosa resultou na representação realista da cultura islâmica. Lewis viveu muitos anos em uma

⁸⁹ No entanto, os pintores franceses não se concentravam apenas em pinturas históricas, mas também em cenas cotidianas da cultura islâmica, incluindo uma abundância de odaliscas, onde todos os sentidos do espectador eram estimulados e a imaginação, incluindo a erótica, era convidada.

⁹⁰ Uma pintura de Hunt que rompe o padrão bíblico e retrata uma cena contemporânea chamada *Uma Cena de Rua no Cairo* (1854–61) tem um elemento bastante curioso pois mostra um jovem acariciando o rosto de sua noiva (o que não é permitido na cultura islâmica) enquanto um ocidental passeia ao fundo. Apesar das imprecisões no que diz respeito às vestimentas egípcias do século XIX, o contraste entre culturas é bastante significativo, mas coloca lado a lado a convivência que se torna mais frequente no período.

⁹¹ O francês James Tissot também usou cenas do Oriente Médio para pinturas bíblicas.

mansão da capital egípcia e pintou obras altamente detalhadas do cotidiano da classe alta egípcia. A pintura detalhada da arquitetura islâmica, móveis, vestimentas e costumes mostram sua paixão pelo modo de vida local, evitando a exploração da nudez conforme o gosto britânico, imaginando assim “o harém como um lugar de quase domesticidade inglesa, [onde] mulheres totalmente vestidas sugerem respeitavelmente uma saúde moral que acompanha sua beleza” (TROMANS, 2008, p. 135).

A diferença nos contextos históricos e culturais franceses e ingleses refletem, portanto, na produção artística orientalista e pode ser exemplificada pela recepção de um quadro de Gérôme na Inglaterra. Quando o artista exibiu seu quadro *À Venda: Escravos no Cairo*, na Academia Real de Londres, em 1871, a repercussão foi consideravelmente negativa. O quadro foi considerado “profundamente ofensivo” visto que os britânicos estavam comprometidos e obtendo sucesso na supressão do tráfico de escravos na região e também considerado cruel e desnecessariamente erótico (TROMANS, 2008, p. 135–36). Este episódio evidencia que o contexto específico de cada cultura enquadra as possibilidades representativas do orientalismo e como os conteúdos são filtrados pelas lentes culturais da audiência⁹².

No caso do orientalismo russo na pintura, o exemplo do contexto histórico também é factível. Vê-se o interesse aqui voltado para a Ásia Central, região que estava em processo de conquista pelos russos, mostrando pinturas históricas dos mongóis, que dominaram a Rússia durante a Idade Média, negativamente (GUTMEYR, 2017, p. 26, 81, 143; SCHIMMELPENNINCK VAN DER OYE, 2010, p. 49). É curioso que a Rússia tenha produzido obras com temática orientalista, visto que perante o Ocidente ela mesma faz parte desse Oriente em muitos aspectos. No caso da música, tal ambivalência é bastante evidente, pois, diferentemente dos compositores franceses e alemães, os russos sentiram “que a Rússia era um império contíguo em que europeus viviam lado a lado com “orientais”, identificados (e interconectados) com eles muito mais do que no caso de outros poderes coloniais” (TARUSKIN, 1997, p. 49).

⁹² Também aponta para a iconografia orientalista de conteúdo sexualizado como algo de origem francesa.

No que lhe concerne, o orientalismo na arte dos Bálcãs e da Europa Central também tomou a forma da pintura histórica nacionalista, retratando cenas de batalhas e donzelas raptadas que faziam referência à opressão turca.

A evocação oriental não estava apenas nas galerias de arte europeia, mas também nas ruas. Desde o século XV, elementos que remontam aos estilos orientais são utilizados em prédios. Em Londres, a fachada do Guildhall, construído em 1788–1789, usa motivos da tradição indiana no que é chamado arquitetura do reavivamento indo-sarraceno. Este estilo começou a fazer parte do gosto da época com a publicação do livro *Paisagens Seleccionadas da Índia* [*Select Views In India*], publicada por William Hodges, em 1795. O livro, como descreve seu subtítulo, é uma seleção de cenas “desenhadas no momento” (*drawn on spot*) feitos em aquarela entre 1780 e 1783. As belíssimas cenas mostram ruínas, prédios históricos e largas planícies douradas que remontam à Antiguidade e à desproporção descomunal do homem frente a natureza.

A temática indiana na arquitetura, o “hindoo”, abundam na Inglaterra e pode ser vista também na Sezincote House (1805) e no Pavilhão Real de Brighton, apenas para dar alguns exemplos. Na Alemanha, o gosto pela Índia foi suscitado pela publicação da tradução, em 1871, da peça sânscrita *Sakuntala*, pois ela ofereceu “aos românticos esperança de que eles poderiam encontrar na Índia antiga um mundo perdido lírico e poético imaculado das convenções burguesas, ódios religiosos e polêmicas políticas” (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 22).

A inspiração chinesa, *chinoiserie*, é encontrada desde o final do século XVII e teve grande representação no *rococó chinoiserie* entre as décadas de 1740 e 1770. A estética chinesa estava presente em palácios alemães, em azulejos do palácio espanhol de Aranjuez, nas célebres mesas de chá e cristaleiras de mogno do ‘designer’ Thomas Chippendale que decoravam as casas dos *gentlemen* ingleses (CHIPPENDALE, 1754).

Dentro desta mesma estética, há uma série de objetos decorativos como papeis de parede, enfeites de louça, ornamentos de mesa e até chaminés em formato de pagode. O encanto da louça chinesa nunca conseguiu ser reproduzido pelos europeus e permanecia verdadeiro luxo possuir como decoração domiciliar um desses objetos importados pelas Companhias das Índias Orientais da Inglaterra, Dinamarca, Holanda e França. Nos Países Baixos, por exemplo, fala-se inclusive de uma espécie de “Era Ming” holandesa, pois

este era o tamanho o sucesso na adoção da coloração azul e branca das porcelanas produzidas em Delft. Também na cidade alemã de Meißen a porcelana chinesa era imitada em pratos, vasos e aparelhos de chá (LE CORBEILLER, 1974, p. 21). A China, no entanto, saiu de moda depois de 1760, perdendo espaço para a Grécia e a Índia.

A partir de 1860 o japonismo entra em moda com a importação de ukiyo-e, gravações em blocos de madeira e pinturas com temas de beleza feminina, atores de teatro kabuki e lutas de sumô, cenas históricas, contos folclóricos, cenas de viagens e paisagem, fauna, flora e até cenas eróticas (LAMBOURNE, 2011). Apesar de no século XIX tudo nas relações nipo-europeias serem novas e inéditas, impacto é duradouro e tem uma influência considerável sobre a sensibilidade ocidental visto que:

A cultura japonesa foi apresentada de muitas formas, por vários eventos culturais que capturavam a imaginação dos europeus, incluindo feiras de exibição, exposições internacionais, lojas e galerias de caráter local. Elas eram discutidas, descritas e categorizadas com entusiasmo, ressaltando a originalidade e novidade dessa cultura. (SOSNOWSKI, 2017, p. 7–8)

2. TURCHERIE, FILELENISMO E BALCANISMO

Já no século XV, durante as guerras turcas, os otomanos representavam a encarnação do perigo e este medo comum não só unia europeus como os tornava ávidos por notícias da frente de batalha turca. As notícias eram transmitidas oralmente por mercadores viajantes, soldados que retornavam da guerra e sermões nas igrejas. Isso até a invenção da imprensa de Gutenberg⁹³, em 1445, onde as notícias começaram a circular em escritas na forma de notas e jornais, chamados *Turkic*, que cresceram com a queda de Constantinopla chegando a cerca de 2500 títulos no século XVI, dos quais cerca de 1000 eram em alemão (“‘Türkendrucke’ und „Türkenkalender“”, 2012).

Entre esses impressos constam também os chamados calendários turcos, publicados de 1454 em diante em tiragens anuais, que descreviam as

⁹³ Um dado curioso é que a própria tecnologia de impressão foi introduzida na Europa pelos otomanos: “Os otomanos tinham familiaridade com a imprensa desde muito tempo. No século XV, casas de impressão em Istanbul e outras cidades otomanas eram chamadas de *basmahane* e eram dirigidas por gregos, armênios e judeus otomanos, que imprimiam livros em suas próprias línguas” (EKINCI, 2017).

atrocidades otomanas contra os cristãos para que funcionassem de aviso perpétuo. Estas mensagens serviam para que a cristandade não esquecesse o perigo otomano, cristalizando assim o medo turco [*Türkengefahr*]. Nessas notícias eram não só relatados os cercos e as atrocidades de guerra, mas também as maneiras e costumes dos turcos, geralmente descritos como bárbaros (GÖLLNER, 1961, 1968).

Se na Alemanha e Áustria havia a solidificação do medo, em outras partes da Europa uma mudança acontecia. Há, assim, uma curiosa sobreposição na percepção dos otomanos durante as Guerras Turcas e pode ser caracterizado por um interesse crescente pela temática otomana.

Em 1687, o diplomata e historiador britânico Paul Rycaut escreve *The Turkish History* [*História dos Turcos*] em dois volumes. Seu outro livro, *The History of the Present State of the Ottoman Empire* [*A História do Estado Presente do Império Otomano*], que se tornaria um dos *best-sellers* da Inglaterra durante a Restauração. Aqui é perceptível essa mudança que corresponde à “nova abordagem de etnografia comparada do Iluminismo” (MELMAN, 2002, p. 26). Nele, Rycaut declara que:

[Os Otomanos] podem ser considerados bárbaros, como são todas as coisas que diferem de nós por Maneiras e Costumes, e não estão vestidos no modo e modo de nossos tempos e países... Mas Vossa Excelência... era concluir que um Povo, como os turcos são, homens da mesma composição que a nossa, não podem ser tão selvagens e rudes como são geralmente descritos.” (cf. MELMAN, 2002, p. 26)

De um ponto de vista estético, o gosto pelo estilo turco constitui o *turquerie* e estaria em voga até o século XVIII. O Ocidente tinha um interesse crescente pela cultura turca, incluindo música, arte e arquitetura. O acesso aos produtos da região foi fomentado pelas rotas de comércio mais populares e pelas relações diplomáticas estabelecidas a partir do século XVIII, quando embaixadores e comerciantes retornavam com histórias de lugares exóticos e *souvenirs* que instigam a curiosidade dos europeus (METROPOLITAN MUSEUM OF ART, 1968).

A busca por produtos exóticos evidenciava a ascensão social. O fenômeno do consumo para *status* não era uma exclusividade europeia, havendo um interesse geral por produtos importados como forma do indivíduo mostrar seu lugar no mundo, inclusive em países do Oriente que buscavam objetos ocidentais (BRESKIN, 2001, p. 97). Desta forma, a obsessão pela estética turca

foi fomentada pela presença de europeus na corte otomana e a crescente relação mercantil com a Europa, o que ajudou a espalhar a nova moda rapidamente (AVCIOĞLU, 2011, p. 4) e a levar as pessoas a gastarem pequenas fortunas em, entre outros, tapetes árabes.

Um desses bens de consumo diretamente ligados ao mundo otomano era o café. Ele foi introduzido nas casas de café da Europa como resultado direto da “mediação otomana”, pois as classes altas europeias foram expostas ao ritual do café através das elites e da diplomacia otomanas, que serviam a bebida com a apresentação completa de porcelana, guardanapos bordados e a etiqueta dos otomanos (BEVILACQUA; PFEIFER, 2013). Outra moda europeia durante o século XVIII era fumar tabaco turco usando um cachimbo turco e vestido com um robe turco (MEYER, EVE R., 1974, p. 474).

Na arquitetura, já durante o Renascimento, foi comum o estilo mourisco dos ornamentos, sendo uma adaptação do arabesco islâmico. Destacadamente em Veneza, tradicional centro de contato com os otomanos, os elementos arquitetônicos turcos são marcantes.

A característica principal desse estilo de decoração era as cores vivas e a grandiosidade vista nos retratos dos sultões. A linguagem estética turca parecia tão bem compreendida pelos europeus que Agostino Veneziano, o prolífico ilustrador italiano do Renascimento, foi comissionado para pintar o célebre retrato do sultão Solimão I, o Magnífico em 1520. Os tecidos eram aveludados, coloridos e bordados com motivos florais, também considerados um luxo nas casas europeias. Muitos eram produzidos sob encomenda dos mercadores venezianos e realizados para agradar ao gosto que havia se consolidado na Europa. A posse de relógios turcos, muitos deles importados com horas e nomes sagrados em caracteres árabes, também aumentava o status social na Europa. (METROPOLITAN MUSEUM OF ART, 1968, p. 227).

Já no século XIX, o *Wilhelmina*, o jardim botânico e zoológico de Stuttgart, fundado em 1846, é outro exemplo do reavivamento mouro, assim como a *Leighton House*, projetada pelo artista Frederic Leighton, tem uma fachada convencional que abriga, entretanto, interiores elaborados no estilo árabe em seu viés vitoriano oriental.

O *turcherie* musical também experimentou grande sucesso, onde as óperas tentavam imitar a cultura turca usando os idiomas orientais e oferecendo um

mundo de fantasia, esplendor e aventura, causando fascinação em sua audiência (MEYER, EVE R., 1974, p. 276). Alguns exemplos são: a conquista de Constantinopla por Mehmed, o Conquistador, é o tema da ópera alemã *Mahumeth II*, composta por Reinhard Keiser in 1693; em 1724 estreia *Tamerlano*, a ópera de Handel que conta os conflitos entre o conquistador turco-mongol Tamerlão e o sultão Beyazid I. A *Rondo Alla Turca*, da Sonata para Piano No. 11 (1783), de Mozart, mostra a influência da música turca é considerável e reflete as relações tensas entre a Áustria e o Império Otomano (HEAD, 2000).

Outra influência além da turca, porém relacionada a ela, é a do mundo grego. Seu impacto parece, entretanto, ser mais visível no mundo literário e intelectual.

Assim, uma das características mais emblemáticas do ambiente acadêmico do século XIX é o helenocentrismo, “uma visão de história que vê o mundo grego como o centro do universo civilizado” (FĀSĪ, 2007, p. 3). Dessa forma, o helenocentrismo reflete “uma convicção de singularidade do elemento grego e sua superioridade sobre tudo estrangeiro – uma convicção que geralmente leva à elevação do grego ao nível de um valor absoluto” (VAYENAS, 1997, p. 45).

A memória da grandeza grega na Antiguidade sobreviveu mais no Ocidente do que na própria Grécia, onde séculos de domínio turco haviam, de certo modo, apagado esta memória histórica entre os gregos. A descrição de Ranke sobre esse processo de perda da tradição clássica – a própria alma da Grécia – é significativa:

Memória e voz agradável: sempre se notou a forma artística das esculturas antigas até nos vasos da casa. Portanto, a vida social ainda tinha alguns elementos da educação anterior. As simpatias dos homens eram encontradas em todos os lugares, tão adequadas para conversas nobres; onde as armas eram armazenadas, aquelas danças de braços, que se cingiam com a espada, munidas de arco e aljava, continuavam por dias inteiros. A agilidade alegre e fresca da natureza grega, no trabalho e na diversão, com a espada e o escudo, especialmente no mar e no navio, era proverbial. No final, para um livre desenvolvimento do espírito, não havia lugar onde as forças fossem dirigidas apenas para a próxima necessidade e toda a existência fosse degradada. A língua foi inundada com palavras búlgaras, turcas e italianas: caiu cem graus de formas bárbaras. (RANKE, 1857, p. 25)⁹⁴

⁹⁴ "Noch zeigte es seine edelgeartete Natur. Noch länger lebte in Chios der schöne Klang homerischer Worte: man wollte in dem Peloponnes noch damals vierzehn Dörfer der Zakonen unterscheiden, wo man ein dem alten fast gleiches Griechischh rede: man fand die Athener noch immer von

É possível compreender o impacto sentido por um homem com a educação clássica de Ranke ao ver “o berço da civilização ocidental” colocado em tal situação. Não só ele, mas a safra de intelectuais da qual ele fez parte cultivava uma relação especial com herança grega, considerada a base para a possibilidade de realização plena da cultura ocidental. Nestes meios era comum a compreensão de que o próprio Ocidente pertencia ao mundo grego física, intelectual e espiritualmente (JAEGER, 1965, p. xv). Na missão de preservar a cultura grega, vê-se uma considerável inversão de papéis entre a Idade Moderna e a Contemporânea. Se antes os guardiões da tradição grega eram os orientais, agora os europeus tomavam para si a missão.

Era uma vez, quando a civilização tinha seu centro em Bagdá, os califas enviaram missões à Europa para comprar os manuscritos gregos que o bárbaro Ocidente estava negligenciando, e agora a Europa envia missionários literários para salvar os restos da literatura antiga dos árabes, que esses mesmos califas haviam procurado e reunificado. (MOHL, 2003, p. 13)

Assim, o discurso vigente entre homens de cultura era o de “salvar a civilização contra a barbárie”, principalmente o berço civilizacional que representava a base para todos os estudos orientalistas europeus (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 92–3). Desta forma, no século XVIII já começa a testemunhar o “reavivamento grego”, algo que se iniciou na literatura e encontrou campo fértil na política (ALBRECHT-CARRIÉ, 1968, p. 102).

O reavivamento helenístico encontra respaldo na situação política do momento. A crise geral gerada pela Questão Oriental, cujas primeiras expressões foram sentidas na Sérvia e na Grécia, levou não só ao primeiro conflito entre os Grandes Poderes, após o Congresso de Viena, como também “atraiu a atenção dos mais proeminentes representantes do romantismo europeu” (GLENNY, 2001, s.p.). Assim, a luta pela independência grega

bewundernswürdigem Gedächtniß und wohllautender Stimme: immer hat man selbst an den Gefäßen des Hauses die kunstreiche Form antiker Bildwerke wahrgenommen. So hatte denn auch das gesellschaftliche Leben noch einige Elemente der frühern Bildung. Man fand allenthalben die Sympotien der Männer, so geeignet zu edler Unterredung; wo die Waffen verstattet waren, bestanden jene Waffentänze, die man mit dem Schwert gegürtet, mit Bogen und Köcher versehen, ganze Tage lang ausführte. Die rüstige und frische Anschlägigkeit griehischer Natur, in Arbeit und Genuß, mit dem Schwert und dem Schild, vorzüglich zur See und auf dem Schiff, war sprichwörtlich. Indess zu einer freien Entfaltung des Geistes war kein Raum, wo die Kräfte sich nur auf das nächste Bedürfniß richteten und das ganze Dasein erniedrigt war. Die Sprache ward mit bulgarischen, türkischen und italienischen Wörtern überhäuft: sie verfiel in hundert Abstufungen barbarischer Formen.“

compreensivelmente trouxe a atenção dos círculos de cultura e também da população geral para a região dos Bálcãs, pois:

(...) embora os governos das grandes potências mantivessem, como vimos, uma estudada política de indiferença, os povos, em nítida distinção de seus governos, acompanharam as fortunas móveis dos gregos com vivo interesse e sempre crescente favorecimento. (SCHEVILL, 1995, p. 337)

Como foi dito, o impacto foi ainda maior nos intelectuais europeus por conta de sua forte ligação com a cultura clássica, o que fomentava a percepção dos gregos serem “pais culturais” da Europa:

As classes cultas de todas as nações ocidentais, alimentadas nos clássicos, tinham uma admiração enraizada pelos heróis de Maratona e Salamina, e quando surgiram os escravos submersos, que afirmavam ser seus descendentes e cuja existência havia sido esquecida por séculos e duplicou os feitos de seus ancestrais, o entusiasmo era ilimitado. Sociedades filelênicas surgiram em todos os principais centros da cidade, e não só o dinheiro foi coletado para a compra de armas e suprimentos, mas muitos voluntários embarcaram para o Oriente para lutar lado a lado e dar suas vidas, se necessário, em ajuda dos bravos rebeldes que estavam honrando a causa da liberdade humana. (SCHEVILL, 1995, p. 337)

Desta forma, se na literatura do século XIX proliferam-se ainda mais as referências ao otomano, há igualmente o crescimento de uma retórica cada vez mais ambivalente que, apesar de cultivar o gosto pelo exotismo turco, começa a enxergar os efeitos do domínio otomano sob suas colônias no leste europeu, algo que é impulsionado pelas notícias chegadas até a Europa sobre a Questão Oriental.

Na música, a temática tem outra entonação. Beethoven cultivava igualmente interesse pela música do Oriente, pois “no tempo de Beethoven, a ‘cultura oriental’ era considerada a epítome de um mundo exótico que, por volta de 1800, começava a leste de Viena e se estendia até a China ou Japão”. A referência ao mundo otomano pode ser ouvida na *Marcha Turca*, parte de *As Ruínas de Atenas* (1811), onde a ênfase recai não sobre um exotismo otomano, mas sobre o mundo grego arruinado por seu domínio. Em 1820, Rossini compõe *Maometto II*, tendo como tema o Cerco de Negroponte (1470). Verdi teve a ópera *Aida* (1871) comissionada para a inauguração da Ópera do Cairo – alguns pensam erroneamente que a obra foi uma celebração da abertura do Canal de Suez – e estreou no Egito em 1871 (com atraso por conta do Cerco de Paris durante a Guerra Franco-Prussiana), tendo como cenário o Império Antigo do

Egito e a tirania militar egípcia sobre a Etiópia. A obra é uma referência aos malefícios da dominação no passado e no presente.

Na literatura, um exemplo ilustre é Lord Byron, que escreve *O Giaour: Fragmentos de Contos Turcos*. Publicado em 1813, foi apenas o primeiro de seus romances orientais, sendo um sucesso e coroando a carreira de Byron.

O poema é composto por seus cinco longos versos e colaborou no sentido de sedimentar a relação entre a literatura romântica e o exotismo oriental. A inspiração veio do *Gran Tour*⁹⁵ realizado por Byron entre 1810 e 1811. Quando, em Atenas, Byron aprendeu sobre o costume turco de atirar mulheres culpadas de adultério ao mar presas em um saco, construiu o enredo sobre uma mulher pertencente a um harém que é morta por traição e cuja morte desencadeia uma história de revanche e redenção.

O Giaour inclui também o tema do vampirismo, o qual foi aprendido por Byron durante sua viagem à Grécia (MORE; BYRON, 1905, p. 215, 247, 336, 941). O vampiro é uma temática ligada à porção europeia do Império Otomano por fazer parte do folclore balcânico, algo que também interessou Ranke⁹⁶. Gibson indica a ligação do filo-helenismo em *O Gior* com a temática vampiresca, pois “o gosto de Byron pelo sublime e romântico na situação grega estendia-se em certas ocasiões ao terror e ao horror do gótico, para excitar o leitor e, em simultâneo, condenar a presença turca” (2006, p. 18)⁹⁷.

Outro tópico que une Byron e Ranke tematicamente é o próprio termo *giaour* (em turco *gâvur*), um tratamento ofensivo para designar o infiel e usado historicamente pelos otomanos para se dirigir aos que não praticavam a fé no Islã, particularmente os cristãos dos Bálcãs (VRYONIS, 1991, p. 50).

Como foi observado no capítulo anterior, o tratamento inferior dispensado aos cristãos eslavos é um dos principais pontos de atrito entre Ranke e o Império

⁹⁵ O *Grand Tour* é uma tradição dos séculos XVII e XVIII que ainda ecoava no XIX e designa a uma viagem que poderia durar vários meses ou anos feita por jovens de classe alta, geralmente com acompanhante, quando ganhavam a maioridade. A partir do século XVIII, se tornou parte regular da educação da nobreza, considerando-se que seu principal valor estava na exposição ao legado cultural da Antiguidade Clássica e do Renascimento, além de prover a oportunidade única de prestigiar obras de arte (BABEL; PARAVICINI, 2005).

⁹⁶ Trabalho sobre esta temática em minha dissertação de mestrado, para mais informações consultar a bibliografia.

⁹⁷ Gelder, por sua vez, indica que, no caso de *O Vampiro*, ao manter “as tradições populares da Grécia, Polidori não apenas escreve uma obra mais adequada para a ficção ‘popular’, mas também examina as contendas e ameaças à identidade nacional grega de uma forma muito mais realista” (1994, p. 38).

Otomano. Desta forma, o uso de palavras como *gâvur*, *kafir* ou *rum* estão ligadas a depreciação dos *defters* (pagadores de impostos), ou seja, os grupos cristãos dos Bálcãs (DASKALOV; MARINOV, 2013, p. 44). Tais palavras chegaram a ser proibidas durante as reformas de modernização otomanas (*Tanzimat*) para prevenir problemas e distinções sociais (GAWRYCH, 2006, p. 15).

Neste sentido, Byron traz uma questão moral, pois contrasta em sua obra a diferença de percepção entre cristãos e muçulmanos sobre justiça, amor, morte e vida eterna (TRUEBLOOD, 1981, p. 69), algo que também é realizado por Ranke quando qualifica o tratamento recebido pelos cristãos eslavos como injusto.

Assim como Ranke, Byron defendia as causas de independência dos Bálcãs contra o Império Otomano. No caso do poeta, seu investimento emocional na causa grega foi tão profundo que ele não voltaria de sua viagem e morreria lutando em Mesolóngi, Grécia, em 1824⁹⁸ de febre contraída na guerra de independência grega. Esse fato demonstra que o tema das independências nacionais contra os otomanos era uma causa que mobilizava seriamente os homens do período e que, pode-se acrescentar, parece confluir com o espírito romântico da época.

Quando Lord Byron, a figura mais romântica da época, colocou sua espada a serviço dos gregos, e quando, depois de alguns meses devotado a um esforço são e digno de crédito para pôr fim às dissensões entre os líderes, ele morreu de febre (abril de 1824), a causa adquiriu um '*glamour*' que nenhuma loucura de seus chefes poderia destruir depois. (SCHEVILL, 1995, p. 337)

O movimento romântico, que começa na literatura em 1785, foi alimentado pelo momento histórico onde a circulação de pessoas e objetos entre a Europa e o Oriente se tornava mais assídua, o que impulsionava o interesse por tudo que era estrangeiro. O interesse romântico pelos Bálcãs tem um impacto importante na literatura, pois as fantasias heroicas e os cenários solitários coadunavam com o gosto e a estética dos românticos.

Seguindo esse impulso, Ranke se conecta à visão de seu tempo sobre os Bálcãs, sendo possível perceber como suas descrições sobre a independência sérvia são bastante românticas. Nisso Ranke compartilhava de afinidades com

⁹⁸ Coincidentemente este é também ano em que Ranke publica sua primeira obra.

“os líderes nacionais e intelectuais dos Bálcãs no século XIX” que eram “profundamente influenciados (...) pelo nacionalismo, cuja base estava no romantismo e no historicismo do século XIX” (JELAVICH, 1983, p. 171).

Essa faceta romântica da narrativa historiográfica rankeana pode ser percebida, por exemplo, em sua descrição de um general sérvio: “Knitschanin era uma reminiscência dos heróis da Guerra de Libertação. Uma figura de ombros muito largos em uma túnica simples, em cuja cinta ele carregava suas pistolas” (RANKE, 1879, p. 396–7)⁹⁹. O herói romântico é um arquétipo literário bastante recorrente e se refere ao personagem que é um *‘outsider’*, rejeitando as normas sociais assim como ele próprio fora rejeitado (WILSON, 1972, p. 247).

Nesta questão dos heróis históricos, a visão rankeana corresponde a uma perspectiva dos processos históricos que busca a “caracterização das ações e dos atores políticos”. Isso “frequentemente implica uma visão de cima, favorecendo a política de estado como a força principal de desenvolvimento histórico”, revelando as “massas (...) como movidas por forças naturais ao invés de intenções refletidas e culturalmente legitimadas” (RÜSEN, 1990, p. 198).

Do lado da Grécia, entretanto, segundo Michael Glenny, vivia-se a “esquizofrenia da herança grega: oriental e bizantina de um lado; ocidental e romântico-revolucionária de outro” (2001, s.p.), sendo que Ranke e outros intelectuais ocidentais como Byron guardavam mais afinidades e possibilidades de trocas culturais com o segundo espécie de arcabouço cultural e pouco se aventuravam a respeito da primeira.

Todos os países da região balcânica passaram por esse conflito de identidade que é inclusive triplo: a bizantina, a ocidental e a otomana. Mesmo na recepção das ideias românticas ocidentais, havia uma disputa de influências, como mostrado no caso da Moldávia e da Valáquia. De um lado têm-se a Moldávia, onde as elites locais receberam grande influência do nacionalismo romântico alemão, especialmente as ideias de Herder.

O trabalho de Herder sugere que a essência da identidade nacional foi transmitida por meio da cultura e da linguagem popular. Durante o século XIX, suas teorias foram adotadas por nacionalistas conservadores que acreditavam que a identidade nacional não podia

⁹⁹ “Knitschanin erinnerte in seinem Äußeren an die Helden des Befreiungskrieges; eine sehr breitschultrige Gestalt in einfachem Gewande, in dessen Gurt er seine Pistolen trug.”

ser aprendida, mas apenas transmitida pelo sangue. (GLENNY, 2001, s.p.)

Herder demonstrou interesse especial em sua obra por outras culturas, “mudando o foco das estruturas para a cultura”. Nas estruturas do romantismo, buscou “extrair a especialidade cultural de todos os povos” e deu impulso considerável no rumo que o historicismo tomaria (GRANDITS; CLAYER; PICHLER, 2011).

Por outros, o caso da Valáquia mostra que os intelectuais abraçaram a concepção francesa do nacionalismo e com isso a crença de que a identidade nacional depende do comprometimento com uma cultura particular, ou seja, o pertencimento acontece por aceitação de uma cultura e assim qualquer um, independente da origem, poderia se unir e participar da vida nacional de sua escolha (GLENNY, 2001, s.p.).

Internacionalmente, no entanto, a percepção dos Bálcãs se apresenta igualmente imbuída de profundo espírito romântico, pois os Bálcãs do século XVIII e XIX “atraíram o interesse não só de estadistas e generais, mas também de escritores, poetas e artistas, atraídos para a região pela extrema beleza da paisagem e pelo que para eles era uma atmosfera exótica e romântica” (JELAVICH, 1983, p. xii–xiii).

Um elemento específico que exemplifica a evocação romântica era os fora-da-lei conhecidos como *klephts* na Grécia, *haiduks* na Sérvia e *haiduts* na Bulgária. Estes se recusavam a aceitar a autoridade turca e se organizavam em grupos que roubavam turcos, cristãos oligarcas e monges de mosteiros enriquecidos.

Eles começaram então a ser considerados heróis dos pobres, recebendo até baladas que os glorificavam como uma espécie de “Robin Hoods românticos performando feitos espetaculares contra o tirano turco e opressão em geral”. Desta forma, “sua principal significância histórica a de manter viva a ideia de justiça e liberdade”, mesmo que eles próprios não se filiassem a qualquer ideologia, movimento político ou tivessem qualquer forma de instrução formal (STAVRIANOS, 1958, p. 108).

Também os *kapoi*, líderes militares gregos, foram celebrados como heróis, apesar de posteriormente seu lugar ter sido revisto historiograficamente, chegando-se à conclusão de que eles eram bastante distantes da imagem de

heróis românticos que lhe fora imposta pelos escritores e historiadores gregos, sendo que “estavam dispostos a dispensar sua própria justiça bruta a turcos ricos e primatas gregos, mas igualmente dados a vitimar o campesinato cristão miserável e que sua principal preocupação era derrotar os turcos e consolidar seu próprio poder local, não tendo a mais vaga ideia da identidade nacional grega e certamente nenhum conceito de Estado-Nação (KOLIOPOULOS, 1987, p. 33).

O conteúdo e a forma de tais baladas populares (as *klephtika*), algumas das quais compartilhadas com Ranke por Vuk Karadžić, indicam que o romantismo não foi apenas uma interiorização de um movimento romântico externo aos povos balcânicos. Pelo contrário, “por meio desses poemas e canções, a Sérvia moderna reivindicou uma continuidade vital com um passado romantizado para ressaltar suas reivindicações de território disputado”, sendo então uma ferramenta que parece ter sido julgada como apropriada para expressar as demandas político-culturais da época nesta região (GLENNY, 2001, s.d.).

Naquele momento, tais personagens heroicos eram considerados por agentes produtores de cultura como campeões das causas locais e é possível imaginar como esses indivíduos poderiam parecer fascinantes para ocidentais que viviam nos Bálcãs ou que ouviam sobre a região. Eles eram a materialização de uma idealidade que combinava a encarnação de seus próprios ideias de aventura, do imaginário medieval e dos celebrados impulsos históricos e políticos tipicamente contemporâneos. Com isso, a Europa observava nos Bálcãs um reflexo idealizado de sua própria história, valores e símbolos, estabelecendo com a região um movimento recíproco de admiração em que ambos – notadamente a Alemanha que também passava por seu processo de busca por autonomia e identidade – nutriam as idealidades e sonhos uns dos outros.

Ao observar este panorama, é interessante entender como o *balcanismo* de Ranke se relaciona com o movimento geral do século XIX. Geralmente, a região havia despertado nos europeus “uma atitude direta, geralmente negativa, mas raramente matizada”. A exceção acontece apenas “na época do nacionalismo romântico nas palavras e atos dos filo-helenos ou eslavófilos” e “esses esforços tiveram vida extremamente curta e geralmente tocaram no

componente da liberdade, totalmente desprovido do mistério do exotismo” (2009, p. 14).

Críticos como Todorova, Fleming e outros (BRYCE; ČAUŠEVIĆ, 2019; DIX, 2015; HAMMOND, 2004) poderiam caracterizar Ranke – assim como o fazem com os demais europeus que se debruçaram sobre o tema – como mais um exemplo de *balcanismo*, termo cunhado para designar tanto tudo aquilo que diz respeito à região como também o discurso político e cultural pejorativo e estereotipado dos Bálcãs¹⁰⁰. Apesar de Ranke recair em alguns desses lugares-comuns, é possível reconhecer seu esforço de mostrar não só o elemento político da autonômica balcânica como também retratar um lugar histórica e culturalmente rico¹⁰¹.

Seguindo esta compreensão, penso que, de qualquer forma, os Bálcãs eram territórios historiográficos em grande parte ainda não mapeado. Logo, Ranke tentou em muitos aspectos inédito de trazer a existência política, cultural e espiritual dos Bálcãs à consciência europeia.

Como Mishkova reconhece, “o engajamento intelectual com os Bálcãs não ostenta, de fato, uma tradição tão “longa, respeitada e influente” quanto a tradição acadêmica orientalista, e sua institucionalização não ocorreu antes da segunda metade do século XIX” (2019, p. 17). Ela afirma que “o corpo principal da literatura crítica concebe os Bálcãs como o *alter-ego* desprezado de um ocidente hegemônico engajado em sua própria autoconstrução” e, com isso “a autocompreensão “balcânica” raramente recebeu atenção” (2019, p. 17), a forma com que Ranke pensou a questão a partir de fontes eslavas parecem trazer um diferencial importante a sua obra.

No que diz respeito ao elemento otomano, a questão passa por uma tradição de pensamento mais arraigada na consciência europeia. Da mesma forma, a Alemanha, contexto de formação e produção de Ranke, tem sua própria história dessa tradição.

¹⁰⁰ O termo foi cunhado por Todorova, em 1997, com a publicação de *Imagining the Balkans*.

¹⁰¹ Sobre o esforço de Ranke na promoção da histórica balcânica, ver o tópico abaixo.

ENTRE A RAZÃO E A EMOÇÃO: A EXPERIÊNCIA GERMÂNICA COM O ELEMENTO OTOMANO

O caso do orientalismo alemão como experiência estética geralmente é menos focado nas pesquisas, algo justificado pelo fato de o Império colonial alemão ser tardio (datando de 1870), ter se concentrado majoritariamente na África e ter mantido suas possessões por bem menos tempo do que outros impérios europeus, principalmente a Inglaterra.

Entretanto, Said aponta para um elemento que parece significativo: a de que enquanto a experiência colonial dos outros Impérios europeus foi material, a da Alemanha foi uma experiência notadamente intelectual e que seu diferencial era emanar autoridade sobre os temas orientais para a Europa e América. Apesar de eu não desposar da crítica geral de Said em relação ao orientalismo, esse elemento em específico parece um ponto de partida significativo para explorar a contribuição alemã.

Na Alemanha, o orientalismo mais popular era basicamente constituído de literatura religiosa escrita em geral por autores fora da academia; também os diários de viagem eram lidos. Alguns acadêmicos usavam essas publicações como fonte de renda, pois os livros de pesquisa acadêmica sobre o Oriente não gozavam de grande saída mercadológica. Em meados do XIX, inclusive, os autores alemães preferiam publicar suas obras na Inglaterra, onde as vendas eram maiores.

Até mesmo acadêmicos conhecidos como Helmut von Moltke tinham pouca saída nas livrarias e alguns encontravam abrigo na editora centenária Brockhaus Verlag, pois o proprietário, Friedrich Brockhaus, havia mostrado tendência de gostar de obras polêmicas, incluindo a filosofia com referências indianas de Arthur Schopenhauer¹⁰² (WETTER; VON KAMEN; RUMLER, 1978). Assim, “a audiência da *orientalia* em meados do século XIX era pequena e um pouco estranha e seus padrões de consumo não podem explicadas exclusivamente –

¹⁰² Seu filho, Hermann Brockhaus, se tornou professor de Indologia na universidade de Heidelberg em 1841.

se é que minimamente! – por ambições políticas” (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 98).

Em uma perspectiva da história das ideias, o mundo islâmico, principalmente o otomano, não gozava de grande prestígio nos meios intelectuais europeus do século XVIII e XIX. No entanto, o mundo nômade era visto como uma antítese à tirania otomana e vista como espécie de “bom selvagem”. A aproximação dos islâmicos com o que seria a vida dos judeus bíblicos causava interesse e fascinação na cristandade europeia do período (MARCHAND, SUZANNE L., 2010, p. 98).

A atitude dos filósofos do século XVIII sobre o Oriente era ambivalente: Voltaire e Gibbon, por exemplo, elogiavam Maomé, mas abundavam igualmente em críticas sobre tirania, superstição, intolerância, poligamia e hipocrisias da corte otomana. Essa relação ambígua com o Império Otomano chegou até o período romântico, especialmente na ideia de que Hammer-Purgstall chamaria “invasão do barbarismo turco e da tirania otomana” (HAMMER-PURGSTALL, 1829, p. xvi).

Algumas figuras mais conhecidas da filosofia alemã do século XIX têm no Oriente fontes importantes de inspiração. Ian Almond destaca oito nomes por suas contribuições à percepção de Oriente consolidada na Alemanha, sendo eles: Leibniz, Kant, Herder, Goethe, Schlegel, Hegel, Marx e Nietzsche¹⁰³.

Fundamental perceber que esses homens não eram orientalistas pelos padrões de seus contemporâneos, visto que não conheciam línguas orientais como o árabe e nem liam textos otomanos em formato original, o que influencia grandemente como a informação foi filtrada (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 30).

Um ponto ressaltado por Almond é que o Oriente desses homens, em sua maioria, era o Império Otomano, o qual raramente conheciam pessoalmente. Marx e Goethe foram os únicos dos filósofos abaixo a entrar em contato direto com muçulmanos. No entanto “seria errado ver o espaço alemão dos séculos XVIII / XIX como totalmente isolado de qualquer contato com um mundo otomano

¹⁰³ Alguns pensadores como Schopenhauer e Freud se posicionaram sobre o Oriente, mas não mantiveram uma ligação considerável com o Islã ou com o mundo otomano e por isso não foram incluídos nesse recorte mais específico.

que começava a apenas 320 quilômetros ao sul de suas fronteiras” (ALMOND, 2010, p. 3).

Além disso, estes homens tinham a sua disposição um crescente número de estudos em literatura e história, assim como traduções de textos árabes, que os colocavam a par do mundo otomano. Ainda que o Oriente não recebesse prestígio, a área de estudos crescia e demonstrava erudição ímpar.

Como os filósofos interpretaram esse material é uma questão do filtro cultural de cada período e personalidade. Abaixo há um pequeno resumo das principais ideias de cada autor citado por Almond. Através dele pode então ser percebido o ambiente em que a visão de Império Otomano de Ranke se desenvolve.

1. O PAPEL EXPLICATIVO DO MEDO

Um traço em comum entre os filósofos acima é a ambiguidade com que enxergam o Oriente. Esta ambivalência sobre o Oriente é característica de muitos intelectuais alemães do período. Pode-se, em primeiro lugar, extrair algumas reflexões de natureza metodológica desta questão, pois ela serve para lembrar que a história intelectual deve conseguir lidar com a inconsistência humana refletida em coleções de textos que muitas vezes se contradizem (ALMOND, 2010, p. 54).

Outro ponto importante no que diz respeito à história intelectual e à própria trajetória de Ranke em encontrar um lugar para o Império Otomano em sua obra é que se deve evitar a ilusão de impor uma ordem ou coerência à forma como os pensamentos se apresentam, resistindo ao:

(...) pressuposto de que crenças opostas em um pensador substituem umas às outras consecutiva e coerentemente, ao invés de tácita e competitivamente se engajando uma com a outra em uma luta inconsciente pelo primado da expressão. (ALMOND, 2010, p. 140)

Acomodar esta proposta, por mais que o historiador queira dar um sentido unívoco que evoque uma sentença sobre o autor, é fundamental para captar as camadas de pensamento do autor e conferir à trajetória intelectual do objeto de pesquisa a complexidade necessária.

Essas ideias aparentemente incoerentes entre si decorrem não só do encontro de diferentes ideias sobre os otomanos, ideias sujeitas ao processo

histórico de ratificação e retificação, como também indicam a ambiguidade característica do homem (e das sociedades) em contato com a realidade que ocorre fora de si, uma relação de estranhamento e encantamento, repulsa e atração, curiosidade e medo.

Por outro lado, em caráter menos psicológico, lidar com realidades complexas inteligentemente implica nuances – isto significa ser possível admirar alguns aspectos em algo enquanto se rejeita outros. O que informa essa rejeição ou admiração do estrangeiro podem ser critérios de familiaridade, ou então podem decorrer da observação dos resultados sociais e pessoais obtidos pelas decisões que o outro toma.

Nesse sentido, a observação histórica se torna privilegiada, pois nela é possível analisar com maior distanciamento os resultados das ações tomadas não só por nossos antepassados como também por culturas diferentes da nossa. A observação histórica de Ranke sobre os otomanos se mostra rica nesse sentido, pois sua análise de consequências é especialmente talentosa. Típico de um autor que se interessa por questões de ordem internacional, Ranke indica os movimentos dos Estados como um tabuleiro e aponta para os resultados frutíferos ou não das escolhas realizadas em diferentes contextos. Muitas vezes, segundo Ranke, as medidas otomanas são astutas de um ponto de vista estratégico, outras vezes não.

No que diz respeito às questões culturais, Ranke se apega ao modo europeu de vida e religião, àquilo que lhe é familiar. Entretanto, oscila em sua visão do otomano e do balcânico, o que não só mostra que as posições autorais podem ser incongruentes como também o filia a uma tradição cujo posicionamento em relação ao Oriente é complexo, ambíguo e oscilante.

Isso indica também a convivência de diferentes referências sobre os otomanos que formam o imaginário social na longa duração e que resultam muitas vezes em uma amálgama disforme e confusa, quando não é patentemente contraditória.

O ponto que desejo enfatizar é que os otomanos têm uma presença marcante na experiência europeia, o que se reflete tanto nas posturas políticas como intelectuais e culturais a respeito deles. Se, de um ponto de vista mais recente, os europeus oitocentistas não viam mais tanto perigo em um Império Otomano que era “o homem doente” e o viam com olhos românticos de exotismo

e charme, em grande parte a experiência histórica profundamente arraigada no imaginário europeu é marcada pelo medo – para não dizer terror – que, a partir do fortalecimento do Concerto da Europa, parece ter se transformado em uma mistura de certo desprezo com desconfiança.

Neste sentido, Said é acertado em sua análise ao afirmar que “em relação ao Islã, o medo europeu, senão pelo menos respeitado, era justificado”, pois ao crescimento e ataques intensos do otomano islâmico “a Europa podia reagir com muito pouco além de medo e um certo pasmo”:

Não sem razão o islã simbolizou o terror, a devastação, o demoníaco, as hordas de odiosos bárbaros. Para a Europa, o islã era um trauma duradouro. Até o fim do século XVII, o "perigo otomano" espreitava ao lado da Europa, representando para o conjunto da civilização cristã um perigo constante, e com o tempo os europeus incorporaram esse perigo e seu saber, seus grandes acontecimentos, figuras, virtudes e vícios como algo que fazia parte da trama da vida. (2001, p. 69–70)

A historicização dos sentimentos e emoções é, no meu entender, uma das empreitadas mais interessantes da historiografia – ainda que enfrentada por poucos historiadores¹⁰⁴. Jean Delumeau discorre sobre a ausência do medo como fator explicativo em pesquisas historiográficas:

Por que esse silêncio prolongado sobre o papel do medo na história? Sem dúvida, devido a uma confusão mental amplamente difundida entre medo e covardia, coragem e temeridade. Por uma verdadeira hipocrisia, o discurso escrito e a língua falada - o primeiro influenciando a segunda - tivera por muito tempo a tendência de camuflar as reações naturais que acompanham a tomada de consciência de um perigo por trás das falsas aparências de atitudes ruidosamente heroicas. (2009, p. 14)

Ao abordar a questão do imaginário social alemão sobre os otomanos, é perceptível que elementos emocionais – discursos de revolta e de insegurança, também de fascinação e atração – guiam parte considerável das posições individuais e coletivas e, portanto, seu poder explicativo não deve ser ignorado.

Mostra também que, na prática, a célebre fase de Bismarck de que “um apelo ao medo nunca encontra um eco nos corações alemães” guarda brechas quando se trata dos otomanos. Desta forma, se, em geral, existe um “arquétipo do cavaleiro sem medo, perfeito” que “é constantemente realçado pelo contraste

¹⁰⁴ Norbert Elias também fez importantes contribuições para a chamada “sociologia das emoções” tanto com o conceito de *habitus* quanto de processo civilizador. Sobre isto ver: Mauro G. P. Koury. Emoções e Sociedade: um passeio na obra de Norbert Elias. *História: Questões & Debates*, v. 59, n. 2, 31 dez. 2013, pp. 79-98.

com uma massa considerada sem coragem” (DELUMEAU, 2009, p. 15), a questão da ameaça constante de invasão otomana parece ter absorvido quase todos em uma atmosfera de temor.

Esta reação ambivalente não só é compreensível histórica e intelectualmente como também parece ter fundamentos biológicos, pois segundo uma pesquisa da Universidade de Iowa, a resposta emocional humana ao perigo envolve elementos de medo e fascinação – o que ajuda a explicar o encantamento por narrativas de horror e do grotesco, por exemplo – já que a resposta da amígdala cerebral trabalha com emoções de aproximação (curiosidade) e evitamento (terror) para guiar o indivíduo até a segurança (FEINSTEIN *et al.*, 2011).

Em *A História do Medo no Ocidente*, Delumeau cita de forma considerável os otomanos como fonte desse sentimento durante a história moderna europeia. Conta, por exemplo, como “na Hungria o avanço otomano provocou pânico”, levando a debandada de grande parte da população da cidade Bude na derrota de Mohacs¹⁰⁵. A queda de Constantinopla (1453), no que lhe concerne, “havia provocado um choque psicológico no Ocidente”, levando o Papa Pio II a declarar:

No passado fomos golpeados na Ásia e na África, quer dizer, em países estrangeiros. Mas agora somos golpeados na Europa, em nossa pátria, em nossa casa. Alguém irá se opor ao fato que já antigamente os turcos passaram da Ásia à Grécia, que os mongóis mesmos se estabeleceram na Europa e que os árabes ocuparam uma parte da Espanha depois de terem fraqueado o Estreito de Gibraltar: Mas jamais havíamos perdido uma cidade ou uma praça comparável a Constantinopla. (DELUMEAU, 2009, p. 398–99)

Na Alemanha “o infiel está nas fronteiras”. As histórias de terror tão próximas de casa proliferavam: contava-se que o Sultão havia colocado duas mil cabeças como troféu em frente a sua tenda e que a morte de prisioneiros chegava a oitenta mil. Sabia-se que a ameaça deveria vir pela Áustria e o pânico foi generalizado, chegando a Estrasburgo quando as notícias de que os otomanos haviam invadido a Áustria alcançaram a cidade.

¹⁰⁵ A batalha de Mohács (1526) é uma das mais importantes na história da Europa Central. Travada entre o reino da Hungria e o Império Otomano, o último sendo o vencedor e levando à partição da Hungria entre otomanos, os Habsburgo e o principado da Transilvânia, assim marcando o fim da Idade Média na Hungria.

As ansiedades alemãs eram alimentadas pelas gravuras feitas por Erhard Schön¹⁰⁶, que eram dignas de um filme de terror. Em tom apocalíptico, retratavam os prisioneiros cristãos tomados pelas tropas otomanas.

Não havia somente o medo da invasão direta por ação bélica, mas também a invasão cultural. Esta colocava a ameaça da dissolução espiritual da Europa através da conversão ao Islã, já que entre os séculos XV e XVIII, aos milhares os cristãos - prisioneiros ou desertores – renegaram sua fé para passar ao Islã. (DELUMEAU, 2009, p. 196).

Neste aspecto, percebe-se então que “uma variedade de traços que perpetuavam o sentimento de ameaça foi projetada nas identidades frequentemente intercambiáveis do turco e do muçulmano”, como:

A tirania, a crueldade e a violação masculinas, na governação ou no conflito, são paralelas à atribuição das mesmas características ao nível individual. Em suma, o peso da tradição poderia representar a cor para refletir diretamente no indivíduo. (HARRIGAN, 2008, p. 170)

De um ponto de vista objetivo, no entanto, é necessário reconhecer que até mesmo na etapa de “gradual desintegração do Império Otomano, seus domínios ainda apresentavam uma política altamente organizada com um sistema societal complexo – ambos relacionados a um Islã poderoso e unificador” (HULME; YOUNGS, 2002, p. 106)

De qualquer forma, a principal afetada por esse tenso estado de coisas era a população local em contato direto com a violência das invasões e, em segundo lugar, os eclesiásticos que olhavam a questão pela ameaça não só militar como da fé cristã.

Neste ponto, a conquista otomana da Terra Santa tem um papel importante nos sentimentos ocidentais de que algo precioso que pertencia aos cristãos “havia sido usurpado deles”, sendo “a evidência mais agudamente sentida do invasivo poder oriental”. Se o filo-helenismo fazia sentir o peso da conquista do “berço clássico da Europa”, no caso da Terra Santa a questão se mostrava ainda mais grave, pois:

¹⁰⁶ Erhard Schön (c. 1491–1542) foi um gravador e pintor alemão nascido em Nuremberg. Devido a suas imagens de cenas cotidianas e religiosas, se estabeleceu como um artista requisitado e popular, produzindo um corpo de trabalho que supera 300 gravuras. Até 1524 produziu ilustrações religiosas, mas a partir dessa data começam seus trabalhos de crítica religiosa em favor do luteranismo. Na próxima década, ele passou a produzir temas clássicos.

(...) baseado na autoridade religiosa da Bíblia, ao contrário da autoridade puramente secular dos clássicos, significava que os narradores cristãos enfrentavam a ocupação de locais inseparavelmente identificados com sua própria religião, e sua profanação inspirava indignação. (HARRIGAN, 2008, p. 146)

O significado dessa conquista, do ponto de vista emocional, suscita sentimento de perda e luto:

As infrações turcas da ordem divina evocam uma infração correspondente da ordem natural, a do milagre. Embora a ocorrência de milagres não seja surpreendente em textos que, além de serem relatos de viagens, também eram obras de piedade popular, eles também refletem o lugar desse oriental infiel na *Terre Sainte*. Pois, embora a onipresença otomana fosse um fato inescapável, a ocorrência de milagres assegurava a persistência das Escrituras, a presença contínua - em outro plano invisível - do cristianismo. No nível divino, milagres cristãos ainda aconteciam e consolavam uma aguda sensação de perda. (HARRIGAN, 2008, p. 150)

Mediante estes acontecimentos impactantes, a tese de Ranke de que o papado foi uma força fundamental na união política e cultural que possibilitou a formação dos Estados europeus e de sua relação organizadamente mostra-se presente nesse ponto, pois as casas monárquicas europeias, como no caso de Francisco I da França, faziam acordos com os otomanos para enfraquecer inimigos na Europa.

O medo por parte da população e do clero ocorria em grande parte pela percepção de “constante desunião diante dos avanços dos infiéis”. Assim decorre que “no plano das mentalidades, mesmo nas classes dirigentes, não se partilhavam senão intermitentemente as angústias do papado” (DELUMEAU, 2009, p. 402).

Quem não vê, portanto, o papel essencial desempenhado pelo clero na longa luta contra os turcos? As crueldades dos infiéis são constantemente descritas nos sermões e aparecem nas sequências das massas contra os turcos. Orações são compostas em que Deus é pedido para salvaguardar a cristandade da invasão pagã. O avanço otomano é citado pelos pregadores com as outras pragas - epidemias, fome, incêndios, inundações. (DELUMEAU, 2009, p. 409)

Não só o Papado se mantinha em estado de atenção. Como já foi dito, Lutero se debruçou com especial energia sobre o tema e chegou a considerar os otomanos como uma força enviada como castigo divino para punir os cristãos por suas superstições e idolatrias. Em seu livro *Sobre a Guerra Contra os Turcos*, Lutero apresenta pontos importantes não só em relação aos otomanos como também sobre os conceitos de guerra justa e, na perspectiva de teoria política, da separação entre poder secular e temporal.

Lutero interpreta o agravamento prolongado do terror otomano como resultado de uma manipulação política por parte do papado, acusando-o de usar “a Guerra Turca como disfarce para seu jogo que roubou a Alemanha de dinheiro por meios das indulgências toda vez que era possível” (1988, p. 123). Uma das heranças mais importantes do imaginário social sobre os otomanos, do qual Lutero compartilha e colabora, é dar à Guerra Turca tons apocalípticos. Primeiramente, Lutero pensa que a guerra em si está colocada em princípios equivocados, pois

Eles tomaram a luta contra o turco em nome de Cristo e pensaram e incitaram os homens a fazê-lo, como se nosso povo fosse um exército de cristãos contra os turcos, que eram os inimigos de Cristo. Isto é absolutamente contrário à doutrina e ao nome de Cristo. É contra a sua doutrina porque Ele diz que os cristãos não devem resistir o mal, lutar ou disputar nem tomar vingança ou insistir sobre direitos (1988, p. 123).

No entanto, sua solução não é que os cristãos se deixassem massacrar, mas o objetivo era “ensinar como lutar com uma boa consciência”, pois “o turco certamente não tem o direito ou comando de começar guerra e atacar a terra que não é dele”, já que “o turco não luta a partir da necessidade ou para proteger sua terra em paz, como o tipo correto de governante realiza; mas, como um pirata ou saqueador, ele rouba e destrói outras terras que não fazem nem fizeram nada contra ele” (1988, p. 125).

Para Lutero, a questão é, no entanto, mais profunda, pois os otomanos são a ferramenta com que “Deus está punindo o mundo”, pois “ele frequentemente o faz por canalhas malignos e, às vezes, por pessoas de fé”. Se valendo do evangelho de Isaías, afirma que o otomano “é o cajado de Deus e o servo do Diabo; não há dúvida sobre isso” (1988, p. 125). Se o otomano é o instrumento da ira divina contra os desvios dos cristãos,

(...) a primeira coisa a ser feita é desbaratar o demônio, seu senhor, e tomar o cajado das mãos de Deus para que o turco possa ser encontrado apenas com sua própria força, totalmente sozinho, sem a ajuda do demônio e sem a mão de Deus. (...) Se o deus do turco, o demônio, não for derrotado antes, não há razão para temer que o turco não será tão facilmente derrotado. Agora, o demônio é um espírito que não pode ser derrotado com armadura, mosquetes... As armas e poder cristãos devem fazê-lo. (1988, p. 126)

A ideia dos otomanos como uma força vingadora que traria justiça aos desmandos europeus também parece ter sido de opinião popular, como aponta a posição de alguns cristãos em relação ao governo veneziano, pois alguns chegaram a desejar a vitória dos otomanos sobre o doge veneziano (PREUSS,

2018, p. 21). Não só o sentimento de medo se instalava entre os europeus, mas também o de vingança motivado pelo abandono imposto pelos governos europeus displicentes na defesa do território pátrio. Desta forma:

Palavras ácidas, desde cedo, e aspirações dos desprovidos à vingança. O próprio governo veneziano apenas combate os turcos intermitentemente, quando suas possessões no Oriente se veem atacadas. Em outro caso, prefere comercializar. Não obstante, se não era possível evitar um conflito, negocia-se quando é possível. (DELUMEAU, 2009, p. 401)

Na Alemanha, a percepção não diferia daquela de Veneza. Na década de 1520, os delegados húngaros pediram em desespero ajuda militar aos alemães contra a invasão de seu território e foram sempre respondidos com negativa (BAROJA, 1985, p. 2150–216). Isso indica haver displicência por parte das autoridades seculares em relação ao “perigo turco”. O descaso, em grande medida, seria reprisado na Questão Oriental do século XIX, principalmente pelas reticências do governo de Bismarck em interferir em conflitos no exterior. Fica claro que aqueles que não eram diretamente afetados pelo perigo turco na Europa se mostraram displicentes (GILMORE, 1952, p. 21), o que ressalta a importância histórica da defesa da necessidade de intervenção dos Grandes Poderes nos Bálcãs levada à cabo por Ranke.

A ameaça se coloca em uma forma sutil, porém relacionada aos mesmos tópicos no século XIX. Os românticos, essa espécie de convertido estético, e os intelectuais que se aprofundavam sem reservas nos textos religiosos – tanto na dessacralização da Bíblia como na tradução do Alcorão – indicavam todos novamente a direção de uma dissolução cultural ameaçadora.

Dito isso, é igualmente válido considerar que a ambivalência a respeito dos otomanos aponta para a importância do tópico durante toda a época moderna, o que se mostra na experiência orgânica e dinâmica das opiniões conflitantes, cambiantes e sentimentais de herança que remonta há séculos.

Desta forma, outro ponto onde as posições acima mencionadas servem como exemplo, incluindo a posição de Ranke, é que muita dessa variação era devida não apenas a uma questão subjetiva dos intelectuais, mas também ao *Zeitgeist* que foi marcado por volatilidade diplomática e, no século XIX, pelo aceleração e intensificação do processo histórico.

Outra linha de continuidade desde o século XV até o XIX é que “alguns meios – sobretudo os políticos e religiosos – estavam mais sensibilizados com a

ameaça otomana” (DELUMEAU, 2009, p. 413) do que os meios intelectuais. Havia desta forma uma diferença de tom considerável dentro da cultura escrita acerca do tema. Aqui também há ambivalência nos primórdios dos discursos europeus sobre o turco e que se manteria para além do século XV. Neste aspecto, “geógrafos, historiadores, viajantes, políticos e moralistas se esforçam para entender o adversário, admiram as leis e o exército do Império Otomano” (DELUMEAU, 2009, p. 407) enquanto religiosos e políticos tinham uma visão mais negativa e pragmática.

Os escritores cristãos que testemunhavam as conquistas islâmicas tinham escasso interesse pela erudição, alta cultura e frequente magnificência dos muçulmanos, que eram, como disse Gibbon, “coevos com o mais obscuro e indolente período dos anais europeus”. (...) Tipicamente, o que os cristãos sentiam a respeito dos exércitos orientais era terem “toda a aparência de um enxame, mas com a mão pesada [...] eles devastaram tudo”: assim escreveu Erchembert, clérigo de Monte Cassino, no século XI. (SAID, 2001, p. 69)

Este ponto é importante, visto que explica as ambiguidades dos filósofos e orientalistas também do século XIX. Estes herdaram estruturas de pensamento e de imaginário social onde as atitudes político-religiosas e acadêmicas se amalgamaram disformemente e ambivalentemente, principalmente quando em contato com a experiência social que apontava em sentido oposto ao seu fascínio intelectual.

Guicciardini em sua História da Itália (1561), afirma que “ao remover as causas, os efeitos que delas nasceram não são sempre removidos. Pois, como frequentemente acontece, as resoluções saídas do medo raramente parecem suficientes aos temerosos” (1984, p. 20). Tendo isso em mente, é possível que muitos desses intelectuais se viam, possivelmente sem se darem conta, expressando ora ideias que provém de uma identidade religiosa e política e ora uma atitude expressa pelos meios acadêmicos.

Portanto, imersos em uma cultura que estava em construção desde a Reforma, intelectuais como Ranke foram atirados em um caldeirão de opostos que mesclava não só uma série de pensamentos como uma série de emoções e impressões sobre os otomanos e o Islã.

2. USOS DE “BÁRBARO” EM RANKE

Um dos elementos recorrentes nos textos de Ranke sobre os otomanos é designá-los como “bárbaros”, o que soa um tanto ofensivo para os ouvidos contemporâneos. É possível notar certa inconsistência no uso desse termo.

Apesar de Ranke qualificar os otomanos como bárbaros, ele também compreendeu a função política de suas instituições e inclusive ponderou seus resultados positivos em comparação aos modos de vida europeu, como pode ser visto nesta passagem sobre os haréns:

Não muito antes disso, os grandes bósnios também haviam pensado em estabelecer uma república aristocrática. Disputas de herança e as emancipações de classes poderosas em relação a elas eram um modo de vida na Europa naquela época. Por outro lado, das instituições do Império Otomano, aquelas que mais carregam a marca da barbárie, harém e fratricídio, tiveram êxito em evitar tal confusão. (RANKE, 1879a, p. 15)¹⁰⁷

Um ponto de destaque colocado por Ranke é que a intervenção dos Poderes se concretizaria apesar da falta do verdadeiro entendimento dos Bálcãs, o que aqui mostra a sua separação enquanto intelectual da mentalidade política meramente calculista e, de certa forma, tacanha. Aqui Ranke mostra sua predileção pelos Bálcãs, pois usa a palavra bárbaro para designar os otomanos, mas pensa que ela é inapropriada para descrever os sérvios:

A contenda das potências que abraçaram o mundo tocou pelo menos esses assuntos, mesmo que, na verdade, não os compreendesse. É certo que o cônsul inglês participou da elevação do poder principesco na Sérvia. É garantido com grande credibilidade que as instruções da corte francesa também foram a favor de Milosch. A opinião deles era que em um país ainda cheio de barbárie como este, a violência forte e severa era inevitavelmente necessária. (RANKE, 1879a, p. 247)¹⁰⁸

Ao relatar a interação de autoridades russas e prussianas com um ministro otomano em Constantinopla, Ranke relata a seguinte passagem em que o uso de “bárbaro” tem conotação negativa:²²

¹⁰⁷ "So hatten nicht lange vorher auch die bosnischen Großen eine Adelsrepublik zu errichten gedacht. Erbstreitigkeiten und damit in Verbindung Emanzipationen mächtiger Stände waren eine Lebensform des damaligen Europa's. Von den Einrichtungen des osmanischen Reiches hatten dagegen die, welche das Gepräge der Barbarei am stärksten tragen, Harem und Brudermord, eben den Erfolg, Verwirrungen dieser Art zu verhindern."

¹⁰⁸ "Der Hader der Mächte, der die Welt umfaßte, berührte wenigstens diese Angelegenheiten, wenn er sie auch nicht eigentlich ergriffen hat. Es ist gewiß, daß der englische Consul für die Erhebung der fürstlichen Macht in Serbien Parte nahm. Man versichert mit vieler Glaubwürdigkeit, daß auh die Instructionen des französischen Hofes zu Gunsten von Milosch gewesen seien. Ihre Meinung war, daß in einem noch immer mit Barbarei erfüllten Lande, wie diesem, eine starke und strenge Gewalt unumgänglich erfordert werde."

(...) pois a partir disso, disse ele com um sorriso confuso, a Europa veria que não foram apenas os turcos que cometeram violência cruel. É provavelmente verdade que o velho espírito de barbárie havia passado da classe dominante para os subordinados e ainda venha à tona às vezes. (RANKE, 1879a, p. 445)¹⁰⁹

O mesmo acontece no trecho abaixo, onde relata os esforços do príncipe Mihailo Obrenović em trazer a Sérvia para junto da cultura europeia contra “o trem da velha barbárie” que, aqui, significa tanto os turcos como o antigo modo de fazer política nos Bálcãs:

Ele foi visto ocupado pavimentando o caminho para a cultura europeia e garantindo o futuro do país para sempre através de uma constituição. Há o trem da velha barbárie que ainda estava no país e que ele lutou com suas leis, o afligiu na flor dos anos com um assassinato hediondo, que atingiu desta vez seu próximo objetivo. Na Sérvia, o outrora expulso Alexander Karageorgewitsch sempre foi considerado o autor deste assassinato. Após ter visto os excertos dos processos que me foram comunicados, não posso concordar com esta afirmação. (RANKE, 1879a, p. 512)¹¹⁰

Por outro lado, as palavras de Ranke a favor do caráter do príncipe Obrenović fazem uso menos agressivo de “bárbaro”. Aqui vê-se também atestada a circulação de Ranke não só nos altos escalões de seu país como também da Sérvia, mostrando que sua zona de influência é muito maior e mais direta sobre territórios às margens da Europa do que se tenha realçado até o momento. Ao mesmo tempo, indica o lado que Ranke ocupava na Questão Oriental, opondo-se aos otomanos e buscando a clara aproximação entre Europa e Sérvia através de uma diplomacia no sentido mais leve e refinado da palavra.

Quem viu o jovem Michael quando ele visitou as capitais europeias após ser expulso da Sérvia, vai lembrá-lo da boa impressão que sua personalidade causou em todos os lugares. Ele não revelou nada de nenhuma afirmação nobre: parecia ser um jovem carente de educação e capaz de educar, humilde e dócil, que perseguia o objetivo de me ensinar sobre os costumes e a vida dos povos e dos Estados, as condições, meios e vantagens da civilização, amável e fugaz, quem

¹⁰⁹ "(...) denn daraus, sagte er mit verschmitzten Lächeln, werde Europa sehen, daß es nicht allein die Türken seien, durch welche grausame Gewalttaten begangen würden. Das ist wohl wahr, daß der alte Geist der Barbarei von der herrschenden Klasse auf die Untergebenen übergegangen war und noch zuweilen hervorbrach."

¹¹⁰ "Man sah ihn beschäftigt, der europäischen Cultur weitere Wege zu bahnen und durch ein Grundgesetz die Zukunft des Landes auf alle Zeiten zu sichern. Da hat der Zug der alten Barbarei, die noch im Lande war und die er mit seinen Gesezen bekämpfte, ihn in der Blüthe der Jahre mit einem gräßlichen Attentate heimgesucht, das dieses Mal sein nächstes Ziel erreichte. In Serbien hat man immer den einst vertriebenen Alexander Karageorgewitsch für den Urheber dieser Mordthat gehalten. Nachdem ich die Auszüge aus den Gerichtssachen, die mir mitgetheilt wurden, eingesehen habe, kann ich mich doch dieser Behauptung nicht anschließen."

não o teria seguido com simpatia na carreira? (RANKE, 1879a, p. 512)¹¹¹

A qualificação “bárbaro” é dispensada até mesmo para seu o amigo, o intelectual sérvio Vuk Karadžić, por quem Ranke nutria grande respeito:

O procedimento era que uma apresentação de Wuk fosse tomada como base, mas então, com todos os fatos, cada palavra era submetida a um exame, em que Wuk listava as testemunhas com quem falava, de modo que uma total confiabilidade das comunicações fosse alcançada. A compostura foi deixada para mim. Nunca conheci um bárbaro nato que fosse mais receptivo a um tratamento científico e completo da linguística e “uma história patriótica”. (RANKE, 1879a, p. V)¹¹²

De um ponto de vista etimológico, “bárbaro” denota o estrangeiro a quem se julga menos civilizado ou pode se referir apenas um grupo cultural ou classe social que pode ou não habitar no mesmo espaço do locutor. Ainda em outro sentido, o “bárbaro” é sinônimo de bruto, cruel, belicoso e insensível (WEBSTER; MCKECHNIE, 1983, p. 149).

De certa forma, o retrato do bárbaro cruel pode parecer uma caricatura política, obedecendo à tradição do mundo moderno “que representou sempre seus inimigos religiosos e nacionais com características grotescas ou malvadas” (ECO, 2007, p. 190). Com o histórico de relações entre europeus e otomanos, notadamente as Guerras Turcas, a questão ultrapassa o simples “assassinato de reputações” e correspondem, pelo menos em parte, às solidificações culturais e emocionais dos europeus em relação ao “perigo otomano”.

A partir dos exemplos acima, compreende-se que Ranke emprega o termo em todos os sentidos acima listados. Para os povos balcânicos, o uso está mais orientado no sentido clássico, significando, por exemplo, aqueles que não falavam o idioma grego e seguiam os costumes da Grécia e, no sentido romano,

¹¹¹ "Wer den jungen Michael gesehen hat, als er nach seiner Vertreibung aus Serbien die europäischen Hauptstädte besuchte, wird sich des guten Eindrucks erinnern, den seine Persönlichkeit überall machte. Von fürstlichen Ansprüchen ließ er nichts verlauten: er erschien als ein bildungsbedürftiger und bildungsfähiger junger Mann, bescheiden und gelehrt, der den Zweck verfolgte, sich über Sitte und Leben der Völker und Staaten, die Bedingungen, Mittel und Vortheile der Civilisation zu unterrichten, liebenswürdig und flug, Wer hätte ihn nicht auf seiner Laufbahn mit Sympathie begleitet?"

¹¹² "Das Verfahren war, daß eine Vorlage von Wuk zu Grunde gelegt, aber dann bei jeder Thatsache, jedem Worte einer Prüfung unterzogen wurde, bei welcher Wuk die Zeugen, mit denen er gesprochen, auführte, sso daß eine vollkommene Zuverlässigkeit der Mittheilungen erreicht wurde. Die Fassung blieb mir überlassen. Ich habe nie einen geborenen Barbaren gekannt, der größere Empfänglichkeit für eine wissenschaftliche und durchgreifende Behandlung der Sprachwissenschaft und seiner vaterländischen Geschichte besessen hätte."

para designar as tribos não romanas que, aliás, incluía os povos do leste europeu (LYTTON, 2005, p. 9–10).

Ocorre aqui uma filiação de Ranke ao uso de “bárbaro” de acordo também com seu uso na antiguidade tardia, quando os bispos eram designados para instruir os *gentes barbaricae*, entre os quais estavam os povos balcânicos, notadamente os armênios (LADNER, 1976; MATHISEN, 2011, p. 1–6, 39–49).

Para os otomanos, Ranke usa “bárbaro” de forma mais negativa, aproximando-se inclusive da maneira como os próprios gregos bizantinos insultavam os otomanos.

A história da Igreja Grega é paralela à história da independência e identidade gregas. E há o fato incrivelmente interessante de que a Igreja Ortodoxa Grega é dirigida pelo Arcebispo Christodoulos, um ultraconservador que se referiu publicamente aos turcos como “bárbaros”. (MAROZZI, 2008, p. 228)¹¹³

No uso de “bárbaro” em sentido depreciativo, Ranke se colocar ao lado de intelectuais como Johann Buhle¹¹⁴ e Edward Gibbon¹¹⁵, ambos descrevendo os muçulmanos como bárbaros, monstruosos e fanáticos (BHATAWADEKAR, 2014, p. 399)¹¹⁶.

Logo, a descrição do sultão Murade IV como “um governante totalmente turco, selvagem e sangrento, mas não sem uma grandeza bárbara” (RANKE, 1857, p. 95) adiciona outra camada à forma como Ranke trata o barbarismo. Notavelmente, a grandeza de Murade é relativizada pela adjetivação bárbara, há igualmente uma admiração pela força natural e crua do governante e, pode-se dizer, certa fascinação pela brutalidade que corresponde ao mesmo fascínio que as imagens violentas dos pintores orientalistas forneciam ao seu público.

Esta atração por aquilo que causa repulsa é típico da adoção de uma estética grotesca, que tem por efeito o choque: “Espanto é o modo do grotesco,

¹¹³ Marozzi se refere a um fato recente que envolveu o Arcebispo de Atenas Christodoulos (1939 – 2008). Como líder da Igreja Ortodoxa Grega de 1998 a 2008, onde ele declarou-se contra a entrada dos turcos na União Europeia alegando, com bases históricas, que “os bárbaros [turcos] não podem fazer parte da família cristã porque nós não podemos viver juntos.”

¹¹⁴ Johann Gottlieb Buhle (1763 – 1821) foi um acadêmico e filósofo. Atuou professor de filosofia em Göttingen, Moscou e Brunswick. Suas publicações mais importantes são *Lehrbuch der Geschichte der Philosophie und einer kritischen Literatur derselben* (1796 – 1804) e *Geschichte der neuern Philosophie seit der Epoche der Wiederherstellung der Wissenschaften* (1800–1804).

¹¹⁵ Edward Gibbon (1737 – 1794), historiador e membro do parlamento inglês. Seu trabalho mais importante são os seis volumes de *Decline and Fall of the Roman Empire* (1776 – 1788).

¹¹⁶ Autores como o historiador suíço Johannes von Müller (1752 – 1809) e o diplomata francês Claude-Charles de Peyssonnel (1727 – 1790), por outro lado, elogiavam os otomanos por serem um povo espiritual, inteligente e heróico.

apesar de ser tingido com aversão, diferentemente do espanto transcendente do sublime” (BLOOM, 2009, p. xv). Ranke, notável por seu gosto pelo transcendental, iluminado e positivo aqui desposa das sombras (para empregar um termo junguiano), ao tratar do Império Otomano.

O problema permanece que o grotesco é essencialmente algo de que desconfiamos, a fantasia demoníaca oculta, a sombra que reprimimos porque não queremos nos confrontar com este problema central da nossa sociedade. (BLOOM, 2009, p. 2)

Isto indica que os otomanos lhe aparecem como o avesso do *ethos* europeu. Logo, a qualidade grotesca com que Ranke percebe os otomanos investe de uma qualidade caótica, o que desperta as qualidades defensivas instintivas em relação ao desconhecido:

A exposição involuntária ao caos significa um encontro acidental com as forças que minam nosso mundo conhecido. As consequências afetivas de tal encontro podem causar literalmente sobrecarregamento. É por essa razão que os indivíduos são altamente motivados a evitar manifestações súbitas de caos do desconhecido. É por isso que os indivíduos usarão quase qualquer meio para garantir que suas “estórias” culturais permaneçam intactas. (PETERSON, 1999, p. 18)

O contexto de um grotesco trágico que cerca o imaginário dos europeus sobre os otomanos pode ser visto, por exemplo, na história amplamente conhecida de Solimão I e sua submissão aos desejos de sua esposa, a sultana Roxelana, cujo desejo de garantir o trono para um de seus filhos levou à exigência de que Solimão assassinasse as demais crianças do casal (İNALCIK; KAFADAR, 1993, p. 46). Algo digno de Shakespeare, um verdadeiro *Machbeth* oriental. Imagens dessa forma de assassinato abundam nas narrativas de Ranke e eram, de fato, um conhecido meio dos otomanos lidarem com sucessões indesejadas.

Nos termos de Umberto Eco, o Império Otomano de Ranke se enquadraria em algumas descrições daquilo que é feio, entendendo que se o belo pode suscitar desinteresse, o feio, no que lhe concerne, sempre demanda reações que variam entre a repulsão violenta, horror ou medo. (2007, p. 16). Em seu tratado *Estética da Feiura* [*Ästhetik des Häßlichen*] (1853), o filósofo e pedagogo Karl Rosenkrantz conecta a feiura ao o mal moral e, ainda mais importante, enxerga a feiura não como erros de beleza, mas como algo que, em sua autonomia, provoca o interesse do observador. Além disso, monstros não precisam ser feios ou grotescos”, pois é possível pensa-los “como algo fora da ordem natural (como ditado pela ciência)” (CARROLL, 1990, p. 41).

Então os otomanos chegam a alcançar estatuto de monstros na obra de Ranke? Em certo aspecto sim. Se por monstro se entender algo que rompe com a ordem natural das coisas, os otomanos podem alcançar esse *status*, principalmente quando comparado ao descompasso que mostrava em relação aos rumos que a sociedade internacional tomava no século XIX. No entanto, Ranke não leva o raciocínio a essas últimas consequências, pois, considerando a questão frente à matriz historicista da qual Ranke faz parte, seria pensar haver algo que não pertence à História e que não deveria fazer parte dela. Para Ranke, isso seria impensável, já que no seu mundo as coisas em existência cumprem um propósito que, ao final, se mostrará de alguma forma positiva. Sua fé no gênio europeu e na força da ordem não admite o abalamento pelo terror. Desta forma, o otomano não é desfigurado ou desumanizado – é um dado histórico que, às vezes, é desagradável, às vezes insensato, às vezes impressionante. Essa variedade e ambiguidade é intrinsecamente humana.

De um ponto da estilística, o grotesco no otomano de Ranke pode ser mais um recurso narrativo do que um julgamento de valores, isto é, uma forma de imersão histórica a partir do elemento emocional. Este artifício é típico da literatura de terror, onde:

Somos assustados e enojados por nossos pensamentos em relação às propriedades impuras e perigosas incorporadas nos monstros em nossas representações mentais. Mas também faz sentido dizer que somos arte-horrorizados pelas descrições relevantes nas novelas de horror visto que isso é o que traz à tona os pensamentos pertinentes em nós. (FEAGIN, 1992, p. 90)

Entretanto, a questão do qualificativo “bárbaro”, é preciso lembrar, também faz parte da própria experiência europeia, como mostra Norbert Elias em *O Processo Civilizador*.

O processo de civilização do Estado, a Constituição, a educação e, os segmentos mais numerosos da população, a eliminação de tudo o que era ainda bárbaro ou irracional nas condições vigentes, fossem as penalidades legais, as restrições de classe à burguesia ou as barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio - este processo civilizador devia seguir-se ao refinamento de maneiras e à pacificação interna do país pelos reis. (1994, p. 62)

Neste processo, “bárbaro” ganha uma conotação de processo histórico, adotado a partir do século XIX e relacionando-se ao processo civilizador que “era visto como natural, sendo o que o precedera considerado bárbaro” (ELIAS, 1994, p. 104). Inclusive aspectos da própria história europeia mostram sua faceta bárbara e o europeu é um ente em constante luta e expulsão da própria barbárie.

Esta luta consigo mesmo não foi, entretanto, empreendida exclusivamente pelos europeus, pois como exemplifica Elias, na China, “como se sabe, a faca desapareceu há muitos séculos como utensílio de mesa”, sendo, “para muitos chineses, inteiramente incivil a maneira como os europeus comem. “Os europeus são bárbaros”, dizem eles, “eles comem com espadas”” (ELIAS, 1994, p. 132)¹¹⁷.

Pode ser dito, portanto, que a polissemia no emprego do “bárbaro” em Ranke mostra seu diálogo com um vocábulo cuja história aponta para a relação milenar com as fronteiras geográficas, políticas e culturais da Europa.

O ORIENTE COMO EMPREENHIMENTO INTELECTUAL

1. A ORIENTALISTIK

Os orientalistas são aqueles que mostraram exemplarmente como as distinções entre Oriente e Ocidente não são tão claras na prática. Se alguns intelectuais, como Ranke, se viam indubitavelmente como europeus, outros, debruçados sobre as culturas orientais, não viviam exclusivamente na identidade europeia.

(...) havia muitos britânicos, bávaros e húngaros autocríticos que estavam preocupados o suficiente com as próprias verrugas da Europa - sua história de intolerância, seu materialismo, seu apagamento de tradições, sua tendência de tratar os outros como meios para um fim - que emigraram, convertidos ou arriscados a destruir suas próprias carreiras, ou mesmo vidas, ao divulgar suas queixas. Alguns viveram suas vidas em terras fronteiriças como Suécia, Estônia ou Croácia, onde eles próprios se sentiram "orientalizados" - e acreditavam que o "outro" definitivo ficava em Roma, São Petersburgo ou Viena, não em Istambul, Cairo ou Dehli. Não podemos começar com a crença de que os europeus consideravam as categorias "europeu" e "oriental" primordiais ou totalizantes e esperamos descobrir como essas relações culturais podem realmente ter sido complicadas. (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. xxi)

¹¹⁷ Curioso como Elias, já no segundo volume da obra, utiliza informações históricas presentes na História veneziana de Ranke para analisar a construção do processo civilizador europeu durante a Idade Média (1993, p. 232).

Mas quem é esse intelectual alemão oitocentista? Lord Acton fornece uma descrição um tanto caricatural (embora divertida) capaz de transmitir o ambiente acadêmico em que Ranke viveu:

Aqueles foram os dias em que o tipo familiar de estudioso alemão foi gerado, do homem que reclamava que a biblioteca pública permitia que ele lesse apenas treze horas por dia, o homem que gastou trinta anos em um volume, o homem a escrever sobre Homero em 1806 e que ainda escreveu sobre Homer em 1870, o homem que descobriu as 358 passagens nas quais Dictis iniciou Salústio Principalmente, ele foi um estudioso grego, limitado por horizontes antigos.... Mais raramente ele carregou o pó seco da filologia nos primeiros conflitos cristãos, ou o caos da primeira, a Idade Média teutônica. No mundo moderno, com suas questões incertas e inquietantes, e suas informações inacessíveis, ele severamente deu as costas. Ele adorava ver amarrado em um espaço que esperava esgotar dando sua vida por ele... Como Hegel, que terminou confortavelmente seu livro em Jena durante a batalha e, começando pela editora pela manhã, ficou surpreso ao observar que as ruas estavam cheias de franceses, ele não permitiu que as vozes do mundo em luta o distraíssem. Muitas vezes, ele havia se levantado, por mera energia e conduta, da pobreza esmagadora, tinha ido descalço para a escola, ou implorou como (o professor de teologia em Jena Karl Hase através da pátria; e ele permaneceu frugal e austero, cultivando a obscuridade humilde e a dom de ouro do silêncio.... (ACTON, 1886, p. 26)

No que diz respeito à especialidade de ser um estudioso do oriente, “mesmo na era do alto historicismo, não era uma boa época para ser um historiador do Oriente” (MARCHAND, 2009, p. 100). O mundo da *Orientalistik*, os estudos acadêmicos do Oriente na Alemanha, era pequeno, exclusivo, isolado e complicado no que diz respeito à segurança na carreira.

Os orientalistas enfrentavam um cenário específico na Alemanha, primeiramente por não terem um império colonial como os demais Grandes Poderes. É Edward Said quem primeiro propõe uma diferenciação entre o orientalismo, principalmente o acadêmico, da França e Inglaterra, de um lado, e Alemanha de outro. Apesar de reconhecer que muito trabalho produzido por intelectuais da Inglaterra, França e Estados Unidos utilizaram como base o que foi produzido na Alemanha, ele acredita que “os passos mais importantes da erudição oriental foram dados primeiramente na Inglaterra ou na França, e depois elaborados pelos alemães” (SAID, 2001, p. 27). A proposição parece-me contraditória, visto que ou os alemães contribuíram com a pesquisa de base dos orientalistas estrangeiros, ou seu trabalho derivou daquilo que ingleses e franceses produziram.

Said também sustenta que a falta de uma ligação geográfica dos alemães com o Oriente desencorajaria o interesse contínuo pelas diversas culturas do

leste, sendo que os alemães teriam realizado o trabalho linguístico em materiais conseguidos nos impérios francês e inglês no Oriente. Isso resumiria o Oriente dos alemães “a quase exclusivamente um Oriente erudito, ou pelo menos clássico: era tema lírico, fantástico, novelesco até, mas nunca real”, o que explicaria as obras de Goethe e Schlegel, por exemplo, fossem baseadas em inspirações encontradas “em horas passadas nas bibliotecas parisienses” (SAID, 2001, p. 30–31).

Suzanne Marchand, no entanto, mostra por extensiva e profunda pesquisa que a falta de um império oriental alemão exerceu impacto diferente, porém não menor, na Alemanha. Com isso, reenquadra a questão em uma perspectiva que mostra a importância da produção orientalista alemã:

O impacto da política imperialista europeia sobre os estudos orientais nesta era é certamente palpável, mas de certa forma contraintuitivo. Este é o período em que a única grande potência europeia não empenhada em colonizar no Oriente se tornou o precursor internacional indiscutível da cultura orientalista, sobretudo como resultado da intensa dedicação dos alemães ao estudo filológico do antigo Oriente Próximo. Talvez isso tenha sido o resultado de uma divisão semiconsciente do trabalho: os ingleses, britânicos e holandeses iriam desfrutar dos frutos da colonização atual, enquanto os alemães lucravam com o aumento de sua *Wissenschaftlichkeit*. (MARCHAND, 2009, p. 103)

De qualquer forma, ao contrário do que se poderia supor, os orientalistas alemães oitocentistas e sua enorme erudição tinham carreiras cheias de dificuldade em seu contexto acadêmico, pois “não era fácil se tornar e permanecer um orientalista nessa época” (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 85). A palavra de ordem que imperava nas acadêmicas era competição... e das mais ferozes. O cenário era desanimador e os orientalistas sentiam o oposto do sucesso que Ranke e Droysen experimentavam¹¹⁸.

Uma questão contextual que dificultava a vida dos orientalistas era sua disputa em espaço acadêmico com os classicistas. Os classicistas dominavam a estimada área do helenismo e havia grande resistência em admitir ao seu lado outros tipos de orientalistas.

Depois dos gregos, o interesse de pesquisa alemão operava por hierarquia, onde Egito e Índia antiga ficavam no topo enquanto os asiáticos do extremo leste

¹¹⁸ Segundo o próprio Droysen, ele chegou a ter 200 alunos em suas aulas de 1841 (DROYSEN, 1910, p. 237).

e persas modernos recebiam menos atenção e crédito. Além disso, havia “muito ódio residual pelos turcos, ressentimento pelos judeus, indiferença em relação as outras culturas do Oriente para fundar uma orientofilia”, sendo “difícil imaginar jovens alemães voluntariando-se para lutar pela independência egípcia do Império Otomano como muitos fizeram pelos gregos” (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 56).

A hegemonia classicista era difícil de ser rompida e a criação de um perfil acadêmico que correspondesse a este modelo começava nos *Gymnasien*, onde o treinamento em línguas clássicas era intenso. Além disso, conseguir uma posição acadêmica necessitava de meios privados e apoio nos *rankings* da nobreza ou do estamento burocrático (SIEG, 2013, p. 38–39; 89–103). A biografia de Ranke é exemplar deste movimento e explica sua entrada relativamente fácil no quadro de professores da Universidade de Berlim. Os classicistas foram bastante eficientes na secularização e especialização de seu campo, evitando textos bizantinos e gregos modernos que poderiam polemizar com a Igreja. Concentrando-se apenas em temas específicos, “eles ridicularizavam aqueles que retinham erudições e aspirações polifilosóficas”, o que era um problema para os orientalistas que “não podiam se concentrar em uma língua nem secularizar seu campo com igual rapidez” (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 73).

O caminho encontrado pelos orientalistas para se diferenciar foi o aprimoramento verdadeiramente compulsivo nas línguas locais, debruçando-se na revisão de gramáticas, dicionários e léxicos em circulação. A linguagem, para os acadêmicos do período, nas palavras do célebre egiptólogo Christian K. J. Bunsen¹¹⁹, “continuava sendo o maior fato pré-histórico” (BUNSEN, 1845, p. 20).

Assim, o espaço foi ganho “pela aquisição gradual de virtuosidade linguística” que “deu aos orientalistas nova confiança em sua cientificidade superior em relação às próprias culturas “orientais”” (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 83).

¹¹⁹ Karl Josias von Bunsen (1791 – 1860), foi um diplomata e acadêmico alemão. Dominava os idiomas árabe, persa, hebraico e nórdico. Além disso, formava um círculo de amizade e colaboração intelectual com Schlegel, Schelling, Thiersch e Feuerbach. Sua pesquisa se concentrava em História Antiga e História da Religião, tendo também uma obra sobre o Egito em cinco volumes chamada *Ägyptens Stelle in der Weltgeschichte* (1844–57).

Outro ponto enfrentado pelos orientalistas era a relação tradicional com textos e autoridades. Através da prosperidade econômica e política europeia, que gerava recursos diplomáticos e financeiros para viagens de campo, foi possibilitado que “acadêmicos, viajantes e colecionadores trouxessem para casa na Europa muitos textos orientais, artefatos, plantas e animais para estudo posterior”, gerando maior exposição a novas referências (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 92). Entretanto, esses textos eram vistos com desconfiança pelos religiosos que participavam ativamente da vida acadêmica alemã. Era preciso transitar com cuidado, pois acusações de heresia não eram raras.

A profissão de orientalista conseguiu se estabelecer com dificuldades, mas em 1845 a Deutsche Morgenlandische Gesellschaft (DMG) [Sociedade Oriental Alemã] é finalmente fundada, contando com cinquenta e quatro membros que eram professores universitários, diplomatas, oficiais, professores de Gymnasium, pastores reconhecidos e um livreiro (PISCHEL *et al.*, 2016, p. 42–85)¹²⁰.

Na década de 1850, os alemães são líderes no número e qualidade de orientalistas, mesmo sem ter um império colonial. A *Zeitschrift der deutschen morgenländischen Gesellschaft* (ZDMG) [Revista da Sociedade Alemã Oriental] desempenhou papel importante ao publicar estudos em semítico, indo-alemão, malásio, mongol, turkic, tibetano e egípcio antigo (PREISLER, 1995), sendo que na década seguinte os campos de *arabistik*, indologia e estudos do Velho Testamento estavam crescendo institucional e publicamente (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 99).

Antes disso, cadeiras de filologia sânscrita foram criadas por iniciativa do rei em 1818 na cidade de Bonn (ocupada por Schlegel) e em 1821 em Berlim

¹²⁰ Quatro décadas depois a sociedade teria 976 membros e permitia rabinos e professores particulares, além de professores que não eram ginasiais, pastores comuns, bibliotecários, militares e membros estrangeiros.

(para Bopp¹²¹). No ano de 1826 a cadeira foi criada em Erlangen (para Rückert¹²²), Königsberg (para von Bohlen¹²³) e Munique (para Frank¹²⁴).

Os principais responsáveis pela construção do terreno orientalista acadêmico na Alemanha na primeira metade do século XIX são os irmãos von Humboldt e Busen, contando com o apoio e amizade do rei Friedrich Wilhelm IV, atuando mesmo após esse período no apoio financeiro de orientalistas como Franz Bopp, Richard Lepsius¹²⁵, Paul de Lagarde¹²⁶, Julius Olshausen¹²⁷ e Max Müller¹²⁸. A principal contribuição do ponto de vista do conteúdo é que houve o impulsionamento do orientalismo não bíblico neste movimento, o que abriu a perspectiva de fontes e abordagens.

Mesmo assim, a situação financeira dos orientalistas era difícil, o que é chocante dado o nível de preparo e erudição desses profissionais. Muitos trabalhavam como professores particulares nas universidades (algo permitido pelas instituições alemãs da época) em disciplinas que escolhiam por iniciativa própria.

A ausência de um império colonial alemão nesses anos significava que não havia argumento de utilidade a ser feito. Gradualmente, a especialização e a historicização estavam tornando os ramos mais novos do *Orientalistik* mais respeitáveis; mas este foi um processo lento, especialmente se alguém quisesse uma cátedra com salário e não apenas uma licença para lecionar em troca de taxas. (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 102)

Entretanto, foi justamente devido a essa prática que houve o avanço do orientalismo alemão sobre os demais, criando um número expressivo e

¹²¹ Franz Bopp (1791 – 1867) foi um linguista alemão reconhecido por seu trabalho comparativo entre as línguas indo-europeias.

¹²² Friedrich Rückert (1788 – 1866) foi um poeta, tradutor e professor de línguas orientais.

¹²³ Peter von Bohlen (1796 – 1840) foi um orientalista alemão especialista em indologia. Estudou línguas orientais em Halle e Bonn, sendo apontado como professor de Königsberg em 1825 e em 1830 como professor ordinário (contratado) de literatura oriental.

¹²⁴ Othmar Frank (1770 – 1840) foi um sacerdote e orientalista alemão. ingressou no mosteiro beneditino de Banz depois de concluir a escola lá, foi ordenado sacerdote em 1794 e trabalhou como professor de filosofia e matemática em seu mosteiro, depois no Liceu de Bamberg. Após a secularização do mosteiro voltou-se com mais zelo para os estudos orientais, que havia começado antes, foi enviado a Paris em 1813 às custas do Estado para estudar sânscrito, em 1814 para Londres, voltou a Munique em 1817 e em 1821 recebeu a cátedra para a língua indiana e persa em Würzburg. Quando a Universidade de Landshut foi transferida para Munique em 1826, ele foi também realocado lá como professor de sânscrito.

¹²⁵ Karl Richard Lepsius (1810 – 1884) foi um egiptólogo, linguista e arqueólogo alemão.

¹²⁶ Paul Anton de Lagarde (1827 – 1891) foi um acadêmico bíblico e orientalista, considerado um dos maiores neste campo. Também foi um teórico político de orientação conservadora.

¹²⁷ Justus Olshausen (1800 – 1882) foi um orientalista alemão que fez contribuições importantes para a filologia semítica e iraniana.

¹²⁸ Friedrich Max Müller (1823 – 1900) foi um filólogo e orientalista alemão que viveu e estudou na Inglaterra. Considerado um dos fundadores da indologia e da *Religionswissenschaft* (estudos sobre religião).

incomparável de especialistas. A possibilidade de estudantes com um treinamento linguístico e histórico amplo era, nesse modelo, fomentado pelos próprios alunos. Entretanto, o problema da empregabilidade desse corpo docente permanecia e muitos precisavam partir para exterior em busca de seu sustento – as localidades variavam desde Paris até Holanda, Rússia, Inglaterra e Estados Unidos, o que gerou a exportação dos métodos e visões alemães para a produção orientalista de outros países (GOOCH, 1968, p. 423).

Como pode ser percebido por essa descrição, ser orientalista na Alemanha requeria resiliência e níveis de altíssimo de erudição. A progressão do campo foi, entretanto, efetiva e se fortaleceu com solidez nas Universidades alemãs e fora dela.

2. ARABISTIK E OTOMANOLOGIA

No que diz respeito aos estudos do Império Otomano, entra-se na seara do *Arabistik*. Estes profissionais especializados encontravam igualmente problema de colocação profissional, pois se o árabe antigo ganhava respeito, o turco moderno era considerado uma língua decadente e desinteressante.

Os primeiros professores de estudos orientais, apontados pelo Concílio de Viena de 1311-12 para catequizar judeus, muçulmanos e cristãos ortodoxos, eram acusados pelos próprios pares de serem inconstantes em suas lealdades com o cristianismo, algo que perduraria ainda no século XIX.

Especialmente os que se dedicavam ao árabe e ao hebraico eram considerados hereges e o campo só ganhou maior respeitabilidade com a Reforma, pois começou a ser valorizada a leitura do Antigo Testamento em hebraico e a Igreja Católica escolheu a estratégia de trazer os cristãos orientais para o cristianismo ocidental. Então, “visto que a utilidade de aprender línguas orientais se tornou clara, príncipes católicos e especialmente protestantes e autoridades clericais se dispuseram a apoiar a disseminação do orientalismo” (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 7).

Na década de 1740, Michaelis¹²⁹ e Albert Schultens¹³⁰ fundam o primeiro grupo de hebraico e árabe, tendo como proposta a utilização da gramática árabe para entender o hebraico. Ainda no século XVIII, há outro impulso nos estudos de árabe e do Islã, pois uma tradução completa do Alcorão chega à Alemanha, primeiramente retraduzida de uma versão inglesa (1746) e depois em duas edições direto do próprio árabe (1772 e 1773) (BOUREL, 1988, p. 124).

No entanto, comparado às culturas distantes de antiguidade milenar como China, Egito e Pérsia, a juventude e proximidade do mundo islâmico não oferecia a mesma fascinação à maioria do corpo acadêmico europeu (FICHTNER, 2008, p. 117–161).

Além disso, a transição para o estudo mais acadêmico do mundo árabe sofreria, nesse período, um período de específico que se relacionada com o imaginário social, pois muitos acadêmicos continuavam a ser cristãos e mantinham uma relação de desprezo e medo com o Islã (HAMILTON, ALASTAIR, 1999, p. 69–85). Assim, na Alemanha, os arabistas universitários trabalhavam exclusivamente em função da teologia, o que os tornava especialmente resistentes às ideias de Maomé (BOUREL, 1988, p. 122).

O progresso relativo da área era feito fora do ambiente universitário. Mostra disso são as traduções de J. J. Reiske¹³¹ conduzidas com o esforço de um trabalho sem patrocínio ou emprego formal, mas com o desejo de separar os estudos árabes da filologia bíblica (IRWIN, 2008, p. 127–8).

O impulso que traria o aumento do prestígio desses acadêmicos só viria com a ruptura realizada com a relação tradicional com o texto bíblico, o que só viria a se consolidar na segunda metade do século XIX.

Não é por acaso que a filologia oriental intensificou seu trabalho precisamente nos anos em que os críticos radicais da jovem faixa hegeliana começaram a chutar os suportes filológicos que sustentavam a veracidade histórica do Antigo e do Novo Testamentos. O surgimento do que foi chamado crítica bíblica "liberal" foi realmente o produto da convergência dessas duas correntes, a filosofia radical e

¹²⁹ Johann David Michaelis (1717 – 1791) foi estudioso da bíblia e professor universitário. Sua família se destacou pelo estudo do hebraico e suas línguas próximas na Universidade de Halle. Foi membro da Escola Histórica de Göttingen.

¹³⁰ Albert Schultens (1686 – 1750) foi um filólogo holandês, atuando como o principal professor de língua árabe em toda Europa durante sua vida. Considera-se que ele seja um revivalista do interesse e estudo desse idioma.

¹³¹ Johann Jakob Reiske (1716 – 1774) foi médico e acadêmico alemão. Foi o pioneiro dos campos da filologia árabe e bizantina, assim como estudiosa da numismática islâmica.

a filologia orientalista especializada. Nas décadas de 1860 e 1870, estudiosos como Ernst Renan e Julius Wellhausen usaram perícia filológica para demolir o testemunho histórico da Bíblia. Seu trabalho, escandaloso no início, mas rapidamente adotado como ortodoxia acadêmica, mostrou como a filologia oriental podia ser perigosa - e como era emocionante. Influentes como estudiosos do Antigo Testamento e como arabistas, Wellhausen e Renan abriram o caminho para que estudiosos e uma gama cada vez mais ampla de leitores explorassem um novo Oriente não bíblico ou mesmo expressamente antibíblico. (MARCHAND, SUZANNE, 2001, p. 467)

No século XIX vê-se mais arabistas na Alemanha, todos com características de verdadeiros prodígios acadêmicos. Heinrich L. Fleischer¹³² (Universidade de Leipzig) e Heinrich Ewald¹³³, (Universidades de Göttingen e Tübingen) escreveram e patrocinaram, entre 1823 e 1867, estudos em muitos campos. Fleische dedicava-se ao hebraico – sua especialidade – e árabe, como também sânscrito, persa, copta, turco e armênio; Ewald formou alunos célebres como Julius Wellhausen¹³⁴ (crítica do Antigo Testamento), Theodor Nöldeke¹³⁵ (literatura árabe), Ignaz Goldziher¹³⁶ (lei islâmica), Friedrich Delitzsch¹³⁷ (assiriologia), August Dillmann¹³⁸ (linguística etíope) e Eduard Meyer¹³⁹ (história antiga) (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 83). O próprio Ewald levava o termo prodígio a seu mais alto significado, sendo sabido que ele conseguiria aprender uma nova língua em oito semanas ou menos, chegando a

¹³² Heinrich Leberecht Fleischer (1801 – 1888) foi um orientalista alemão. Estudou teologia e línguas orientais em Leipzig. Depois continuando seus estudos de árabe, turco e persa em Paris sob orientação de Sacy. Em 1836 foi nomeado professor da Universidade de Leipzig, posto que manteve até sua morte apesar de convites para lecionar em Berlim e na Rússia.

¹³³ Georg Heinrich August Ewald (1803 – 1875) foi um orientalista alemão e exegeta bíblico. Estudou em Göttingen e se tornou professor de teologia lá em 1831, depois assumindo a cadeira de línguas orientais em 1835. Ao perder sua posição por protestar contra o rei Ernst August, tornou-se professor em Tübingen. Em 1848 foi novamente anexado aos quadros de Göttingen.

¹³⁴ Julius Wellhausen (1844 – 1918) foi um orientalista e especialista nos estudos bíblicos. Sua pesquisa incluía o Antigo Testamento e Novo Testamento, tendo estudado também o período de formação do Islã.

¹³⁵ Theodor Nöldeke (1836 – 1930) foi um orientalista alemão. Estudou o Antigo Testamento, línguas semíticas, árabe, persa e literatura siríaca. Publicou uma edição de al-Tabari's Tarikh (História Universal), traduzindo a parte sobre a era Sassanid com preciosos comentários.

¹³⁶ Ignaz Goldziher (ou Ignác Goldziher e também Yitzhaq Yehuda) (1850 – 1921), foi um historiador húngaro e orientalista especialista em Islã. É considerado um dos pais fundadores dos estudos islâmicos na Europa.

¹³⁷ Friedrich Delitzsch (1850 – 1922) foi um assiriologista alemão. Trabalhou nas universidades de Leipzig, Berlim e Breslau. Foi cofundador da *Deutschen Orientgesellschaft* [Sociedade Alemã Oriental] e director do *Vorderasiatischen Abteilung* [Departamento do Oriente Próximo] dos museus reais.

¹³⁸ Christian Friedrich August Dillmann (1823 – 1894) foi um orientalista e estudioso da Bíblia. Dedicou-se ao estudo de manuscritos etíopes nas bibliotecas de Paris, Londres e Oxford, também preparando uma edição da Bíblia etíope. Trabalhou nas universidades de Kiel, Giessen e Berlim.

¹³⁹ Eduard Meyer (1855 – 1930) foi um historiador alemão. Passou um ano em Istambul e depois se tornou professor na Universidade de Leipzig, sendo em seguida nomeado professor de história antiga em Breslau, Halle e Berlim. Também deu cursos nas Universidades de Harvard, Illinois e Urbana-Champaign.

dominar mais de cinquenta delas durante sua vida (KREYENBORG, 1988, p. 262).

Assim como os demais orientalistas, os arabistas também sofriam de falta de estrutura e prospecto de carreira. Johann Gottfried Wetzstein¹⁴⁰, por exemplo, escrevia artigos anônimos para jornais e vendia manuscritos árabes às universidades alemãs para complementar a renda. A clientela de Rückert diminuiu de sete alunos em 1827 para seis em 1828, chegando a apenas um aluno em 1830. Sendo nomeado por Frederico Guilherme IV como professor de árabe na Universidade de Berlim em 1841, não foi bem-recebido pelos colegas e pediu demissão em 1849 (WINDISCH, 1917, p. 90).

No entanto, aqueles que pertenceram previamente ao meio acadêmico e já haviam “carimbado seu ‘ticket’ de entrada no clube exclusivo”, como o caso de Geiger¹⁴¹, que estudou em Bonn sob Niebuhr e Georg Freytag¹⁴², poderiam desfrutar de mais prestígio¹⁴³.

Grande parte dos arabistas europeus deve seu conhecimento ao convívio e aprendizado com locais – como cristãos sírios e hebraístas cristãos empregados como professores. Alguns, como Gustav Weil¹⁴⁴, ganhou seu conhecimento dos textos árabes em sua viagem ao Egito, onde estudou com os filólogos árabes Muhammed Ayyad al-Tantawi¹⁴⁵ e Ahmad al-Tunsi¹⁴⁶ (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 83–84). Esses orientalistas que aprendiam *in loco* não estavam imunes às convulsões sociais e políticas orientais, como no caso de Wetzstein, que conseguiu uma posição como cônsul prussiano em

¹⁴⁰ Johann Gottfried Wetzstein (1815 – 1905) foi um orientalista e diplomata prussiano.

¹⁴¹ Wilhelm Ludwig Geiger (1856 – 1943) foi um orientalista alemão especialista nas línguas indo-iranianas e na história do Iran e do Sri Lanka. Realizou pesquisa sobre as crônicas Mahāvamsa e Cūlavamsa, fazendo suas edições críticas anotadas da língua pali.

¹⁴² Georg Wilhelm Friedrich Freytag (1788 – 1861) foi um filólogo alemão. Foi capelão do exército prussiano, cargo que possibilitou sua ida à França. Depois de resignar a posição, retornar à pesquisa de árabe, persa e turco, sendo aluno de Silvestre de Sacy. Posteriormente se tornou professor da recém-fundada Universidade de Bonn.

¹⁴³ Um exemplo é o prêmio recebido por Geiger por sua dissertação *Was hat Mohammed aus dem Judenthume aufgenommen?*.

¹⁴⁴ Gustav Weil (1808 - 1889) foi um orientalista alemão. Estudou árabe em Heidelberg e depois em Paris, sob orientação de Sacy. Participou da guerra de independência da Argélia e depois passou um período em Constantinopla estudando turco. Weil tem inúmeras publicações e traduções importantes sobre o mundo árabe, rivalizando com Hammer-Purgstall.

¹⁴⁵ Muhammad 'Ayyad al-Tantawi (1810 – 1861) um historiador egípcio. Ensinou Alcorão na Universidade Al-Azhar e também foi professor de inglês no Cairo. Também atuou como professor do Instituto de Línguas Orientais do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Rússia.

¹⁴⁶ Ahmad ibn Abi Diyaf (1804 – 1874) foi um historiador tunisiano. Autor de uma crônica de oito volumes da história da Tunísia. Foi também secretário da chancelaria.

Damasco, mas renunciou após o massacre de seis mil cristãos na capital síria em 1860. Sem dúvida não era uma vida entediante aquela do orientalista viajante.

A situação dos arabistas nos campos do *Arabistik*, Indologia e Velho Testamento melhorou na década de 1860 com o crescimento do prestígio público e institucional. Porém, ainda que os estudos do árabe antigo fizessem parte desse novo momento próspero, o turco continuava sendo considerado, nos círculos acadêmicos mais amplos, uma língua menor.

A QUESTÃO DAS FONTES

1. RANKE NO CENÁRIO DE CRESCENTE ESPECIALIZAÇÃO

Ranke percebia haver uma lacuna sobre conhecimento dos povos balcânicos por parte dos pesquisadores europeus do século XIX, como expressa claramente na segunda edição de *A Revolução Sérvia*:

Os cientistas deveriam ter ido lá há muito tempo para buscar os monumentos da antiguidade, para registrar as obras da natureza nesta terra desconhecida, para coletar as canções heroicas que animam as montanhas, os costumes, a linguagem e o estado e a relação mútua das diversas populações com observe de perto e de forma abrangente. (RANKE, 1879a, p. 286)¹⁴⁷

O historiador inglês William Miller¹⁴⁸ compartilhava da mesma opinião que Ranke, argumentando que os ocidentais sabiam apenas os aspectos negativos da vida nos Bálcãs, apontando que “não é exagero dizer que muitas regiões da África são mais familiares para o inglês ou alemão culto do que as terras que ficam além do Adriático”, sendo que apenas:

(...) quando um correspondente de jornal relata ocasionalmente que alguma nova conspiração foi detectada contra o rei da Sérvia ou o príncipe da Bulgária, que os gregos estão lutando contra os turcos ou pagando seus credores (...) a atenção do público se volta por um momento para os estados balcânicos” (MILLER, 1898, p. xiii).

¹⁴⁷ "Längst hätten wissenschaftliche Männer dahin gehen sollen, um die Denkmale des Alterthums aufzusuchen, die Hervor bringungen der Natur auf dieser unbekannten Erde zu verzeichnen, die Heldenlieder zu sammeln, welche die Gebirge beleben, Sitte und Sprache und Staat und das gegenseitige Verhältniß der mannichfaltigen Bevölkerungen einmal genau und umfassend zu beobachten."

¹⁴⁸ William Miller (1864 – 1945) foi um medievalista e jornalista britânico. Sua área de interesse foi o período franco da história grega na época da Quarta Cruzada.

Apesar disso, o próprio Ranke não tomou completamente para si a tarefa, o que é compreensível já que tinha sua própria linha de pesquisa e o trabalho requeria um alto nível de comprometimento em especialização. Por outro lado, sobre os estudiosos do Império Otomano, ele realiza a seguinte observação no contexto das reformas culturais que fizeram parte do *Tanzimat*:

Os empreendimentos culturais em que uma vez entramos foram realizados com certo zelo; perto e perto de um código de lei existiu, e começou-se a remodelar as instalações militares, como na própria Turquia, próximo ao modelo europeu; A relação direta, especialmente com a França e a Alemanha, era mantida especialmente por aqueles que visitavam esses países para seus estudos; perto de seu retorno, eles obtiveram uma grande influência; Este também era aproximadamente o mesmo que em Constantinopla, onde, em contato com a literatura e a política europeias, foi formado um Partido dos Jovens Turcos, que considerava possível que os otomanos se unissem à cultura europeia. Nem um nem outro afetaram diretamente a situação política. (RANKE, 1879a, p. 393)¹⁴⁹

Este comentário implica alguns pontos de vista. Ranke não parece certo de que os otomanos se juntassem à cultura europeia, mas, ainda mais importante para a questão intelectual que aqui é tratada, mostra haver assimetria de prestígio entre estudar os Bálcãs e o Império Otomano, este último recebendo inclusive pesquisadores franceses e alemães que detinham “grande influência”. Um dos motivos para isto está na diferença de proximidade cultural e diplomática com a Europa que Império Otomano e Bálcãs teriam estabelecido, além de interesses estratégicos em conhecer os otomanos por parte dos ocidentais. No caso da Sérvia, Ranke explica que o país teria realizado o movimento de afastamento por uma questão de autodefesa, visto que os Grandes Poderes europeus não apoiavam adequadamente seu processo de independência:

Pode-se questionar se uma atitude desse tipo, por mais gloriosa e orgulhosa que possa parecer, não seria prejudicial ao desenvolvimento da cultura, um povo que se opôs incessantemente às nações avançadas por não lhes conceder liberdade. (RANKE, 1879a, p. 11)¹⁵⁰

¹⁴⁹ "Die Culturbestrebungen , in dieman einmal eingetreten war, wurden mit einem gewissen Eifer fortgesetzt; nah und nah kam ein Gebetbuch zu Stande, und man fing an, die militärischen Einrichtungen, wie ja auch in der Türkei selbst, nach europäischem Muster umzubilden; ein unmittelbarer Verkehr, namentlich mit Frankreich und mit Deutschland, wurde besonders durch die unterhalten , welche ihrer Studien wegen diese Länder besuchten; nach ihrer Zurückkunft begeisterten sie sich eines nicht geringen Einflusses; auch dies ungefähr wie in Constantinopel, wo sich in dem Contact mit europäischer Literatur und Politik eine jungtürkische Partei bildete, die einen Anschluß der Osmanen an die europäische Cultur für möglich hielt. Weder durch das Eine noch durch das Andere wurden die politischen Verhältnisse unmittelbar berührt."

¹⁵⁰ "Man kann die Frage aufwerfen, ob eine Haltung dieser Art, so rühmlich und stolz sie sich auch ausnimmt, nicht doch der Entwielung der Cultur vielleicht nachtheilig ist, Ein Volk, das sich den vorgeschrittenen

Termina com a ressalva encorajadora que sustenta o estímulo ao interesse e consequente estudo da região com “no entanto, a Sérvia não estava fechada às influências do Ocidente”, mostrando haver e ainda há espaço para estabelecer diálogos culturais e políticos, o que na visão de Ranke seria benéfico para a cristandade ocidental na totalidade. Os textos de Ranke podem ser considerados uma tentativa de preencher esta lacuna, notadamente porque o interesse pelo mundo islâmico era desvinculado do mundo balcânico e isso deixaria, por assim dizer, tais povos sem uma representação historiográfica nas prateleiras das bibliotecas ocidentais. Como consequência, o desfalque de um ponto de vista da compreensão história universal seria realmente lamentável.

Aqui parece que as demandas de alta especialização presentes nas universidades alemãs pode ter causado um problema de inibição em alguns temas. Alfred Weber liga a especialização crescente no campo acadêmico com a diminuição do impacto que os acadêmicos alemães tinham sobre seu país. Ao colocar a antítese entre conhecimento enquanto sabedoria, conhecimento e mera análise técnica, ele mostra o empobrecimento resultante de um corpo técnico ao qual só era admitido falar de uma porção muito diminuta da experiência sob um ângulo muito específico (WEBER, 1918).

A mudança tecnológica acelerou a dissolução da sabedoria, por tornar a obtenção da “totalidade” intelectual mais difícil. A especialização intelectual e o crescimento do “*geist* objetivo” tiveram alguns efeitos. (...) Todos os desenvolvimentos modernos parecem se esforçar na mesma direção: o declínio do Idealismo e a entrada “das massas” na educação superior, positivismo e a ameaça dos padrões acadêmicos, realismo na política internacional e realismo como uma orientação intelectual e literária, materialismo popular e materialismo científico. (RINGER, 1990, p. 268–9)

O crescimento da especialização também foi fomentado por um maior nível de ceticismo em relação às fontes e às autoridades, gerando uma grande onda de revisão da autenticidade de documentos¹⁵¹. Inclusive os relatos de missionários e viajantes também foram mais revisados mediante essa nova exigência metodológica (MARCHAND, 2009, p. 91). O acesso às fontes

Nationen unaufhörlich widerseßt, um nur nicht seine Freiheit an sie zu verlieren, kann auh den Einwirkungen derselben, die ihm nützlich sein würden, nicht stattgeben. Serbien war jedoch den Einflüssen des Abendlandes nicht verschlossen."

¹⁵¹ Um exemplo conhecido nesse sentido é a rejeição por parte de Mommsen de mil e três inscrições napolitanas consideradas como não autênticas (ACTON, 1886, p. 21).

primárias inéditas e sólidas passava fazer parte do crivo de avaliação de uma pesquisa confiável e digna de mérito.

Neste mesmo escopo, a obtenção da informação factual nos textos sagrados e literários orientais impunha outros problemas, já que os orientalistas competiam entre si para promover os temas que eram seus objetos de estudo em detrimento das pesquisas dos colegas, o que gerou denúncias (verdadeiras e falsas) de falta de confiabilidade em relação a novos documentos e fontes não tradicionais que eram encontradas do Oriente.

Dentro desses esforços, inevitavelmente se esbarra no problema das fontes primárias, elemento central para a historiografia rankeana. Este problema não era só vivido por Ranke, mas também pelos orientalistas *ipsis literis*, pois estes “também eram dependentes de acadêmicos estrangeiros e oficiais coloniais para acessar o mundo relativamente arcano das fontes. (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 94).

O impulso que Ranke deu à historiografia oitocentista parece aqui trabalhar contra o próprio mestre, pois foi também dela – ainda que não exclusivamente — que nasceu a alta especialização orientalista da qual Ranke foi progressivamente afastado por não cumprir mais os critérios de erudição e especialização.

Como é sabido, quando Ranke publica como anexo de sua História dos Povos Latinos e Germânicos sua crítica ao historiador renascentista Francesco Guicciardini – o livro *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber* (1824) –, ele dá um impulso considerável na metodologia, na especialização e na crítica de fontes na História. Com isso, colabora na elevação das exigências em todos os campos historiográficos, inclusive na *Orientalistik*.

Em alguns aspectos, o historicismo positivista na verdade funcionou para a desvantagem cultural dos orientalistas em comparação com os classicistas; raramente autorizados a se especializar em apenas um idioma, os filólogos orientais geralmente não podiam fazer reivindicações para uma compreensão hermenêutica perfeita de tantos "outros". Pois novos textos e artefatos eram descobertos praticamente diariamente; nenhum positivista que se preze teria presumido conseguir escrever uma história abrangente da literatura indiana ou da arte armênia. (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 94)

Pensando nos ganhos, foi justamente a adoção do princípio humanístico do *ad fontes* (interpretação com base na fonte original), iniciado na Reforma e

elevado ao alto nível de padrão de pesquisa pela escola rankeana, que impulsionou o orientalismo como especialidade acadêmica:

Os primeiros estudiosos modernos sabiam que o hebraico estava relacionado a outras línguas do Levante, como o siríaco e o árabe, e no século XVII já estavam desenvolvendo uma compreensão embrionária das maneiras pelas quais as outras culturas e línguas "orientais" poderiam ser usadas para explicar as escrituras. Michaelis e Herder mostraram como isso pode ser efetuado em detalhes e também que pode ser feito sem ser perseguido por heresia. (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 100)

Isso mostra que as exigências não excluía apenas Ranke, mas colocavam grande peso sobre os chamados especialistas, sendo bastante difícil alcançar o nível esperado em muitas áreas. Ranke foi um dos grandes contribuidores deste processo, o que torna sua posição no orientalismo um tanto irônica, visto que "(...) na era de Ranke e Lachmann, torna-se cada vez mais necessário dar o escrutínio histórico das escrituras para aqueles que podem ler as obras no original e contextualizá-las adequadamente" (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 106).

Desta forma há uma mudança considerável em inúmeros aspectos da relação com as fontes que passa não só por uma meticulosa análise de autenticidade como também pelo estabelecimento da autoria que, para o historicista:

(...) não era mais apenas buscar um nome, mas também o seu contexto, as circunstâncias no interior das quais este ou aquele indivíduo se tornou "autor" de um documento (isso para o caso da documentação voluntária, tal como as crônicas, narrativas, discursos, relatórios, ou mesmo para o caso de certos documentos "involuntários" no que se refere ao desejo de transmitir informações para a posteridade, tal como os diários íntimos e a correspondência privada). (BARROS, 2014, p. 982)

Sobre isto, Ranke afirma categoricamente em *Über die Verschwömnng gegen Venedig, im Jahre 1618* [Sobre a Revolta Contra Veneza] que "a narrativa de um historiador pode, ainda que contenha alguns erros, ter certo grau de fidedignidade; mas um documento é completamente falso ou completamente autêntico" (RANKE, 1831, p. 16)¹⁵².

Para alguns críticos como os apresentados na parte I, Ranke não passa mais pelos crivos necessários que habilitam um intelectual a produzir uma

¹⁵² "Der Erzählung eines Historikers kann, wenn sie auch einzelne Fehler hat, doch im Ganzen eine gewisse Glaubwürdigkeit beiwohnen; aber ein Document ist entweder ganz falsch oder ganz ächt."

pesquisa acadêmica de ponta sobre o Oriente. Não só os críticos de hoje, pois a exigência não escapou aos colegas de Ranke, como é o caso de Eduard Meyer, autor de *História da Antiguidade* [*Geschichte des Altertums*], publicado em cinco volumes entre 1884 e 1902, em que ele apresentou cada cultura e civilização oriental compreensivamente. Meyer criticou Ranke por sua História Mundial [*Weltgeschichte*], cujo primeiro volume havia sido publicado em 1881, justamente por Ranke não ter incluído o Oriente em sua história global, ter ignorado meio século de pesquisa acadêmica sobre o tema e não ter ao menos incluído Wellhausen e Hammer-Purgstall como fontes secundárias. (WILCKEN, 1931, p. cxxxiv).

Até mesmo Meyer tinha suas proximidades com o paradigma rankeano, pois para ele também a história era um progresso refletido em suas instituições, principalmente as políticas. Meyer pensava que o desenvolvimento da individualidade ocorria pelo choque entre egoísmo e tradição e quando os impulsos egoístas prevaleciam – como seria o caso do mundo muçulmano – o processo histórico se estagnava (MEYER, EDUARD, 1901, p. 14). Além disso, Meyer acreditava que a história deveria ser factual e sobre pessoas que tiveram impacto sobre o que veio depois delas, assim também colocava grande ênfase nos textos como garantidor da historiografia, pois fora deles só haveria mitologia, linguística e arqueologia, o que faz dele, em grande medida, um participante da tradição rankeana.

Logo, este contexto de crescente especialização criado pelas instituições de estudos orientais, a questão de Ranke é que ele não era um orientalista *per se*, mas suas pretensões de pesquisa o levavam na direção de abordar questões orientais. Este é o caso do Império Otomano e também das civilizações antigas na primeira parte de sua *Weltgeschichte*. Ainda que Ranke dominasse bem a história antiga oriental por conta da educação clássica e tipicamente erudita da recebida no Schulpforta¹⁵³, observa-se que o único idioma oriental compreendido

¹⁵³ Ranke frequentou a tradicional escola interna nos seus anos de formação localizada em Naumburg, no estado da Saxônia-Anhalt. O local é um antigo monastério cisteriano e foi transformado em instituição de ensino em 1540. Desde então, vários alunos ilustres ocuparam lugar na escola (Fichte, Möbius, e Nietzsche são alguns deles). O estabelecimento ainda está ativo e ensina 300 alunos ginasiais.

por Ranke era o grego, o que tornava seu acesso às fontes primárias um problema.

Descritas as condições do problema, é possível agora refletir sobre as contribuições de Ranke mediante tais condições, indicando quais foram suas estratégias em relação ao acesso de fontes primárias.

2. RANKE E AS RELAZIONI: UM ORIENTALISTA?

Apesar de Ranke não ser um orientalista propriamente dito (ou seja, um intelectual especializado que se dedicava exclusivamente ao estudo do Oriente), o que venho sustentando é que ele se posicionou consistentemente sobre o Império Otomano. Como Ranke não era um especialista em Oriente, é importante estabelecer seu contexto intelectual e estratégias de composição de suas obras de modo a traçar quais foram as influências sobre seu olhar sobre o Império Otomano.

Ernst Schulin afirma que, ainda na década de 1820, Ranke “poderia ser contado entre os orientalistas pela força de seu trabalho sobre a história otomana nos arquivos venezianos”, apesar de não conhecer línguas orientais”. No entanto, segundo ele, a partir de 1833, Ranke “teve que cortar consideravelmente sua cobertura “oriental””. Isso significou não dar aulas sobre história antiga até 1848, tema que retomaria posteriormente sem, entretanto, incluir referências etnográficas que já eram usadas largamente e diminuindo até a utilidade da linguística comparada, abordagem orientalista que vivia um momento de plena expansão (1958, p. 155–79).

É preciso apontar que Ranke parou de tratar do Oriente em suas aulas, mas continuou a publicar sobre e acompanhar a Questão Oriental durante esse período. Em segundo lugar vê-se uma separação entre um “Ranke orientalista” e um “Ranke generalista”. O “Ranke orientalista” é aquele ligado às fontes que domina com excelência e até exclusividade: as *Relazioni* (relações venezianas) – enquanto o “Ranke generalista” não acompanha mais *pari passu* as novas exigências da pesquisa no campo orientalista que já havia se sofisticado consideravelmente a partir de meados do século XIX.

A primeira fase apontada por Schulin corresponde ao trabalho de Ranke com as *Relazioni*, que eram relatórios dos embaixadores venezianos em serviço

em outros Estados. Ricas em descrições políticas, econômicas, militares e sociais dos países com os quais Veneza mantinha diplomacia e comércio, elas foram responsáveis – com a inovação do método – pela verdadeira revolução causada pela pesquisa de Ranke.

Um dos Estados de maior relevância para Veneza era o Império Otomano, com o qual começara a cultivar relações no século XIV, inicialmente com os emirados turcomanos da Anatólia e depois com os otomanos e com os Estados do Mediterrâneo.

Veneza foi o Estado italiano que mais sentiu a pressão das relações com os otomanos por seu contato direto com a marinha e exército otomanos no Mar Adriático e de sua necessidade de manter boas relações comerciais, já que havia dependência financeira das trocas com os mercadores do vasto Império. Muitos comerciantes venezianos fixaram residência em território otomano e estes foram, por medida de proteção, nomeados como representantes oficiais (chamados cônsules) e incumbidos de relatar o que acontecia no Estado otomano através de relatórios. O impacto disso não deve ser subestimado, visto que este procedimento e seus seguintes aperfeiçoamentos deram origem ao sistema diplomático europeu moderno (BENZONI, 1990, p. 47).

O primeiro contato com essas fontes aconteceu na primavera de 1825, quando Ranke percebeu uma coleção de quarenta e oito manuscritos na Biblioteca Real de Berlim, sobre os quais “se tornou progressivamente intrigado” e “estava planejando um livro ambicioso baseado nos relatórios diplomáticos, que poderiam redefinir a história europeia, desde a Reforma até a Revolução Francesa”. Entretanto, em seu lugar, publicou *Príncipes e Povos do Sul da Europa*, baseado nas informações encontradas nas *Relazioni* e que “levava o subtítulo programático de *Primariamente relatórios diplomáticos não publicados*”. (ESKILDSSEN, 2008, p. 434)

Ranke não foi o primeiro a ter notícia destes documentos, que já haviam sido reconhecidos por Johannes von Müller, “autor que havia exercido algum nível de influência na formação de Ranke como acadêmico”. Ranke supera Müller porque “os utilizou sistematicamente, os consultou continuamente, os incorporou em seus outros trabalhos históricos e convenceu acadêmicos contemporâneos, assim como posteriores, e sua indispensabilidade”. Logo,

“Ranke deve ser considerado o descobridor autêntico das *Relazioni*, assim como seu patrocinador supremo” (BENZONI, 1990, p. 48).

O encontro de Ranke com as *Relazioni* foi impactante e descrito com empolgação e fascínio, descrevendo-as como: “tantas princesas, possivelmente lindas, todas sob maldição e precisando ser salvas”, demonstrando até “um surpreendente sinal de timidez libidínica em sua resposta aos próprios documentos”. “O objeto de meu amor”, escreveu ele sobre alguns manuscritos venezianos, “é uma bela italiana, e espero que juntos produzamos um prodígio romano-alemão” (KRIEGER, 1977, p. 105).

Gino Benzoni e Colin Campbell afirmam que as *Relazioni* eram “as fontes favoritas de Ranke”, o que é perceptível pelo tom a que ele se refere aos documentos e relata que “em sua ansiedade por retê-las para seu uso pessoal, ele comprou todas as cópias disponíveis no mercado antiquário” e assim “a maior parte da coleção [de manuscritos rankeanos] consiste das *Relazioni* dos embaixadores venezianos, principalmente aqueles em Roma, França, o Império, Espanha, Inglaterra e Turquia. Todos esses assuntos, claro, eram de grande interesse para Ranke”.

A afeição de Ranke por essas *relazioni* era única. Além de fornecerem-lhe fatos e detalhes, às vezes elas também parecem prover sua grande inspiração e a fagulha que incandesce seu mecanismo narrativo. Isso não é um exagero. Em seu prefácio a *Die römischen Päpste*, o próprio Ranke afirma que foi apenas porque ele conseguiu ver e utilizar as relações dos diplomatas venezianos que haviam retornado de Roma (usualmente em sua versão original) que ele encontrou inspiração, o propósito e a coragem de escrever seu grande trabalho em um rascunho ininterrupto. (1990, p. 47–48).

Ainda que hoje sejam percebidos alguns problemas na estimativa que Ranke fez dessas fontes – principalmente que elas “não eram relatórios objetivos contemporâneos como Ranke presumiu, mas reflexões altamente sintetizadas daquilo que o senado veneziano desejava ouvir” e que não eram coletadas cientificamente, mas eram apenas “amostras das bibliotecas de famílias venezianas que escolheram vender seus patrimônios para pagar as contas” (CAMPBELL, 1986, p. 2), como Ranke as usou foi realmente impactante. Além disso, sua relação intelectual e emocional com elas, refletida de maneira bastante pessoal em seu trabalho, é uma das grandes marcas de seu trabalho, “pois Ranke, apesar do charme de seu estilo e profundidade de seu pensamento

histórico, ganhou seu status como fundador de uma nova escola histórica pelo apelo retórico de sua documentação” (GRAFTON, 1994, p. 58).

Estes efeitos não foram sentidos só por Ranke, mas, como já foi dito, por toda a historiografia, pois "ao longo dessa viagem, Ranke desenvolve um novo modelo de pesquisa histórica que transforma os arquivos no lugar mais importante para a produção do conhecimento histórico" (BERDING, 2005, p. 56), sendo que?

Nos arquivos em Veneza, Ranke emprega técnicas de filologia para identificar a legitimidade das fontes documentais. (...) Estamos aqui no âmbito do primeiro princípio do conhecimento histórico que Ranke estabeleceu em 1824. Para o historiador, a representação rigorosa dos fatos e, em simultâneo, um problema empírico do método da pesquisa filológica e de coerência interna do gênero literário que se opõe, por definição, aos artifícios retóricos da narrativa ficcional. (ARAÚJO, 2013, p. 80)

O encontro com as *Relazioni* moldou a própria forma de apresentação do texto historiográfico de Ranke, pois “em seu primeiro trabalho ele imitou o estilo das crônicas que ele vinha estudando”. Isso correspondeu ao exercício rankeano “não apenas de ver a história, mas também de tornar a história visível” (BRAW, 2007, p. 50).

Além da fascinação como historiador, a vantagem para Ranke ao encontrar essa massa documental inédita foi inestimável, pois lhe garantiu o ingresso na Universidade de Berlim e licença com subsídio para pesquisar em outros países europeus, principalmente Áustria¹⁵⁴.

A biblioteca e os arquivos se transformam em uma galeria de antiguidades tridimensionais, as fontes a serem interrogadas em objetos preciosos - e o historiador no homem de gosto, cujo senso mágico do que é genuíno e falso se torna a pedra de toque que remonta maravilhosamente o pó misture-se em salas de período coerentes, ordenadas cronologicamente, etiquetadas e atestadas. O próprio Ranke passou por uma metamorfose semelhante, quando um grande escritor e professor emergiu da crisálida do professor de ginásio. Ele se viu possuidor de uma cadeira em Berlim, recebedor de permissão especial para usar os arquivos e beneficiário de bolsas para viagens a arquivos e bibliotecas estrangeiros. (GRAFTON, 1994, p. 59)

¹⁵⁴ Importante notar que não havia arquivo aberto à consulta pública no período e era necessário autorização real para o acesso aos documentos, o que implicava na necessidade de o acadêmico ter boas relações políticas e uma postura que indicasse que sua pessoa era de confiança já que muitos documentos, mesmos os que já datavam de séculos, eram tarjados de alta segurança.

O objetivo era descobrir mais relatórios e com isso expandir seu trabalho sobre o mundo latino, o que leva Ranke, em 1827, a procurar mais documentos deste tipo em Viena, quando inclusive:

(...) hipnotizado pelos tesouros de arquivos estrangeiros, confundiu-se a retornar às suas funções de professor na Universidade de Berlim e implorou repetidamente às autoridades prussianas por prorrogações de sua licença - a dada altura incitando rumores em Berlim de que ele havia se convertido ao catolicismo. (ESKILDSEN, 2008, p. 434)

A viagem durou três anos e incluiu arquivos alemães, austríacos e italianos. A ida à Áustria, no que lhe concerne, abriu as portas a outro material inédito importante compartilhado por Vuk Karadžić, algo que abriu novas perspectivas sobre o Império Otomano, os Bálcãs e a Questão Oriental. As informações dadas por Karadžić tinham em sua maioria uma perspectiva que tendia mais para a memória do que para a História, cabendo a Ranke dar outro formato – certamente mais pessoal – ao material recebido¹⁵⁵. Neste aspecto, fica evidente também os modos e materiais dos quais a construção historiográfica depende, mostrando que a História faz parte de um conjunto de outras representações que formam isso que se chama passado em sua dimensão social:

Neste trabalho, a concepção do passado é muitas vezes entrelaçada com a história - a renderização acadêmica de eventos anteriores - e também se funde com aspectos da memória coletiva para formar uma receita como uma cornucópia que pode ser descrito como "consciência histórica". (MOSS, 2010, p. 2)

Pode-se dizer que, nas décadas de 1820-30, Ranke adentra não só o círculo dos arquivos como também o círculo balcânico-otomano, pois a mediação do contato entre Karadžić e Ranke havia sido feita pelo diretor da coleção das *Relazioni* na *Hofbibliothek* de Viena, o esloveno Jernej Kopitar, também “censor imperial para a correspondência eslava”. Kopitar havia descoberto e sido o patrocinador de Karadžić no seu exílio na Áustria e acreditava que Ranke e ele deveriam escrever um livro juntos. (FORD, 1975, p.

¹⁵⁵ Sobre isso, Rüsen comenta que: “História e memória são reconstruções seletivas, mas não contam a mesma história; seus critérios seletivos são diferentes. A história (se pretende ter algo em comum com o conhecimento científico) deve, em princípio, ser orientada para a “verdade”. A memória é orientada para a “identidade”. Entre história e memória existe, e deveria haver, uma relação carregada de tensão. As reivindicações de identidade tenderão inevitavelmente a sobrepujar as reivindicações da verdade, e os historiadores tenderão a se tornar o braço ideológico da (s) elite (s) governantes. Somente em sociedades democráticas pluralistas as reivindicações de identidade e as reivindicações da verdade poderão convergir, embora nunca coincidam” (2006, s.p.).

62). Foi o que aconteceu com o livro sobre a revolução sérvia, cuja coautoria de Karadžić não pode ser creditada por questões políticas.

Assim, nesta cadeia de acontecimentos, Ranke produziu duas obras sobre o Império Otomano – a *História dos Príncipes e Povos do Sul da Europa e a Revolução Sérvia* – e usou as informações ali coletadas durante toda sua carreira quando se dedicou a outros temas da história moderna e contemporânea europeia, além de seus posicionamentos subsequentes sobre a Questão Oriental nos textos referidos na parte 2.

Ele realmente começou a empregar as Relações em um projeto estendido que ele primeiro chamou *Política e Administração Estatal dos Estados Europeus nos Séculos XVI e XVII* e então mudou para o mais flexível *Príncipes e Nações da Europa*. Mas ele baseou a organização do projeto nas Relações - e acabou com outro fragmento. Assim como ele fez suas anotações das Relações nação por nação, ele planejou seu tratamento nação por nação. (KRIEGER, 1977, p. 116)

Portanto, nesta primeira fase de pesquisador, vê-se a união do que Jo Tollebeek denominou “duas fantasias” do arquivo, ou seja, a fantasia romântica de contato direto com o passado e a fantasia científica de objetividade (2000, p. 170), ao que pode-se acrescentar que “para Ranke essas duas fantasias não eram indistinguíveis”.

Sua relação romântica com os arquivos permitiu-lhe superar não apenas os enganos dos historiadores do passado, mas também sua lealdade ao país, à política e aos amigos e família. A filologia crítica exigia imaginação e contato imediato com escritores anteriores. A paixão abriu o caminho para uma objetividade de perspectiva. (ESKILDSSEN, 2008, p. 438)

O fato de ele ter começado a empreitada pela Espanha e o Império Otomano – ao invés de uma História da Itália, por exemplo – aponta para a importância dos otomanos na história europeia em sua visão. Sua entrada no círculo oriental foi, portanto, dupla: pessoal na figura dos intelectuais eslavos que residiam na Áustria e documental no sentido de ter acessado este mundo de fronteiras que indicavam os contatos entre europeus e otomanos através dos relatórios diplomáticos.

Apesar de Sérgio Buarque de Holanda afirmar sobre a primeira fase dos anos 1820 que “o conhecimento aprofundado da história turca, uma fase singularmente fecunda da vida das nações europeias, irá permitir-lhe encarar com novo prisma essa fase”, mas que quando isso se concluiu, “poderá então retomar com mais segurança os assuntos sugeridos pela sua ideia de que a

comunidade romano-germânica deve erigir-se num princípio verdadeiramente axial de toda a história moderna” (HOLANDA, 1974, p. 449), não me parece acertado que se interprete a questão de forma assim tão definitiva.

Como venho argumentando, a presença do Império Otomano na obra de Ranke não se restringiu ao que foi publicado nesta fase, mas se estendeu por toda a carreira de Ranke. O que é perceptível desde as primeiras publicações é que Ranke utiliza fontes secundárias quando ele necessita se aprofundar mais na história otomana *per se*, visto que se fazia necessário um conhecimento mais especializado. De qualquer forma, o Império Otomano continuou presença fundamental no quadro explicativo de Ranke.

Portanto, com a sofisticação e especialização em crescimento nos campos historiográficos, para Ranke, cuja expertise era a Idade Moderna europeia, tornava-se impossível atender aos padrões orientalistas, restando então a escolha entre arriscar-se em uma abordagem mais generalista do mundo otomano ou abdicar da oportunidade que lhe foi dada pelas circunstâncias de escrever sobre as independências nos Bálcãs. Ranke optou pela primeira opção e, para isso, decidiu usar o que já havia recolhido e também mobilizar sua biblioteca particular.

3. UM PERCURSO PELAS NOTAS DE RODAPÉ

O outro recurso de Ranke é marcado pelo uso de fontes secundárias na abordagem do Império Otomano, além do que já havia sido compreendido por Ranke nas *Relazioni*. Como foi dito, no que diz respeito aos orientalistas, entretanto, Ranke não fazia oficialmente parte do clube em meados do século XIX. A especialização era algo novo e estava em crescente prestígio, algo que apenas no final do século seria notado como um possível problema, quando cresce a crítica de que “especialistas em diferentes disciplinas sabiam cada vez menos sobre os campos uns dos outros” (RINGER, 1990, p. 106).

No entanto, essa característica é algo que incomoda mais os críticos de hoje do que parece ter incomodado o público da época. O prestígio de Ranke já o fazia uma autoridade no campo historiográfico e ele também dispunha da vantagem de falar sobre um assunto sobre o qual não havia discussão significativa no meio acadêmico, pelo menos no que se diz respeito à porção

balcânica. Desta forma, este quinhão não havia ainda sido reivindicado por um grupo específico e estava fora da rigidez dos especialistas.

Justamente através de seu conhecimento desses documentos que Ranke realiza suas contribuições inéditas. Ranke chega a sugerir novos documentos até a especialistas como Hammer-Purgstall, a quem indica “*descrittione totale di tutta la potente ottomana presentata al Gran Turco Sultan Ahmed Han, aus dem Türkischen Übersezt*” (RANKE, 1829, p. 235).

Em outro aspecto, Ranke mantém-se cuidadosamente afastado de comentários sobre civilizações que já contavam com alto nível de especialização, preferindo uma abordagem mais introdutória e panorâmica delas. Na primeira metade do século XIX, até mesmo o mundo islâmico era ainda relativamente desprivilegiado na academia alemã e isso implicava uma lacuna de pesquisa. Para suprir o problema da falta de acesso às fontes originais, Ranke contou com fontes secundárias que pudessem informá-lo.

A biblioteca pessoal e profissional de Ranke consistia em cerca de vinte e um mil itens, sendo eles: dezessete mil livros, quatro mil panfletos e 430 manuscritos, além quinze mil metros de papéis pessoais e ainda suas correspondências pessoais. Adquirida em 1887 pela Universidade de Syracuse, Nova York, o material incorporado à Von Ranke Library tornou a biblioteca da universidade a terceira maior dos Estados Unidos.

Um percurso pelas das notas de rodapé fornece indícios das referências que Ranke escolheu deste enorme acervo. As próprias notas de Ranke são um ponto importante não só de seu estilo como também um elemento estrutural sobre sua concepção de pesquisa historiográfica. Grafton, que se dedicou ao tema das notas de rodapé, explica:

Ranke não inventou, mas dramatizou, a nota de rodapé histórica. Ele realizou a pesquisa que o produziu tão vital para a cultura do historiador e tão central para as realizações do historiador quanto o estilo elevado que distinguiu a história exemplar pragmática do tipo tradicional. A nota de rodapé histórica emerge não como uma simples marca registrada garantindo qualidade nem como uma peça uniforme de tecnologia acadêmica, mas sim como o produto de longas lutas coletivas e esforços individuais para conceber uma forma visivelmente crítica de escrita histórica. (1994, p. 53)

Nessa “dramatização do processo de pesquisa e crítica”, Ranke utilizou a nota de rodapé e os apêndices como “uma fonte de prazer ao invés de uma ocasião para desculpas”, tornando assim o processo de “pesquisar e criticar

glamouroso e dramático – o tipo de atitude que atraiu jovens para trabalhar nos seminários, escrever dissertações se se juntarem à profissão que tomava forma” (GRAFTON, 1994, p. 75)

Ainda mais importante do que este rico plasma germinativo de erudição, é claro, foram os livros nele gerados: a série interminável de histórias da Europa medieval e do início da modernidade (e muito mais), cada uma acompanhada por sua *Kritik* sistemática dos historiadores, sua imponente fileira de documentos com librés e sua massa de notas de rodapé fornecendo não apenas referências, mas passagens inteiras das fontes. Ranke produziu uma nova teoria da história e escreveu com um cosmopolitismo que não rivalizaria por um século, quando Braudel o igualou - mas não foi além - dele. (GRAFTON, 1994, p. 60)

As fontes secundárias utilizadas por Ranke são de duas ordens: literatura de viagem e obras historiográficas. Deste primeiro grupo, o texto mais antigo empregado por Ranke é *Les observations de plusieurs singularitez et choses mémorables trouvées en Grèce, Asie, Judée, Égypte, Arabie et autres pays estranges* [Observações de várias singularidades e coisas memoráveis encontradas na Grécia, Ásia, Judéia, Egito, Arábia e outras terras estranhas], do naturalista e diplomata francês Pierre Belon (latinizado para Petrus Bellonius Cenomanus) (1517–1564). Belon estudou medicina na Universidade de Halle-Wittenberg, onde trabalhou com o botânico Valerius Cordus¹⁵⁶. Foi um viajante entusiasmado que conheceu, além da Alemanha, também Flandres, Inglaterra, Itália e França, nesta última conseguindo a patronagem do Cardinal François de Tournon¹⁵⁷, que permitiu suas extensas viagens científicas, sendo o período em que viajou pela Grécia, Creta, Ásia Menor, Egito, Arábia e Palestina (1546-1549) e que resultou na publicação de suas impressões de viagem acompanhadas de ilustrações.

Do mesmo período é outro relato de viagem citado por Ranke, o *Itinerario da Vienna a Costantinopoli* (1585), do explorador Marco Antonio Pigafetta (1491–1531). A viagem de Pigafetta foi feita entre 1566 e 1568, quando fez parte

¹⁵⁶ Valerius Cordus (1515 – 1544) foi um médico, botânico e farmacêutico alemão. É o autor da primeira obra sobre fármacos ao norte dos Alpes, também tendo criado o método de sintetização do éter.

¹⁵⁷ François de Tournon (1489 – 1562) foi um monge agostiniano francês, arcebispo, diplomata e cardeal e primeiro-ministro de assuntos estrangeiros da França. Fundou o também o tradicional Collège de Tournon, advogou contra o crescimento do protestantismo na corte francesa e participou dos conclaves papais de 1534, 1549 e 1559.

(não se sabe com que funções exatas) da comitiva de Antun Vrančić¹⁵⁸, embaixador do imperador Maximiliano II encarregado de negociar a paz com o sultão turco Selim II¹⁵⁹ e seus representantes, acompanhando-o na viagem de Viena a Constantinopla. Vrančić, no que lhe concerne indica algo recorrente percebido nesta pesquisa que é a atuação diplomática de pessoas de origem balcânica em representação de casas reais europeias.

Ranke emprega igualmente o escritor, herbalista e diplomata flamengo Ogier Ghiselin de Busbecq (latinizado para Augerius Gislenius Busbequius) (1522–1592). Busbecq serviu como diplomata austríaco em Constantinopla, publicando, em 1581, o *Itinera Constantinopolitanum et Amasianum* [Itinerário de Constantinopla e Amasianum], republicado em 1595 sob o título utilizado por Ranke, *Legationis Turcicae epistolae quatuor* [Quatro cartas epistolares da embaixada turca] (1605). Nesta obra há uma importante conexão entre a cultura germânica e os Bálcãs, pois nelas há o único vocabulário remanescente do gótico crimeio, um dialeto alemão falado apenas em regiões isoladas como países eslavos¹⁶⁰.

Ainda no século XVI, o diário de viagem do teólogo luterano alemão Stephan Gerlach (1546-1612) também faz parte das fontes de Ranke. Em seu *Tagebuch* [Diário] (1674), Gerlach conta a parte da sua vida, entre 1573 e 1578, em que foi pregador e capelão do barão David Unghnad¹⁶¹ em Constantinopla. Posteriormente Gerlach voltou à cidade natal de Tübingen, onde se tornaria professor de teologia e reitor.

Os primeiro e segundo volumes dos *Journal des Voyages* (1665), do diplomata, viajante e médico francês Balthasar de Monconys (1611–1665) são mais uma literatura de viagem mencionadas por Ranke. Após a morte de sua esposa, Monconys decidiu viajar, e desde os começos do ano de 1645 visitou vários países. Itália, Egito, Palestina, Síria, Constantinopla são o tema do primeiro tomo de seus diários; o segundo jornal trata da viagem à Inglaterra,

¹⁵⁸ Antun Vrančić (ou Antonio Veranzio, Verantius ou Verancsics Antal) (1504 – 1573) foi um prelado, escritor diplomata e arcebispo croata.

¹⁵⁹ Selim III (1761 – 1808) foi sultão do Império Otomano entre 1789 e 1807.

¹⁶⁰ Curiosamente, Busbecq também introduziu as tulipas na Europa ocidental e foi responsável pelo seu nome.

¹⁶¹ David Unghnad von Sonnegg foi um enviado diplomático do Sacro Império Romano junto à corte de Selim II, sendo, portanto, o embaixador austríaco na Turquia.

Países Baixos, Alemanha e Itália, o terceiro jornal de uma viagem à Espanha e também da morte do sultão Ibrahim. A publicação foi feita por iniciativa de seu filho, traduzidos para o alemão em 1697.

O matemático veneziano Giovanni Francesco Sagredo (1571–1620) também produziu um relato utilizado por Ranke intitulado *Memoire de monarchi ottomani* [*Memória da monarquia otomana*] (1673). O interesse de Sagredo no Oriente era científico, pois estava focado no estudo do magnetismo em vários pontos do globo, medindo essas informações pessoalmente na Síria. Além da atividade científica, ele também atuou como espião, servindo não só como cônsul veneziano em território sírio. Na Pérsia, interceptou e copiou correspondência da ordem dos carmelitas com informação militar sensível enviada pelo vice-rei da Índia a Filipe III da Espanha. (BRUNETTI, 1936; FLOOR, 2014, p. 153).

A viagem conjunta do médico e arqueólogo francês Jacob Spon (1647-1685) e do padre e botânico inglês Sir George Wheler (1650–1723) chamada *Voyage d'Italie, de Dalmatie, de Grece, et du Levant* [*Viagem à Itália, Dalmácia, Grécia e Levante*] (1724) é igualmente uma referência para Ranke. Spon foi um dos pioneiros no conhecimento dos monumentos gregos, tendo publicado inicialmente uma pesquisa sobre antiguidades encontradas em Lyon que o colocou em contato com conhecedores e eruditos na área¹⁶². Entre 1675e1676 viajou com Wheler¹⁶³ após tê-lo conhecido em Veneza e juntos foram os primeiros europeus antiquários especializados a observar as antiguidades gregas em primeira mão, sendo que Spon trouxe tesouros, moedas, inscrições e manuscritos para a Europa.

As *Negotiations in his Embassy to the Ottoman Porte from the Year 1621 to 1628* [*Negociações em sua Embaixada com o Porte Otomano do ano 1621 a 1628*] (1740) – referenciado em Ranke como *Negotiations with the Grand Signor* [*Negociações com o Grão-Senhor*], do diplomata inglês Sir Thomas Roe (1581–

¹⁶² O pai de Spon, Charles, também era médico e helenista.

¹⁶³ Wheler também tinha conhecimento de arqueologia ao receber instrução a respeito de Jean-Foy Vaillant. Wheler também publicou um relato com seu ponto de vista da viagem intitulado *A Journey Into Greece* (1682). Ele trouxe da viagem pedras, inscrições de Atenas (doadas à Universidade de Oxford) e fez grande uso de moedas, além de sua atenção à botânica, trazendo plantas que ainda não haviam sido cultivadas na Inglaterra.

1644), não é propriamente uma literatura de viagem, mas é composta de correspondências da missão entre os otomanos. Roe representou a Inglaterra no Império Mogul¹⁶⁴, Império Otomano e Sacro Império Romano, além de ter sido um acadêmico. Especificamente em Constantinopla, atuou na expansão dos privilégios de comerciantes ingleses e a liberação de cativos na Argélia, além de conseguir o apoio do príncipe da Transilvânia¹⁶⁵ e do patriarca de Constantinopla. O último, aliás, presenteou o rei Jaime I com o *Codex Alexandrinus*¹⁶⁶, além de outros manuscritos gregos e uma coleção de 242 moedas otomanas (RAINEY, 1965).

Outro viajante utilizado foi o político e coronel francês (Jacques Louis) Vialla de Sommieres (1764-1849) e sua *Voyage historique et politique au Montenegro* [*Viagem histórica e política a Montenegro*] (1820). Em 1808, Sommieres foi nomeado comandante na Dalmácia e, em 1810, da cidade montenegrina de Cártaro. No ano seguinte foi recomendado a Soliman Pasha al-Faransawi¹⁶⁷ pelo general Bertrand¹⁶⁸ para ser governador do Cártaro. Neste período, escreveu os dois volumes utilizados por Ranke, constando também de um mapa com representações de trajes locais, festivais e monumentos históricos.

O etimólogo francês Guillaume-Antoine Olivier (1756 – 1814) foi outro viajante utilizado como fonte com *Voyage dans l'empire Othoman* (1807). Olivier serviu como naturalista por seis anos na Ásia Menor, Pérsia, Egito, Chipre e Corfu. O livro é uma coleção de ilustrações e descrições botânicas publicado,

¹⁶⁴ O Império Mogul ocupou o sul asiático e se expandiu da Índia até o Afeganistão em dois séculos. Foi fundado no século XVI pelo chefe-guerreiro Babur no que hoje é o Uzbequistão, sendo auxiliado por nobres otomanos das regiões vizinhas. Recebeu maior destaque com o reinado do neto de Babur, Akbar, e a estrutura de governo durou até 1720, quando o império alcançou sua maior extensão imperial. Foi reduzido pela ação da Companhia das Índias Orientais e ficou restrito à região de Nova Deli, sendo dissolvido em 1857 pelo rajá britânico.

¹⁶⁵ Gabriel Bethlen (1580 – 1629) foi príncipe da Transilvânia entre 1613 e 1629. Também foi rei eleito da Hungria entre 1620 e 1621, mas não efetivou sua administração do território. Foi apoiado pelos otomanos para levar se principado (que era calvinista) contra os Habsburgo e seus aliados católicos.

¹⁶⁶ O *Codex Alexandrinus* é um manuscrito cristão do século V. É uma versão da Bíblia grega contendo a maioria do Antigo e Novo Testamentos gregos. Junto com o *Codex Sinaiticus* e o *Codex Vaticanus*, é um dos manuscritos completos mais antigos do texto bíblico. Foi mantido em Alexandria antes de ser levado à Constantinopla pelo patriarca da Igreja Ortodoxa Oriental. No século XVII foi apresentado a Carlos I da Inglaterra e hoje se encontra na *British Library* e pode ser consultado digitalizado em <https://www.bl.uk/collection-items/codex-alexandrinus>.

¹⁶⁷ Soliman Pasha al-Faransawi (1788 – 1860) foi um comandante egípcio nascido na França. Após ter se tornado marinheiro, se juntou às tropas de Napoleão e lutou em Trafalgar e Waterloo. Depois trabalhou como mercador e foi recrutado novamente para treinar militares, tendo viajado ao Egito e mudado seu nome após converter-se ao Islã.

¹⁶⁸ Henri-Gatien Bertrand (1773 – 1844) foi um general do Primeiro Império francês. Ele foi companheiro de exílio de Napoleão em Santa Helena.

entre 1801 e 1807, em três volumes mais um atlas. O uso de Ranke desse material pode parecer, já que se trata de uma obra científica de biologia. Entretanto, seu primeiro volume se ocupa de contextualizar geográfica e historicamente o Império Otomano e estas informações foram por isso, consideradas úteis por Ranke.

Entre as obras históricas, Ranke inicia temporalmente suas referências com o *Historia de rege Vladislao seu clade Varnensi* [*História do rei Vladislau, ou a derrota de Varna*] (1519), do humanista, escritor e estadista humanista italiano Filippo Buonaccorsi (latinizado para Philippus Callimachus Experiens) (1437-1497). Buonaccorsi foi acusado, em 1468, de conspiração contra o Papa Paulo II e teve que deixar Roma, indo para a Polônia e atuando como secretário dos reis poloneses. Ele foi encarregado de missões diplomáticas em Constantinopla, Veneza e Roma. Ele escreveu uma série de obras históricas e escreveu poesia e prosa latinas. Na obra utilizada por Ranke, ele trabalha com um tema balcânico, relatando a história do rei búlgaro Vladislau III e a queda da cidade de Varna¹⁶⁹.

Tem-se também como referência *Turcograetia* [*Grécia turca*] (1584), do historiador e classicista alemão Martin Crusius (ou Kraus na forma germanizada) (1524-1607). Crusius foi professor de grego e latim por quase cinquenta anos na Universidade de Tübingen (CALIS, 2019). Publicou obras sobre gramática e retórica, mas também essa curiosa coletânea de notícias sobre a situação dos gregos sob o domínio turco. Por essa publicação, pode-se referenciar Crusius como um pioneiro na percepção da gravidade da Questão Oriental para os países balcânicos e com ele também fica claro que a preocupação com essa questão entre os alemães é antiga, sendo que Ranke faz, portanto, parte de uma longa cadeia de intelectuais e diplomatas que voltaram seus olhares para esse tema.

Na seara dos historiadores italianos usados por Ranke, vê-se também Uberto Foglietta (1518-1581) e seu *De Caussis magnitudinis Turcarum imperii* [*Sobre as causas da magnitude do Império Turco*] (1592) que, aparentemente,

¹⁶⁹ Władysław III (1424 – 1444) foi rei da Polônia, *supremus dux* do Grão-Ducado da Lituânia (a partir de 1434) e rei da Hungria e Croácia (a partir de 1440). Ele morreu na célebre batalha de Varna.

fazia parte de uma história contemporânea geral maior que começava com Carlos V contra os protestantes e que sustenta que os turcos seriam invencíveis.

Igualmente deste período é a *Historiae Musulmanae Turcorum, de monumentis ipsorum exscriptae* [*História dos turcos muçulmanos, a partir de monumentos e escritos próprios*], do historiador alemão e um orientalista Johannes Leunclavius (ou Johannes Löwenklau). Esse autor dá igualmente indícios de como o tema oriental, notadamente o otomano, era de interesse em terras germânicas desde muito cedo. Leunclavius é considerado um dos primeiros orientalistas, especialista em história turca e publicando edições anotadas de fontes turcas já no século XVI, das quais outra é utilizada por Ranke – *Annales Sultanorum Othmanidarum* [*Anais do Sultanato Otomano*] (1596). Outro elemento que a *Historiae Musulmanae Turcorum* evidencia é a ligação constante desde a Idade Moderna entre as atividades diplomáticas e acadêmicas quando se trata da Questão Oriental, visto que o autor foi, como outros autores já citados, acompanhante de um nobre (no caso Heinrich von Lichtenstein) em uma missão diplomática a Istambul entre 1584 e 1585.

Do orientalista e arqueólogo francês Antoine Galland, Ranke utiliza *La mort du Sultan Osman* [*A morte do sultão Osman*] (1678). Estudante de latim, grego e árabe em Paris, ele foi colocado na embaixada francesa em Istambul justamente por seu conhecimento linguístico, viajando para a Síria e o Levante em 1673, onde trabalhou em várias inscrições, desenhos e até remoção de monumentos históricos. Sendo comissionado pelo governo para continuar suas pesquisas, recebeu o título de antiquário do rei Luís XIV e expandiu seu conhecimento linguístico e literário para o turco, árabe e persa. Retornando à França, começou, com Barthélemy d'Herbelot de Molainville¹⁷⁰, a *Bibliothèque orientale*, um compêndio massivo de informações sobre a cultura islâmica, e a tradução da enciclopédia Kaşf az-Zunūn, do acadêmico otomano Kâtip Çelebi¹⁷¹.

¹⁷⁰ Barthélemy d'Herbelot de Molainville (1625 – 1695) foi um orientalista francês nomeado como secretário e intérprete de línguas orientais pelo rei em 1661 e depois como titular da cátedra de siríaco no Collège Royal em 1692. Em sua viagem à Itália, foi presenteado pelo grã-duque Ferdinando II da Toscana com grande quantidade de valiosos manuscritos orientais, com os quais desenvolveu parte de seu grande trabalho, a *Bibliothèque orientale, ou dictionnaire universel contenant tout ce qui regarde la connoissance des peuples de l'Orient*, completada em 1697 por Antoine Galland.

¹⁷¹ Kaşf az-Zunūn (traduzido como *A Remoção da Dúvida dos Nomes dos Livros e das Artes*) é uma obra de Kâtip Çelebi ou Haji Khalifa. Trata-se de uma enciclopédia bibliográfica de livros e conhecimentos

Foi nomeado professor de árabe no *Collège de France*, onde continuou publicando compilações e traduções turcas, persas, árabes e indianas. Além de uma tradução do Alcorão e da *Histoire générale des empereurs Turcs* [*História geral dos imperadores turcos*], Galland tem um papel de destaque na história das traduções orientalistas por ser o primeiro europeu a traduzir *As Mil e Uma Noites* em doze volumes (1704-1717) (MARZOLPH, 2015; MIQUEL-RAVENEL, 1994).

A *History of the present state of the Ottoman empire* [*História do estado atual do Império Otomano*] (1686), do diplomata e historiador inglês Paul Rycaut (1629–1700), é outra obra historiográfica que faz parte das referências de Ranke. Rycaut foi empregado como secretário privado do Conde de Winchilsea¹⁷², embaixador inglês no Império Otomano. Depois tornou-se cônsul britânico em Esmirna e, após seu serviço diplomático, mudou-se para Hamburgo. Ele era um especialista em história otomana, tendo publicado também *The Present State of the Greek and Armenian Churches* [*O estado atual das igrejas gregas e armenas*] (1679) e *The Turkish History* [*A História Turca*] em dois volumes (1687).

A *Istoria della repubblica veneta* [*História da República Veneziana*] (1720), do arquivista, embaixador, bibliotecário, historiador e arquivista Giovan Battista Nani (1616–1678) também é empregada em referência aos otomanos. Nani foi embaixador na França e na Alemanha, escrevendo a história da república veneziana, entre 1613 e 1671, em tempo livre. O projeto foi continuado depois por Michele Foscarini e Piero Garzoni. Ranke estabelece diálogo direto com a obra de Nani em seu *Über die Verschwörung gegen Venedig*.

Ranke também consulta a *Historia Serviae seu colloquia* [*História da Sérvia ou Diálogo*] (1797), do historiador jesuíta croata Franciscus Xaverius Pejacevich (1707–1781). Pejacevich foi reitor da Universidade de Graz entre 1756–1758 e dedicou-se especialmente ao estudo da conexão entre os santos sérvios e a Igreja Católica. Foi o primeiro na história da Croácia a apresentar o passado

baseado na obra do historiador otomano seiscentista Taşköprüzade. Çelebi expande o trabalho e cataloga cerca de quinze mil livros, mais de nove mil autores e certa de trezentas 300 ciências e artes. A obra foi completada em 1652, levando vinte anos para ficar pronta.

¹⁷² Sir Heneage Finch, Conde de Winchilsea, Eastwell, Kent e Winchilsea, (1628–1689), foi educado no Queens' College e atuou como embaixador inglês no Império Otomano entre 1660 e 1669.

medieval da Bósnia em forma de diálogo e ficando conhecido como um teólogo da reconciliação com o Oriente cristão.

Em August Ludwig Schlözer's *kritisch-historische Neben Stunden: Origines Osmanicae* [*Aulas suplementares crítico-históricas de Ludwig Schlözer: Origem Otomana*] (1797), Ranke também encontra informações sobre os otomanos. Schlözer (1735 – 1809) foi um prolífico historiador e pedagogo alemão que estabeleceu as bases do estudo crítico de história medieval russa a partir da concepção teórico-metodológica da Escola Histórica de Göttingen. Ele teve uma carreira de sucesso na Suécia e na Rússia: no primeiro foi tutor da família do ministro da congregação alemã e estudou nórdico antigo e gótico com o filólogo Johan Ihre¹⁷³; depois serviu como secretário para um comerciante alemão em Estocolmo. Neste período se dedicou à história sueca, publicando sobre o comércio antigo desse povo com os fenícios (escrito em sueco), eleito como membro estrangeiro da Academia Real de Ciências da Suécia; foi para a Rússia com o historiador Gerhardt Friedrich Müller¹⁷⁴, atuando como seu assistente e tutor da família, e lá aprendeu a língua e a história russas. Foi designado por Catarina, a Grande, como membro da academia russa e professor de História. Sobre esta obra, Ranke faz uma observação esclarecedora de sua própria posição – a de buscar dissonâncias ao invés de semelhanças. Ao citar que Schlözer disse em relação ao sultão que este “*c’est tout comme chez nous*” [é igual a nós], ao que Ranke responde que “há uma semelhança entre Osman e um Sforza, que é, afinal, geral, mas não mostra a diferença, que me parece maior” (RANKE, 1857, p. 8)¹⁷⁵.

Informações relativamente atuais sobre a negociação das Grandes Potências em São Petersburgo são extraídas do quinto volume de *Histoire critique et raisonnée de la situation de l'Angleterre* [*História crítica e fundamentada da situação na Inglaterra*] (1820), onde o autor Jean Edmond

¹⁷³ Johan Ihre (1707 – 1780) foi um filólogo e historiador linguista sueco. Foi o primeiro a reconhecer a mudança fonética das línguas germânicas que depois seria elaborada por Rasmus Christian Rask e Jakob Grimm, sendo depois conhecida como Lei de Grimm.

¹⁷⁴ Gerhard Friedrich Müller (ou Fyodor Ivanovich Miller) (1705 – 1783) foi um historiador e etnólogo russo-alemão. Foi historiador da corte russa e ressaltou a ligação da Rússia com a Alemanha através de um extensivo trabalho com as fontes.

¹⁷⁵ "(...) zeigt nur die Aehnlichkeit zwischen Osman und einem Sforza auf, die doch eine allgemeine ist, aber nicht ihre Verschiedenheit, welche mir größer zu sein scheint."

Tournachon de Montvéran¹⁷⁶ mostra a situação da Moldávia, Valáquia, Sérvia e Bósnia. O uso de um trabalho dedicado à Inglaterra indica que Ranke mantinha também em suas vistas tudo que pudesse informá-lo sobre a Questão Oriental, recortando informações de fontes variadas.

O mesmo acontece com o emprego de *Histoire de France depuis l'établissement de la monarchie jusqu'au regne de Louis XIV* [História da França desde o estabelecimento da monarquia até o reinado de Luís XIV], uma grande empreitada historiográfica de trinta volumes iniciada pelo historiador francês Paul François Velly em 1755, mas que Ranke utiliza já sob a direção de Jean-Jacques Garnier (1729-1805)¹⁷⁷, professor de hebraico e especialista em história antiga, sendo nomeado, em 1771, historiógrafo da França. Garnier escreveu a parte da obra que contempla o período entre a metade do reinado de Luís XI e a metade do reinado de Carlos IX, utilizada por Ranke para indicar uma carta de Solimão ao rei francês Francisco I¹⁷⁸.

Sobre a história balcânica, uma das leituras contemporâneas foi *Bosnie considérée dans ses rapports avec l'Empire Ottoman: Tableau politique et moral de l'Empire Ottoman* [Bósnia considerada em suas relações com o Império Otomano: Quadro político e moral do Império Otomano] (1822), do francês Charles Pertusie (1779-1836), adido da embaixada em Constantinopla de 1812 até a queda de Napoleão e oficial do regimento de artilharia montada da guarda imperial francesa. Pertusie se formou na École Polytechnique e em seguida

¹⁷⁶ Não foram encontradas outras informações sobre Montvéran além de que nasceu em 1764 e que tem outras publicações como: *Dénouement à toutes les puissances de l'Europe d'un plan de conjuration contre sa tranquillité générale* (1790), *Lettres de Lay, écrites par un vieux rentier, bourgeois de Paris* (1824), *Exposition sommaire et sur documents authentiques de la situation de la Compagnie des Indes et du commerce anglais en 1825* (1825), *Essai historique sur le système de colonisation militaire de la Russie* (1825), *Lettres sur l'Angleterre, par M. A. de Staël-Holstein* (1826), *De la jurisprudence anglaise sur les crimes politiques* (1829) e *Essai de statistique raisonnée sur les colonies européennes des tropiques et sur les questions coloniales* (1833).

¹⁷⁷ O projeto monumental passou por três historiadores distintos: iniciada por Paul François Velly em 1755, continuada por Claude Villaret de 1760 a 1767, depois por Jean-Jacques Garnier de 1767 à 1786, e finalizada por Antoine Étienne Fantin-Desodoards em 1786. A coleção se encontra inteiramente disponível em formato digital no site Gallica, da Biblioteca Nacional da França: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8595068x>.

¹⁷⁸ A relação entre Francisco I e Solimão resultou na aliança franco-otomana estabelecida em 1536. Neste movimento diplomático estratégico, a França garantiu seu mais importante aliado fora da Europa, algo que foi fundamental nas Guerras Italianas. A aliança militar alcançou seu ápice em 1553 (já no reinado de Henrique II). Algo marcante sobre essa aliança é sua natureza não ideológica entre um Estado cristão e outro muçulmano, o que causou escândalo na Europa e foi inclusive condenada posteriormente por Burckhardt como algo sacrílego. Mesmo assim, a colaboração militar durou até as campanhas napoleônicas no Egito otomano.

serviu na artilharia da parte veneziana da Dalmácia, quando pode estudar as antiguidades locais. Também foi associado da *Société Géographique* de Paris¹⁷⁹ e da Academia de Ciências de Besançon¹⁸⁰. Sua produção intelectual engloba Istambul e cercanias, além do estudo político e militar das regiões do Mar Adriático. O traço distintivo de suas obras é a abundância de informações sobre os monumentos e grupos étnico-religiosos em coabitação na capital otomana.

Outra obra bastante difundida e celebrada de Pertusie é *Atlas de promenades pittoresques dans Constantinople et sur les rives du Bosphore* (1815), ilustrada em gravuras pelo austríaco Benedikt Piringer (1780-1826) e em aquarelas pelo arquiteto francês Michel François Préaulx (1796–1827), este último tendo trabalhado com vários viajantes como Theodore Hope, Lord Elgin, Edward Daniel Clarke, Françoise Andréossy, Comte de Choiseul-Gouffier, George Hamilton Gordon¹⁸¹.

Ranke também usou como fonte sobre os Bálcãs o *Slavonien und zum Theil Croatien [Eslavônia e parte da Croácia]* (1819), do advogado, topógrafo, etnógrafo e escritor húngaro Johann von Csaplovics (1780-1847). Ele vinha de uma antiga família nobre da atual Eslováquia e após ter se formado advogado, mudou-se para Viena, trabalhando na chancelaria da corte húngara no país. Em 1813, começa a trabalhar para a casa real alemã de Schönborn¹⁸² como

¹⁷⁹ A *Société de Géographie* é a sociedade geográfica mais antiga do mundo, tendo sido fundada em 1878. A construção do Canal do Panamá foi decidida em suas reuniões.

¹⁸⁰ A *Académie des Sciences, Belles-Lettres et Arts en ville de Besançon* foi fundada em 1752.

¹⁸¹ Sir Theodore Cracraft Hope (1831 – 1915) foi funcionário público inglês no governo indiano e escreveu livros de gramática do idioma gujarati e um livro de viagem chamado *Surat, Broach and Other Old Cities of Goojerat* (1883). Thomas Bruce, Conde de Elgin e Kincardine (1766 – 1841) foi um nobre, soldado, político e diplomata escocês conhecido principalmente pela remoção das estátuas de mármore do Parthenon ateniense. Edward Daniel Clarke (1769 – 1822) foi clérigo, naturalista, mineralogista e viajante, tendo escrito, entre outras, *The Tomb of Alexander, a Dissertation on the Sarcophagus brought from Alexandria, and now in the British Museum* (1805), *A Description of the Greek Marbles brought from the Shores of the Euxine, Archipelago and Mediterranean, and deposited in the University Library*, (1809) e *Travels in various Countries of Europe, Asia and Africa* (1810–1819). O conde Antoine-François Andréossy (1761 – 1828) foi um nobre de origem franco-italiana que serviu como general de artilharia no exército francês e também como diplomata e parlamentar, tendo escrito memórias científicas sobre o Mar Negro e lagos dos Egito, além de tratados militares. Auguste de Choiseul-Gouffier (1752 – 1817), foi diplomata e aristocrata francês, tendo servindo como embaixador no Império Otomano entre 1784 e a queda da monarquia francesa, foi também especialista em Grécia antiga e escreveu *Voyage Pittoresque en Grèce* (1782). George Hamilton-Gordon, conde de Aberdeen (1784 – 1860) foi um dos mais prolíficos diplomatas britânicos do século XIX, tendo servido também como primeiro-ministro entre 1852 e 1855.

¹⁸² A casa aristocrática da família Schönborn foi soberana do Sacro Império, tendo seus membros ocupado cargos na Igreja Católica e no Império por séculos, além de seus membros terem sido eleitos governantes de principados eclesiásticos como o de Mainz, Würzburg, Worms, Trier e Bamberg. São também um dos mais importantes patronos do desenvolvimento do sul da Alemanha, notavelmente em

secretário, nomeado conselheiro da corte em 1819 e atuando como diretor do complexo de propriedades da família na Hungria. Csaplovics escreveu outras obras sobre o tema – como *Croaten und Wenden in Ungarn. Ethnographisch geschildert e Gemälde von Ungern. Mit einer ethnographischen Karte* [Croatas e cercanias da Hungria. Pinturas etnográficas dos húngaros. Com um mapa etnográfico] –, todas publicadas em 1829¹⁸³.

Outro historiador setecentista consultado por Ranke foi o orientalista e diplomata armênio Ignatius Mouradzea (Tosunyan) d'Ohsson (1740–1807), nascido em Pera, na parte oriental de Istambul. D'Ohsson seguiu a carreira de seu pai como intérprete da embaixada sueca junto ao governo otomano¹⁸⁴ e seu conhecimento das línguas árabe e turca o colocaram em contato com fontes privilegiadas sobre o Império Otomano, coletando informações sobre os costumes nacionais, hábitos, a vida no interior do *seraglio*, as mesquitas e a vida privada dos turcos (FINDLEY, 2019). Ranke cita *Tableau Général de l'Empire Othoman* [Quadro Geral do Império Otomano] (1787), escrito em sete volumes e constando de ilustrações da vida cotidiana otomana (o livro foi traduzido para o alemão entre 1788 e 1793 com tradução de Christian Daniel Beck¹⁸⁵). D'Ohsson também escreveu outro trabalho de fôlego sobre o tema, ainda que mais abrangente, o *Tableau Historique de l'Orient* [Quadro Geral do Oriente] (1804). D'Ohsson é o segundo orientalista mais citado por Ranke, precedido apenas por Hammer-Pugstall¹⁸⁶, o qual é discutido mais abaixo.

Um subtipo de referências que foi de interesse para Ranke são as de temática militar. Uma delas é o *Österreichische Militärische Zeitschrift* (ÖMZ) [Revista Militar Austríaca], jornal fundado em 1808¹⁸⁷ como publicação oficial das forças armadas austríacas criado após a derrota contra Napoleão e a necessidade de reorganização militar da Áustria realizada pelo arquiduque Karl

construções de arquitetura barroca. Sua era de ouro é chamada de *Schönbornzeit* (1642–1756) e também se refere ao estilo do Barroco da Francônia e Renânia.

¹⁸³ Curiosamente também escreveu *Guter Rath an Alle, die von rheumatischen Leiden befreit zu werden wünschen* (1815), um tratado com conselhos para a cura das dores reumáticas.

¹⁸⁴ A família parece ter seguido, de forma geral, o mesmo caminho, uma vez que Abraham Constantin Mouradzea d'Ohsson, seu filho, escreveu uma conhecida história dos mongóis.

¹⁸⁵ O título em alemão é *Allgemeine Schilderung des Othomanischen Reichs*.

¹⁸⁶ Sobre a relação com Hammer-Pugstall, consultar o [próximo tópico](#).

¹⁸⁷ E o mais antigo periódico científico militar do mundo com relatórios e análises nas áreas de política de segurança e política de defesa, polemologia, estratégia e toda a ciência militar, crises atuais, conflitos e guerras, bem como política de armas.

von Österreich-Teschen¹⁸⁸. Neste movimento não só a revista foi fundada como também um centro de pesquisa científica militar que resultou no arquivo do *Kriegsarchiv* [Arquivo de Guerra]¹⁸⁹ que, além de sua tarefa de coletar, indexar e organizar, também assumiu a tradição da historiografia e da pesquisa militar austríaca.

Nesta mesma seara, tem-se *Stato militare dell' imperio Ottomano* [Situação militar do Império Otomano] (1732), do acadêmico, naturalista emissário e soldado italiano Conde Luigi Ferdinando Marsili (ou Marsigli, latinizado Marsilius) (1658–1730). A história do autor dessa fonte é algo de cinematográfico: Marsili esteve em contato com as Guerras Turcas por toda a vida. Ele viajou após o término de sua formação acadêmica para a Ásia Menor visando coletar dados militares e de história natural do Império Otomano. Em seguida lutou contra os turcos a serviço do Imperador Leopoldo I¹⁹⁰, ferido e capturado, depois vendido a um *pasha* que havia conhecido na Batalha de Viena¹⁹¹ para depois ser libertado em 1684. Ao retornar às tropas imperiais, atuou como engenheiro militar e contribuiu para o sucesso do cerco de Buda e da guerra de expulsão dos turcos. Depois do Tratado de Karlowitz¹⁹², foi incumbido de liderar a demarcação do território austríaco, mapeando assim oitocentos e cinquenta quilômetros da fronteira entre Habsburgos e Império Otomano na Hungria. Passou, com isso, vinte anos entre os húngaros, onde coletou toda categoria de material científico e arqueológico.

¹⁸⁸ Carl Ludwig Johann Joseph Laurentius da Áustria, duque de Teschen (1771 – 1847) foi um general austríaco que comandou as tropas que derrotaram Napoleão na Batalha de Aspern.

¹⁸⁹ O Arquivo de Guerra faz parte do *Österreichisches Staatsarchiv*. A organização da informação de guerra dos Habsburgo se iniciou em 1711, quando o Imperador Joseph I ordenou a criação de uma posição de arquivista no Conselho de Guerra da Corte. Em seguida, o imperador Joseph II ordenou o processamento com base em registros das campanhas desde 1740. O arquiduque Karl também pretendia continuar esse acesso à história da guerra, iniciando a criação dos Arquivos Imperial e Real da Guerra em 1801. No final do século 19, os arquivos de guerra haviam assumido a maioria dos documentos militares que haviam sido armazenados em outro lugar até então.

¹⁹⁰ Leopoldo I (1640 – 1705) foi imperador do Sacro-Império romano e rei da Hungria, Croácia e Boêmia. Foi eleito em 1658 e foi o monarca Habsburgo com mais tempo de reinado (46 anos). Dentre outros eventos, seu reinado foi marcado pelo conflito com o Império Otomano e a Grande Guerra Turca (1683-1699), que durou uma década e da qual saiu vitorioso graças ao talento estratégico do príncipe Eugênio da Savoia.

¹⁹¹ A batalha ocorreu em 12 de setembro de 1683 após a cidade imperial ter sido cercado por dois meses pelas forças otomanas. Do lado europeu, houve uma coalização do Sacro-Império e da *Commonwealth* lituano-polonesa, marcando assim a primeira coalização militar contra os otomanos. O episódio foi um ponto de virada, já que a derrota otomana fez que com estes desistissem de atacar o Ocidente através de Viena.

¹⁹² Com o final da Grande Guerra Turca, o tratado de Karlowitz devolveu a Leopoldo I os reinos da Hungria que havia caído sob domínio otomano depois de 1526 na batalha de Mohács.

Entretanto, a outra referência militar que Ranke traz já é mais obscura do que o famoso conde Marsili. O *Descrittione dell' imperio turchesca* [*Descrição do Império Turco*] (1579), do capitão Pompeo Floriani, tem informações mais escassas e provavelmente não foi um texto publicado, mas algo que Ranke encontrou em arquivos. É conhecido que o referido capitão tinha experiência como engenheiro de fortificações e estradas, participou em 1573 da missão de conquista de Túnis liderada por Dom Giovanni da Áustria¹⁹³ e depois foi encarregado por Paolo Sforza¹⁹⁴ de estudar a possibilidade de construir um forte que garantisse a segurança na entrada do porto de Farina para evitar que a frota muçulmana desembarcasse a menos de cem milhas da costa. Em Malta, escreveu o *Discurso ao Redor da Ilha de Malta*, cogitando sobre o que poderia acontecer tentando os turcos o empreendimento de um ataque (1576). Após atuar em vários projetos civis de arquitetura e engenharia, foi novamente chamado, em 1592, para produzir relatórios de fortalecimento das fronteiras orientais da República veneziana, ameaçadas pelos turcos, o que dá origem ao *Relazione... dell'antica origine de' Turchi, e principio della casa Ottomana* [Relação ... da origem antiga dos turcos e início da casa otomana] (1593) (ADAMI, 1997).

Outra obra de história militar é *Ordo ac disciplina Turcicae militiae* [*Ordem e disciplina do exército turco*] (1550), do médico, historiador e biógrafo italiano Paolo Giovio (latinizado Paulus Jovius) (1483–1552). Giovio recebeu do Papa Leão X¹⁹⁵ a cadeira de Filosofia Moral e Filosofia Natural na Universidade de Roma e neste período iniciou seus ensaios históricos. Além do trabalho mencionada por Ranke sobre os turcos, ele também escreveu sobre Moscou em

¹⁹³ Don Juan de Áustria, italianizado em Don Giovanni da Áustria (1547 - 1578), foi um líder espanhol, almirante e diplomata. Filho do imperador Carlos V de Habsburgo, Don Giovanni é lembrado por sua carreira militar no comando da Santa Liga, com a qual derrotou os otomanos na batalha de Lepanto em 1571.

¹⁹⁴ Giovanni Paolo I Sforza (1497 –1535) foi um *condottiero* (líder militar das forças de milícia) italiano

¹⁹⁵ O papado de Leão X desempenhou papel importante na ameaça que o Império Otomano, sob comando de Selim I, representava na Europa oriental ao organizar uma cruzada que, no entanto, representou a frustração dos planos do Papa de centralizar as negociações com o Porte assim como coletar as doações e indulgências para o projeto. Já no sultanado de Suleiman, quando as Guerras Turcas foram retomadas, Leo X procurou apoiar os húngaros e fortaleceu as relações com a Igreja Ortodoxa Oriental, política que foi fortalecida por sucessores como Clemente VII e Paulo III.

um relatório ao Papa Clemente VII¹⁹⁶ sobre a embaixada de Dmitry Gerasimov¹⁹⁷. Giovio era um grande colecionador de retratos de soldados e letrados famosos, além de ser mais conhecido por sua obra historiográfica *Historiarum sui temporis* [*História de seu tempo*] (1550–52), a obra de teoria política *Elogia virorum bellica virtute illustrium* [*Os títulos de distinto poder militar*] (1554) e pelas biografias *Vitae virorum illustrium* [*Vidas de homens distintos*] (1549-57). Sua visão dos turcos deve-se a atividade de cronista das guerras italianas, onde foi testemunha ocular. (ZIMMERMAN, 2001).

Ainda são mencionadas por Ranke duas obras de fundo histórico-cultural: a primeira é a *Deutsche Grammatik* (1822), do filólogo, jurista e folclorista Jacob Grimm (1785–1863)¹⁹⁸ e a segunda a publicação de Vuk Karadžić que foi a revista *Danica* (1826-1834)¹⁹⁹. O uso dessas duas obras não é aleatório, pois a obra de Jacob Grimm e Karadžić são colaboradoras mútuas. A gramática do primeiro exerceu enorme influência sobre o estudo linguístico das línguas do germânico, romance e eslavo. Em contrapartida, em 1824, Grimm traduziu a gramática sérvia de Karadžić com uma introdução erudita sobre língua e literatura eslavas.

Pode-se formar um quadro geral a partir deste levantamento das referências utilizadas por Ranke. Em primeiro lugar, fica evidente que para além das abundantes referências às *Relazioni*, Ranke também recorre em seus textos – com as respectivas notas de rodapé – a outros intelectuais e fontes contemporâneas. Ranke tinha um senso apurado na seleção de suas fontes

¹⁹⁶ Clemente VII herdou uma situação política complicada tanto em relação aos otomanos, com a invasões da Hungria por Solimão, como também aos reinos cristãos, o que incluía a Reforma de Lutero, a luta entre Carlos V e Francisco I e o divórcio de Henrique VIII. Seu foco recaiu sobre os assuntos protestantes, procurando estabelecer a paz entre os príncipes cristãos e delegando ao sacro-imperador Carlos I os assuntos otomanos.

¹⁹⁷ Gerasimov (1465 – c. 1535), foi um tradutor, diplomata e filólogo russo. Traduziu o *Ars Grammatica* de Aelius Donatus, contraponto o latim à gramática empregada pela Igreja eslava. Trabalhou como intérprete nas embaixadas moscovitas nas cortes do imperador Maximiliano I, Prússia, Suécia e Dinamarca. Também acompanhou o grão-duque Vasili III à corte de Clemente VII quando o duque desejava se juntar à Liga Anti-Otomana. Foi nesta estadia que conheceu Giovio e relatou a ele informações sobre a geografia da Rússia, o que foi compilado por Giovio e se tornou a base para os mapas setecentistas de Moscou.

¹⁹⁸ A palavra “*deutsch*” do título se refere não apenas ao “alemão”, mas ao seu sentido etimológico de “comum”, sendo aplicado a todas as línguas germânicas. Nesta obra, Jakob Grimm cria o método de etimologia científica pela pesquisa da relação entre línguas e o desenvolvimento do sentido.

¹⁹⁹ O nome da revista remete a Đuro Daničić, o principal signatário do Acordo Literário de Viena de 1850, que com o encorajamento das autoridades austríacas, criou a base para a língua servo-croata. Đuro Daničić (1825 – 1882), por sua vez, foi um filólogo, tradutor, historiador da linguística e lexicógrafo servo com carreira prolífica no liceu de Belgrado.

secundárias, escolhendo obras e autores que tinham reconhecimento. Com isso, privilegiava duas categorias de autores: os que tinham experiência diplomática e os que foram testemunhas oculares dos temas tratados em suas obras, o que geralmente aponta pela preferência por autores com experiência prática com o Oriente.

Como indica Andreas Boldt, Ranke escreveu no prefácio da História da Inglaterra que “ele usou apresentações “nativas” para seu trabalho, pois eles tinham o melhor intuição”, salientando que usou mais fontes e documentos do que nunca e a importância dos documentos por embaixadores estrangeiros (2017, p. 7). Ao cotejar essa declaração com o levantamento de fontes utilizadas por ele, percebe-se que, na falta dos típicos documentos institucionais, Ranke observou nos relatos de viagem outra fonte “nativa” que pudesse fornecer a visão histórica necessária para a composição da pesquisa. Ranke assim participa da visão não totalmente equivocada de que:

O quadro de eventos elaborado por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com a imparcialidade e o distanciamento de um pesquisador. É como uma máquina fotográfica, que pode ser focalizada em função de diferentes distâncias — *close up*, plano médio e grande distância. Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou os eventos que está estudando. (ELIAS, 1997)

Hoje vê-se que essas fontes não eram assim tão confiáveis quanto Ranke as creditou, reconhecendo-se que a relação entre as várias formas de representação do otomano muitas vezes se misturam. Nelas, ficção e realidade se confundem, sendo que “caracterização, drama e outros requisitos narrativos também devem ser estudados em uma forma narrativa que foi regularmente acusada de ficção, e que incorporou muitas vezes anedotas inverificáveis em seu texto supostamente factual” (HARRIGAN, 2008, p. 18).

No entanto, como Ranke se cercou de fontes institucionais e literárias, o cotejamento das informações fez com que o resultado de suas obras sobre os otomanos fosse, em geral, acurado no que diz respeito aos elementos factuais. Além disso, sua própria personalidade parecia rejeitar rumores fantásticos e exagerados e, caso escolhesse integrá-los para efeitos narrativos, o elaborava com o aviso de serem anedotas ou crenças populares.

Uma evidência que atesta a favor da acuracidade da análise obtida por Ranke são os pesquisadores posteriores que usaram o próprio Ranke como

fonte para suas pesquisas. No que diz respeito aos otomanos, destaco Fernand Braudel. Em *O Mediterrâneo*, Braudel concorda com Ranke duas vezes: na primeira, concorda com a caracterização de Ranke sobre “sultões ociosos” (1983, p. 422)²⁰⁰; na segunda, usa a nomenclatura de Ranke em referência aos otomanos, chamando-os “osmanlis” (1983, p. 520)²⁰¹. Isso indica que, de alguma forma, o lugar que Ranke reservou ao Império Otomano resistiu ao tempo e passou no crivo do maior especialista em história mediterrânea, o que é sem dúvida algo significativo.

Um segundo ponto a ser considerado no exame das fontes utilizadas por Ranke é seu gosto por literatura de viagem, algo que apelava especialmente ao gosto literário de Ranke, que, como se sabe, gostava de romances históricos e de aventuras²⁰². O próprio Ranke dedicou-se a escrever sobre suas experiências de viagens como no caso da Irlanda, terra natal de sua esposa, mas manteve essas passagens de diário e as correspondências a respeito dessas experiências não publicadas (BOLDT, ANDREAS, 2004).

A leitura de literatura de viagem também conecta Ranke à tradição filosófica em relação ao Islã, pois este gênero produzido por viajantes da Turquia e da Pérsia durante o século XVI e XVII influenciou filósofos e pais da Igreja que, no que lhe concerne, utilizavam esses viajantes para fazer comparações e extrair conclusões morais, filosóficas e religiosas (ROUILLARD, 1973, p. 170).

Como explica Percy G. Adams, essas obras também influenciaram a ficção, fornecendo, a partir de experiências reais, conhecimento geográfico, informação do Alcorão, costumes e até mesmo episódios inteiros copiados de descrições dos viajantes (2015, p. 13). Neles vê-se também o estereótipo familiar do turco cruel, presente tanto na ficção como na filosofia e historiografia, algo que repercute o tema do bárbaro e o sentimento traumático do medo ocidental (2015, p. 238). No caso específico da História, a conexão entre a literatura de viagem e a historiografia (notadamente a historicista) vai além:

²⁰⁰ Braudel também menciona Hammer e “seu precioso livro sobre o Império Otomano” (1983, p. 281).

²⁰¹ Não só isso, mas a afinidade entre Braudel e Ranke vai ainda mais além quando o historiador francês declara que: “Só depois de muitas hesitações me decidi a publicar esta terceira parte sob o signo dos acontecimentos: ao fazê-lo assim, vinculo-a a uma historiografia francamente tradicional. Leopold von Ranke reconheceria aí os seus intentos, a sua maneira de escrever e de pensar” (1983, p. 273).

²⁰² A esse respeito se comenta bastante acerca de leituras Ranke das obras de Sir Walter Scott.

O turco, o chinês, na verdade quase todas as nacionalidades, foram dissecados direta ou indiretamente por uma longa linha de escritores de viagens, de Mandeville interpretando os árabes, a Colombo e seu colega Dr. Chanca fornecendo fotos conflitantes dos americanos, a Varthema e Pyrard analisando os nativos da Índia e Chardin relatando os persas. Essa tradição fascinante que tenta separar o caráter do povo de uma nação do de outra faz parte da tradição do romance internacional, da literatura do *Grand Tour* e do *Bildungsroman*; e, como veremos, está intimamente relacionado à linguagem e ao estilo do livro de viagens e do romance. (ADAMS, 2015, p. 13)

Igualmente nesse aspecto pode-se constatar o apelo deste tipo de literatura como fonte para Ranke, pois há uma confluência de visões e objetivos, sendo que o diálogo entre os dados antropológicos, geográficos, sociológicos e culturais eram compartilhados entre escritores e historiadores (BERMAN, 2013, p. 181). Com isso percebe-se que Ranke foi, com a ajuda dessas leituras, um grande contribuidor para o desenho das especificidades de cada nacionalidade, buscando distinguir o *Volksgeist* de cada nação, incluindo a Sérvia e até mesmo os otomanos. Para isso, Ranke travou diálogo com um impulso intelecto-cultural maior que refletia os lugares do Império Otomano no consciente e no inconsciente dos europeus desde o século XV até o XIX.

Desta forma, muitos temas presentes em Ranke são igualmente prolíficos na literatura de viagem. Um deles é o problema religioso, onde Islã e Império Otomano são geralmente fundidos em uma única identidade. Um tema especialmente presente no caso dos viajantes é o domínio otomano sobre a Terra Santa, algo que, como já mencionado, causa profundo choque nos ocidentais; outro tópico é a opressão dos cristãos que vivem em território otomano. Sobre este último, como também já foi apresentado, é um elemento sensível para Ranke e sobre o qual ele constrói sua argumentação em defesa da intervenção ocidental nos Bálcãs, mostrando, portanto, que essa opinião “não estava de forma alguma restrita à literatura de viagem ou a autores que realmente estiveram no Império Otomano”, mas que também “outras formas de texto testemunham uma percepção compartilhada do absolutismo do poder otomano e da ameaça que ele representava para a cristandade” (HARRIGAN, 2008, p. 132).

Logo, Ranke compartilhava com viajantes – assim como com acadêmicos – a percepção da “uma oposição religiosa em que a Europa era inevitavelmente retratada como uma unidade cristã” (HARRIGAN, 2008, p. 135) e via, assim como os viajantes a quem consultou como fonte, que havia grande perigo na

crescente conversão de cristãos ao Islã no caso da Bósnia, por exemplo. Nisso Ranke ecoa as preocupações de Lutero e de outros homens da Igreja, lembrando que o próprio Ranke vem de uma linhagem familiar de pastores luteranos.

Esses ex-cristãos, os renegados, que haviam abandonado sua fé e adotado o Islã, eram objeto de constante condenação por viajantes ao Oriente Próximo, e particularmente ao Império Otomano, que insistia no perigo insidioso de abandonar o Cristianismo e adotar o Islã em seu lugar. (HARRIGAN, 2008, p. 161)

Ranke não julgava esses cristãos, mas buscava compreender a situação delicada em que se encontravam, entendendo essas conversões mais como um sintoma do abandono que sofriam por parte dos cristãos ocidentais e seus respectivos governos europeus. Mesmo assim, o uso extensivo que Ranke fez dos relatos de viagem indica que essas foram possíveis influências – além dos jornais da época – para o posicionamento de Ranke a respeito da Questão Oriental.

Apesar disso, é preciso considerar que a mesma ambiguidade observada na filosofia também aparece nos relatos de viagem, já que “apesar deste nível amplamente reconhecido de imensa crueldade, os modos e requinte dos habitantes do Império Otomano e da Pérsia continuaram a intrigar os viajantes” (HARRIGAN, 2008, p. 157) da mesma forma que eram um tópico estimulante para muitos acadêmicos orientalistas. Isso é igualmente observável nas caracterizações positivas realizadas por Ranke, ainda que essas geralmente se concentrassem na admiração da organização militar das tropas do sultão.

Por fim, outro elemento perceptível nessas fontes, principalmente os relatos de viagem, é que algumas, como foi sinalizado acima, tinham elementos artísticos. Logo, a influência da referência visual deve ser igualmente considerada quando é ponderado o lugar do Império Otomano na obra de Ranke. Assim, Ranke escolhia igualmente obras que tinham o elemento visual e artístico, o que pode ser considerado outra forma de mergulhar histórica e culturalmente do mundo otomano e balcânico.

As referências imagéticas que acompanham esta literatura são caracteristicamente paisagens e cenas cotidianas. Quanto às paisagens, Peter Burke indica como elas mesmas evocam certos *topoi* narrativos, ou seja, uma compreensão específica dos lugares retratados, as “paisagens típicas ou simbólicas que representam determinadas nações através de sua vegetação

característica” que no caso do Império Otomano, é marcado pela representação de monumentos históricos egípcios, desertos, palmeiras, beduínos e seus camelos, etc. (BURKE, 2017, p. 72).

Há igualmente aspecto simbólico, pois se a paisagem é uma construção com intenções que podem ir desde a oferta de fruição estética até mensagem. Em alguns casos, há também situações em “que a paisagem evoca associações políticas ou (...) expressa uma ideologia, como o nacionalismo” (BURKE, 2017, p. 73). A construção desse tipo de paisagem como a do Império Otomano tem em si uma mensagem histórica, pois “a presença dessas ruínas – confirmadas pela história oral, folclore e escavações arqueológicas – evoca um senso de antiguidade e enfatiza a importância do passado” (SMILES; MOSER, 2005).

É interessante aqui então colocar a pergunta sobre o impacto dessas imagens na visão rankeana do Império Otomano, já que até mesmo desde a Idade Média “os enfoques iconográfico e iconológico assumem um papel, auxiliando os historiadores a reconstruírem o passado” (BURKE, 2017, p. 75). A questão se coloca nos mesmos termos em que Mark Moss explica sobre a importância da imagem e sua relação central com a História no ocidente:

Ainda mais direto ao ponto, para muitas pessoas, muito do que elas percebem como vida, como história, como sociedade, é de alguma forma ou algumas formas, um derivado da imagem. Mesmo em seus pensamentos mais íntimos, que indivíduo entende ser totalmente seu, são na verdade algum composto de sociedade encharcada de imagens. A compreensão humana passou a ser definida na forma de recursos visuais. Os recursos visuais estão ao nosso redor, e até mesmo dentro de nós, e, portanto, não são tanto as imagens em si, mas a tendência moderna de retratar ou visualizar a existência. A história é muitas vezes percebida como uma composição visual, que envolve a digestão de uma miríade de acessórios visuais que foram “arquivados” e podem ser recuperados, e podem ser consumidos e reproduzidos continuamente. (MOSS, 2010, p. 3)

Algumas pistas para a relação de Ranke com a simbologia imagética estão na análise do seu próprio estilo, pois, no caso de Ranke, essa questão se torna interessante enquanto se contrasta suas declarações metodológicas com o resultado de seus trabalhos.

Segundo Kathrin Maurer, o critério de Ranke para a história passava por uma “desretorização, estudo das fontes e narrativa”, criticando historiadores predecessores como Guicciardini “por integrar ornamentos retóricos, ilustrações fictícias, discursos imaginários e documentos falsos em sua historiografia” (2013, p. 11). Esta crítica levou Ranke a escrever baseado em novos termos,

empregando, como ele mesmo declara, “memórias, diários, cartas, correspondência oficial e relatos originais das testemunhas oculares” (RANKE, 1824, p. 4).

Para Ranke, bem como para as próximas gerações de historiadores acadêmicos, o estudo das fontes textuais tornou-se o critério central para escrever a história profissional. Como muitas das cartas e notas de Ranke mostram, o arquivo incorporou o local de trabalho ideal para o “novo” historiador e, portanto, foi o berço de técnicas profissionais de trabalho histórico, como o aparato de notas de rodapé, referências e bibliografias. (MAURER, 2013, p. 11)

Entretanto, Maurer mostra como o paradigma rankeano não expulsa a retórica renascentista e iluminista, mas emprega outros tipos retóricos em seu lugar. Assim, sua proposta teórico-metodológica implicaria em “outro conjunto de formas poéticas, como estratégias que têm a tarefa de transmitir a impressão de autenticidade, verossimilhança e verdade ideal”. Essa forma leva Ranke a integrar “o discurso acadêmico e a arte em sua concepção de historicismo, onde a tarefa da estética é representar e reproduzir as descobertas acadêmicas” (MAURER, 2013, p. 12). Isto leva Maurer a propor uma visão artística da obra de Ranke, considerando que elas “integram modos de percepção popular do passado praticadas no meio ótimo do panorama”.

Os escritos de Ranke costumam definir cenas históricas em paisagens pitorescas e panoramas de montanhas. Empregando a estética do panorama como uma estratégia poética de representação, os escritos de Ranke representam o tempo histórico como visões de paisagens monumentais. Essas imagens textualmente fabricadas congelam o passado em imagens estáticas que vão contra um conceito de história baseado em eventos, temporalidade e a grande narrativa. (MAURER, 2013, p. 22)

Jörn Rüsen, no que lhe concerne, aborda a mesma questão, afirmando igualmente que:

Poder-se-ia falar de um processo de antirretórica, se por retórica se entender uma estratégia de apresentação cuja plausibilidade aos olhos de seus destinatários está não no discurso racional de uma argumentação científica, mas no intento de conferir à apresentação uma forma (apenas) literariamente atrativa. As formas de apresentação são transformadas em veículos de uma argumentação histórica discursiva. Não se quer dizer com isso, todavia, que a cientificidade da historiografia perca seu encanto literário, embora a ocorrência de um estilo algo seco e de alguns barbarismos técnicos pareça indicar o contrário. (RÜSEN, 2007, p. 16–17)

Rüsen argumenta que Ranke consegue exemplificar “que retórica e estética podem ser mediadas pela racionalidade”, o que o insere em uma dupla tradição que é aquela que traz “uma nova qualidade literária à escrita da História” e aquela outra que “faz parte integral da literatura em prosa do século XIX, assim

é possível que “olhemos para sua obra como um documento da historiografia científica e, em simultâneo, uma parte importante da arte do assim chamado realismo narrativo” (1990, p. 190).

A diferenciação feita por Rüsen entre retórica e estética é essencial por compreender qual é a clivagem desejada por Ranke e diferenciar sua atitude em relação à escrita da História dos modelos que o precederam:

Por sua retórica, a historiografia realiza sua função prática de orientar a vida prática de seu público ao longo do tempo. Transforma a necessidade de ação nas formas linguísticas de sua orientação temporal pela memória histórica. Ao fazer isso, segue a lógica das necessidades práticas na interpretação do mundo humano e na autocompreensão. A estética introduz o elemento de liberdade nessa restrição das necessidades práticas que moldam a historiografia; ela liberta as memórias históricas que conduzem à ação do domínio dos interesses práticos e abre um espaço para a autorreflexão livre na orientação temporal da atividade humana. É a atratividade de lidar livremente com o conhecimento histórico enquanto o usa retoricamente na luta cultural pela vida. (1990, p. 199)

Se utilizada como base interpretativa, penso que a proposta de considerar o elemento estilístico e pensar em Ranke também como um produtor de arte literária (e, com isso, de imagens) tem poder explicativo considerável quando aplicado à contribuição de Ranke sobre o Império Otomano. Isso se justificaria porque, através do tropo narrativo do panorama, Ranke conceituou a história nacional de uma forma especialmente imagética:

O trabalho de Ranke exhibe uma conexão entre história e geografia, e sua historiografia exhibe analogias com formações geológicas, topografias e descrições geográficas. Aspectos que também podem ser encontrados no gênero dos livros de história ilustrados, em que muitas imagens mostram circunstâncias geográficas, condições climáticas e referências geológicas. (MAURER, 2013, p. 23)

Isso significa que Ranke faz parte de um grande movimento de produção de imagens – escritas ou pictóricas – sobre o Oriente, o que de certa maneira o une à grande tradição do orientalismo artístico. Também indica que, de fato, os lugares do Império Otomano em Ranke correspondem tanto ao elemento geográfico como simbólico.

É preciso lembrar que essas imagens colocadas por Ranke, assim como as demais imagens do Oriente produzidas em sua época, podem ser divididas em dois tipos: o romântico (marcado pelo exótico) e o etnográfico (marcado por um estilo mais documental ou “de reportagem”). Isso aponta para a classificação de que a pintura acadêmica orientalista abarca as categorias dos realistas, que

pintavam o que observavam *in loco* e aqueles que imaginavam cenas orientais sem nunca ter deixado seus estúdios (VOLAIT, 2015, p. 261).

Todavia, essas categorias podiam gerar resultados híbridos entre si, pois existiam também pintores (e escritores) que se encontravam nos lugares que iriam retratar e mesmo assim abordavam a composição a partir da perspectiva romântica. Da mesma forma, vê-se eruditos de gabinete que se dedicavam ao aperfeiçoamento etnográfico de suas descrições através de pesquisa minuciosa. Desta forma, a abordagem do Oriente parece-nos mais uma questão de postura e visões individuais do que qualquer limitação de acesso às localidades estudadas, diferente do que sugere Said em sua hipótese sobre o diferencial do orientalismo alemão.

Ranke, no meu entender, tende mais ao segundo estilo ao buscar uma visão mais factual do Império Otomano e, mesmo quando os comentários ganham um tom pessoal, seu enfoque raramente tende ao exótico e chega, no máximo, ao anedótico. A impressão geral deixada pela visão de Ranke dos otomanos é a de alguém que mantém a compostura e que não se deixa chocar ou impressionar, algo que lembra a famosa passagem de Marc Bloch sobre o *métier* de historiador:

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. *Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.* (2002, p. 54)

Este elemento factual poderia ser descrito também como realista se pensado de um ponto de vista da representação narrativa, o que corresponde ao que Ranke descreveu como “reproduzir a vida aparente” [*das erschienenene Leben wieder zu reproduziere*] realizada através da ativação da “habilidade de recriar” [*Vermogen der Wiederhervorbringung*] (RANKE, 1974, p. 72).

Em relação às decisões políticas do governo otomano, Ranke parece muito mais incomodado com a injustiça e a já mencionada ideia de que as atitudes otomanas representavam “ruptura com a ordem natural das coisas”, visto que os

métodos de justiça e ordenação governamental parecem-lhe arbitrárias e alicerçadas na licitude violência em todos os níveis da vida no Império.

De qualquer forma, Ranke precisa lidar com a armadilha das descrições caricaturais tanto de otomanos quanto dos Bálcãs, algo que é um problema frequente na formação de imagens do “outro”.

A busca do característico coloca um problema porque “aquilo que é considerado típico de uma determinada cultura pode ser resultado de anos de observação, mas também pode ser fruto de uma leitura apressada ou de puro preconceito” (BURKE, 2017, p. 183). Além disso, não deixa de ser verdadeiro que, geralmente, “é mais fácil, em princípio, reconhecer os elementos compartilhados do *habitus* nacional no caso de outros povos do que no daquele a que se pertence” (ELIAS, 1997, p. 15).

Considero que Ranke não pertence – ao menos totalmente – ao grupo dos intelectuais (e artistas) que recorrem ao lugar-comum do típico por duas razões: primeiro a visão de história que guia sua pesquisa valoriza por si só a busca pelas individualidades e, ao contrário desse posicionamento, lugares-comuns são especialmente produzidos em contextos de generalizações. Em segundo lugar, apesar de Ranke compartilhar de uma cultura geral que tem por vezes visões bastante fixas dos otomanos, seu lado científico tem peso significativo e o levou a olhar para a questão de um ponto de vista mais múltiplo. A abordagem histórica levou-a compreender que identidades se formam em movimento histórico constante, como constatou Elias:

Torna-se tão logo evidente que o ‘habitus’ nacional de um povo não é biologicamente fixo de uma vez por todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido. À semelhança das tribos e dos Estados, um *habitus* nacional desenvolve-se e muda ao longo do tempo. Também existem, sem dúvida, diferenças biológicas, herdadas, entre os povos da Terra. Mas até mesmo povos de composição racial semelhante ou idêntica podem ser muito diferentes em seus respectivos *habitus* nacionais ou mentalidades — ou seja, no modo como se relacionam mutuamente. (ELIAS, 1997, p. 16)

Neste sentido, é preciso considerar o papel da imaginação histórica. Pensada em sua raiz alemã *vorstellen*, ela indica literalmente “colocar diante de si”, ou seja, é mais que representar (apresentar novamente, geralmente em forma de cópia ou farsa), mas de reviver, de trazer a vida como uma ressurreição diante dos próprios olhos. O objeto da História enquanto pesquisa e narrativa e

tornar essa ressurreição o mais completa e presente possível, neste sentido se aproximando quase de uma restauração de uma preciosa pintura.

No caso da relação entre Império Otomano e a obra rankeana, a noção de *Vorstellung* é importante. Ela se mostra necessária tanto pela própria natureza da empreitada historiográfica que Ranke toma para si, buscando trazer à vida a história “*wie es eigentlich gewesen ist*” [como realmente aconteceu]. Também se mostra ferramenta necessária porque Ranke não tem acesso direto ao mundo otomano e precisa trazê-lo à vida por meio do auxílio imaginativo. Isto é obtido através da pesquisa historiográfica que recorre a testemunhas oculares e, através delas, Ranke consegue acessar essa realidade de forma indireta. Esse exercício é, como enfatiza Christopher Dawson, a essência do estudo historiográfico:

Um dos maiores méritos da história está em nos fazer sair de nós próprios, em nos afastar das verdades acabadas e em nos descobrir uma realidade que, sem ela, permaneceria para sempre de nós desconhecida. Muito temos a ganhar com nos enfronharmos no estudo dum período totalmente diferente do que conhecemos, dum mundo diferente, mas não menos real e até ainda mais real (...). (DAWSON, 1956, s.p.)

Entretanto, essa imaginação passa por condicionais sociais. Ranke participa em certa medida do imaginário social em relação aos otomanos. Assim, o que entendo é que não só Ranke pode ter sido influenciado pelas imagens (em pintura ou em texto) contidas nos relatos de viagem como ele próprio foi produtor de imagens sobre o mundo otomano.

4. RANKE E HAMMER-PURGSTALL

O outro conjunto de fontes secundárias utilizado por Ranke foi o de obras historiográficas. Dentro dessas pesquisas, a autoridade a quem Ranke mais recorre é o historiador orientalista austríaco Joseph von Hammer-Purgstall. Ranke o indica como fonte quinze vezes em *Povos e Príncipes do Sul da Europa*, além de outras citações em suas demais publicações como *História da Sérvia* e *Zur Geschichte von Oesterreich und Preußen*.

Ernst Schulin aponta para a influência de Hammer-Purgstall nas alterações da segunda edição de *Príncipes e Povos do Sul da Europa* [*Fürsten und Völker von Süd-Europa*] de 1837, pois a publicação de *História do Império Otomano*

[*Geschichte des osmanischen Reiches*] haveria trazido ao conhecimento de Ranke manuscritos e arquivos inéditos (1958, p. 241).

Essas duas informações contrastam fortemente com a afirmação de Alexander Haridi de que “Ranke descartou o último [Hammer-Purgstall] porque Hammer dependia de fontes otomanas, e não europeias, e o eurocêntrico Ranke acreditava que os relatos venezianos eram muito mais confiáveis” (2005, p. 98). A questão parece ser justamente o contrário dessa exclusão, pois Ranke nutria não só respeito e reconhecia Hammer como adotou suas obras com consistência enquanto fontes secundárias. O emprego das obras de Hammer-Purgstall em Ranke contrabalanceava o uso das narrativas de viagem e colocaria o texto em um patamar mais cientificamente informado, visto que:

Hammer-Purgstall estaria virtualmente sozinho ao devotar atenção à história e literatura modernas. A maior parte do campo foi deixada para os viajantes, alguns dos quais transmitiam muitas informações etnográficas, mas poucos dos quais falavam as línguas nativas. (MARCHAND, 2001, p. 100)

Eu gostaria aqui de delinear então brevemente as proximidades e afastamentos de Ranke com o orientalismo germânico a partir de uma comparação de trajetória entre Ranke e Hammer. Em primeiro lugar, os dois não só têm semelhanças contextuais como viveram e trabalharam no mesmo espaço, como atesta a carta de Ranke sobre seu trabalho nos arquivos de Viena:

Depois das três eu me coloco a caminho do arquivo. Hammer ainda está trabalhando aqui em seus assuntos otomanos e um Herr Buchholtz que quer escrever uma história de Fernando I. É realmente um escritório completo. Encontram-se canetas, abridores de carta, tesouras e tudo mais, tudo pronto para cada um e há um espaço de trabalho bem-definido para cada. Geralmente fica escuro bem cedo e eu acho muito agradável quando o inspetor grita “A Liecht” [“Uma Luz” no dialeto vienense]: de uma vez os serviçais trazem duas para cada pessoa que está trabalhando aqui. (RANKE, 1849a, p. 131–132)²⁰³

Hammer trabalhou como representante diplomático em Istambul entre 1799 e 1807, onde participou da expedição inglesa contra a França. Após essa experiência local, retornou do Oriente sendo feito conselheiro privado do governo

²⁰³ "Nach drei Uhr begeben sich nach dem Archiv. Hier arbeitet noch Hammer (an den osmanischen Sachen) und ein Herr v. Buchholtz, der eine Geschichte Ferdinands I. schreiben will. Es ist eine vollige Kanzlei: man findet Federn, Federmesser, Papierschere usw. vorbereitet, hat seinen umziumten Platz. Gewöhnlich wird es bald etwas dunkel, und ein angenehmer Augenblick ist mir, wenn der Vorsteher ruft: 'a Liecht,' worauf der Diener für jeden, der da arbeitet, deren zwei bringt."

austríaco. No ano em que Ranke publica sua primeira obra, 1824, Hammer recebe o título de cavaleiro em seu país natal.

Como já foi dito, diferentemente de Ranke, Hammer era um orientalista especializado, tendo publicado inúmeros textos e traduções de autores persas, árabes e turcos. Ranke, por sua vez, era um especialista em história moderna e contemporânea da Europa, aventurando-se pelo Oriente quando a história do Ocidente e Oriente se entrecruzavam nos documentos que consultava ou então em problemas político-diplomáticos prementes como a Questão Oriental.

As proximidades são mais abundantes do que a diferença nesse caso. Assim como Ranke, Hammer teve uma longa e prolífica carreira como historiador e foi pioneiro na sua área de estudos. Ambos foram entusiastas de seus campos e encabeçaram a institucionalização da pesquisa histórica – Ranke em seu trabalho original como pesquisador e professor da Universidade de Berlim e Hammer como incentivador e primeiro presidente da Academia Austríaca de Ciências e depois tendo grande influência nas diretrizes da Sociedade Oriental da Áustria, nomeada posteriormente de Academia Austríaca Oriental Hammer-Purgstall em sua homenagem.

Se Hammer foi o primeiro a publicar a tradução completa do poeta persa Hafez, Ranke foi o primeiro a explorar as *Relazioni Veneziani* (os arquivos diplomáticos de Veneza durante o período moderno). Ambos tinham o mesmo espírito de desbravamento intelectual que parece dar o tom da historiografia oitocentista. Ambos fundaram revistas nas quais escreviam com mais liberdade e manifestavam gostos pessoais e opiniões: Ranke a *Historisch-politische Zeitschrift* [Revista Histórico-Política] (1832-1834) e Hammer-Purgstall a *Fundgruben des Orients* [Tesouros do Oriente] (1809-1818), onde eram publicados artigos com tema de filosofia, história, poesia, astronomia e literatura de viagem²⁰⁴. O modelo dessa revista serviu para que orientalistas posteriores fundassem a *Zeitschrift der deutschen morgenländischen Gesellschaft* (ZDMG) [Jornal da Sociedade Alemã Oriental] na década de 1940 (BROCKELMANN, 1922, p. 10–11).

²⁰⁴ A revista excluía, entretanto, temas de teologia.

Uma das proximidades mais interessantes entre Ranke e Hammer diz respeito à crítica que ambos receberam em relação ao seu tratamento do Oriente. Apesar das largas contribuições de Hammer para os estudos orientalistas, o historiador recebeu críticas de seus colegas. Por exemplo, outro orientalista austríaco, Friedrich von Diez, dedicou nada menos que 600 páginas de seu trabalho sobre a literatura oriental para insultar Hammer (DIEZ, 1815). Assim, os trabalhos continuaram mesmo sob a crítica da geração mais velha de filólogos que compreendiam a *Orientalistik* diversamente:

Hammer-Purgstall continuou a produzir volumosos tomos (seu *Geschichte des osmanischen Reiches* de dez volumes apareceu em 1827-35), mas suas obras foram atacadas cada vez mais por filólogos, que consideravam suas traduções muito vagas e seus métodos críticos duvidosos. (MARCHAND, SUZANNE L, 2010, p. 100)

Ranke, por outro lado, também foi alvo de muitas críticas, ainda que seu sucesso e influência supere os comentários de seus opositores. Assim como Hammer, Ranke também foi criticado justamente onde, no meu entender, seu trabalho se torna diferenciado e empreendedor: isto é, no fôlego da amplitude temática. No que diz respeito ao Oriente, as críticas – principalmente as mais recentes²⁰⁵ – recaem sobre sua falta de especialização para falar do tema e sobre sua abordagem considerada insuficiente ou até mesmo preconceituosa.

Esse posicionamento aponta para a exigência arraigada nas ciências de alta exigência na restrição temática que acompanha a crescente especialização dos estudos históricos, uma exigência que no caso Ranke-Hammer está presente seminalmente quando da institucionalização da profissão de historiador. A figura do generalista, foi, portanto, cada vez mais afastada do ambiente universitário.

Uma das diferenças entre ambos é que enquanto o campo da história moderna sofreu uma expansão que promoveu os acadêmicos que atuavam nesses temas, enquanto orientalistas de talento ímpar como Hammer-Purgstall tiveram que lutar mais por seu lugar ao sol no ambiente universitário.

Assim, assim que Ranke e Droysen começaram a atrair grandes multidões para suas palestras sobre a Europa moderna, uma tendência oposta estava se instalando em *Orientalistik*. O conhecimento sobre o Oriente moderno não era extenso no mundo de língua alemã antes da

²⁰⁵ Essas críticas estão nominalmente apresentadas na revisão bibliográfica da parte I.

década de 1820, mas depois dessa época, ele se tornaria ainda mais escasso. (MARCHAND, SUZANNE, 2001, p. 100)

Esta aceitação de um determinado campo em detrimento do outro era refletido nas possibilidades políticas oferecidas tanto a Ranke quanto a Hammer. Enquanto Ranke aconselhava os príncipes da Prússia e da Baviera, tendo ampla circulação nos meios políticos da época, Hammer encontrou resistência no governo austríaco e, apesar de ter “tentado repetidamente conseguir um posto diplomático em Constantinopla, argumentando que ele conhecia as línguas e os território melhor do que qualquer outro candidato”, Metternich nega a nomeação e declara, segundo citação do próprio Hammer que: “Entre os subalternos que nomeio para cargos ministeriais, não posso usar intelecto superior nem conhecimento especial; preciso de máquinas sem personalidade (HAMMER-PURGSTALL, 1940, p. 236)”.

Aqui não só se deixa entrever a diferença na recepção de historiadores da época moderna e na de orientalistas como também aponta para discrepância entre a política alemã e a austríaca em relação aos intelectuais, revelando principalmente a postura de Metternich, reforçando sua dissonância com Ranke²⁰⁶.

A comparação rápida entre Ranke e Hammer mostra que eles guardavam entre si algumas afinidades significativas em suas biografias e abordagens intelectuais. No que diz respeito à crítica, mostra como as práticas que caracterizam o fazer historiográfico já estavam presentes na aurora de sua institucionalização e regulamentação metodológica. A primeira delas é a importância das fontes para a validação da pesquisa, a segunda a autoridade que advém de um historiador especializado.

É preciso reconhecer que Ranke leva ainda mais longe sua ambição de uma História abrangente, ainda que para o gosto de alguns tenha ficado aquém do ideal em seu projeto.

Logo, se há um afastamento de Ranke em relação às tendências dos estudos orientalistas de seu tempo é que a obra de Ranke foi inspirada, em última instância, por tendências mais generalizadoras fundamentadas de sua

²⁰⁶ As diferenças entre Ranke e Metternich é explorada na parte II.

compreensão de História como um estudo guiado pela busca de conexões, de movimentos²⁰⁷. Nesse sentido, Hammer também parecia estar em um movimento diferente daquele seguido por seus colegas que mergulhavam na alta especialização dos temas de pesquisa, preferindo uma abordagem mais ampla, mesmo dentro de um campo específico.

Este conjunto de informações acerca do contexto político e intelectual de Ranke que foi elencado até agora leva a algumas relações e conclusões que passam então a serem consideradas abaixo. Um tema recorrente na fortuna crítica de Ranke é a sua imparcialidade, sua falta de “coloração política” e objetividade acima de qualquer suspeita. Entretanto, o olho de Deus do historiador tem seus limites. O primeiro deles é que o historiador não é um deus nem deve ousar pensar em si como tal – premissa básica da ética cristã da qual Ranke faz parte; o segundo é que a imparcialidade rankeana é muito mais nuançada do que poder-se-ia supor, pois, às vezes, como colocou C. K. Chesterton, “imparcialidade é um nome pomposo para a indiferença, que é um nome elegante para a ignorância” (CHESTERTON, 1900).

Um dos pontos de destaque na procura dos lugares do Império Otomano na obra de Ranke foi a percepção de que Ranke interpreta a questão a partir de um posicionamento político e cultural específico que reflete um posicionamento.

É preciso entender a imparcialidade rankeana como um ideal. E, como o próprio Ranke explicita:

Olhar para o mundo, passado e futuro, absorvê-lo no meu ser, o quanto minhas forças permitirem; extrair e me apropriar tudo que é belo e excelente, ver com olhos imparciais o progresso universal da história e nesse espírito produzir trabalhos belos e nobres; imagine que felicidade seria para mim se eu pudesse realizar esse ideal, mesmo em pequena escala! Vive-se mais no todo do que como pessoa. (1890, p. 261, grifo meu)²⁰⁸

²⁰⁷ Se fosse para traçar um paralelo com as ciências biológicas, Ranke seria mais afeito à observação dos espécimes *in natura* do que a dissecação detalhadíssima de suas estruturas vitais

²⁰⁸ “(...) die Welt beobachten, vergangene un gegenwärtige, sie in mich aufzunehmen, inwiefern sie wir homogen. Alles, was sie Schönes und Großes hervorgebracht hat, möchte ich an mich heranziehen und mir aneignen und den Gang der ewigen Geschichte mit unbeirrtem Auge ansehen, in diesem Geiste auch selbst edle und schöne Werke hervorbringen. Betrachtet, welch ein Glück, wenn es auch nur in geringer Grade erreicht wird! Man lebt mehr in dem Ganzen, als in der Person.”

A distância entre o ideal e o real, entre a teoria e prática faz-se sentir em muitos aspectos do tratamento do Império Otomano em Ranke, pois como observa Hannah Arendt:

Objetividade, a “extinção do eu” como condição de “visão pura” (das reine Sehen der Dinge – Ranke), significava a abstenção, de parte do historiador, a outorgar louvor ou opróbrio, ao lado de uma atitude de perfeita distância com a qual ele deveria seguir o curso dos eventos conforme foram revelados em suas fontes documentais. Para ele a única limitação dessa atitude, que Droysen denunciou certa feita como “objetividade eunuca”, reside na necessidade de selecionar material de uma massa de fatos que, face à limitada capacidade da mente humana e ao limitado tempo da vida humana, parecia infinita. Objetividade, em outras palavras, significava não interferência, assim como não discriminação. Dessas duas, a não discriminação, abstenção de louvor e de reprovação, era obviamente muito mais fácil de atingir do que a não interferência; toda escolha de material e incerto sentido interfere com a História, e todos os critérios para escolha dispõem o curso histórico dos eventos sob certas condições artificiais, muito similares às condições prescritas pelo cientista natural a processos naturais no experimento. (2007, p. 66)

Neste aspecto, a distinção feita por Stefan Berger é necessária. Ele lembra que “entretanto, perspectiva não era idêntica a partidatismo” e que “Ranke também compreendeu a importância da ciência histórica para a orientação política, mas ele negou que o historiador devesse começar sua busca por uma situação específica do presente” (2015a, p. 10). Nas palavras de Ranke:

É impossível ter um ponto de vista no presente e transmitir isso à ciência: nesse caso, a vida impacta a ciência e não a ciência na vida. Só podemos ter um verdadeiro impacto no presente, se começarmos por desconsiderar o presente e nos movermos para os fundamentos superiores da ciência livre e objetiva. (1872a, p. 142–143) ²⁰⁹

Partindo dessa alegação, é possível considerar o Império Otomano, os Bálcãs e a Questão Oriental são recorrentes nos textos de Ranke sem que seu interesse primário seja necessariamente a entrada na arena política. A ação política defendida por ele aparece mais como consequência de sua visão de história (e também moral) do que o contrário, daí porque os tópicos em seus escritos raramente ganham o tom inflamado do discurso político.

²⁰⁹ "(...) denn unmöglich kann man seinen Standpunkt in dem Leben nehmen und diesen auf die Wissenschaft übertragen: dann wirkt das Leben auf die Wissenschaft, nicht die Wissenschaft auf das Leben. Für das Leben aber ist doch häufig nur das, was einen Jeden zufällig berührt, maßgebend, so daß das Zufällige auf das zurückwirkt, was das allgemein Gültige sein soll, nicht dieses auf jenes. Wir können nur dann eine wahre Wirkung auf die Gegenwart ausüben, wenn wir von derselben zu nächst absehen, und uns zu der freien objektiven Wissenschaft erheben."

É sobre essa questão, em último caso, que abordagem rankeana do Oriente e, mais especificamente, do Império Otomano se enquadra. O olhar sobre o tema indica que Ranke se coloca de duas formas sobre a questão: a primeira ligada à perspectiva histórica, aparentemente mais imparcial e descritiva; a segunda mais ligada ao tempo presente portanto, mais engajada. No entanto, as duas abordagens estão profundamente alicerçadas em pressupostos político-culturais que subjazem aos recortes escolhidos por Ranke, o principal deles sendo seu conservadorismo. Percebe-se, com isso, que o comprometimento é uma condição inescapável:

Nenhum termo da linguagem política é ideologicamente neutro. Cada um deles pode ser usado como base na orientação política do usuário para gerar reações emocionais, para obter aprovação ou desaprovação de um certo comportamento, para provocar, enfim, consenso ou dissenso (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p. v).

Compreender a natureza da visão política do sujeito implica, em um primeiro momento, na definição do que é ideologia em geral e depois o que é ideologia política. O problema se coloca complexamente, dado que o conceito de ideologia é bastante polissêmico e “significa ao mesmo tempo verdade e erro, universalidade e particularidade, sabedoria e ignorância.” (CANTONI, 1967, p. 103).

Em seu sentido corriqueiro, ideologia refere-se à reunião das certezas pessoais de um indivíduo, de um grupo de pessoas e de suas percepções culturais, sociais, políticas. No sentido político comum, é a reunião das ideias características de um grupo, de um período, e que marcam um momento histórico. No aspecto mais acadêmico, é a ciência da origem das ideias ou estudo das ideias abstratamente. Na sociologia é a organização de ideias fundamentadas por um determinado grupo social, caracterizando seus próprios interesses ou responsabilidades institucionais, podendo ter a acepção marxista em que é aquilo que abarca o sistema de ideias, tanto autorizadas pelo poder econômico da burguesia.

Para Durkheim, a ideologia define-se como para Marx, ou seja, no sentido de ser consciência distorcida²¹⁰. A ideologia encobre a verdade por não estar sujeita à análise científica e por servir aos interesses humanos que não estão no escopo da investigação objetiva. A análise ideológica é considerada pré-científico, pois antes de qualquer conhecimento real é necessária que ela esteja lá para orientar os seres humanos rumo ao verdadeiro conhecimento.

Desta forma, Durkheim admite que a ideologia tem uma função regulatória da ação dos homens no mundo, porém rejeita a ideologia como a última etapa da análise, pois a realidade está para além dela.

Mannheim este problema se coloca de outra forma. Ciência e ideologia são instâncias separadas, a primeira sendo preferível por estar ligada ao progresso, conhecimento e objetividade enquanto a última evoca a retórica associada ao preconceito, intolerância, fanatismo e propaganda (DRUCKER, 1974, p. 34).

Pareto, no que lhe concerne, considera as filosofias políticas como ideologia – ou derivações – sendo “psicológica e sociologicamente úteis, apesar de provavelmente falsas; e servindo para elipsar a realidade subjacente do comportamento não lógico.” Ao mesmo tempo, Pareto também afirma a utilidade da ideologia e se coloca de forma mais intelectualmente curiosa em relação a ela e frente a isso, portanto, “a ciência não é um absoluto, não é melhor nem pior que qualquer ideologia.” (MORRICE, 1996, p. 62).

Oakeshott também pensa na distinção entre a ideologia, a ciência e a filosofia. O filósofo faz um paralelo entre a relação da ideologia com a política, a hipótese científica e a atividade científica na totalidade. A verdade na formulação de uma hipótese científica é que:

Apenas um homem que já é um cientista pode formular uma hipótese científica, isto é, a uma hipótese não é uma invenção independente capaz de guiar a investigação científica, mas uma suposição dependente que nasce como uma abstração de dentro de uma atividade científica já existente. (1962, p. 119)

Desta forma, a hipótese científica não é uma guia em si mesma, mas depende de uma realidade prévia, referindo-se constantemente às “tradições da

²¹⁰ A diferença entre Durkheim e Marx na questão da ideologia é que o primeiro se afasta do materialismo quando define os fatos sociais, que não são físicos ou fatos materiais. Durkheim também tem uma compreensão psicológica da ideologia que não consta na teoria marxista.

investigação científica das quais é abstraída”. A ideologia funcionaria da mesma forma, não sendo ela mesma a guia, mas o produto de certo modelo de pensamento político que lhe antecede e sustenta.

Morrice analisa a questão do envolvimento ideológico do analista ao afirmar que “o estudo da política não pode ser livre de valores”:

A distinção adequada entre ciência e filosofia política, de um lado, e ideologia política, de outro, não está nos fatos e valores, mas entre análise política apropriada ou inapropriada. Portanto, a solução do problema da ideologia não é evitar valores, mas encontrar uma forma de pensar sobre valores que possa evitar o relativismo. O que é requerido é análise normativa que seja objetiva e não ideológica. É necessário descobrir as fundações objetivas dos valores para então determinar sua validade e então distinguir valores apropriados de inapropriados. Isto, eu argumentarei, requer razão prática, capaz de saber as necessidades e bens objetivos da natureza humana e de ordenar este conhecimento de acordo com arranjos políticos apropriados. Também requererá julgamento político capaz de aplicar princípios gerais da conduta política aos problemas e situações particulares. (MORRICE, 1996, p. 24)

Entretanto, enquanto “os estudos da ciência nos ensinaram que nenhuma compreensão da ciência é neutra, objetiva ou desinteressada” (OMODEO, 2019, p. 5), a compreensão aqui exposta é que existem graus diferentes de honestidade intelectual mesmo que todos os autores dispõem de visões de mundo específicas.

Logo, entre a realidade e a interpretação que Ranke oferece da Questão Oriental está sua visão de mundo que, para usar a imagem oferecida por Carlo Guizburg, é em alguns aspectos um “espelho distorcido” que longe de ser uma impossibilidade de verdade, é uma condição mesma de toda busca pelo conhecimento.

As fontes não são nem janelas abertas, como acreditavam os positivistas, nem cercas obstruindo a visão, como os céticos sustentam: se algo, podemos compará-las a espelhos distorcidos. A análise da distorção específica de cada fonte específica já implica um elemento construtivo. Mas construção (...) não é incompatível com prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com a refutação infligida pelos princípios da realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível. (GINZBURG, 1999, p. 25)

O conservadorismo adiciona algo importante à descrição biográfica de Ranke no sentido da sugestão de Mannheim de que:

“Um estilo de pensamento engloba mais de uma área de expressão da própria personalidade humana; engloba não apenas a política, mas a arte, a literatura, a filosofia, a história e assim por diante. Implica ainda que a força

dinâmica que está por trás de seu caráter mutável fique sob a superfície concreta dos vários modos de expressão da própria personalidade.” (1986, p. 82).

Esta personalidade, longe de estar suprimida nos escritos dos historiadores, aparece por vezes abertamente e outras de forma subjacente. Além disso, a relação entre as ideias sociais e os indivíduos é alvo de debate quando se fala de ideologias.

O filósofo político Henry M. Drucker nota a dificuldade em apontar para a ideologia individual, uma vez os “membros da própria classe podem discordar sobre quais são seus interesses em comum mesmo com a melhor boa vontade.”

Há em primeiro lugar a presunção de que todos os membros de uma classe (ou nação) percebem a si mesmos como membros dessa classe. Se falamos da ideologia das pessoas servindo aos seus interesses, há um problema sobre o suporte interesse comum de uma classe. (DRUCKER, 1974, p. 46)

A ele parece então ser então mais razoável aplicar o conceito de ideologia a “grandes grupos em um longo tempo”, já que “quando se quer falar de um fenômeno histórico amplo, como a revolução burguesa ou o movimento proletário, ou colonialismo, falar sobre a ideologia do movimento e sua função é plausível.”

Entretanto, quando se trata de “algum grupo menor e de objetivos mais imediatos, é mais difícil apontar para a “ideologia” de uma classe ou falar convincentemente sobre sua função.” (DRUCKER, 1974, p. 46) Esta dificuldade ocorre pela complexidade das ações individuais em contraste com grandes movimentos sobre os quais já operam categorias do imaginário que facilitam a aplicação de seu deslindar ideológico:

Uma explicação não muito simpática é que falar sobre a ideologia de um grupo é apenas plausível, ou relativamente imune à crítica, quando o grupo em questão (o oprimido) é ele mesmo produto de uma imaginação histórica vívida. Menos descolada é a ideia que quando lidamos com situações humanas reais onde decisões particulares devem ser tomadas, raramente é o caso em que um curso de ação é manifestadamente certo e os outros estúpidos. (DRUCKER, 1974, p. 47)

Logo, é também tarefa do historiador intelectual afastar-se de determinismos e entender, entre outros aspectos, que “a fachada ideológica dada por um indivíduo específico pode variar dos valores que “realmente” guiam seu comportamento” (BAVELAS, 1942, p. 371), havendo assim uma relação dinâmica e imprevisível entre tendências de grupo e os motivadores pessoais.

Para Warren, a resposta está não só nas “influências sociais e recursos interpretativos disponíveis”, mas também nos julgamentos e interesses cognitivos subjetivos dos indivíduos (WARREN, 1990, p. 208). Autores como Plamenatz apontam para uma relação mais diversificada e pulverizada dos indivíduos e dos grupos com as diferentes ideologias disponíveis em uma sociedade complexa.

Muitas vezes uma comunidade ou grupo compartilha de várias ideologias distintas, cada uma coerente o suficiente entre si, algumas sobrepondo-se às outras, que ainda assim, tomadas juntas, formam um sistema de crenças que é um todo coerente. As ideologias às quais as pessoas se referem a diferentes categorias de ocasião não precisam ser coerentes umas com as outras. Não é uma condição de harmonia, a ausência de disputas na comunidade, ou de “tensões” nas mentes dos membros para existirem. Em comunidades grandes e complexas, a maioria das pessoas pertence às diferentes ideologias com diferentes pessoas. (PLAMENATZ, 1970, p. 72)

Warren também advoga, ao contrário dos que propõem que os elementos irracionais e dependentes são predominantes, que as ideologias favorecem a formação da personalidade individual em uma lógica própria. Ele propõe uma revisão do que é compreendido como racional e valor, que no caso de ideologias muitas vezes não é conectado aos objetos externos de satisfação, mas sim àqueles que correspondem ao estabelecimento da autoidentidade (WARREN, 1990, p. 216).

As motivações nunca operam exatamente como supõe a teoria da escolha racional porque há uma relação próxima entre obter satisfação mundana e sustentar uma continuidade do Eu. Um Eu unificado depende de uma vida que está bem integrada a uma totalidade existencial. O valor é, em alguns casos, designado a elementos deste todo no sentido que eles contribuem para uma experiência de totalidade e continuidade, desta forma tornando-se o foco de interesses e preferências, a qual motivam ações. Por esta razão é pouco provável que o valor de até a necessidade mais básica possa ser separado de sua função em sustar a continuidade e totalidade da vida de alguém. (WARREN, 1990, p. 216)

As pessoas que compartilham das mesmas crenças ideológicas, em geral as adquirem gradualmente sem muitas vezes perceberem que o fazem e até mesmo que compartilham delas, mas também e mais frequentemente elas são ensinadas de geração para geração deliberadamente (PLAMENATZ, 1970, p.

72). Entretanto, esta afirmação implica um determinismo psicológico cuja tese pode ser descrita da seguinte forma:

“Os comportamentos sociais adultos e a natureza da organização cultural dão dependentes das estruturas de personalidade dos indivíduos que compõem essa sociedade. Estas estruturas de personalidade, sente-se, são elas mesmas determinadas largamente pela natureza da relação entre pais e filhos. Portanto, a conformidade intracultural do comportamento adulto pode ser considerada como uma expressão essencial em um dado ambiente de uma comunalidade de personalidades atingido através da aplicação social de métodos culturalmente herdados de cuidado infantil.” (FENSTERHEIM; BIRCH, 1950, p. 710)

Mas considerando-se que nem todos os indivíduos demonstram as mesmas ideias e comportamentos em um mesmo grupo, como é o caso patente de preconceitos e uso de bodes-expiatórios, “não há relação direta e explícita entre a estrutura de personalidade e o comportamento social” (FENSTERHEIM; BIRCH, 1950, p. 710).

Há, portanto, outros fatores que influenciam na adesão de ideologias e os comportamentos por ela aprovados e desaprovados. Um mesmo indivíduo é exposto à vários conjuntos de crenças ideológicas durante sua vida ao transitar em diferentes ambientes que vão desde o familiar até o escolar, de trabalho e as associações de lazer. O arranjo destes diferentes códigos de pertencimento depende de uma interação entre a personalidade e o meio externo sendo, portanto, de ordem individual e subjetiva.

As crenças pessoais estão inseridas no tecido das relações sociais, sendo determinantes na formação dos sujeitos por serem “condições intersubjetivamente constituídas de ser uma pessoa com uma identidade contínua ao longo do tempo, manifestada para ou outros através de uma consistência entre comportamento e intenções comunicadas.” (WARREN, 1990, p. 615).

O sociólogo Alvin Gouldner identifica a mesma relação entre a ideologia e a formação da personalidade individual em congruência com o grupo:

A verdade do ideólogo não apenas um conhecimento sobre uma parte do mundo, mas que transforma simultaneamente a relação do ideólogo com ele, e o faz de uma forma libertadora em relação a outras formas mais antigas de concepção do mundo. Ela se tornou um centro ao redor do qual a identidade de cada ideólogo se torna rearranjada. É, portanto, mais do que fragmentos empíricos de informação decisivos

em seus efeitos sobre o ideólogo; já um número maior e mais sutil de mudanças conceituais que rearranjam a arquitetura total de sua perspectiva sobre o mundo, e logo seu lugar nele... O ideólogo é, portanto, em certa medida autotransformador. (GOULDNER, 1982, p. 47)

Para Gouldner, as crenças ideológicas servem ao propósito da realização da autoidentidade ao mesmo tempo, em que produzem uma racionalidade limitada e não reflexiva. Nesta construção, o ideólogo acaba por valorizar a segurança de seus compromissos ideológicos ao invés das satisfações que implicariam a uma maior abertura às imprevisibilidades da existência, mesmo que está última signifique maior autonomia.

Mas é justamente na busca de interesses em comum que o vínculo ideológico se forma em determinado grupo; estes interesses compartilhados podem ser conscientes ou não para seus membros.

Mannheim acredita que a ideologia de grupo é o lugar por excelência para a análise das ideologias, pois “se confinarmos nossas observações aos processos mentais que ocorrem no indivíduo e os considerarmos como o único bastião possível de ideologias, nunca iremos captar a estrutura do mundo intelectual em sua totalidade pertencente a um grupo social em uma situação histórica específica.” (MANNHEIM, 1979, p. 52).

Entretanto, a dependência por parte do grupo da participação do indivíduo em defesa de seus objetivos não pode ser menosprezada, já que a ideologia de grupo depende das ações individuais, ou seja, o elemento da autodeterminação individual continua sendo um fator determinante na formação das ideologias. Esta autonomia racional se refere à “habilidade de refletir sobre e dirigir os próprios desejos de tal forma que se pode desenvolver um plano de vida.” Estes desejos são sem dúvida influenciados pela cultura e sociedade onde o sujeito se forma, assim como a capacidade de refletir sobre eles também obedece a tais influências. (WARREN, 1990, p. 601)

Considerando a problematização da relação do indivíduo com as ideias sustentadas por seu contexto, no caso de Ranke, foi possível perceber seu diálogo com outros intelectuais de seu tempo assim como com uma longa tradição de experiências e ideias sobre os otomanos. Como destaca White, “Ranke lidou não com “leis, mas com a descoberta de “ideias” dos agentes e agências que ele via como habitantes de um campo histórico”, o que levou às “implicações ideológicas dessa combinação do modo cômico de trama e um

modo organicista de argumento que são especificamente conservadores” (WHITE, 1973, p. 16). Isso é visível não só em seu modo de escrita, mas também na relação de Ranke com o governo prussiano e também factível em sua relação com os intelectuais que compartilhavam de seus ideais de História, mostrando que vínculo pode acontecer em diferentes esferas da vida do indivíduo.

O lugar do Império Otomano, neste sentido, é o mesmo lugar que as demais nações: visto a partir de uma perspectiva conservadora e enquanto participante de um conjunto de ideias maiores que envolvem o Concerto da Europa e, acima dele, ideias de liberdade e nação.

Adicionalmente, não ter sido possível encontrar vociferações sobre os otomanos ou incitações mais enérgicas na obra de Ranke decorre da mesma razão pela qual ninguém é realmente odiado ou difamado em seus textos: porque o mais alto valor para Ranke não está na pregação de ação política, mas sim na garantia de que o leitor seja “deixado a contemplar a coerência do campo histórico, considerado como uma estrutura completa de ideias, instituições e valores.

Logo “o tom de voz é acomodacionista, o humor é otimista e as implicações ideológicas são conservadoras, na medida em que se pode concluir legitimamente de uma história assim interpretada que se habita o melhor dos mundos históricos possíveis, ou pelo menos o melhor que se pode “realisticamente” esperar dada a natureza do processo histórico conforme revelada nos relatos de Ranke” (WHITE, 1973, p. 28).

Por outro lado, a qualificações de barbárie e a condenação do estado de coisas no Império Otomano deixam claro que Ranke não é um “turcófilo”. Isso não significa que Ranke odeie os otomanos – na verdade, ele mostra grande interesse pela história otomana –, mas que ele não demonstra que seu lado da disputa é, sem dúvida, o dos Bálcãs e, ainda mais, da Europa.

GENIUS LOCI, ANTEMURALE CHRISTIANITATIS E O *MOTIF* OTOMANO

Por fim, pode-se novamente falar, a partir do que foi apresentado ao longo da pesquisa, sobre a percepção de Ranke sobre esses dois lugares: Europa e Império Otomano.

Sua fascinação pela Europa guarda algo de mais profundo do que a mera ufanía retórica, lembrando a conversa de Dorothy com o Espantalho em Oz: “Não importa o quão secos ou cinzentos nossos lares sejam, nós pessoas de carne e osso preferimos viver lá do que em qualquer outro país, não importa o quanto seja bonito. Não há lugar como o lar” (BAUM, 2000, p. 23).

Além dessa relação afetiva, a Europa, para Ranke, não é o “velho continente”, mas sim o futuro. Em uma passagem expressiva, ele compõe uma verdadeira ode ao progresso europeu, cujo movimento natural seria o de expansão contínua. Ranke credits isso ao que ele nomeia “gênio” e considera que a Europa é superior à civilização otomana – que está sendo progressivamente incorporada pela Europa – o que para Ranke é algo positivo e desejoso:

O Império Otomano é dominado pelo caráter cristão e permeado dele em todas as direções. Se dissermos: a essência cristã, então é claro que não pretendemos que a religião seja exclusiva; mesmo com as palavras: cultura, civilização, só se poderia chamá-lo de forma imperfeita. É o gênio do ocidente. É o espírito que transforma os povos em exércitos ordenados, que puxa as estradas, cava os canais, cobre todos os mares com frotas e os transforma em sua propriedade, enche os continentes distantes de colônias, que explora as profundezas da natureza com pesquisas exatas feitas todas as áreas do conhecimento e renovou-as com um trabalho sempre novo, sem, portanto, perder de vista a verdade eterna que, entre os homens da grande variedade de suas paixões, maneja a ordem e a visão. Vemos esse espírito conquistado em tremendo progresso.²¹⁴

²¹⁴ "Das osmanische Reich ist von dem christlichen Wesen übermannt und nach allen Richtungen durchdrungen. Sagen wir: das christliche Wesen, so verstehen wir darunter freilich nicht ausschließend die Religion; auch mit den Worten: Cultur, Civilisation würde man es nur unvollkommen bezeichnen. Es ist der Genius des Occidents. Es ist der Geist, der die Völker zu geordneten Armeen umschafft, der die Straßen zieht, die Canäle gräbt, alle Meere mit Flotten bedeckt und in sein Eigenthum verwandelt, die

A noção transcendental de gênio mostra a profunda filiação de Ranke com a sensibilidade romântica. O conceito de gênio tem sua origem, no século XVIII, com o trabalho de Kant, o qual foi desenvolvido pelos românticos no sentido de compreender o artista como autodeterminado, portanto, não se submetendo a leis ou princípios de composição. O gênio, entendido dessa forma, seria um meio do artista de aproximar do Absoluto (GORODEISKY, 2016).

Em outro aspecto, o conceito de gênio se relaciona com uma temática especialmente interessante para a questão da relação de Ranke com os lugares. Apesar de o gênio artístico romântico não se submeter aos referidos códigos de composição, ele deveria se aproximar da natureza. Com isso, o gênio remonta ao conceito clássico de *genius loci*.

Desta forma, o emprego do gênio como categoria explicativa também mostra a influência da cultura clássica em Ranke foi formado, fazendo referência ao *genius loci*, que significa “espírito do lugar” e que corresponde à crença pagã segundo a qual, como afirma o gramático romano Sérvio, “*nullus locus sine Genio*” (“nenhum lugar é sem um Gênio”).

Retomando a ideia de lugar que orienta a pergunta de pesquisa, a questão do *genius loci* mostra a relação entre os lugares geográficos e culturais, entre o espaço físico e sua significação simbólica. Sendo em sua matriz mais contemporânea ou no sentido que Ranke a empregou, o *genius loci* efetua referência ao conjunto de características socioculturais, arquitetônicas, de linguagem, de hábitos, que caracterizam um lugar, um ambiente, uma cidade, indica o “caráter” do lugar.

A crítica de estética Vernon Lee (Violet Page) aponta esta compreensão, evidenciando a poesia do lugar encerrada no *genius loci*.

Na verdade, esse bem consiste em nos encantarmos, em elevar nossos espíritos, em apaziguar os sentimentos até chegarmos à

entfernten Continente mit Colonieen erfüllt, der die Tiefen der Natur mit exacter Forschung ergründet und alle Gebiete des Wissens eingenommen und sie mit immer frischer Arbeit erneuert, ohne darum die ewige Wahrheit aus den Augen zu verlieren, der unter den Menschen trotz der Mannigfaltigkeit ihrer Leidenschaften Ordnung und Gesetz handhabt. In ungeheurem Fortschritt sehen wir diesen Geist begriffen. In ungeheurem Fortschritt sehen wir diesen Geist begriffen. Er hat Amerika den rohen Kräften der Natur und unbildsamen Nationen abgewonnen und durchaus umgetvandelt; auf verschiedenen Wegen dringt er in das entfernteste Asien vor, und kaum China verschließt sich ihm noch; er umspannt Afrika an allen Küsten; unaufhaltssam, vielgestaltig, unnahbar, mit Waffen und Wissenschaft untwiderstehlich ausgerüstet, bemeistert er sich der Welt. In den leßten Jahrzehnten ist er in das osmanische Reich gewaltig vorgedrungen. In Griechenland und in Serbien, in Aegypten und Constantinopel, hat er sich seine Organe erschaffen."

serenidade e à felicidade, em ressoar em nossa memória como uma melodia e em nos deixar ir, assim como acontece quando ouvimos ou lembramos alguma melodia, qualquer pode haver uma vaga sugestão musical em nossa alma. Estes são os dons mais elevados de nossos afetos humanos e certamente os recebemos em igual medida, e às vezes de maneira melhor, da realidade impessoal a que chamo, por falta de nome melhor e desejo latente de gratidão, o *Genius Loci*. (LEE, 2007, p. 19)

Em Goethe essa questão já aparece, quando em sua *Elegia Romana*²¹⁵, exorta: “Falai-me ó pedras! Oh falai ó altos palácios! / Ruas dizei uma palavra! Gênio, não te moves? (...) Roma eterna; só para mim tudo se cala ainda” (GOETHE, 1986, p. 117)²¹⁶. Pode-se assim considerar a percepção do *genius loci* como uma herança cultural que chega até Ranke através do classicismo da geração goetheana e também de sua própria instrução clássica. De qualquer forma, era uma ideia que estava na cultura da época e movia parte do entendimento romântico sobre o nacionalismo.

Assim, de um ponto de vista histórico, este é um conceito romano que acredita que cada ser e lugar tem um gênio que age como seu guardião. É ele que “dá vida às pessoas e lugares, as acompanha no nascimento à morte e determina seu caráter ou essência” por isso, “determina o que uma coisa é, ou o que “deseja ser””, implicando que o “homem antigo experimenta o ambiente em termos de caracteres definidos”, especialmente “a importância de chegar a bons termos com o *genius* da localidade em que se vive” (NORBERG-SCHULZ, 1980, p. 18).

O gênio da Europa, garantidor do “melhor dos mundos”²¹⁷, conecta-se a esta noção e aponta para a relação afetiva de Ranke com a Europa. Essa visão coloca Ranke em confluência com contemporâneos, como o próprio Otto von Bismarck, que chegou a declarar que “não há outra civilização além da cristã que valha a pena possuir”. Porém, esse mesmo Bismarck também declarou que “quem fala em Europa está errado: ela é apenas uma expressão geográfica”, algo com que Ranke dificilmente concordaria já que para ele existia a fé

²¹⁵ Assim como Lord Byron, Goethe fez um Grand Tour produtivo do qual as Elegias Romanas fazem parte. Ele escreveu vinte e quatro poemas que compõem as Elegias em sua viagem à Itália entre 1786 e 1788 e retratam o seu encantamento pela cultura local e pela cultura clássica. O texto, no entanto, só foi publicado em 1914, tendo sido suprimido à época por temer de censura.

²¹⁶ Também afirma, em outro momento, que “é evidente que o olho é educado pelas coisas que vê desde sua infância”, indicando a influência da terra pátria na formação da compreensão de mundo. (cf. NORBERG-SCHULZ, 1980, p. 18).

²¹⁷ A questão foi apontada na parte 3.

inabalável em uma Europa que, sendo plural, seria unida por um processo histórico e um componente espiritual compartilhado.

Assim, é possível estabelecer gradações das sensibilidades de Ranke que se traduzem nos interesses regionais e culturais de sua obra. No que diz respeito ao escopo desta pesquisa, forma-se assim círculo concêntricos no que diz respeito a sua avaliação positiva.

10 Diagrama dos interesses de Ranke

No centro vê-se a Europa, com a qual tem uma relação de afeto e admiração²¹⁸; em um segundo patamar têm-se os Balcãs, que o encantam por suas imagens românticas, seu processo de independência e por sua juventude; em terceiro, o Império Otomano apelando mais

ao interesse intelectual e historiográfico, o que leva Ranke a afirmar que “apesar de toda a sua barbárie, este império é de grande interesse” (RANKE, 1879a, p. 285)²¹⁹.

A inspiração herodotiana da historiografia rankeana aqui se mostra, pois, um dos traços mais reconhecidos de Heródoto enquanto historiador é sua capacidade de analisar gregos e “bárbaros” sob a mesma perspectiva de curiosidade intelectual e devoção aos objetos históricos: “Gregos e persas, gregos e turcos. Heródoto ultrapassou os padrões de seu tempo, fez o esforço de estudar as culturas “bárbaras” e admirar o que ele encontrou de bom nelas” (MAROZZI, 2008, p. 235).

²¹⁸ A fascinação de Ranke pela Europa lembra a conversa de Dorothy com o Espantalho em Oz e remete ao sentimento conservador de amor ao lar: “Não importa o quão secos ou cinzentos nossos lares sejam, nós pessoas de carne e osso preferimos viver lá do que em qualquer outro país, não importa o quanto seja bonito. Não há lugar como o lar”. O lado conservador deste ponto pode ser percebido na descrição de Roger Scruton sobre a percepção conservadora em relação ao lar (no sentido de pátria e de família): “Nós, seres humanos, vivemos naturalmente em comunidades, unidos pela confiança mútua. Precisamos de uma casa compartilhada, um lugar seguro onde nossa reivindicação de ocupação seja indiscutível e onde possamos recorrer a outros para nos ajudar em momentos de ameaça. Precisamos de paz com nossos vizinhos e os procedimentos para garanti-la” (SCRUTON, 2018, p. 10).

²¹⁹ “Trotz aller seiner Barbarei bietet dieses Reich doch ein großes Interesse dar.”

Logo, nesse ponto faz-se perceber a imparcialidade rankeana, o que significa dizer, que o amor pelo *métier* superava a rejeição pessoal e impelia Ranke a buscar compreender o grande movimento geopolítico global em seus aspectos amplos, incluindo otomanos. Assim, ao invés de desposar do discurso de medo imbuído em sua cultura de origem, Ranke é capaz de ganhar um distanciamento que possibilita uma visão mais intelectualizada.

Do mesmo modo, no interesse de Ranke pelos “povos da fronteira”, a ideia de *antemurale christianitatis* mencionada na introdução deve ser considerada sendo trazida de maneira patente por Ranke ao declarar que: “Alguns se sentem campeões do Islã, outros são os guardas de fronteira do Cristianismo” (RANKE, 1829, p. 9)²²⁰.

Nestes termos, o enfoque de Ranke na região balcânica torna visível já uma indicação do choque de civilizações e ressalta a função histórica dos países dos Bálcãs como escudo contra os invasores. Este choque é uma espécie de protoconceito, – poder-se-ia também falar de uma intuição histórica por parte de Ranke – se for considerada a interpretação de Huntington e Kissinger, pois segundo ela apenas no século XX a rivalidade entre superpoderes seria substituída pelo choque de civilizações (HUNTINGTON, 1996, p. 28; KISSINGER, 1994, p. 23–24). Entretanto, o choque entre Oriente e Ocidente mostra-se uma constante mais antiga, o que pode ser visto tanto pelo exemplo das Cruzadas como ainda mais recuado no tempo, pois “a Batalha de Maratona tem uma importância única por representar o primeiro grande choque entre a nascente civilização ocidental e a já antiga civilização do Oriente”, sendo que “a linha que separa Oriente e Ocidente determinada pelas guerras greco-persas permaneceu o ponto focal de conflito civilizacional pelos próximos dois mil e quinhentos anos subsequentes”(LACEY, 2011, p. 18).

Ao recapitular a história da *antemurale* na época moderna (objeto de especialização de Ranke), tal função dos Bálcãs se explicita: no século XV o Papa Pio II define a Albânia como bastião da cristandade (PETACCO, 2010, p.

²²⁰ “Die Einen fühlen sich als Vorfechter des Islam, die Andern sind die Grenzbewahrer der Christenheit.”

43–44), papel também atribuído à Armênia, Croácia, Sérvia e Bósnia²²¹ (NORMAN, 1907, p. 18; VELIKONJA; RANG'ICHI, 2003, p. 78).

O mito da *antemurale* tem assim sua versão moderna fortemente conectada à função religiosa, passando inclusive pelo título de *athleta christi* [campeão de Cristo] conferido pelo Papa aos líderes militares das campanhas contra os otomanos e que em Ranke toma a forma dos *Grenzbewahrer der Christenheit* [guardas de fronteira do Cristianismo]. Já no século XVI, a defesa contra os turcos havia se tornado um tópico central no leste europeu, sendo que nesse período os próprios indivíduos participantes das guerras turcas eram chamados de *antemurale christianitatis*, havendo assim uma conexão entre o *genius loci* e o *genius populi*. Desta forma, o mito heroico dos participantes desta empreitada foi incorporado à identidade nacional do leste europeu, sendo algo compartilhado por quase todas as nações da região e tendo sido impulsionado pela inspiração romântica que guiou seus processos de independência (BYRNES; KATZENSTEIN, 2006, p. 180; REVEL; LEVI, 2002).

O choque de civilização caminha de mãos dadas com outro entendimento de Ranke: o de um sistema germânico que teria uma missão civilizatória, como aponta Albert Sorel:

‘Prússia e Áustria’, diz um célebre historiador alemão [Ranke], ‘foram colocadas, como resultado deste evento, em uma relação fraterna e tinham, antes de tudo, uma missão civilizadora a cumprir’. A missão civilizadora, concordando neste ponto com o famoso sistema patriótico alemão de que tanto se falava em Neisse, desejou que a demarcação das fronteiras da Prússia e da Áustria na Polônia incluísse a maior extensão possível de território a ser civilizado, e que, se necessário, essa grande tarefa deveria se estender até mesmo fora da Polônia. (1898, p. 231)²²²

Dito isso, é preciso aqui discordar de Ernst Schulin quando ele afirma que “no trabalho de Ranke o Oriente é tratado de forma passiva” (SCHULIN, 1958, p. 256). A Questão Oriental é tratada bastante dinâmica, o que colabora inclusive para o romantismo heroico de que Ranke faz uso em suas narrativas. As narrativas sobre o Império Otomanos retratam as frequentes trocas de sultão, as intrigas palacianas, as batalhas... tudo isso é cheio de vida, dinamismo e história.

²²¹ A Polônia também recebe o título, mas é considerada parte da Europa Central.

²²² Sorel aqui se refere à passagem em *Die Deutschen Mächte*, vol. i., p. 21.

Além disso, como foi visto, o Oriente para Ranke também engloba os Bálcãs e sua história da Revolução Sérvia é igualmente dinâmica e cheia de reviravoltas. A preocupação de Ranke com os bósnios também mostra que sua percepção da Questão Oriental está justamente na instabilidade e nas decisões otomanas, o que significa movimento e autonomia de decisão. Portanto, há uma diferença entre Ranke vê-los como passivos e aprovar as decisões do Porte otomano. Ranke não pensava que os otomanos eram imutáveis, mas, ao contrário, pensava que muitas de suas atitudes estavam no contrapelo da construção de uma comunidade internacional equilibrada, justa e multifacetada.

Assim, os otomanos estariam na contramão da História, visto que, na sua visão, a adoção do modelo de organização nacional europeu era inevitável. Nesta visão, Ranke se aproxima de Hegel, pois o filósofo acreditava que o destino natural da história é a liberdade (tendo como seu sinônimo o modelo ocidental de política):

A História do Mundo viaja do Oriente ao Ocidente, pois a Europa é absolutamente o fim da História, a Ásia o começo. A História do Mundo tem um Oriente *xxx, cçox* (o termo Oriente em si, é inteiramente relativo); pois embora a Terra forme uma esfera, a História não faz nenhum círculo em torno dela, mas, ao contrário, um determinado Oriente, ou seja, Ásia. Aqui nasce o Sol físico externo, e no Ocidente ele se afunda: aqui nasce consensualmente o Sol da autoconsciência, que difunde um brilho mais nobre. A História do Mundo é a disciplina da vontade natural descontrolada, levando-a à obediência a um princípio Universal e conferindo liberdade subjetiva. (HEGEL, 2000, p. 14)

Ranke não desposa da teoria do fim da História de Hegel – como difere da filosofia hegeliana em outros sentidos – mas em suas visões a respeito do lugar da Europa e do Oriente os dois parecem confluir na celebração do espírito europeu como um advento não só histórico como espiritual. Neste sentido, ambos retomam à crítica seminal de Lutero, feita em *Vom kriege widder die Türcken (sic)* [Sobre a Guerra Contra os Turcos] (1529), onde:

Ao analisar o que ele entendia como injunções religiosas, políticas e domésticas impostas aos seres humanos no Alcorão, ele esperava convencer seus leitores de que ninguém poderia permanecer indiferente à invasão do Império Otomano na Europa. Também agiu como uma espécie de apologética pela preservação do que ele considerava o ordenamento adequado de uma civilização construída sobre princípios cristãos gerais, demonstrando que o Islã representava mais do que um problema militar para a Europa cristã. Em vez disso, ele argumentou ameaçar a própria existência da cristandade impondo e perpetuando mentiras, assassinatos e leis matrimoniais injustas sobre o mundo. (FRANCISCO, 2007, p. 131)

O triunfo europeu se dava não só por seus avanços na organização política, mas também no método científico ocidental que, segundo a crítica de Suzanne Marchand, seria uma forma de autoengano funcional na formação da própria identidade e superioridade.

Uma consequência de formas mais antigas de arrogância cristã - segundo a qual os cristãos podiam se basear nas tradições de outros povos para convencê-los da sua própria verdade - esse autoengano foi, no entanto, importante para uma cultura que cada vez mais acreditava que só a Europa havia desenvolvido ciência real. Pois, a "ciência real", como a "fé verdadeira", dava a alguém o direito de contar suas histórias "objetivamente" e, ao que parecia, para o próprio bem dos "orientais". (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 84)

No que diz respeito ao interesse que Ranke cultivou pelos Bálcãs, há uma forte herança do século anterior, pois "Ranke havia assimilado ideias que datam do reavivamento cultural alemão do final do século XVIII e começo do XIX" (RINGER, 1990, p. 93). Neste sentido, há semelhança forte com Herder, dado que o filósofo era conhecidamente fascinado pelas "culturas jovens" como a eslava e a celta.

A cultura árabe também era vista como jovem, o que também pode ser um indicativo do interesse de Ranke por ela, acrescentando uma camada de motivação na presença do Império Otomano em sua obra. Outro aspecto do pensamento de Herder desposado por Ranke é que o filósofo também entendia que as "línguas eram um reflexo da alma dos povos que as falava e que grandes literaturas nacionais eram meios através dos quais essas almas expressavam suas formas únicas de gênio" (MARCHAND, SUZANNE L., 2009, p. 44).

Por fim, é possível então dizer que Ranke tem seus pés fincados em território europeu, sendo sua perspectiva condizente com este pertencimento. Mas isso está longe de ser uma condição exclusiva de Ranke, dos europeus ou dos homens oitocentistas. Como argumenta Peter Burke, este provincianismo é algo que acontece tanto entre as diferentes regiões da Europa (como em descrições estereotipadas dos norte-europeus sobre a Espanha ou a Itália) como também é algo testemunhado entre povos orientais em relação aos europeus:

Imagens não europeias dos europeus como "o outro" também carregam um eloquente testemunho de estereótipo cultural. Os chineses, assim como os europeus, tinham visões de raças monstruosas, como sugerido por algumas gravações em madeiras datadas do século XVII. (...) Uma garrafa japonesa do século XVI, tal qual um grupo de telas pintadas, alguns anos mais tarde, mostra os portugueses com seus calções estufados como balões, sugerindo que as roupas dos europeus - da mesma forma que seus grandes narizes, eram vistas como particularmente exóticas. (...) Nesse sentido,

podemos falar de “ocidentalismo”, mesmo que ele nunca fosse o que Said chamou de “uma instituição homogênea” a serviço da dominação política e econômica. (2017, p. 184)

Ranke de fato recai em alguns estereótipos, como é o caso de qualificar os povos não europeus como bárbaros em um sentido depreciativo e na equação quase que automática que faz entre otomanos e violência. Rüsen, entretanto, diz que Ranke, em sua concepção de História, não tinha mente fechada [*narrow-minded*] como outros historiadores (1990, p. 192–193), o que penso ser, em geral, algo também verdadeiro no que diz respeito a sua atitude em relação aos otomanos e ainda mais aos Bálcãs.

Ranke parece compreender, assim como formulou Baczko, que “só há ciência do escondido” (1985, s.p.) e com isso seu interesse era abrangente e mantinha sem dúvida uma posição de curiosidade intelectual permanente. A erudição de Ranke seria muito provavelmente um dos pilares dessa curiosidade histórica e como bem colocou Jeremy Jackson: “(...) nunca houve um grande historiador sem grande erudição. Juntamente com imaginação e integridade, a erudição completa a trindade das virtudes essenciais para a escrita da boa história” (1972, p. 40).

Este aspecto da postura de Ranke frente aos otomanos e eslavos se relaciona com um movimento maior de construção coletiva de identidades nacionais, pois “a discussão dos traços característicos e comportamento dos povos vivendo no Império Otomano, tais como turcos e árabes, também ajudaram a definir a autoimagem da recém-fundada nação alemã” (BERMAN, 2013). No caso dos Bálcãs esse tópico foi ainda mais forte.

No que diz respeito à relação de Ranke com a cultura intelectual, através desta pesquisa foi possível perceber que o Império Otomano em Ranke é considerado corresponde a um tópico, cuja raiz latina remete justamente a *topos*, um lugar (BLOOM, 2009, p. xi). A percepção deste lugar é influenciada tanto por uma herança cultural como por uma contribuição original de Ranke.

O Império Otomano opera na Europa não só como uma instituição política, mas culturalmente como um *motif* que se estrutura de forma ambígua, com especial destaque para a experiência dos países da Europa Central como Alemanha e Áustria. Em Ranke, revela suas complexidades enquanto indivíduo e indica que o Império Otomano foi-lhe um interlocutor constantemente presente e sobre o qual Ranke inevitavelmente levantou o véu de qualquer imparcialidade

desbotada para abrir espaço para uma compreensão que abrangia história, política, cultura e moral.

Neste longo capítulo foi então indicado como Ranke dialoga nos níveis institucional, intelectual e também psicológico com o tema otomano. Nota-se então que o lugar reservado aos otomanos está dimensionado na concepção de Ranke acerca do papel da historiografia e também em sua visão (e sentimento) sobre a Europa.

Dito isto, não é possível atribuir à Ranke uma única postura frente ao otomano, algo que parece ser sugerido pela crítica orientalista no sentido de Said. Há muito mais em jogo. Ranke retoma temas que povoam o imaginário europeu acerca dos otomanos e dos Bálcãs, tornando-se ele próprio um contribuidor deste processo de formação de uma imagem específica que mistura de forma bastante individualizada uma gama de emoções como medo, interesse, encantamento, desprezo e curiosidade intelectual. Em contato com esta longa tradição de representação do otomano, Ranke faz escolhas que oscilam: de um lado há o pareamento com essa mesma tradição, portanto mais caricatural e carregada tanto moral como emocionalmente; do outro lado há uma visão historiograficamente atualizada que se apresenta de maneira mais factual, dinâmica, colorida e politicamente relevante para o momento em que Ranke vivia e atuava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As decisões humanas nascem das possibilidades
oferecidas pelas circunstâncias gerais.”

Leopold von Ranke
Geschichte Wallensteins

O que esta pesquisa evidenciou é que o lugar do Império Otomano em Ranke é de importância para a compreensão da visão historiográfica de Ranke, sendo que esta é formada uma amálgama complexa de componentes políticos, culturais e espirituais/religiosos que dialogam originalmente com o contexto político e intelectual em que Ranke atuava.

Aqui foram vistos como esses componentes interagem entre si e cuja análise informa sobre uma visão de mundo. Esta visão, ganha em cada autor uma essência própria que mobiliza o Império Otomano e a Questão Oriental como ênfases diferentes. Em Ranke tal essência tem, para mencionar as que mais se sobressaem – aromas de conservadorismo, historicismo e protestantismo. Além disso, ganhou em sua pena uma articulação narrativa orientada para uma visão positiva da História que passa pela compreensão dos diferentes elementos que compõem o processo histórico de formação nacional como uma orquestra cuja regência está nas mãos divinas. Os otomanos foram incluídos nessa orquestra às vezes como ponto harmônico e às vezes, principalmente na diplomacia mais recente, como um timbre dissonante.

A permanência do tema ao longo das publicações de Ranke também indica que o Império Otomano, evocando também o Islã, é um elemento tão inexoravelmente presente na consciência europeia que sua abordagem se tornou um pedágio aos intelectuais que buscavam descrever a formação da Europa ou refletir sobre o espírito de seu tempo. De uma diplomacia espinhosa ao gosto estético, o Oriente otomano formou-se como um *tópos* forte o suficiente

para atrair os grandes pensadores europeus, dentre os quais Ranke pode ser contado.

Se comecei o percurso deste texto mencionando as igrejas e suas torres com pesados sinos que serviam de alarme contra os turcos durante o século XV, devo informar que desde o século XV, segundo o restaurador da igreja Maria Gail, o sino tocou 19 milhões de vezes em seus quinhentos anos de existência. Os sinos são um atestado da memória acerca do contato dinâmico e plural entre duas civilizações. Nesta longa história, Ranke se insere no panorama da Questão Oriental como simultaneamente como testemunha e intérprete, como agente e observador. Em sua atuação como historiador, Ranke promoveu a discussão do tema do Império Otomano, dos Bálcãs e, com isso, fomentou rica história da relação da Europa consigo mesma e com seus vizinhos. Fê-lo de forma impactante através do conteúdo e da forma, pois como coloca Grafton:

Os livros de Ranke emocionaram milhares de leitores, enquanto suas palestras e seminários conquistaram dezenas de jovens sérios para a crença de que a história, devidamente estudada, permitiria a eles e a seu país dominar o caos do mundo moderno. Ele se tornou um herói que agradou a multidão para essa série atraente de cenas. (1999, p. 45)

Os sinos turcos continuaram tocando no plano das ideias e das mentalidades por muito tempo, lembrando aos europeus como Ranke que as fronteiras políticas e simbólicas são mais porosas do que se poderia supor. O lugar do Império Otomano no caso de Ranke é, assim, uma amostra do poder ideias cultivadas no solo fértil da cultura e, em simultâneo, do enfrentamento racional e examinado delas.

Mas mesmo o que é terrível na realidade muitas vezes perde importância em comparação com o que é terrível na imaginação. E muitas vezes o que não pode ser confrontado por causa de seu horror na imaginação pode, de fato, ser confrontado quando reduzido à sua realidade, ainda que admitidamente terrível²²³.

²²³ PETERSON, Jordan B. *12 rules for life: an antidote to chaos*. Toronto: Random House Canada, 2018.

BIBLIOGRAFIA

ACTON, Lord. German Schools of History. *The English Historical Review*, v. 1, n. 1, p. 7–42, 1886.

ADAMI, Giuseppe. FLORIANI, Pompeo. *Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani, 1997. v. 48.

ADAMS, Percy G. *Travel literature and the evolution of the novel*. Lexington: The University Press of Kentucky, 2015.

ALBRECHT-CARRIÉ, René. *The Concert of Europe*. London: Palgrave Macmillan, 1968. (Documentary History of Western Civilization).

ALMOND, Ian. *History of Islam in German thought from Leibniz to Nietzsche*. New York: Routledge, 2010. (Routledge studies in cultural history, 11).

ALMOND, Ian. Nietzsche's Peace with Islam: My Enemy's Enemy Is My Friend. *German Life and Letters*, v. 56, n. 1, p. 43–55, jan. 2003.

AMIN, Samir. *Eurocentrism*. New York: Monthly Review Press, 1989.

ANDREW, Joe; CROOK, Malcolm; WALLER, Michael (Org.). *Why Europe? Problems of Culture and Identity*. London: Palgrave Macmillan UK, 2000

ARAÚJO, André de Melo. Leopold von Ranke (1785-1886). In: PARADA, MAURÍCIO (Org.). *Os Historiadores. Clássicos da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. v. 2: De Tocqueville a Thompson. p. 73–94.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o presente*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARON, Raymond. *Peace & war: a theory of international relations*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003.

ARON, Raymond; REINER, Yair. *The dawn of universal history: selected essays from a witness of the twentieth century*. New York: Basic Books, 2002.

AVCIOĞLU, Nebahat. *"Turquerie" and the politics of representation, 1728-1876*. Farnham ; Burlington: Ashgate Pub, 2011.

BABEL, Rainer; PARAVICINI, Werner (Org.). *Grand Tour: adeliges Reisen und europäische Kultur vom 14. bis zum 18. Jahrhundert. Akten der internationalen Kolloquien in der Villa Vigoni 1999 und im Deutschen Historischen Institut Paris 2000*. Ostfildern: Thorbecke, 2005. (Beihefte der Francia, Bd. 60).

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, EDMUND (Org.). *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BACZKO, Bronislaw. *Los Imaginarios Sociales. Memorias y Esperanzas Colectivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1999.

BARKER, J. Ellis. *Modern Germany: its rise, growth, downfall and future*. New York: E.P. Dutton, 1919.

BAROJA, Julio Caro. *Les sorcières et leur monde*. Paris: Gallimard, 1985.

BARRON, Roderick M. Bringing the map to life: European satirical maps 1845-1945. *Belgeo. Revue belge de géographie*, n. 3-4, p. 445-464, 31 dez. 2008.

BARROS, José Costa D'Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. *Diálogos*, v. 17, n. 3, p. 977-1005, 6 fev. 2014.

BARROS, José D'Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 17, n. 3, p. 977-1005, 2013.

BAUM, L. Frank. *The wonderful Wizard of Oz*. New York: HarperCollins Publishers, 2000. (Books of wonder).

BAVELAS, Alex. A Method for Investigating Individual and Group Ideology. *Sociometry*, v. 5, n. 4, p. 371, 1942.

BENES, Tuska. *In Babel's shadow: language, philology, and the nation in nineteenth-century Germany*. Detroit: Wayne State University Press, 2008. (Kritik).

BENJAMIN, Roger. *Orientalist Aesthetics. Art, Colonialism, and French North Africa, 1880-1930*. California: University of California Press, 2003.

BENZONI, Gino. Ranke's Favorite Source. In: IGGERS, GEORG G.; POWELL, JAMES M. (Org.). *Leopold von Ranke and the Shaping of the Historical Discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990. p. 45-58.

BERBER, Neval. *Unveiling Bosnia-Herzegovina in British travel literature, 1844-1912*. Pisa: Pisa University Press, 2010. (Tese de doutorado CLIOHRES.net, 8).

BERDING, Helmut. Leopold von Ranke. In: KOSLOWSKI, PETER (Org.). *The Discovery of Historicity in German Idealism and Historism*. Berlin; Heidelberg: Springer-Verlag, 2005. p. 41-58.

BERG, Gunter. *Leopold von Ranke als akademischer Lehrer Studien zu seinen Vorlesungen und seinem Geschichtsdenken*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1968.

BERGER, Stefan. *The past as history: national identity and historical consciousness in modern Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

BERGERON, Louis et al. *La época de las revoluciones europeas, 1780-1848*. México: Siglo XXI, 2004.

BERMAN, Nina. *German Literature on the Middle East: Discourses and Practices, 1000-1989*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

BEVILACQUA, Alexander; PFEIFER, Helen. Turcherie: Culture in Motion, 1650–1750. *Past & Present*, n. 221, p. 75–118, 2013.

BHARATI, Agehananda. The Hindu Renaissance and its Apologetic Patterns. *The Journal of Asian Studies*, v. 29, n. 2, p. 267–287, fev. 1970.

BHATAWADEKAR, Sai. Islam in Hegel's Triadic Philosophy of Religion. *Journal of World History*, v. 25, n. 2–3, p. 397–424, 2014.

BIDELEUX, Robert; JEFFRIES, Ian. *A history of Eastern Europe: crisis and change*. London ; New York: Routledge, 1998.

BLACK, Jeremy. *A History of Diplomacy*. London: Reaktion Books, 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

BLOOM, Harold (Org.). *The grotesque*. New York: Bloom's Literary Criticism, 2009. (Bloom's literary themes).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1993.

BOLDT, Andreas. *Leopold von Ranke and Ireland: Travel descriptions of Ranke (1865) and the creation of an Irish identity and history*. 2004. Disponível em: <<http://rgdoi.net/10.13140/RG.2.1.2952.2007>>.

BOLDT, Andreas. Perception, Depiction and Description of European History: Leopold von Ranke and his Development and Understanding of Modern Historical Writing. *eSharp*, v. 1. 1-17, 2008.

BOLDT, Andreas. *Ranke and the idea of Europe*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/289367807_Ranke_and_the_idea_of_Europe>.

BOLDT, Andreas D. Leopold von Ranke on Irish history and the Irish nation. *Cogent Arts & Humanities*, v. 4, n. 1, 18 abr. 2017.

BOLDT, Andreas D. *Leopold von Ranke: A Biography*. London: Routledge, 2019

BOUREL, Dominique. Die deutsche Orientalistik im 18. Jahrhundert. Von der Mission zur Wissenschaft. In: REVENTLOW, HENNING VON; SPARN, WALTER; WOODBRIDGE, JOHN (Org.). *Historische Kritik und biblischer Kanon in der deutschen Aufklärung*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1988. p. 113–126.

BOURNE, Edward Gaylord. Leopold Von Ranke. *The Sewanee Review*, v. 4, n. 4, p. 385–401, 1896.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo e na Época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. v. 1. (Biblioteca de Historia, 1).

BRAW, J. D. Vision as Revision: Ranke and the Beginning of Modern History. *History and Theory*, v. 46, n. 4, p. 45–60, 2007.

BRESKIN, Isabel. “On the Periphery of a Greater World”: John Singleton Copley’s “Turquerie” Portraits. *Winterthur Portfolio*, v. 36, n. 2/3, p. 97–123, jul. 2001.

BROBJER, Thomas H. Nietzsche’s Reading About Eastern Philosophy. *Journal of Nietzsche Studies*, n. 28, p. 3–35, 2004.

BROCKELMANN, Carl. Die morgenländischen Studien in Deutschland. *Deutsche Morgenländische Gesellschaft: Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft (ZDMG)*, v. 76, n. 1, p. 1–18, 1922.

BRUMMETT, Palmira Johnson. *Mapping the Ottomans: sovereignty, territory, and identity in the early modern Mediterranean*. New York, NY: Cambridge University Press, 2015.

BRUNETTI, Mario. SAGREDO, Niccolò. *The Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*. Milano: Treccani, 1936. Disponível em: <[https://www.treccani.it/enciclopedia/niccolo-sagredo_\(Enciclopedia-Italiana\)/>](https://www.treccani.it/enciclopedia/niccolo-sagredo_(Enciclopedia-Italiana)/>).

BRYCE, Derek; ČAUŠEVIĆ, Senija. Orientalism, Balkanism and Europe’s Ottoman heritage. *Annals of Tourism Research*, v. 77, p. 92–105, jul. 2019.

BULL, Hedley; WATSON, Adam (Org.). *The Expansion of International Society*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

BULLOCK, Alan; TROMBLEY, Stephen; LAWRIE, Alf (Org.). *The New Fontana dictionary of modern thought*. London: HarperCollins Publishers, 1999.

BUNSEN, Christian Carl Josias. *Ägyptens Stelle in der Weltgeschichte*. Hamburg: Friedrich Perthes, 1845. v. 1: Weg und Ziel.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. O uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Unesp, 2017.

BURKE, Peter. Western Historical Thinking in a Global Perspective - 10 Theses. In: RÜSEN, JÖRN (Org.). *Western Historical thinking. An Intercultural Debate*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2002. p. 15–32.

BURLEIGH, Michael. *Earthly Powers: The Clash of Religion and Politics in Europe from the French Revolution to the Great War*. New York: HarperCollins, 2009.

BUSBECK, Ogier Ghiselin De. *Legationis Turcicae epistolae quatuor (etc.)*. Hanoviae: Claudius Marnius, 1605.

BYRNES, Timothy A.; KATZENSTEIN, Peter J. *Religion in an Expanding Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CALDAS, Pedro Spíndola Pereira. O espírito dos papéis mortos: um pequeno estudo sobre o problema da verdade histórica em Leopold Von Ranke. *Emblemas - Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - UFG/CAC*, v. 1, n. 3, 8 set. 2010.

CALIS, Richard. Reconstructing the Ottoman Greek World: Early Modern Ethnography in the Household of Martin Crusius. *Renaissance Quarterly*, v. 72, n. 1, p. 148–193, 2019.

CAMPBELL, Colin. Ranke's place in (writing) History: the key is "what actually happened". *The New York Times*, New York, 9 nov. 1986. 1, p. 52.

CARDINI, Franco. *Europa e Islam: storia di un malinteso*. Roma: Laterza, 2007. (Economica Laterza, 432).

CARROLL, Noël. *The philosophy of horror, or, Paradoxes of the heart*. New York: Routledge, 1990.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica: introducción a una filosofía de la cultura*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1971.

CASSIRER, Ernst. *The problem of knowledge: philosophy, science, and history since Hegel*. New Haven: Yale University Press, 1978.

CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad*. Spain: Tusquets Editores S.A., 2013.

CHAUCEY, Geoffrey. *Os Contos da Cantuária*. São Paulo: Penguin : Companhia das Letras, 2013.

CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa clássica*. Lisboa: Estampa, 1993.

CHESTERTON, G. K. Puritan and Anglican. *The Speaker*, v. 2, 1900.

CHIPPENDALE, Thomas. *The gentleman and cabinet-maker's director: being a large collection of the most elegant and useful designs of household furniture in the Gothic, Chinese and modern taste*. London: Thomas Chippendale, 1754.

CLARKE, J. J. *Oriental enlightenment the encounter between Asian and Western thought*. London; New York: Routledge, 2003.

CONNOLLY, William E. *Political science & ideology*. New York: Routledge, 2017.

COOPER, Edited Andrew F; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh (Org.). *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

CRAWLEY, C. W. *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. v. 9: War and Peace in Age of Upheaval 1793-1830.

CRISTI, F. R. Hegel's Conservative Liberalism. *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*, v. 22, n. 4, p. 717–738, 1989.

CRUCIUS (KRAUS), Martin. *Turcograeciae Libri Octo. Quibus Graecorum Status Sub Imperio Turcico, in Politia & Ecclesia, Oeconomia & Scholis, iam inde ab amissa Constantinopoli, ad haec usq[ue] tempora, luculenter describitur Tvrco-graeciae Libri octo*. Basel: Henricpetrus, 1584.

CSAPLOVICS, János. *Slavonien und zum Theil Croatien: ein Beitrag zur Völker- und Länderkunde : theils aus eigener Ansicht und Erfahrung (1809 - 1812), theils auch aus späteren zuverlässigen Mittheilungen der Insassen. Enthält: Die orientalische Kirche in historischer, statistischer, hierarchischer und kirchlicher Beziehung; Schulwesen und Literatur der Serbler; Civilgerichtsbarkeiten, Militärgrenze, Verkehr mit den Türken; Anhang: Trenk's Panduren, Nachrichten über die Türken*. [S.l.]: Hartleben, 1819.

DALY, John C. K. *Russian Seapower and 'The Eastern Question', 1827–41*. London: Palgrave Macmillan UK, 1991.

DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAWSON, Christopher. *A formação da Europa*. Braga: Livraria Cruz, 1956.

DAWSON, Christopher. *The making of Europe: an introduction to the history of European unity*. London: Fogotten Books, 2017.

DELUMEAU, Jean (Org.). *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

Die Türkenglocke und das Türkenläuten. Disponível em: <<http://adnansen70.blogspot.com/2012/11/die-turkenglocke-und-das-turkenlauten.html>>.

DIETHER, Otto. *Leopold von Ranke als Politiker historisch-psychologische Studie ueber das Verhaeltnis des reinen Historikers zur praktischen Politik*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1911.

DIEZ, Heinrich Friedrich Von. *Unfug und Betrug in der morgenländischen Litteratur: nebst vielen hundert Proben von der groben Unwissenheit des H. v. Hammer zu Wien in Sprachen und Wissenschaften*. Halle und Berlin: Waisenhaus, 1815.

DIX, Hywel. On Balkanism and Orientalism: undifferentiated patterns of perception in literary and critical representations of Eastern Europe. *Textual Practice*, v. 29, n. 5, p. 973–991, 29 jul. 2015.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L. *Contending Theories of International Relations: A Comprehensive Survey*. New York: Pearson, 1990.

DROYSEN, Johann Gustav. *Johann Gustav Droysen*. Leipzig: B.G. Teubner, 1910. v. 1: Bis zum Beginn der Frankfurter Tätigkeit.

DRUCKER, H. M. *The Political Uses of Ideology*. London: Palgrave Macmillan UK, 1974.

ECO, Umberto. *On ugliness*. London: Harvill Secker, 2007.

EINBODEN, Jeffrey. *Islam and romanticism: Muslim currents from Goethe to Emerson*. London: Oneworld, 2014. (Muslim and Islamic contributions to culture and civilization).

EKINCI, Ekrem Buğra. *Printing press as a Turkish invention*. Disponível em: <<https://www.dailysabah.com/life/2017/03/17/printing-press-as-a-turkish-invention>>.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. v. 2: Formação do Estado e da Civilização.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1: Uma história dos costumes.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELMAN, Benjamin A. The Historicization of Classical Learning in Ming-Ch'ing China. In: WANG, Q. EDWARD; IGGERS, GEORG G (Org.). *Turning points in historiography: a cross-cultural perspective*. Woodbridge Suffolk: Boydell & Brewer, 2006. p. 101–146.

EMDEN, Christian; KEEN, Catherine; MIDGLEY, David R. (Org.). *Imagining the city*. Oxford; New York: Peter Lang, 2006. (Cultural history and literary imagination, v. 7-8).

ESKILDSSEN, Kasper Risbjerg. Leopold von Ranke's Archival Turn: Location and Evidence in Modern Historiography. *Modern Intellectual History*, v. 5, n. 3, p. 425–453, nov. 2008.

FĀSĪ, Hatūn Ajwād. *Women in pre-Islamic Arabia: Nabataea*. Oxford, England: Archaeopress, 2007. (BAR international series, 1659).

FEAGIN, Susan L. Monsters, disgust and fascination. *Philosophical Studies*, v. 65, n. 1–2, p. 75–90, fev. 1992.

FEINSTEIN, Justin S. et al. The Human Amygdala and the Induction and Experience of Fear. *Current Biology*, v. 21, n. 1, p. 34–38, jan. 2011.

FENSTERHEIM, Herbert; BIRCH, Herbert G. A case study of group ideology and individual adjustment. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 45, n. 4, p. 710–720, out. 1950.

FERNANDES, Cássio da Silva. Concepção de Estado e conhecimento histórico entre Leopold von Ranke e Jacob Burckhardt. In: *Seminário Facetas do Império na História*, 2006, Paraná. Anais, 2006. p. 1–13.

FICHTNER, Paula Sutter. *Terror and Toleration: The Habsburg Empire Confronts Islam, 1526-1850*. London: Reaktion Books, 2008.

FINDLEY, Carter V. *Enlightening Europe on Islam and the Ottomans: Mouradgea d'Ohsson and his masterpiece*. Leiden; Boston: Brill, 2019. (The history of Oriental studies, volume 5).

FITZSIMONS, M. A. Ranke: History as Worship. *The Review of Politics*, v. 42, n. 4, p. 533–555, 1980.

FLEMING, K. E. Orientalism, the Balkans, and Balkan Historiography. *The American Historical Review*, v. 105, n. 4, p. 1218, out. 2000.

FLOOR, Willem. *Early and modern Safavid Iran: Iran and the world in the Safavid age*. London: I.B. Tauris, 2014.

FORD, Franklin L. Ranke: Setting the Story Straight. *Proceedings of the Massachusetts Historical Society*, v. 87, p. 57–75, 1975.

FRANCISCO, Adam S. *Martin Luther and Islam: A Study in Sixteenth-Century Polemics and Apologetics*. Leiden: Boston: Brill, 2007. (History of Christian-Muslim Relations, 8).

FRANK, Andre Gunder. *ReOrient: global economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

GALLAND, Antoine. *La mort du Sultan Osman, ou rétablissement de Mustapha*. Paris: Dubois, 1678.

GELDER, Ken. *Reading the vampire*. London; New York: Routledge, 1994.

GENTZ, Friedrich Von. *Fragments Upon the Balance of Power in Europe*. London: M. Peltier, 1806.

GÉRARD, René. *L'Orient et la pensée romantique allemande*. [S.l.]: M. Didier, 1963.

GERLACH, Stephan. *Stephan Gerlachs deß Aeltern Tage-Buch der von zween glorwürdigsten römischen Kaysern, Maximiliano und Rudolpho, beyderseits den Andern dieses Nahmens an die ottomanische Pforte zu Constantinopel abgefertigten und durch den Wohlgebornen Herrn Hn. David Ungnad, Freiherrn zu Sonnegk und Preyburg [...] mit würcklicher Erhalt- und Verlängerung des Friedens zwischen dem Ottomannischen und Römischen Kayserthum und demselben angehörigen Landen und Königreichen glücklichst-vollbrachter Gesandtschafft*. Franckfurth am Mayn: Johann Savid Zunners, 1674.

GERMANA, Nicholas A. *Anxiety of Autonomy and the Aesthetics of German Orientalism*. [S.l.]: Boydell & Brewer, 2017.

GERMANA, Nicholas A. Self-Othering in German Orientalism: The Case of Friedrich Schlegel. *The Comparatist*, v. 34, n. 1, p. 80–94, 2010.

GIBSON, Matthew. *Dracula and the Eastern Question*. London: Palgrave Macmillan UK, 2006.

GIGLIOLI, Daniele. *Crítica da Vítima*. Edição: 1ª ed. [S.l.]: Ayine, 2016.

GILBERT, Felix. Jacob Burckhardt's Student Years: The Road to Cultural History. *Journal of the History of Ideas*, v. 47, n. 2, p. 249, abr. 1986.

GILBERT, Felix. Ranke as the Teacher of Jacob Burckhardt. In: IGGERS, GEORG G.; POWELL, JAMES M. (Org.). *Leopold von Ranke and the Shaping of the Historical Discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990. p. 82–88.

GILMORE, Myron Piper. *The world of humanism, 1453-1517*. New York: Harper, 1952.

GINZBURG, Carlo. *History, Rhetoric, and Proof*. Lebanon: New Hampshire: UPNE, 1999.

GIOVIO, Paolo. *Ordo ac disciplina Turcicae militiae*. [S.l: s.n.], 1550.

GLENNY, Michael. *The Balkans: nationalism, war and the great powers, 1804-1999*. Harmondsworth: Penguin Books, 2001.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. *Poemas*. Tradução Paulo Quintela. Coimbra: Centelha, 1986.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. *West-östlicher Divan*. Stuttgart: Cotta, 1819.

GÖLLNER, Carl. Turcica: Bd. *Die europäischen Türkendrucke des 16. Jahrhunderts, 1551-1600*. [S.l.]: Editura Academiei R.P.R., 1968.

GÖLLNER, Carl. *Turcica: Die Türkenfrage in der öffentlichen Meinung Europas im 16. Jahrhundert*. [S.l.]: Editura Academiei R.P.R., 1961.

GOMEZ, Barbara Natalia. *El secreto de la Historia Universal: un misterio para Leopold von Ranke*. 2015. Tese de doutorado em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GOOCH, G. P. *Before the War. Studies in Diplomacy*. New York: Russel & Russel, 1938. v. 1: The Grouping of the Powers.

GOOCH, G. P. *History and Historians in the nineteenth century*. London: Longmans, 1968.

GORODEISKY, Keren. 19th Century Romantic Aesthetics. In: ZALTA, EDWARD N. (Org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2016 ed. [S.l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2016.

GOULDNER, Alvin Ward. *The dialectic of ideology and technology: the origins, grammar, and future of ideology*. New York: Oxford University Press, 1982.

GRAFTON, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

GRAFTON, Anthony. The Footnote from De Thou to Ranke. *History and Theory*, v. 33, n. 4, p. 53, dez. 1994.

GRANDITS, Hannes; CLAYER, Nathalie; PICHLER, Robert (Org.). *Conflicting loyalties in the Balkans: the great powers, the Ottoman Empire and nation-building*. London; New York: I.B. Tauris, 2011. (Library of Ottoman studies, 28).

GRIMM, Jacob. *Deutsche Grammatik*. Göttingen: Dieterich, 1822.

GUGLIA, Eugen. *Leopold von Rankes Leben und Werke*. Leipzig: F.W. Grunow, 1893.

GUICCIARDINI, Francesco. *The History of Italy*. [S.l.]: Princeton University Press, 1984.

GUTMEYR, Dominik. *Borderlands Orientalism or How the Savage Lost his Nobility: The Russian Perception of the Caucasus between 1817 and 1878*. Wien: Lit, 2017. (Studies on South East Europe, vol. 19).

GUTZEN, Dieter. Ästhetik und Kritik bei Johann Gottfried Herder. In: REVENTLOW, HENNING VON; SPARN, WALTER; WOODBRIDGE, JOHN (Org.). *Historische Kritik und biblischer Kanon in der deutschen Aufklärung*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1988. p. 263–286.

HABIB, Rafey. *Hegel and empire: from postcolonialism to globalism*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2017. (Palgrave pivot).

HANAFI, Hassan. The Middle East, in whose world? In: *The Fourth Nordic Conference on Middle Eastern Studies: The Middle East in Globalizing World, 1998, Oslo*. Anais. Oslo: [s.n.], 1998.

HAFEZ, Sabry. *World Literature After Orientalism: The Enduring Lure of the Occident*. Alif: Journal of Comparative Poetics, v. 34, p. 10–38, 2014.

HALECKI, Oscar. *Borderlands of Western Civilization: A History of East Central Europe*. Florida: Simon Publications, 1980.

HALLIDAY, Fred. “Orientalism” and Its Critics. *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. 20, n. 2, p. 145–163, 1993.

HAMILTON, Alastair. Western Attitudes to Islam in the Enlightenment. In: KRAMER, MARTIN (Org.). *Middle Eastern Lectures*. New York: Syracuse University Press, 1999. v. 3. p. 69–85.

HAMILTON, Alastair. A Lutheran Translation for the Quran. In: HAMILTON, ALASTAIR; BOOGERT, MAURITS H. VAN DEN; WESTERWEEL, BART (Org.). *The Republic of Letters and the Levant. Intersections*. Leiden; Boston: Brill, 2005. p. 197–221.

HAMMER-PURGSTALL, Joseph Von. *Erinnerungen aus meinem Leben. 1774-1852*. Wien: Hölder-Pichler-Tempsky, 1940. (Fontes rerum Austriacarum. Diplomataria et acta, 70).

HAMMOND, Andrew. The Uses of Balkanism. Representation and Power in British Travel Writing, 1850-1914. *The Slavonic and East European Review*, v. 82, n. 3, p. 601–624, 2004.

HARDING, James. *Artistes pompiers: French academic art in the 19. century*. London: Academy Editions, 1979.

HARDTWIG, Wolfgang. *Ranke unter den Weltweisen*. Berlin: Humboldt-Universität, 1996.

HARIDI, Alexander. *Das Paradigma der "islamischen Zivilisation" - oder die Begründung der deutschen Islamwissenschaft durch Carl Heinrich Becker (1876 - 1933): eine wissenschaftsgeschichtliche Untersuchung*. Würzburg: Ergon-Verl, 2005. (Mitteilungen zur Sozial- und Kulturgeschichte der islamischen Welt, 19).

HARRIGAN, Michael. *Veiled encounters: representing the Orient in 17th-century French travel literature*. Amsterdam; New York: Rodopi, 2008.

HASHAGEN, Justus. Versuch einer neuen Kritik Rankes. *Historische Zeitschrift*, v. 165, n. 1, p. 72–80, 1942.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Gorgeous Edificies. In: MACFIE, ALEXANDER L. (Org.). *Orientalism: A Reader*. Edinburgh: Edinburgh Univ. Press, 2000. p. 13–15.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lectures on the Philosophy of History*. London: Henry G. Bohn, 1857.

HERDER, Johann Gottfried. *Herder's werke*. Berlin: G. Hempel, 1879.

HERTSLET, Edward Cecil. *The Holy Alliance Treaty 1815. The map of Europe by treaty*. London: Harrison and Son, 1891. v. 1.

HILL, Christopher L. National Histories and World Systems: Writing Japan, France, and the United States. In: WANG, Q. EDWARD; IGGERS, GEORG G (Org.). *Turning points in historiography: a cross-cultural perspective*. Woodbridge Suffolk: Boydell & Brewer, 2006. p. 163–184.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence O. (Org.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. (Canto).

HOFER, Mirko. *Maria Gail: aus der Geschichte der einstigen Landgemeinde*. [S.l.]: M. Hofer, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. *Revista de História*, v. 50, n. 100, p. 431, 18 dez. 1974.

HOLBRAAD, Carsten. *Internationalism and Nationalism in European Political Thought*. New York: Palgrave Macmillan US, 2003.

HOLZER, Werther. *Sobre territórios e lugaridades*. *Cidades*, v. 10, n. 17, p. 18–29, 2013.

HOURANI, Albert. *Europe and the Middle East*. Berkeley: University of California Press, 1980.

HULME, Peter; YOUNGS, Tim (Org.). *The Cambridge companion to travel writing*. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2002. (Cambridge companions to literature).

HUNTINGTON, Samuel P. Conservatism as an Ideology. *Edmund Burke*, v. 51, p. 454–473, 1957.

HUNTINGTON, Samuel P. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster, 1996.

HUSSAIN, Soubhi Nasser. *Die Bestrebungen der deutschen Orientalistik bis zum Ende des 2. Weltkrieges auf dem Gebiet der arabischen Literatur*. 1983. Dissertation zur Promotion – Karl-Marx-Universität, Leipzig, 1983.

IGGERS, Georg G. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. [S.l.]: Wesleyan University Press, 1983.

IGGERS, Georg G. What is Uniquely Western about the Historiography of the West in Contrast to that of China? In: RÜSEN, JÖRN (Org.). *Western Historical Thinking. An Intercultural Debate*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2002. p. 101–110.

ILLICH, Niles Stefan. *German Imperialism in the Ottoman Empire: A Comparative Study*. 2007. 265 f. Dissertação de Doutorado – Texas A&M University, 2007.

İNALCIK, Halil; KAFADAR, Cemal (Org.). *Süleymân the Second [i.e. the First] and his time*. Beylerbeyi, İstanbul: Isis Press, 1993.

IRWIN, Robert. *Dangerous Knowledge: Orientalism and Its Discontents*. New York: Abrams Press, 2008.

IYIGUN, Murat. Luther and Suleyman. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 123, n. 4, p. 1465–1494, 2008.

JACKSON, Jeremy C. *Leopold Von Ranke and the Von Ranke Library*. *The Courier*, v. 9.4 & 10.1, p. 38–55, 1972.

JACKSON, Roy. *Nietzsche and Islam*. London ; New York: Routledge, 2007.

JAEGER, Werner Wilhelm. *Paideia: the ideals of Greek culture*. New York: Oxford University Press, 1965. (A Galaxy book, GB 144).

JELAVICH, Barbara. *History of the Balkans*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1983. (The Joint Committee on Eastern Europe publication series, no. 12).

KAFADAR, Cemal; KARATEKE, Hakan T. Late Ottoman and Early Republican Turkish Historical Writing. In: MACINTYRE, STUART; MAIGUASHCA, JUAN; PÓK, ATTILA (Org.). *The Oxford History of Historical Writing*. Oxford: Oxford University Press, 2011. v. 4: 1800–1945. p. 559–577.

KÄMPFER, Frank. Vuk Karadzic und Leopold Ranke: *Zur Rezeption der 'Serbischen Revolution' in Deutschland*. Disponível em: <http://www.frank-kaempfer.de/Neuer%20PDF%20Ordner/Ranke_Serbische%20Revolution1991.pdf>.

KAPLAN, Morton A. *System and Process in International Politics*. [S.l.]: Wiley, 1957.

KARCIC, Fikret. The Eastern Question — A Paradigm for Understanding the Balkan Muslims' History in the 20th Century. *Islamic Studies*, v. 41, n. 4, p. 635–650, 2002.

KECHRIOTIS, Vangelis. Requiem for the Empire: “Elective Affinities” Between the Balkan States and the Ottoman Empire in the Long 19th Century. In: RUTAR, SABINE (Org.). *Beyond the Balkans: Towards an Inclusive History of Southeastern Europe. Studies on South East Europe*. Zürich: Berlin: LIT Verlag, 2007. p. 97–120.

KIRÁLY, Béla K.; ROTHENBERG, Gunther E. (Org.). *Special topics and generalizations on the 18th and 19th centuries*. New York: Brooklyn College Press: Distributed by Columbia University Press, 1979. (War and society in East Central Europe, vol. 1).

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

KOLIOPOULOS, Giannēs. *Brigands with a cause: brigandage and irredentism in modern Greece, 1821-1912*. Oxford: New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1987.

KOLSTØ, Pål et al. *Myths and boundaries in South-Eastern Europe*. London: Hurst, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Minima Trotta, 2004.

KREYENBORG, Herman. Friedrich Rlickert als Interpret orientalische Dichtungen. In: FISCHER, WOLF DIETER (Org.). *Friedrich Rückert im Spiegel seiner Zeitgenossen und der Nachwelt*. Wiesbaden: Ergon, 1988.

KRIEGER, Leonard. Elements of Early Historicism: Experience, Theory, and History in Ranke. *History and Theory*, v. 14, n. 4, p. 1, dez. 1975.

KRIEGER, Leonard. *Ranke the Meaning of History*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

LACEY, Jim. *The first clash: the miraculous Greek victory at Marathon and its impact on Western civilization*. New York: Bantam Books, 2011.

LADNER, Gerhart B. On Roman attitudes towards barbarians in late antiquity. *Viator*, v. 77, p. 1–25, 1976.

LAMBOURNE, Lionel (Org.). *Japonisme: cultural crossings between Japan and the west*. London: Phaidon, 2011.

LE CORBEILLER, Clare. *China trade porcelain: patterns of exchange: additions to the Helena Woolworth McCann Collection in the Metropolitan Museum of Art*. New York: Metropolitan Museum of Art; Distributed by New York Graphic Society, 1974.

LEE, Vernon (Violet Page). *Genius Loci*. Salerno: Sellerio, 2007.

Leopold Von Ranke. Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences, v. 2, p. 542–558, 1886.

LEUNCLAVIUS, Johannes. *Annales Svltanorvm Othmanidarvm A Tvrcis Sva Lingva Scripti*. Francofvrdi: Marnius & Aubrius, 1596.

LUTERO, Martin. *On War Against the Turk. Luther: Selected Political Writings*. Lanham: University Press of America, 1988.

LYTTON, Edward Bulwer Lytton. *Athens: its rise and fall*. Whitefish: Kessinger, 2005.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 77–131.

MARCHAND, Suzanne. German Orientalism and the Decline of the West. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 145, n. 4, p. 465–473, 2001.

MARCHAND, Suzanne L. *German Orientalism in the Age of Empire Religion, Race, and Scholarship*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2009.

MARCHAND, Suzanne L. *German orientalism in the Age of Empire: religion, race, and scholarship*. Washington, DC: German Historical Institute, 2010.

MAROZZI, Justin. *The way of Herodotus: travels with the man who invented history*. Cambridge: Da Capo Press, 2008.

MARRIOTT, J. A. R. *The Eastern question. An historical study in European diplomacy*. Oxford: Clarendon Press, 1917.

MARSIGLI, Luigi Ferdinando. *Stato militare dell' imperio Ottomano, incremento e decremento del medesimo*. Hata; Amsterdamo: Pietro Gosse, 1732.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung. Werke I*. Berlin: Dietz Verlag, 1981.

MARZOLPH, Ulrich. A Scholar in the Making: Antoine Galland's Early Travel Diaries in the Light of Comparative Folk Narrative Research. *Middle Eastern Literatures*, v. 18, n. 3, p. 283–300, 2 set. 2015.

MASUR, Gerhard. *Rankes Begriff der Weltgeschichte*. [S.l.]: De Gruyter Oldenbourg, 1926.

MATHISEN, Ralph W. *Roman aristocrats in barbarian Gaul: strategies for survival in an age of transition*. Texas: University of Texas Press, 2011.

MAURER, Kathrin (Org.). *Visualizing the past: the power of the image in German historicism*. Berlin, Boston: De Gruyter, 2013. (Interdisciplinary German cultural studies, 13).

MELMAN, Billie. The Middle East / Arabia: 'the cradle of Islam'. In: HULME, PETER; YOUNGS, TIM (Org.). *The Cambridge companion to travel writing. Cambridge companions to literature*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2002. p. 105–121.

METROPOLITAN MUSEUM OF ART. Turquerie. *The Metropolitan Museum of Art Bulletin*, v. 26, n. 5, p. 225, jan. 1968.

MEYER, Eduard. *Geschichte des Altertums*. Stuttgart : Berlin: J.G. Cotta, 1901. v. 1.

MEYER, Eve R. Turquerie and Eighteenth-Century Music. *Eighteenth-Century Studies*, v. 7, n. 4, p. 474, 1974.

MILLER, William. *Travels and Politics in the Near East*. London: T. Fisher Unwin., 1898.

MIQUEL-RAVENEL, Janine. À la rencontre d'Antoine Galland, premier traducteur des "Mille et une nuits". *Arabica*, v. 41, n. 2, p. 147–161, 1994.

MISHKOVA, Diana. *Beyond Balkanism: the scholarly politics of region making*. Londo ; New York: Routledge, 2019. (Routledge borderlands studies).

MOHL, Julius. *Vingt-sept ans d'histoire des études orientales*. London; Tokyo: Ganesh ; Synapse, 2003. v. 2: Rapports Faits a La Societe Asiatique De Paris De 1840 a 1867.

MOMMSEN, Katharina. "Orient und Okzident sind nicht mehr zu trennen": *Goethe und die Weltkulturen*. Göttingen: Wallstein, 2012. (Schriften der Goethe-Gesellschaft, Bd. 75).

MONCONYS, Balthasar De. *Voyage de Portugal, Provence, Italie, Egypte, Syrie, Constantinople, & Natolie*. Lyon: Horace Boissat, & George Remeus, 1665.

MONTAIGNE, Michel De. *Journal de Voyage en Italie*. [S.l.]: French & European Pubns, 1946.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *Persian letters*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2008. (Oxford world's classics).

MONTVÉRAN, Jean Edmond Tournachon De. *Histoire critique et raisonnée de la situation de l'Angleterre, au 1er Janvier 1816: sous les rapports de ses finances, de son agriculture, de ses manufactures, de son commerce et sa navigation, de sa constitution et ses lois et de sa politique extérieure*. [S.l.]: Barrois l'aîné, 1820. v. V.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations: the struggle for power and peace*. New York: Knopf, 1978.

MORRICE, David. *Philosophy, Science and Ideology in Political Thought*. London: Palgrave Macmillan UK, 1996.

MOSS, Mark Howard. *Toward the visualization of history: the past as image*. Washington: Lexington Books, 2010.

MOURADGEA D'OHSSON, Ignatius. *Tableau général de l'Empire othoman, divisé en deux parties, dont l'une comprend la législation mahométane; l'autre, l'histoire de l'Empire othoman*. Paris: Firmin Didot, 1787.

MOURADGEA D'OHSSON, Ignatius. *Tableau historique de l'Orient*. Paris: Didot Jeune, 1804.

MÜLLER, Kalus E. Perspectives in Historical Anthropology. In: RÜSEN, JÖRN (Org.). *Western Historical Thinking. An Intercultural Debate*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2002. p. 33–52.

MÜLLER, Klaus-Jürgen. La situation dans la République fédérale d'Allemagne. *Relations Internationales*, v. 0, n. 42, p. 145–148, 1985.

MÜLLER, Philipp. Ranke in the lobby of the archive: metaphors and conditions of historical research. In: JOBS, SEBASTIAN; LÜDTKE, ALF (Org.). *Unsettling History: Archiving and Narrating in Historiography*. Frankfurt: Campus, 2010. p. 109–111.

MÜLLER, Philipp. Wissenspoesie und Historie: Rankes Literaturgeschichte der Renaissance als Rekonfiguration ästhetischer Geschichtsphilosophie. *German Studies Review*, v. 29, n. 1, p. 1–20, 2006.

NANI, Giovan Battista. *Degl'Istorici dele Così Veneziani (Istoria Della Repubblica Veneta)*. Venetia: Lovisa Venezia, 1720.

NAS, Çigdem. Turkish identity and the perception of Europe. *Marmara Journal of European Studies*, v. 9, n. 1, p. 177–188, 2001.

NEMO, Philippe. *Qu'est-ce que l'occident?* Paris: PUF, 2004. (Quadrige).

NEUMANN, Iver B. Russia as a great power, 1815–2007. *Journal of International Relations and Development*, v. 11, n. 2, p. 128–151, jun. 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sämtliche Briefe*. Munich: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1986. v. 6.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1980.

NORMAN, Louis E. Van. *Poland: The Knight Among Nations*. London: Edinburgh: Fleming H. Revell Company, 1907.

OAKESHOTT, Michael. *Rationalism in Politics and Other Essays*. London: Methuen & Co, 1962.

OLIVIER, Guillaume Antoine. *Voyage dans l'Empire othoman, l'Égypte et la Perse*. [S.I.]: H. Agasse, 1807.

OMODEO, Pietro Daniel. *Political Epistemology: The Problem of Ideology in Science Studies*. Cham: Springer International Publishing, 2019.

ONCKEN, Hermann. *Aus Rankes Frühzeit: Mit den Briefen Rankes an seinen Verleger Friedrich Perthes und anderen unbekannten Stücken seines Briefwechsels*. Leipzig: Friedrich Andrea Perthes, 1922.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *Die Entzauberung Asiens: Europa und die asiatischen Reiche im 18. Jahrhundert*. München: Verlag C.H. Beck, 2013. (Beck'sche Reihe, 1823).

PADILLA, Guillermo Zemeño. *La cultura moderna de la historia: una aproximación teórica e historiográfica*. México, D.F: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2002.

Papers Relative to the Affaires of Greece: Protocols of conferences held at Constantinople. London: J. Harrison and Son, 1830.

PAULSEN, Friedrich. *Die Deutschen Universitäten Und Das Universitätsstudium*. [S.I.]: Nabu Press, 2010.

PEJAČEVIĆ, Franjo Ksaver. *Historia Serviae seu Colloquia XIII. de statu regni et religionis Serviae ab exordio ad finem, sive a saeculo VII. ad XV*. [S.I.]: Typis scholarum piarum, 1797.

PETACCO, Arrigo. *L'ultima crociata*. [S.I.]: Edizioni Mondadori, 2010.

PETERSON, Jordan B. *Maps of meaning: the architecture of belief*. New York: Routledge, 1999.

PETERSON, Jordan B. *12 rules for life: an antidote to chaos*. Toronto: Random House Canada, 2018.

PIGAFETTA, Marco Antonio. *Itinerario (da Vienna a Costantinopoli) di Marc'Antonio Pigafetta gentil' uomo Vicentino*. Giouanni Wolfio: Londra, 1585.

PISCHEL, Richard. *Die deutsche morgenländische Gesellschaft 1845-1895 ein Überblick*. Leipzig: Brockhaus in Comm., 1895.

POTTER, David Stone. *Literary Texts and the Roman Historian*. [S.l.]: Psychology Press, 1999.

POULTON, Hugh; TAJI-FAROUKI, Suha. *Muslim Identity and the Balkan State*. London: Hurst & Co., 1997.

PREISSLER, Holger. Die Anfänge der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft. *Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft*, v. 145, n. 2, p. 241–327, 1995.

PREUSS, Jan. *Die Vorstellungen Vom Antichrist Im Spateren Mittelalter, Bei Luther Und in Der Konfessionellen Polemik: Ein Beitrag Zur Theologie Luthers Und Zur Geschichte Der Christlichen Froemmigkeit*. Herts: Wentworth Press, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, v. 15, n. 2, p. 215–232, 2000.

RAINEY, Thomas B. Sir Thomas Roe and the Barbary Pirates, 1621–1624. *The Historian*, v. 27, n. 3, p. 382–403, 1 maio 1965.

RANKE, Leopold Von. *Das Briefwerk*. Hamburgo: Hoffmann und Campe Verlag, 1849a.

RANKE, Leopold Von. *Der Ursprung der siebenjährigen Kriegen*. Leipzig: Duncker und Humblot, 1871.

RANKE, Leopold Von. Die letzten Unruhen in Bosnien. 1820—1832. *Historisch-politische Zeitschrift*. Berlin: Duncker und Humblot, 1834a. v. 2 (2tes Heft). p. 233–304.

RANKE, Leopold Von. *Die römischen Päpste, ihre Kirche und ihr Staat im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*. Berlin: Duncker & Humblot, 1834b. v. 2.

RANKE, Leopold Von. *Die serbische Revolution*. Hamburg: Friedrich Perthes, 1829.

RANKE, Leopold Von. *Die serbische Revolution. Aus serbischen Papieren und Mittheilungen*. Berlin: Duncker & Humblot, 1844.

RANKE, Leopold Von. *Englische Geschichte vornehmlich im siebzehnten Jahrhundert*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1877. v. 1. (Leopold von Ranke's Sämmtliche Werke, 14).

RANKE, Leopold Von. *Französische Geschichte vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*. Stuttgart; Tübingen: J. G. Cotta'scher, 1852. v. 1.

RANKE, Leopold Von. *Französische Geschichte vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*. Stuttgart; Tübingen: J. G. Cotta'scher, 1855. v. 3.

RANKE, Leopold Von. *Friedrich der Große. Friedrich Wilhelm IV. Zwei Biographien*. Leipzig: Duncker und Humblot, 1878.

RANKE, Leopold Von. *Frühe Schriften*. Munich: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 1974.

RANKE, Leopold Von. *Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert: vornehmlich aus ungedruckten Gesandtschafts-Berichten*. Leipzig: Perthes, 1827a.

RANKE, Leopold Von. *Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*. Berlin: Duncker und Humblot, 1857. v. 1.

RANKE, Leopold Von. *Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*. Hamburg: Friedrich Perthes, 1827b. v. 1.

RANKE, Leopold Von. Georg Gottfried Gervinus. Rede zur Eröffnung der zwölften Plenarversammlung der historischen Commission gehalten von. *Historische Zeitschrift*, v. 27, n. 1, p. 134–146, 1872a.

RANKE, Leopold Von. *Geschichte der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1535*. Leipzig; Berlin: G. Reimer, 1824.

RANKE, Leopold Von. *Geschichte Wallensteins*. Leipzig: Duncker und Humblot, 1872b. (Leopold von Ranke's Sämtliche Werke, 23).

RANKE, Leopold Von. *Historisch-politische Zeitschrift*. Hamburg: Friedrich Perthes, 1832. v. 1.

RANKE, Leopold Von. *Historisch-politische Zeitschrift*. Berlin: Duncker und Humblot, 1833. v. 2 (1ste Heft).

RANKE, Leopold Von. *Leopold von Ranke's sämtliche Werke*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1890. (, 53/54).

RANKE, Leopold Von. *Neun Bücher Preußischer Geschichte*. Berlin: Deit und Comp., 1849b. v. 1.

RANKE, Leopold Von. *Serbien und die Türkei im 19. Jahrhundert*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1879a.

RANKE, Leopold Von. Über die Epochen der neueren Geschichte. In: HOFMANN, HANS (Org.). *Ausgewählte Aufsätze und Meisterschriften*. Stuttgart: Alfred Kröner Verlag, 1942.

RANKE, Leopold Von. *Über die Verschwörung gegen Venedig im Jahre 1618*. Berlin: Duncker & Humblot, 1831.

RANKE, Leopold Von. *Zur Geschichte von Österreich und Preußen zwischen den Friedenschlüssen zu Aachen und Hubertusburg*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1875. (Leopold von Ranke's Sämtliche Werke, 30).

RANKE, Leopold Von. Zur orientalischen Frage: Gutachten im Juli 1854 Sr. Majestät König Friedrich Wilhelm IV vorgetragen. *Historische Zeitschrift*, v. 13, p. 406–433, 1865.

RANKE, Leopold Von. *Zwölf Bücher preußischer Geschichte*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1879b. v. 3–4. (Leopold von Ranke's Sämtliche Werke, 27).

REVEL, Jacques; LEVI, Giovanni. *Political Uses of the Past: The Recent Mediterranean Experience*. [S.l.]: Psychology Press, 2002.

RINGER, Fritz K. *The decline of the German mandarins: the German academic community, 1890-1933*. Hanover: University Press of New England, 1990.

ROE, Thomas. *The Negotiations of Sir Thomas Roe in His Embassy to the Ottoman Porte from the Year 1621-28*. London: Richardson, 1740.

ROSENKRANZ, Karl. *Ästhetik des Häßlichen*. Königsberg: Gebruder Bornträger, 1853.

ROUILLARD, Clarence Dana. *The Turk in French history, thought, and literature (1520-1660)*. [New York: AMS Press, 1973].

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Praxis Educativa*, v. 1, n. 2, p. 07–16, 2006.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado: Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Editora UnB, 2007. (Coleção Teoria da História, 2).

RÜSEN, Jörn. Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold von Ranke. *History and Theory*, v. 29, n. 2, p. 190, 1990.

RYCAUT, Sir Paul. *The History of the Present State of the Ottoman Empire: Containing The Maxims of the Turkish Polity, the Most Material Points of the Mahometan Religion, Their Sects and Heresies, Their Convents and Religious Votaries. Their Military Discipline, with an Exact Computation of Their Forces Both by Sea and Land ... In Three Books*. London: R. Clavell, J. Robinson and A. Churchill, 1686.

SAGREDO, Giovanni. *Memorie Istoriche De Monarchi Ottomani*. Venetia: Combi et La Nou, 1673.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Tradução Tomas Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALAMA, Mohammad. *Islam, orientalism and intellectual history: modernity and the politics of exclusion since Ibn Khaldūn*. London; New York: I. B. Tauris, 2011. (Library of Middle East history, 22).

SATO, Masayuki. Cognitive Historiography and Normative Historiography. In: RÜSEN, JÖRN (Org.). *Western Historical Thinking. An Intercultural Debate*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2002. p. 128–141.

SCHEVILL, Ferdinand. *A history of the Balkans: from the earliest times to the present day*. New York: Barnes & Noble, 1995.

SCHEVILL, Ferdinand. Ranke: *Rise, Decline, and Persistence of a Reputation*. *The Journal of Modern History*, v. 24, n. 3, p. 219–234, 1952.

SCHIMMELPENNINCK VAN DER OYE, David. *Russian orientalism: Asia in the Russian mind from Peter the Great to the emigration*. New Haven: Yale University Press, 2010.

SCHLEGEL, Friedrich Von. *Friedrich Schlegel's Lucinde and the Fragments*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1971.

SCHLÖZER, August Ludwig Von. *August Ludwig Schläzer's kritisch-historische Neben Stunden: Origines Osmanicae. Papir-Geld, eine Mongolische Erfindung im 13den Säc. Ideal einer "Anleitung zur Kenntniss der asiatischen Staten-Geschichte im MittelAlter"*. [S.l.]: in Vandenhoeck- und Ruprechtschem Verlage, 1797.

SCHROEDER, Paul W. *The transformation of European politics, 1763-1848*. New York: Clarendon Press: Oxford University Press, 1994. (Oxford history of modern Europe).

SCHUBERT, Gabriella. Das „goldene Zeitalter“ deutsch-südslawischer, insbesondere deutsch-serbischer kultureller Wechselbeziehungen. Motivationen und Wirkungen. *Zeitschrift für Balkanologie*, v. 44, n. 1, p. 68–94, 2008.

SCHULIN, Ernst. *Die weltgeschichtliche Erfassung des Orients bei Hegel und Ranke*. Göttingen: [s.n.], 1958.

SCHULIN, Ernst. Rankes erstes Buch. *Historische Zeitschrift*, v. 203, n. 3, p. 581–609, 1966.

SCHULIN, Ernst. Ranke's universal history and national history. *Syracuse Scholar*, v. 9, n. 1, p. 1–8, 1988.

SCHULIN, Ernst. Universal History and National History, Mainly in the Lectures of Leopold von Ranke. In: IGGERS, GEORG G.; POWELL, JAMES M. (Org.). *Leopold von Ranke and the Shaping of the Historical Discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990. p. 70–81.

SCHUMACHER, Leslie Rogne. The Eastern Question as a Europe question: Viewing the ascent of 'Europe' through the lens of Ottoman decline. *Journal of European Studies*, v. 44, n. 1, p. 64–80, 2014.

SCHWARZMANTEL, John. *The Age of Ideology*. London: Macmillan Education UK, 1998.

- SCRUTON, Roger. *Como ser um conservador*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SCRUTON, Roger. *Conservatism: an invitation to the great tradition*. New York: All Points Books, 2018.
- SHEEHAN, Michael. *The balance of power: history and theory*. London; New York: Taylor & Francis e-Library, 2005.
- SHEPPARD, Eric. Jim Blaut's Model of the World. *Antipode*, v. 37, n. 5, p. 956–962, nov. 2005.
- SIEG, Ulrich. *Germany's Prophet: Paul de Lagarde & the Origins of Modern Antisemitism*. Waltham: Brandeis University Press, 2013.
- SIMON, Ernst. Ranke und Hegel. *Historische Zeitschrift*, v. 15, p. 1–204, 1928.
- SMILES, Sam; MOSER, Stephanie (Org.). *Envisioning the past: archaeology and the image*. Malden, MA: Blackwell, 2005. (New interventions in art history).
- SOREL, Albert. *Eastern Question in the Eighteenth Century*. London: Methuen & Co, 1898.
- SOSNOWSKI, Leszek. *Objects and ideas: Japan and Europe in the nineteenth century*. Maska, v. 3, n. 36, p. 7–20, 2017.
- SPON, Jacob; WHEELER, Sir George. *Voyage d'Italie, de Dalmatie, de Grece, et du Levant: fait aux années 1675 & 1676*. [S.l.]: Chez Rutgert Alberts, 1724.
- STAVRIANOS, L. S. *The Balkans since 1453*. New York: Rinehart & Company, 1958.
- STEUNEBRINK, Gerrit. A Religion After Christianity? Hegel's Interpretation of Islam Between Judaism and Christianity. In: HABIB, RAFAY (Org.). *Hegel and empire: from postcolonialism to globalism*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2017. p. 207–242.
- SUNDBERG, Juanita. Eurocentrism. In: KITCHIN, ROB; THRIFT, N. J. (Org.) *International encyclopedia of human geography*. Amsterdam: Elsevier, 2009. p. 638–643.
- SUESS, Rodrigo Capelle; RIBEIRO, Antonia da Silva Samir. O lugar na Geografia humanista: uma reflexão sobre o seu percurso e questões contemporâneas – escala, críticas e cientificidade. Equador. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí*, v. 6, n. 2, p. 1–22, 2017.
- TARUSKIN, Richard. *Defining Russia musically: historical and hermeneutical essays*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1997.
- THOMPSON, John Brookshire. *Studies in the theory of ideology*. Oxford: Blackwell, 1990. (Social and political theory).

TODOROVA, Maria Nikolaeva. *Imagining the Balkans*. New York: Oxford University Press, 2009.

TOLLEBEEK, Jo. Seeing the Past with the Mind's Eye: The Consecration of the Romantic Historian. *Clio: A Journal of Literature, History and the Philosophy of History*, v. 29, n. 2, p. 167–91, 2000.

TOYNBEE, Arnold. *A study of history*. New York: Oxford University Press, 1987.

TROMANS, Nicholas. *The Lure of the East: British Orientalist Painting*. Yale: Yale University Press; TATE Gallery, 2008.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista / Space, time, place: a humanistic frame. *Geograficidade*, v. 1, n. 1, p. 4–15, 2011.

“Türkendrucke” und „Türkenkalender“. Disponível em: <<http://adnansen70.blogspot.com/2012/11/turkendrucke-und-turkenkalender.html>>.

VAYENAS, Nasos. Hellenocentrism and the Literary Generation of the Thirties. In: TZIOVAS, DĒMĒTRĒS; BIEN, PETER (Org.). *Greek modernism and beyond: essays in honor of Peter Bien*. Greek studies. Lanham, Md: Rowman & Littlefield, 1997..

VELIKONJA, Mitja; RANG'ICHI, Ng'inja. *Religious Separation and Political Intolerance in Bosnia-Herzegovina*. Texas: College Station: Texas A&M University Press, 2003.

WANG, Q. Edward. *Inventing China Through History: The May Fourth Approach to Historiography*. Albany: State University of New York Press, 2001.

WARREN, Mark. Ideology and the Self. *Theory and Society*, v. 19, p. 599–634, 1990.

WEBER, Alfred. Die Bedeutung der geistigen Führer in Deutschland. *Die neue Rundschau*, v. 29, p. 1249–1268, 1918.

WEBSTER, Noah; MCKECHNIE, Jean L. (Org.). *Webster's new twentieth century dictionary of the English language, unabridged: based upon the broad foundations laid down by Noah Webster*. New York, N.Y: Simon and Schuster, 1983.

WETTER, Elizabeth; VON KAMEN, Maria Luise; RÜMLER, Gerd. *Mit Bibel und Botschaft fing's an*. Wuppertal: R. Brockhaus Verlag, 1978.

WHITE, Hayden. *Metahistory*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

WILCKEN, Ulrich. *Gedachtnisrede auf Eduard Meyer*. *Sitzungsberichte der Preussischen Akademie der Wissenschaften*. Berlin: [s.n.], 1931.

WILSON, James D. Tirso, Moliere, and Byron: The Emergence of Don Juan as Romantic Hero. *The South Central Bulletin*, v. 32, n. 4, p. 246–248, 1972.

WILSON, W. Daniel. Enlightened Encounters with the Islamic and Arabic Worlds: The German "Missing Link" in Said's Orientalist Narrative (Meiners and Herder). In: HODKINSON, JAMES R.; MORRISON, JEFFREY (Org.). *Encounters with Islam in German Literature and Culture*. London: Camden House, 2009. p. 73–88.

WINDISCH, Ernst. *Geschichte der Sanskrit-Philologie und indischen Altertumskunde, Teil 1*. Strasbourg: De Gruyter Mouton, 1917.

YII, Ying-shih. Reflections on Chinese Historical Thinking. In: RÜSEN, JÖRN (Org.). *Western Historical Thinking. An Intercultural Debate*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2002. p. 152–171.

ZANTOP, Susanne. Re-presenting the Present: History and Literature in Restoration Germany. *MLN*, v. 102, n. 3, p. 570, 1987.

ZHANG, Zhilian. *Renewed encounter: selected speeches and essays, 1979-1999*. Beijing: The Commercial Press, 2000.

ZIETSMAN, P.H. *Leopold von Ranke en die geskiedskrywing*. *Kleio*, v. 25, n. 1, p. 27–53, 1993.

ZIMMERMAN, T. C. Price. *Paolo Giovio: the Historian and the Crisis of Sixteenth-Century Italy*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

Capa: *Um Dignitário Otomano retratado pela escola alemã do século XIX*. Disponível em: <https://www.christies.com/en/lot/lot-986765>.